

Direito Constitucional:

Título I – Dos Princípios Fundamentais. Pág. 2

Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Pág. 4

Título III – Da Organização do Estado, Capítulo I – Da Organização Político-Administrativa, Capítulo II – Da União, Capítulo III – Dos Estados Federados, Capítulo IV – Dos Municípios, Capítulo V – Do Distrito Federal e dos Territórios, Capítulo VII – Da Administração Pública, Seção I – Disposições Gerais e Seção II – Dos Servidores Públicos. Pág. 22

Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo I – Do Poder Legislativo, Capítulo II – Do Poder Executivo, Seção I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República e Seção II – Das Atribuições do Presidente da República, Capítulo III – Do Poder Judiciário, Seção I – Disposições Gerais. Pág. 39

Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo II – Das Finanças Públicas, Seção II – Dos Orçamentos. Pág. 51

Exercícios. Pág. 53

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Capítulo I – Princípios Fundamentais

Fundamento nada mais é que a base, assim como é a fundação de uma casa. Princípio é o início, o começo de tudo. Assim sendo, os princípios fundamentais previstos no Título I da Constituição Federal de 1988 são os referenciais de tudo que será aqui estudado, ganhando especial importância para nosso curso. Conceituaremos aqui todos os princípios, fundamentos e objetivos constitucionalmente previstos:

Princípios e Características

- **República:** conforme estudamos, é a forma de governo que se baseia no trinômio eletividade/temporariedade/responsabilidade.
- **Federação:** já vimos que essa forma de Estado pressupõe a existência de unidades políticas autônomas.

- **União indissolúvel:** em seu art. 1º, a Constituição Federal de 1988 diz expressamente que a República Federativa do Brasil é “formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal”. Ora, quando se diz que algo se dilui, entende-se que é facilmente desmanchado ou dividido. Assim sendo, a partir do momento em que se determina a indissolubilidade de nosso país, temos a proibição de qualquer divisão territorial que desconstitua essa União. Então, isso quer dizer que ao se dividir um Estado ou um Município se vai de encontro à Constituição? Não, visto que essa indissolubilidade só abrange o território brasileiro como um todo, proibindo a existência de movimentos separatistas e não suas subdivisões internas como dos Estados e Municípios. Dessa forma, o que fica proibido é a divisão do Brasil em outro Estado Soberano, ou seja, outro país. Já as divisões, fusões ou

criações de Estados e Municípios são claramente permitidas no art. 18, §§ 3º e 4º da Carta da República.

- **Estado Democrático de Direito:** Talvez nada tenha sido tão revolucionário para a história política do mundo quanto a criação do Estado Democrático de Direito, que foi a quebra de uma forma de governar que servia apenas à satisfação dos interesses dos reis ou outros tipos de senhores, sem se preocupar com regras ou garantias. Um Estado de Direito é aquele em que as ações, tanto governamentais, quanto privadas, são reguladas por leis/normas regularmente constituídas, que, por também se tratar de um Estado Democrático, devem ser elaboradas por um poder escolhido pelo povo, ou seja, democraticamente, bem como destinadas aos interesses desse povo.

Fundamentos I

- **Soberania:** esse princípio subdivide-se em:

- nacional
- popular (direta e indireta)

A soberania nacional determina a não-sujeição de um País a qualquer ordem que não derive de seu governo. Não deve o Brasil obedecer a ordens de quaisquer outros países, por exemplo, não deve se subordinar a nenhum outro organismo internacional. Além disso, soberania também significa a capacidade de estabelecer as divisões internas de competência.

Já a soberania popular é aquela que o povo exerce, sendo direta quando o povo o faz sem intermédio, dizendo o que realmente quer, como no plebiscito ou na iniciativa popular de leis. Por sua vez, será indireta quando exercida por meio de representantes eleitos democraticamente.

- **Cidadania:** em primeira análise, esse princípio corresponde a uma série de direitos e deveres reservados àqueles que detêm a capacidade eleitoral ativa e passiva, o que, em outras palavras, quer dizer poder de votar e ser votado. Deve-se aqui estabelecer uma importante diferenciação existente entre população, povo e cidadão. População é o conjunto de todas as pessoas que habitam um país (por exemplo, um estrangeiro que mora no país). Povo é o conjunto de todos os nacionais, ou no nosso caso, todos os brasileiros (por exemplo, um goiano que mora no Afeganistão). Cidadão é todo aquele que possui capacidade eleitoral (por exemplo, um maranhense com 25 anos de idade que preencha certos requisitos que serão estudados mais adiante).
- **Dignidade da pessoa humana:** isso significa que todos terão direito a serem tratados de forma digna, respeitosa e honrosa. Tal princípio traz uma série de reflexos, como a proibição de tortura, de penas perpétuas, de penas de morte, etc.
- **Valores sociais do trabalho e a livre iniciativa:** ao se respeitar não só os valores econômicos, que significam alcançar o maior lucro possível em menor tempo, mas também os valores sociais do trabalho, o constituinte busca proteger o trabalhador das arbitrariedades, da despedida arbitrária, dos trabalhos indignos, enfim, uma série de garantias que valorizem o trabalhador na sociedade e não que o tratem como mera mercadoria. Por sua vez, a defesa da livre iniciativa visa impedir que algum grupo monopolize o mercado, usando de seu poderio econômico para impedir novas iniciativas de empresas de menor porte.

- **Pluralismo político:** significa que poderão existir várias concepções, várias idéias, vários grupos políticos, mesmo que contrários às idéias do governo. Não se deve confundir esse princípio com o pluripartidarismo político, que representa tão-somente a possibilidade de existência de mais de um partido político, ou seja, um conceito mais restrito que o de pluralismo político, que não se limita a partidos, abrangendo quaisquer grupos ou concepções políticas. Esse princípio estava longe de ser respeitado pelo regime militar.
- **Princípios aplicados às relações internacionais:** muitos são os princípios previstos no art. 4º da Constituição, os quais visam sempre preservar a independência dos países e suas culturas. Assim sendo, diante de um conflito entre dois países, a Constituição prevê sempre uma solução pacífica e, se possível, que se busque a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, tentando, assim, evitar ao máximo os conflitos armados. Prevê ainda, a Constituição, a concessão de asilo político, que nada mais é do que a

proteção, no território nacional, de pessoas que estejam sendo perseguidas em seus países simplesmente em decorrência de suas concepções políticas.

Fundamentos II

• **Soberania:** esse princípio subdivide-se em:

– nacional

– popular (direta e indireta)

A soberania nacional determina a não-sujeição de um País a qualquer ordem que não derive de seu governo. Não deve o Brasil obedecer a ordens de quaisquer outros países, por exemplo, não deve se subordinar a nenhum outro organismo internacional. Além disso, soberania também significa a capacidade de estabelecer as divisões internas de competência.

Já a soberania popular é aquela que o povo exerce, sendo direta quando o povo o faz sem intermédio, dizendo o que realmente quer, como no plebiscito ou na iniciativa popular de leis. Por sua vez, será indireta quando exercida por meio de representantes eleitos democraticamente.

• **Cidadania:** em primeira análise, esse princípio corresponde a uma série de direitos e deveres reservados àqueles que detêm a capacidade eleitoral ativa e passiva, o que, em outras palavras, quer dizer poder de votar e ser votado.

Deve-se aqui estabelecer uma importante diferenciação existente entre população, povo e cidadão. População é o conjunto de todas as pessoas que habitam um país (por exemplo, um estrangeiro que mora no país). Povo é o conjunto de todos os nacionais, ou no nosso caso, todos os brasileiros (por exemplo, um goiano que mora no Afeganistão). Cidadão é todo aquele que possui capacidade eleitoral (por exemplo, um maranhense com 25 anos de idade que preencha certos requisitos que serão estudados mais adiante).

• **Dignidade da pessoa humana:** isso significa que todos terão direito a serem tratados de forma digna, respeitosa e honrosa. Tal princípio traz uma série de reflexos, como a proibição de tortura, de penas perpétuas, de penas de morte, etc.

• **Valores sociais do trabalho e a livre iniciativa:** ao se respeitar não só os valores econômicos, que significam alcançar o maior lucro possível em menor tempo, mas também os valores sociais do trabalho, o constituinte busca proteger o trabalhador das arbitrariedades, da despedida arbitrária, dos trabalhos indignos, enfim, uma série de garantias que valorizem o trabalhador na sociedade e não que o tratem como mera mercadoria.

Por sua vez, a defesa da livre iniciativa visa impedir que algum grupo monopolize o mercado, usando de seu poderio econômico para impedir novas iniciativas de empresas de menor porte.

• **Pluralismo político:** significa que poderão existir várias concepções, várias idéias, vários grupos políticos, mesmo que contrários às idéias do governo. Não se deve confundir esse princípio com o pluripartidarismo político, que representa tão-somente a possibilidade de existência de mais de um partido político, ou seja, um conceito mais restrito que o de pluralismo político, que não se limita a partidos, abrangendo quaisquer grupos ou concepções políticas. Esse princípio estava longe de ser respeitado pelo regime militar.

• **Princípios aplicados às relações internacionais:** muitos são os princípios previstos no art. 4º da Constituição, os quais visam sempre preservar a independência dos países e suas culturas. Assim sendo, diante de um conflito entre dois países, a Constituição prevê sempre uma solução pacífica e, se possível, que se busque a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, tentando, assim, evitar ao máximo os conflitos armados. Prevê ainda, a Constituição, a concessão de asilo político, que nada mais é do que a proteção, no território nacional, de pessoas que estejam sendo perseguidas em seus países simplesmente em decorrência de suas concepções políticas.

Separação dos Poderes

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A Constituição Federal de 1988, como de tradição, adotou o sistema tripartido de separação dos poderes. A separação dos poderes, doutrina defendida por Montesquieu em seu livro O Espírito das Leis, teve sua origem de longa data, na Grécia. Essa doutrina determina a divisão das funções estatais em

basicamente três, que são as de administrar, legislar e julgar. No Brasil, essas três funções são exercidas pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente. Essa separação procura, principalmente, evitar abusos de poder, já que um poder fiscaliza e limita a atuação do outro. Esse sistema denomina-se “pesos e contrapesos”.

A divisão dos poderes, no entanto, não é absoluta, sendo que cada um dos poderes exerce, em menor ou maior grau, todas as funções. Por exemplo, o Legislativo julga os crimes de responsabilidade do Presidente da República, o Executivo legisla quando cria medidas provisórias e o judiciário administra quando gerencia seu próprio orçamento.

Com a criação do Conselho Nacional de Justiça, muito se discute a respeito de uma possível quebra no esquema constitucional de tripartição dos poderes, já que teríamos um órgão externo fiscalizando, controlando o Poder Judiciário. O Constituinte derivado, ao editar tal emenda, não inseriu, na composição dos conselhos, membros componentes do Executivo ou do Legislativo, o que contribui para a tese de constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 45/2004. De qualquer forma, somente o tempo e o Supremo Tribunal Federal poderão nos dizer, exatamente, qual o papel, a importância e o reflexo do Conselho Nacional de Justiça.

Objetivos fundamentais

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais

e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os objetivos da Constituição, que estão descritos em seu art. 3º, representam metas ainda não alcançadas que o poder constituinte entendeu como fundamentais para a República Federativa do Brasil. Esses objetivos vêm sempre representados por verbos no infinitivo e são definidos:

- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

- Garantir o desenvolvimento nacional;

- Erradicar a pobreza e a marginalidade e Reduzir as desigualdades sociais e regionais;

- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ao estipular essas metas, a Constituição automaticamente reconhece que. O país ainda possui muitos problemas, mas que ainda há tempo de mudar.

Princípios

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Princípios são a essência da vontade política expressa na constituição; seja na forma que estrutura o Estado, na forma que este se relacionará com outros Estados ou nas limitações que impõe ao Estado frente aos cidadãos (direitos e garantias fundamentais). Expressam o mandamento nuclear de um sistema a direcionar os valores e bens nele previstos.

Tratam da forma em que o Estado Brasileiro relacionar-se-á com os Estados estrangeiros, pautando-se em tais princípios.

Parágrafo único. *A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.*

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

ARTIGO 5º

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes;

(Este artigo constitui-se no princípio da isonomia ou igualdade)

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.



Comentário

É uma afirmação do princípio da isonomia. Observar é a preocupação do legislador (aquele que faz as Leis) em que não haja, de forma alguma, tratamento diferenciado entre homens e mulheres, o que não acontecia em épocas passadas.

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da Lei.



Comentário

Este inciso é chamado também de Princípio da Legalidade, e assegura o dever de cumprirmos somente aquilo que as Leis nos determinam. O fundamento deste inciso é a liberdade: "não farei o que a Lei proíbe". Somente as Leis podem nos obrigar a fazer alguma coisa. Por esta razão, nenhuma autoridade pode nos obrigar a nada que não estiver previsto nas Leis do país.

III - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;



Comentário

A tortura constitui-se numa violação do direito à vida. O inciso visa assegurar ao ser humano a integridade física e psicológica, independentemente da condição do indivíduo. Por esta razão, a Constituição proíbe os castigos físicos e psíquicos, inclusive aos criminosos que cumprem pena de reclusão.

IV - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;



Comentário

Todo indivíduo tem o direito de expressar livremente seu pensamento por qualquer meio ou forma. Este inciso constitui-se numa variação do direito à liberdade, uma vez que esta não se restringe à condição física, somente. A manifestação do pensamento é de extrema necessidade para a concretização da efetiva liberdade. Todavia, para se evitar abusos a esse direito, o indivíduo deve identificar-se. Tais abusos ocorrem quando se divulgam notícias de má fé, inverídicas ou que venham a denegrir a imagem ou a honra das pessoas.

V - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.



Comentário

Agravo - Significa ofensa, injúria, afronta, prejuízo, dano. A liberdade de manifestação do pensamento dá margens para que ocorram manifestações ofensivas à honra de determinadas pessoas, afetando a imagem que lhes era resguardada. Entretanto, o direito de resposta é garantido na mesma qualidade

e quantidade. Assim, se alguém se utilizou de um jornal para ofender determinada pessoa, pode-se exigir que aquele jornal, na mesma página, no mesmo tamanho, com o mesmo destaque, conceda a oportunidade ao ofendido de responder ao agravo sofrido. Caso provado, cabe ação judicial contra o ofensor, para que o ofendido seja indenizado. Seja o dano moral, material ou à imagem.

VI - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;



Comentário

O Estado brasileiro não possui religião oficial. É, portanto, um Estado laico. Mas, por outro lado, assegura a liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos.

VII - É assegurada, nos termos da Lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;



Comentário

Entidades de Internação Coletiva - São hospitais, quartéis, penitenciárias, etc. Este inciso decorre do anterior (VI) assegurando em todo e qualquer lugar onde haja pessoas internadas, a prestação de serviços de assistência religiosa. O inciso garante também a liberdade de crença aos doentes, detentos, etc., independentemente da orientação religiosa do estabelecimento de internação coletiva.

Por exemplo: Um hospital mantido por uma irmandade religiosa católica não pode negar a um paciente evangélico assistência espiritual por parte de um ministro, um pastor adventista, batista, presbiteriano ou pertencente a qualquer outra religião.

VIII - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em Lei;



Comentário

Ex: Certas religiões não permitem que seus membros cumpram o serviço militar obrigatório. Nessa situação, a autoridade competente poderá substituir a obrigação legal pela prestação alternativa. Assim, em vez do serviço militar, o indivíduo poderá exercer uma outra atividade como a prestação de serviços num orfanato. Mas, caso o indivíduo se recusar a cumprir a prestação alternativa, fixada em lei, então, perderá seus direitos políticos e deixará de ser cidadão, ou seja, não poderá mais votar ou se candidatar a uma eleição.

Observação: Só poderá ser privado dos direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, quando a obrigação legal a todos impostas não poder ser substituída por uma prestação alternativa.

Entretanto, haverá privação de direitos quando alguém alegar estes motivos para livrar-se de obrigações legais. Também ficará privado de direitos aquele que recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em Lei.

Prestação Alternativa: Pena restritiva de direitos, que consiste em atribuir ao condenado tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres em programas comunitários ou estatais. Trata-se de uma inovação implantada pela Lei nº 7.209, de 11/07/1984, que reforma a parte geral do código penal vigente, sendo as tarefas atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados.

IX - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;



Comentário

A Constituição garante expressamente a abolição da censura e da licença em seu conteúdo, proporcionando liberdade de expressão nas atividades

intelectuais. O escritor, o músico e o pesquisador científico, por exemplo, não mais precisam de licença prévia para publicarem suas obras, como na época da ditadura militar imposta ao Brasil no passado.

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;



Comentário

A Constituição brasileira estabelece uma diferença entre intimidade e vida privada.

Intimidade é o direito de estar só; vida privada significa vida particular, é a vida social. A honra e a imagem das pessoas são asseguradas neste inciso, pois ambas refletem o respeito adquirido perante a sociedade, garantindo assim, sua segurança e confiança. É assegurado o direito à indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação.

XI - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;



Comentário

Relativamente à inviolabilidade domiciliar, trata-se de um preceito de natureza histórica, conhecido desde a Idade Média, principalmente na ordem jurídica inglesa. Pinto Ferreira traz o sublime discurso de Lord Chatham sobre o tema:

O homem mais pobre desafia em sua casa todas as forças da Coroa, sua cabana pode ser muito frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar entre as portas mal ajustadas, a tormenta pode nela penetrar, mas o Rei da Inglaterra não pode nela entrar.

Casa significa morada, vivenda, lar, habitação. É o lugar onde a pessoa está abrigada, e onde está desenvolvendo atos de sua intimidade ou de vida privada.

Inviolável é a condição de que ninguém pode violar, penetrar. Esta regra poderá ser quebrada somente em casos excepcionais, ou seja, pode-se penetrar na casa sem consentimento do morador em casos de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro ao morador.

Flagrante delito - (o filho está agredindo fisicamente o pai)

Desastre - (uma das paredes da casa está desmoronando)

Para prestar socorro - (o morador sofreu uma crise convulsiva)



Comentário

Nas situações descritas, poder-se-á entrar na casa do morador, tanto no período diurno quanto no noturno.

Entretanto, em casos de determinação judicial, poderá ser penetrada, mas somente durante o dia - das 6:00 às 20:00 horas, através de mandados de busca e apreensão, penal ou domiciliar, expedido por juiz competente.

Uma ordem judicial nunca poderá autorizar, por si própria, invasão da casa à noite.

XII - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a Lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;



Comentário

Em princípio, a inviolabilidade das comunicações é absoluta. Exceção à regra são as novas Leis permitindo a escuta telefônica ("grampo") e a quebra do sigilo do banco de dados dos computadores, autorizadas por juiz de direito, mediante solicitação fundamentada por escrito por parte da polícia ou do ministério público para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, respectivamente.

XIII - É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a Lei estabelecer;



Comentário

É garantida a liberdade para o exercício de qualquer atividade profissional, desde que sejam respeitados os requisitos técnicos de escolaridade e legais, de cada serviço profissional.

Assim, por exemplo, para alguém exercer a profissão de advogado, é preciso ter cursado uma Faculdade de Direito, para adquirir conhecimentos técnicos jurídicos, e ter sido aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

XIV - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;



Comentário

O acesso à informação é requisito básico para o convívio social. A Constituição assegura o sigilo da fonte de informação, quando necessário ao exercício profissional. É o caso, por exemplo, do jornalista, que não está obrigado a revelar a fonte para denunciar eventual corrupção em órgão público, ou do advogado, que não precisa revelar a fonte de informações à qual recorre para obtenção de dados relativos ao processo.

(Os jornalistas devem assinar a matéria, pois, caso ofenderem alguém, serão responsabilizados por aquilo que tiverem publicado), ou do advogado.....

XV - É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da Lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;



Comentário

Qualquer pessoa (brasileiros e estrangeiros);

A locomoção é a liberdade física do homem. Todas as pessoas gozam do direito de ir e vir, garantidas pela democracia que vigora em nosso país. A liberdade de locomoção é ampla, pois permite que qualquer pessoa, nos termos da Lei, entre, permaneça ou saia do Brasil, inclusive com seus bens. Tanto é que toda vez que uma pessoa sofrer ou se achar ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou por abuso de poder, será concedido o "habeas corpus".

XVI - Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;



Comentário

Prévio aviso (para que a autoridade competente possa tomar as devidas providências, tais como: liberar ruas, interditar a área onde ocorrerá a reunião, convocar força policial para garantir a realização da reunião, etc).

Reunião é um acontecimento de curta duração, que proporciona o encontro de diversas pessoas num determinado local, residência, clube, igreja, passeatas, comícios, sindicatos, etc. A prática do direito de reunião, hoje, não depende de autorização legal, sendo exigido apenas prévio aviso, o qual, por não se caracterizar como requerimento, não poderá ser indeferido, a não ser que esta reunião esteja marcada em local, dia e hora coincidentes com outra, anteriormente marcada.

Um dos requisitos básicos para o exercício do direito de reunião é ter finalidades pacíficas, pois não basta estar desarmado para comportar-se pacificamente.

XVII - É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;



Comentário

A Constituição Federal garante a criação de associações para que os cidadãos possam administrar melhor seus interesses comuns. Assim, são criadas associações beneficentes (associação de pais e amigos dos excepcionais), associações de classe (associação dos funcionários públicos do Estado de São Paulo), associações empresariais (associação comercial e industrial), e ainda associações culturais, desportivas e sociais.

O direito de associação somente poderá existir quando for lícito (legal), pois a ilicitude do ato resulta em crime ou contravenção.

A proibição relativa às organizações paramilitares é dirigida às associações com fins militares não inseridas na organização das Forças Armadas ou Polícias Militares dos Estados.

Um exemplo típico de organização paramilitar que hoje seria proibida pela Constituição foi o famigerado Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização paramilitar de extrema-direita surgida em São Paulo, em 1964 no início do Regime Militar instalado no Brasil.

Esta organização, atuou na tomada da Companhia Telefônica da Capital de São Paulo e na ocupação das Docas de Santos. No fim da década de 1970, dirigiu suas ações contra os setores do clero.

XVIII - A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

 **Comentário**

O inciso anterior, garante a liberdade de associação para fins lícitos. Ora, se os cidadãos têm a liberdade de se associarem, essa liberdade não pode sofrer entraves por parte da administração, pois caso esta exigisse autorização prévia para que as associações começassem a funcionar, estaria cerceando o direito dos cidadãos de se associarem, direito este assegurado pela Constituição.

O inciso XVIII refere-se também a proibição imposta ao Estado de interferir no funcionamento das associações, fato que podia ocorrer na época do Regime Militar, quando dirigentes eram afastados e substituídos por representantes do Governo.

XIX - As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

 **Comentário**

As associações são grupamentos legítimos de pessoas com o objetivo de exigirem e fiscalizarem seus direitos, bem como as atividades do estado, ou apenas defenderem com mais eficácia seus interesses. As associações possuem imunidades quanto à interferência estatal, só podendo ser dissolvidas ou ter suas atividades suspensas pelos poderes públicos por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado, isto é, decisão judicial para a qual não cabe mais recurso.

XX - Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

 **Comentário**

Partindo-se da premissa de que há liberdade total para associar-se, concluímos que a mesma liberdade é concedida às pessoas que quiserem sair da associação.

Entretanto, o inciso XX admite exceções.

É o caso de certos profissionais que devem se filiar aos respectivos conselhos regionais, sob pena de exercício ilegal da profissão.

Assim, o médico deve filiar-se ao CRM (Conselho Regional de Medicina); o Psicólogo ao CRP (Conselho Regional de Psicologia); o Advogado à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), e assim por diante.

XXI - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

 **Comentário**

Legitimidade significa legalidade, ou seja, ser legítimo para efeitos da Lei. A palavra representação, no texto do inciso, significa a delegação (transmissão) de poderes conferidos pelos filiados às associações, para que estas defendam seus interesses. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, somente poderão defender interesses de seus filiados naquilo que se refere a assuntos pertinentes à categoria representada.

XXII - É garantido o direito de propriedade;

 **Comentário**

Propriedade, sob o ponto de vista jurídico, é o direito de usar, gozar e possuir bens e dispor deles da maneira como quiser. O direito de propriedade não se restringe somente a bens imóveis (casas, terrenos), pois não se refere somente a bens materiais. Existem também os bens imateriais, assim considerados quando seu valor pode ser expresso em termos monetários, como **por exemplo**, os direitos autorais de um escritor.

XXIII - A propriedade atenderá à sua função social;

 **Comentário**

O inciso anterior (XXII) assegura ao cidadão o direito de propriedade. Entretanto, este direito, em algumas circunstâncias, é limitado. Isto ocorre quando o patrimônio da pessoa é sobreposto pelo interesse social.

Exemplo: 10 (dez) casas são desapropriadas porque no local onde estão situadas passará uma avenida que irá melhorar o trânsito para determinado bairro.

Função Social da Propriedade

No decorrer dos tempos, a propriedade vem evoluindo com o objetivo de atender de maneira mais efetiva às necessidades sociais.

Propriedade Rural - em seu estágio atual de evolução, a propriedade rural tem sua função social cumprida quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente; exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores; aproveitamento racional e adequado e observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

Se a propriedade não cumprir sua função social poderá ser desapropriada. Um exemplo muito comum é a possibilidade do Estado desapropriar terra improdutiva com a finalidade de promover a Reforma Agrária.

Propriedade Urbana - a propriedade urbana, por sua vez, cumpre sua função social quando atende às exigências do Plano Diretor (instrumento de política de desenvolvimento e expansão urbana exigida pela C. F. para cidades com população acima de 20.000 habitantes. No Plano Diretor estão elencadas as obrigações dos proprietários de imóveis urbanos, e as punições que poderão sofrer, caso não as cumpram.

XXIV - A Lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

 **Comentário**

Como vimos, o direito à propriedade pode ser perdido quando há interesse social.

A desapropriação consiste no ato pelo qual o Estado toma para si, ou transfere para outrem, bens de particulares, contando ou não com o consentimento do proprietário. Esta forma de intervenção na propriedade resulta na perda desta para os poderes públicos de forma irreversível.

O ato desapropriatório só é cabível em casos de utilidade pública, necessidade pública e interesse social.

Utilidade Pública - É aquela em que o poder público manifesta a vontade de utilizar um bem.

Ex.: Determinada propriedade pode ser desapropriada para fins de se construir escolas, orfanatos, etc.

Necessidade Pública - Quando há uma razão imperiosa que obriga a desapropriação do bem.


Necessidade de se construir uma rodovia ou uma represa nas terras onde se situa a propriedade.

Interesse Social - Quando o motivo da desapropriação trará benefícios à coletividade.

Ex.: Terras inativas são tomadas para se fazer o assentamento de famílias sem terra.

O ato de desapropriar tem como característica a indenização, que deve ser em dinheiro, além de justa e prévia, isto é, realizada antes da desapropriação. Entretanto, há exceções previstas neste inciso. São casos em que a indenização será em títulos de dívida pública, quando o bem de produção urbana não cumpre sua função social, desobedecendo o plano diretor, ou em títulos de dívida agrária, quando é o bem de produção rural que não cumpre a sua função social.

XXV - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

 **Comentário**

Exemplo: O Poder Público visando conter o rompimento de uma barragem, utiliza-se de área particular vizinha, área esta destinada ao plantio de feijão. Mas, devido ao uso pelo Poder Público, a colheita ficou prejudicada, gerando ao proprietário da mesma o direito à indenização.

Aqui não se trata de desapropriação. A requisição da propriedade é para uso temporário e necessário, face a uma situação de perigo público, sendo previsto o ressarcimento ao proprietário se houver dano à propriedade.

XXVI - A pequena propriedade rural, assim definida em Lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a Lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

 **Comentário**

O inciso XXVI tem por finalidade assegurar ao pequeno agricultor a manutenção de sua propriedade, protegendo-a da penhora decorrente de empréstimos realizados para investimentos na atividade produtiva, e que não pode paga-los.

Para que a propriedade não seja penhorada, ela deverá ser:

- Pequena - de acordo com a metragem fixada em lei.

- Ser trabalhada pela família.

- Ter a dívida sido contraída em decorrência da atividade produtiva.

Em caso de dívidas fiscais, a penhora da pequena propriedade poderá ser realizada em virtude do não pagamento dos tributos.

Penhora: É o bloqueio dos bens realizado pelos oficiais de justiça, ou ordem do juiz, suficientes para o pagamento da dívida mediante execução.

A Constituição, ao mesmo tempo que assegura o direito de propriedade, impõe que a terra seja trabalhada pela família, proporcionando-lhe estabilidade por meio de sua fixação nela, dispondo a Lei sobre os meios de financiar seu desenvolvimento. Esta estabilidade é assegurada pelo fato de que a pequena propriedade não pode ser penhorada para pagamento de dívidas decorrentes das atividades agrícolas, **como por exemplo**, a compra de implementos agrícolas. Por outro lado, torna-se difícil ao pequeno produtor conseguir empréstimos junto a instituições financeiras, pois nenhuma delas empresta dinheiro sem uma garantia em troca e, via de regra, o único bem que este possui é a sua terra, que sendo impenhorável, não pode ser dada como garantia.

XXVII - Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a Lei fixar;

 **Comentário**

Autor é o criador intelectual. A Constituição de 1988 assegura aos autores o direito exclusivo de utilizar, publicar ou reproduzir suas obras. Assim, por exemplo, se um professor criar um novo método de ensino para facilitar o aprendizado de determinada disciplina, ele poderá utilizá-lo e publicá-lo. Ninguém mais poderá fazê-lo sob pena de estar violando seus direitos autorais. Caso o faça estará sujeito a penas previstas na Lei.

O direito de propriedade não é restrito somente a propriedade material (casa, terreno, chácara, etc). Refere-se também a propriedade imaterial como por exemplo, os direitos autorais de um escritor.

O inciso XXVII protege a propriedade imaterial (obras científicas, inventos, obras literárias, artísticas, etc).

A Constituição Federal de 1988 é pródiga em garantias aos autores de obras intelectuais. Essas garantias são estendidas aos herdeiros, como forma de motivação e criatividade.

O direito do autor de explorar sua obra com exclusividade é válido para toda sua vida, perdurando esse direito por toda a vida de seus herdeiros, se eles forem filhos, pais ou conjugues, Os demais sucessores do autor gozarão dos direitos patrimoniais que lhes transmitir pelo período de sessenta anos. Após este prazo, a obra cai em domínio público, passando a partir daí, ser o seu uso totalmente livre.

XXVIII - São assegurados, nos termos da Lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

 **Comentário**

Obra coletiva é aquela criada por diversos autores trabalhando em conjunto.

As participações individuais em obras coletivas são protegidas pela Constituição. Assim, se um livro didático de matemática tiver sido escrito por quatro autores, por exemplo, cada um deles teria a sua participação individual protegida, apesar da obra pertencer a todos.

A Constituição também procura proteger o direito dos participantes em obras como telenovelas e semelhantes que, vendidas para apresentação no exterior, reproduzem imagem e voz sem remuneração ulterior. O objetivo é evitar que a produtora enriqueça com reproduções sucessivas, pagando aos participantes uma só vez.

XXIX - A Lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país;

 **Comentário**

O inciso em pauta objetiva assegurar proteção mais ampla ao direito do autor. Assim, são resguardadas também as criações industriais, as quais quando registradas no órgão competente, proporcionam o privilégio de uso exclusivo ao proprietário de seus direitos.

O privilégio de que trata o inciso em questão, consiste no direito de obter patente de propriedade do invento, e ainda no direito de utilização exclusiva desse invento. Entretanto, o inciso deixa claro que esse privilégio é ainda temporário.

Como vimos no inciso XXII., o direito de propriedade não é restrito aos bens imóveis ou materiais, mas abrange também os bens imateriais, ou seja, aqueles de criações intelectuais.

Neste aspecto, a Constituição Federal de 1988 é pródiga em garantias aos autores de músicas, obras literárias, técnicas, científicas, etc., garantias essas estendidas aos seus herdeiros, como forma de motivação à criatividade. São

resguardadas também as criações industriais, as quais, quando registradas no órgão competente, proporcionam o privilégio de uso exclusivo ao proprietário de seus direitos.

A Lei assegura também proteção aos inventores industriais concedendo-lhes o direito de explorar seus inventos com exclusividade durante determinado período de tempo, podendo depois ser explorado por todos os que desejarem.

XXX - É garantido o direito de herança;



Comentário

Herança

Ao garantir o direito de herança a Constituição Federal assegura mais uma vez o direito de propriedade, impedindo que o Estado se aproprie dos bens do falecido. Se não houver herdeiros, a herança será considerada jacente (herança cujos herdeiros não são conhecidos, ou se conhecidos renunciaram à herança). Nessa situação os bens serão apropriados pelo Município, ou pelo Estado, ou pelo Distrito Federal, ou pela União, dependendo dos respectivos territórios onde estiverem.

XXXI - A sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela Lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a Lei pessoal do "de cujus";



Comentário

A sucessão dos bens situados no país, pertencentes a estrangeiros falecidos é regulada pela Lei brasileira em benefício do(a) viuvo(a) ou dos filhos. A Lei estrangeira só é utilizada quando garante maiores privilégios que a brasileira àqueles que aqui nasceram.

XXXII - O Estado promoverá, na forma da Lei, a defesa do consumidor;



Comentário

Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço para satisfazer um desejo ou uma necessidade. O objeto deste inciso é oferecer as garantias claras e objetivas para a defesa do consumidor, face às lesões ao seu interesse eventualmente provocadas por fornecedores e comerciantes. A Lei que protege o consumidor foi promulgada em 11 de setembro de 1990, e é conhecida como Código de Defesa do Consumidor.

XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da Lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;



Comentário

O inciso é muito claro, não necessitando de detalhamento. Contudo, cabe ressaltar que, caso o cidadão seja cerceado em seu direito de informação, poderá impetrar o habeas data (instrumento jurídico que assegura o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, que estejam em arquivo público. O habeas data é personalíssimo, só pode ser impetrado pela pessoa detentora dos dados questionados). Exceção à regra são as informações cujo sigilo seja imprescindível para a segurança do Estado e da sociedade.

XXXIV - São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder

- a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.



Comentário

Direito de Petição - É o direito de dirigir petições aos órgãos públicos, solicitando ou exigindo dos mesmos determinadas providências em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, independentemente do

pagamento de taxas. Foi recentemente objeto da Lei 9.051/95, que estabelece o prazo de resposta em 15 dias .

A obtenção de certidões em repartições públicas também é gratuita, se a pessoa for reconhecidamente pobre.

Embora a Constituição em seu inciso XXXIV, alínea b assegure a todos a obtenção de certidões, junto às repartições públicas, gratuitamente, na prática isto não acontece, porque é cobrada uma taxa denominada "emolumentos" ou "custas judiciais", para cobrir as despesas referentes a confecção dos documentos (papel, carbono, tinta, etc), e com o tempo dispendido pelo servidor.

XXXV - A Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito;



Comentário

O inciso em estudo consagra o princípio da universalidade de jurisdição.

A Constituição Federal estabeleceu por meio deste princípio, a possibilidade de todos buscarem auxílio no poder judiciário, sempre que houver lesão ou ameaça ao direito.

Ao Estado cabe o monopólio da justiça, evitando a auto-tutela (auto-defesa, auto-proteção), não obstante a legislação admita a auto-tutela excepcionalmente, como nos casos de legítima defesa, para preservação da vida.

A regra constitucional exige submissão ao Poder Judiciário de todo e qualquer conflito de interesses. Assim, qualquer prejuízo (lesão) ou ameaça deve ser submetido ao Poder Judiciário para ser apreciado.

XXXVI - A Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;



Comentário

Direito Adquirido - É aquele que já se constituiu de maneira definitiva, estando perfeitos seus requisitos legais e de fato. É aquele direito que vinha sendo praticado ou não por um cidadão, conferido por uma Lei ao longo do tempo. Caso esta Lei seja modificada no transcorrer de sua validade, ou se for promulgada uma nova Lei revogando a anterior relacionada a esse direito, estas mudanças não afetarão o direito que estava sendo usufruído, pois a Lei não pode retroagir (voltar atrás), a não ser em benefício da pessoa.

Por exemplo: O funcionário público após trinta e cinco anos de serviço adquire o direito à aposentadoria, conforme a Lei vigente, não podendo ser prejudicado por eventual Lei posterior que venha a ampliar o prazo para aquisição do direito à aposentadoria.

Ato Jurídico Perfeito - É o ato consumado de acordo com a Lei vigente no tempo em que se efetuou. Assim, se o ato foi praticado dentro das normas legais válidas em determinada época, não pode uma Lei nova (posterior) ao ato, invalidá-lo. Por esta razão, todas as Leis novas respeitam o que já foi feito sob a validade da Lei anterior.

Coisa Julgada - Efeito da sentença para a qual não se cabe mais recurso, porque já foi apreciada pelo poder judiciário e houve uma decisão, à qual não se é possível recorrer.

XXXVII - Não haverá juízo ou tribunal de exceção;



Comentário

Tribunal de Exceção - É um tribunal excepcional em sentido amplo. Em sentido estrito é o tribunal instituído em caráter provisório para julgamento de questões que o Estado não quer que sejam apreciadas por tribunais regulares normalmente integrantes do Poder Judiciário.

Por exemplo: Em época de guerra, podem ser constituídos tribunais de exceção para julgamento de pessoas acusadas de traição.

A Constituição veda os tribunais de exceção, garantindo ao cidadão o direito a um julgamento legal e comum, evitando a criação de juízos e tribunais para fins específicos, muitas vezes sem os mínimos requisitos exigidos pela Lei Maior, para que o princípio da isonomia seja assegurado.

XXXVIII - É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a Lei, assegurados:

- a plenitude de defesa
- o sigilo das votações
- a soberania dos veredictos
- a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Comentário

A vida é o maior bem do cidadão. Portanto, os crimes contra ela são os de maior gravidade. Por esta razão, os processos devem ser os mais minuciosos possíveis, altamente cautelosos, pois a pena, quando houver, será de reclusão. Os crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, são julgados pela sociedade através do júri. Tais crimes estão abaixo elencados:

- aborto
- auxílio ou induzimento doloso
- homicídio doloso
- infanticídio

Júri - É um tribunal (tribunal do júri), constituído por um juiz de direito que é seu presidente e sete cidadãos (jurados), que formam o conselho de sentença para julgar a inocência ou a culpa do réu, no que se refere aos crimes dolosos contra a vida. É uma garantia dos cidadãos que consiste no direito de ser julgado pelos seus pares, pessoas do povo que não julgam de modo técnico como um juiz profissional, mas baseados no senso comum prevalescente no seio social.

Estes sete jurados, escolhidos entre o povo, devem ser maiores de vinte e um anos, alfabetizados e domiciliados no município. Os jurados, após ouvirem as alegações da acusação e da defesa durante os debates, poderão formular perguntas às partes, ao réu e aos depoentes (pessoas chamadas a depor). Após os referidos debates, retiram-se para uma sala onde, de maneira sigilosa (o voto é secreto, não conhecendo um jurado o voto do outro), votam pela condenação ou absolvição do réu. A decisão do jurado é chamada de veredicto e é imutável.

A atuação do juiz limita-se a presidir o julgamento, absolvendo ou fixando a pena quando o réu é considerado culpado.

Entretanto, caso ocorra irregularidade, ou seja, impetrado recurso ao veredicto, será realizado novo julgamento, com outros jurados. O veredicto inicial, todavia, é soberano, pois nem mesmo um tribunal pode modificar a decisão dos jurados.

A instituição do júri é, pois, a garantia da democracia no Judiciário, pois respeita os princípios de auto-defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos.

XXXIX - Não há crime sem Lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Comentário

Cominação: é a pena estabelecida pela Lei para determinado crime.

O inciso XXXIX é denominado de princípio da anterioridade da lei penal.

Um ato só pode ser considerado como crime quando existe uma lei elaborada, e já em vigor descrevendo-o, antes que esse crime tenha sido cometido.

Ex: furtar é crime, porque existe uma lei em vigor descrevendo-o.

Com efeito, o artigo 155 do C.P. descreve o crime de furto "subtrair para si ou para outrem, coisa alheia móvel".

Assim, a lei que prevê o crime, deve ser anterior ao fato, isto é, não será caracterizado como crime um fato ocorrido hoje, se a lei que prevê o fato entrar em vigor amanhã.

Além disso; não haverá pena, sem que esta tenha sido estabelecida anteriormente para determinada infração.

Ex: No crime de extorsão mediante seqüestro, descrito no artigo 159 do C.P. "seqüestrar pessoa, com o fim de obter para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição do preço do resgate" :Pena: reclusão de 8 (oito) a

15 (quinze) anos. (note, que já há pena estabelecida antes desse tipo de crime ser cometido por alguém).

Por outro lado, todos os crimes possuem correspondentes penas elencadas junto a própria definição do crime.

XL - A Lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Comentário

Este inciso é denominado de princípio da retroatividade da lei penal. É comum a todos os ramos do direito e, estabelece que a lei penal nova não retroagirá para atingir fatos ocorrido no passado, a não ser que seja para beneficiar o réu. Assim, por exemplo, se uma lei nova for mais severa que aquela que estava em vigor, pelo fato de aumentar a pena do condenado, essa lei jamais

poderá ser aplicada, pois não irá beneficiar o réu.

Por outro lado, se determinado fato não era considerado como crime conforme a lei anterior, e a nova lei vier a considerar esse fato como crime, esta não poderá ser aplicada, pois iria ferir uma das mais importantes garantias constitucionais "não há crime sem lei anterior que o defina". (inciso XXX).

Quando uma lei nova for mais benigna ou mais favorável, esta sim, vai atingir o fato praticado antes de começar a vigorar. Este princípio é denominado princípio da retroatividade da lei mais benigna, que prevê a hipótese de que durante o período que a lei estiver vigorando, surja uma nova lei impondo penas menos rigorosas para um crime praticado durante a vigência da lei anterior. Nesse caso o Estado não pode punir o criminoso com a pena mais severa estabelecida na lei anterior, pois, se o próprio Estado considera que a pena anterior era muito severa, havendo necessidade de atenuá-la, demonstra sua renúncia ao direito de aplicá-la.

Exemplo: "Fulano de Tal" cometeu crime de roubo em 04 de abril de 2001. Nessa data a pena estabelecida para esse tipo de crime era de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa. Vamos supor que em 18 de janeiro de 2005, entre em vigor uma nova lei reduzindo a pena para o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 8 (oito) anos. Esta lei retroagirá beneficiando o "Fulano de Tal".

XLI - A Lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

Comentário

O princípio da isonomia (igualdade) é ressaltado mais uma vez, refletindo a preocupação do legislador com o tratamento igual para todos os brasileiros, e prevendo punição para as discriminações atentatórias aos direitos e liberdades fundamentais, tipificando tal comportamento como delituoso e, portanto, passível de apenação.

XLII - A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Lei;

Comentário

O racismo é uma doutrina que sustenta a superioridade de certas raças sobre outras, não se limitando apenas a fatores relacionados a aspectos físicos. Consiste na enfatização de diferenças étnicas entre homens para fins de discriminação de seus direitos, cultuando o ódio por uma determinada raça, a qual normalmente se considera inferior e responsável por males que são produzidos à raça que se considera superior.

A prática do racismo é uma das maiores preocupações da Constituição, haja vista o tratamento rigoroso que lhe foi dado, pois o condenado é punido com pena de reclusão. Além do mais, é crime inafiançável, isto é, não goza dos benefícios da fiança (pagamento de uma quantia, pelo acusado, para que possa defender-se em liberdade, nos casos previstos na Lei). É também crime imprescritível, ou seja, que não está sujeito à prescrição (maneira pela qual se extingue a punibilidade do autor de um crime ou contravenção, por não haver o Estado exercido contra ele, no tempo legal, o seu direito de ação, ou por não ter efetivado a condenação que lhe impôs).

XLIII - A Lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o

terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se;



Comentário

Graça- Perdão individual concedido pelo Presidente da República que, como efeito leva a extinção da punibilidade do agraciado. Entretanto, não restitui a primariedade do agente, pois o delito foi praticado.

Anistia - Ato pelo qual o Poder Público declara o fim da punibilidade, por motivo de utilidade social, para todos aqueles, que até certo dia praticaram determinados delitos, em geral políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornando nulas e de nenhum efeito as condenações e o perdão geral.

A palavra "hediondo" origina-se do latim hoedos, cuja tradução é bode, que, em sentido figurado, tem a conotação de algo fétido, mal cheiroso.

Hediondo significa sórdido, repulso, mal cheiroso.

Os crimes hediondos são gravíssimos, pois atentam contra a segurança individual e a coletiva, ferindo de forma profunda a dignidade humana.

Os crimes hediondos são aqueles definidos na Lei 8.072

"são considerados crimes hediondos:

- atentado violento ao pudor
- homicídio praticado por grupo de extermínio
- extorsão qualificada pela morte
- extorsão mediante seqüestro
- estupro
- epidemia com resultado morte
- envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte
- genocídio
- latrocínio (roubo seguido de morte)".
- falsificação de medicamentos.

Obs.: Crime qualificado é aquele em que a forma como foi cometido é especialmente agravada em virtude de certas circunstâncias expressas em Lei. Assim, extorsão qualificada pela morte significa que o crime de extorsão foi agravado pela morte.

Estes crimes são inafiançáveis, respondendo por eles os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. Além do mais, são crimes insuscetíveis de graça e anistia.

XLIV - Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático;



Comentário

O que visa este dispositivo é a garantia da sociedade e do Estado contra movimentos armados que coloquem em risco a normalidade constitucional e o estado democrático.

Ex.: invasão da favela naval em São Paulo; chacina da Candelária no Rio de Janeiro, onde 11 meninos de rua foram mortos por policiais militares, etc.

XLV - Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da Lei, estendida aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido;



Comentário

É o princípio da intranscendência da pena; somente o condenado pode pagar por seus erros, um terceiro, mesmo que queira, não pode tomar o seu lugar e, é óbvio, não pode a autoridade pública determinar ou admitir nenhuma espécie de substituição neste sentido. Existe apenas a possibilidade da obrigação de indenizar uma vítima, mas somente até o valor do limite herdado, e, no caso do condenado falecer antes de efetivar sua obrigação, seus bens deixados em herança devem atender primeiro a esta indenização, repartindo o que sobrar aos herdeiros.

Individuação da Pena - É a pena correspondente ao crime cometido, que o juiz deverá aplicar ao acusado, levando em consideração a situação pessoal do mesmo.

Privação ou Restrição da Liberdade - Esta pena, segundo o Código Penal, pode ser de dois tipos:

Detenção - Neste tipo de pena, o condenado poderá iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto, trabalhando durante o dia em colônia penal agrícola, recolhendo à sua cela à noite.

Reclusão - É uma modalidade de pena mais rigorosa. O condenado cumpre sua pena inicialmente em regime fechado, ou seja, em prisões de segurança média ou máxima, preso numa cela.

Perda de Bens - Diz respeito aos bens conseguidos com a prática dos delitos.

Prestação Social Alternativa - (Vide inciso VIII do art. 5º da CF)

Suspensão - Quando a perda do exercício do direito é temporário. Ex: suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículos.

Interdição - Quando a perda do exercício do direito é permanente. Ex: proibição definitiva do exercício de uma profissão.

XLVI - A Lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes medidas;

- privação ou restrição da liberdade
- perda de bens
- multa
- prestação social alternativa
- suspensão ou interdição de direitos



Comentário

A privação ou restrição à liberdade, refere-se a pena de reclusão em estabelecimento penal.

A perda dos bens diz respeito aos bens conseguidos com a prática de delitos.

Suspensão ou interdição de direitos é também uma pena em que proíbe ao criminoso de exercitar algum direito.

Exemplo :

Art. 165. Do Código Nacional de Trânsito.

Dirigir sob a influência de álcool, em nível superior a seis decigramas por litro de sangue, ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir;

Medida Administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação.

Parágrafo único. A embriaguez também poderá ser apurada na forma do art. 277.

XLVII - Não haverá penas;

- de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX
- de caráter perpétuo (prisão perpétua)
- de trabalhos forçados (no Brasil os presos que trabalham nos presídios são remunerados e os trabalhos forçados são gratuitos).
- de banimento - não é admitida pela C.F. a expulsão do brasileiro do território nacional.
- cruéis.

XLVIII - A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;



Comentário

O inciso visa possibilitar a separação dos presos em conformidade com a idade, sexo e grau de periculosidade, para fins de cumprimento de pena. Assim, os mais jovens ficarão separados dos mais velhos, as mulheres dos homens e, os mais perigosos dos menos perigosos.

Exemplos:

1 - Um preso cumpre pena de detenção, outros de reclusão.

2 - Penitenciárias para homens e penitenciárias para mulheres.

XLIX - É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;



Comentário

O Estado é responsável pela integridade física e moral dos presos. Portanto, se um apenado for assassinado ou torturado numa prisão, caberá ação indenizatória contra o Estado.

L - - Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

LI - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da Lei.



Comentário

Extradicação - É a expulsão de estrangeiros do território nacional, quando requerida por outro país, para responder um processo ou cumprir uma pena. O brasileiro nato jamais poderá ser extraditado. O naturalizado, este sim, se, estiver envolvido com tráfico de entorpecentes ou por ter cometido crime comum antes da naturalização.

LII - Não será concedido extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;



Comentário

A competência para processar e sentenciar alguém é atribuída à Lei. Compete exclusivamente ao juiz natural, ou seja, aquele integrado ao poder judiciário com todas as prerrogativas atribuídas pela Constituição, julgar e, por conseguinte, sentenciar. Este é o princípio do juiz natural, ou juiz constitucional.

LIV - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;



Comentário

Este é o princípio do processo legal, que confirma a maneira de solucionar conflitos através do processo obrigatório por Lei. Portanto, o direito penal não pode ser aplicado senão conforme as normas do processo, melhorando assim a garantia de defesa do acusado.

LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;



Comentário

Ampla defesa é o direito do acusado de apresentar, no processo, todos os meios legais necessários para provar sua inocência, tais como, documentos, testemunhas, etc.

Contraditório é a possibilidade de se refutar a acusação.

A igualdade das partes impede que a acusação ou defesa possuam privilégios, ao menos sem justa razão.

LVI - São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;



Comentário

Este é o princípio da licitude da prova. A prova obtidas por meio ilícito é aquela colhida de maneira diferente do que determinam as Leis, como por exemplo, as provas obtidas através de tortura, fraude, invasões, chantagem, etc. Existe ainda a prova ilícita por derivações, ou derivada, que é aquela que, em si, é regular, mas foi conseguida por intermédio de uma prova ilícita.

Ex.: O réu confessa que matou e mostra onde está o corpo - a apreensão do corpo é lícita, mas a confissão sob tortura não. As provas ilícitas não são admitidas, para garantir a moralidade do processo.

LVII - Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;



Comentário

É uma defesa do cidadão, consagrada pela obrigatoriedade do processo legal, fazendo com que se afaste a presunção de culpabilidade até o trânsito em julgado (decisão para a qual não cabe mais recursos para a defesa do réu).

O inciso em estudo é chamado princípio da presunção da inocência. O réu é presumivelmente inocente até prova em contrário.

LVIII - O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em Lei;



Comentário

Este dispositivo assegura a preservação da pessoa contra o constrangimento da identificação policial denominada datiloscopia (colheita das impressões digitais), quando o cidadão for preso em flagrante delito ou for suspeito de um crime praticado. Objetivando evitar esta coação por parte das autoridades, a Constituição proíbe a identificação criminal, quando o cidadão portar um documento que o identifique para os efeitos da vida civil. Entretanto, há hipóteses previstas em Lei para que uma pessoa seja identificada criminalmente - é o caso, por exemplo, de alguém possuir mais de um documento de identidade com dados diferentes, ou documento sobre o qual recaia desconfiança das autoridades.

LIX - Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;



Comentário

Sabemos que ao Estado compete o monopólio da justiça. O direito de ação do Estado nos crimes de caráter público é exercido através do Ministério Público que promove a ação penal, acionando o Poder Judiciário. O Estado não admite a auto-tutela, como já vimos, a não ser em alguns casos excepcionais (inciso XXXV). Portanto, o cidadão não pode processar pessoalmente um criminoso, mesmo tendo sido sua vítima, salvo nos crimes de ação privada, que são definidos em Lei.

Caso haja omissão do Ministério Público, não apresentando a denúncia dentro do prazo legal (15 dias), o particular poderá contratar um advogado e efetuar a denúncia.

LX - A Lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou interesse social o exigirem;



Comentário

Normalmente os atos processuais são públicos (princípio da publicidade dos atos processuais), podendo deles todos tomarem conhecimento. O segredo de justiça é uma exceção que torna os atos de processo sigilosos, limitando inclusive a presença apenas das partes e seus advogados em determinados atos, ou somente estes, tudo com o intuito de evitar prejuízo que poderia advir da publicidade de certos processos.

Conforme o inciso, o sigilo processual visa a defesa da intimidade, como em casos de separações, reconhecimento de paternidade, etc., ou se o interesse social exigir que aquilo que foi dito ou apresentado no processo seja divulgado, resultando, **por exemplo**, em grave perigo de perturbação da ordem.

LXI - Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em Lei;



Comentário

O indivíduo só poderá ser preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (mandado de prisão). A Constituição limita, portanto, a prisão a estas duas situações, não admitindo mais as prisões para averiguações e as administrativas. Fora destas situações, a prisão é ilegal e deve ser relaxada imediatamente ou seja invalidada.

Os crimes e as transgressões cometidas por militares, são regidos por Leis específicas próprias de suas atividades que compõem os códigos disciplinares. O militar pode ser preso até mesmo por ordem verbal de um superior hierárquico ou de igual patente.

LXII - A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ela indicada;



Comentário

É exigido pela Constituição que, além da comunicação imediata, seja estabelecido o local onde o preso se encontra, a fim de evitar-se a incomunicabilidade do mesmo, o que, por conseqüência, facilitará eventual abuso de autoridade.

LXIII - O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e do advogado;



Comentário

O preso tem o direito de permanecer calado, embora o interrogatório possa ser um ato de defesa, ou seja, a oportunidade para o próprio acusado dar sua versão do fato e apresentar suas justificativas.

O preso deverá ter assegurado a assistência da família, bem como de um advogado e, caso seja comprovadamente pobre, o Estado deverá proporcionar-lhe assistência jurídica gratuita.

HABEAS DATA

LXIV - O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;



Comentário

O direito à identificação dos responsáveis pela prisão visa a proteção do preso contra eventuais violações de seus direitos individuais no momento do interrogatório ou da prisão.

LXV - A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;



Comentário

A prisão é legal em casos de flagrante de delito ou quando há mandado judicial de prisão.

Fora estes casos, a prisão é ilegal e o juiz deverá determinar o relaxamento da prisão, ou seja, a libertação do réu.

LXVI - Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a Lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;



Comentário

No Brasil, a prisão é a forma mais grave e comum de punição para os culpados, apenas excepcionalmente deve ser ela aplicada aos presumivelmente inocentes.

Antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, a prisão tem medida cautelar, visando preservar a integridade das testemunhas, da ordem pública, da ordem econômica, e evitar que o réu se evada.

Há delitos de menor gravidade, que não justificam o aprisionamento do acusado, que poderá pagar uma fiança arbitrada pela autoridade policial ou pelo juiz, e aguardar em liberdade a conclusão do processo.

Caso o acusado tenha direito à liberdade provisória, não será mantido na prisão, e se o crime for afiançável, informar a quem tenha interesse em providenciar a fiança.

LXVII - Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;



Comentário

Pelo exposto no inciso, fica claro que não existe prisão por dívida, excetuando-se dois casos: aquele que não paga a pensão alimentícia por vontade própria e a do depositário que quebrar a sua obrigação de zelar e de devolver o bem demandado judicialmente.

Depositário: (auxiliar de justiça, designado pelo Juiz para guarda, vigilância e administração dos bens retidos judicialmente) que será denominado de **depositário infiel**, caso empreste, troque, venda ou danifique o bem pelo qual é responsável.

LXVIII - Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;



Comentário

- **conceito:** ação penal de natureza constitucional, cuja finalidade é prevenir ou sanar a ocorrência de violência ou coação na liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

- **sujeito ativo:** qualquer pessoa, homem, mulher, maior, menor, capaz, incapaz, nacional, estrangeiro, não exigindo sequer que tenha capacidade postulatória (não precisa ser advogado)

- **sujeito passivo:** contra ato de qualquer agente, no exercício de função pública. Assim, sempre que alguém atuar em nome do Estado e, nesta qualidade, constranger ilegalmente a liberdade de outrem cabe HC. A CF não exclui o ato de particular, há controvérsia.

- **espécies:** preventivo e liberatório.

Violência, coação ou constrangimento, em termos jurídicos, são todos os acontecimentos que ocorrem, quando a lei determina uma coisa e as autoridades, ou seus representantes, atuam contrariamente. Exemplos:

a) - O cidadão - entendemos que antes de ser condenado com sentença condenatória irrecorrível, deva ser tratado como ser social em sua denominação, ao invés de acusado, indiciado etc., que eventualmente tenha praticado um delito, ou haja suspeição de que tenha sido, e venha a ser preso em "flagrante delito", deve, por força dos dispositivos constitucionais, ser orientado e cientificado de seus direitos constitucionais prescritos na Constituição Federal (art. 5º incs. LXIII e LXIV).

b) - A mulher gestante, que eventualmente venha a ser presa, por qualquer razão (flagrante ou não), deve receber tratamento diferenciado, em razão do "ser" que carrega dentro de si, e que por força da lei deve ser protegido e assegurado o seu desenvolvimento natural (art. 4º do Código Civil).

c) - Quando o cidadão tenha sido condenado a pena restritiva de direito e permaneça preso em regime fechado, porque na comarca não existe a Casa do Albergado.

O Eminentíssimo Juiz WLADIMIR VALLER(1) preleciona que:

"A pena restritiva de direito consiste na limitação de fim de semana é também denominada prisão de fim de semana. A pena privativa de liberdade imposta, uma vez preenchidos os requisitos ou condições, é substituída pela obrigação do condenado de permanecer, durante cinco horas, aos sábados e domingos,

em casa de albergado ou em outro estabelecimento adequado. Como a lei menciona apenas aos sábados e domingos, inviável será impor ao condenado a limitação de fim de semana também nos feriados".

Portanto, neste caso, embora sentenciado, caracteriza-se constrangimento.

d) - Entendemos, ser constrangimento ilegal, ou melhor VIOLÊNCIA IMORAL, a segregação do condenado sem o exame criminológico de classificação (art. 8º. da Lei nº 7.210/84), em que tem que avaliar as condições do condenado para uma adequada classificação, ou seja, não colocar na mesma cela por exemplo, um perigoso latrocida confesso, com um depositário infiel...

MIRABETE (2) lembra que

"Inseparável do estudo da personalidade do condenado e também o de seus antecedentes, entre os quais se destacam a reincidência e o envolvimento em inquéritos ou processos judiciais, mas que alcança toda vida pregressa do condenado. O exame desses antecedentes também podem ser muito úteis à classificação do condenado e à determinação do tratamento penitenciário a ser seguido.

Os exames de personalidade e dos antecedentes são obrigatórios para todos os condenados a penas privativas de liberdade e se destinam à classificação que determinará o tratamento penal mais recomendado. Como se anota na exposição de motivos, reduzir-se-á a mera falácia o princípio da individualização da pena se não se efetuar o exame de personalidade no início da execução, como fator determinante do tipo de tratamento penal e se não forem registradas as mutações do comportamento ocorridas no itinerário da execução".

Entendemos, ainda que, o cidadão, enquanto perdurar a persecução processual, deva permanecer segregado -se o exigir o delito (estuprador confesso, etc.)-, separado dos demais infratores, principalmente, se estes estão condenados.

"Não se fala em prisão, não se fala em constrangimento corporal. Fala-se amplamente, indeterminadamente, absolutamente, em coação e violência; de modo que, onde quer que surja, onde quer que se manifeste a violência ou a coação, por um desses meios, aí está estabelecido o caso constitucional do Habeas Corpus. Quais são os meios indicados? Quais são as origens da coação e da violência, que deve concorrer para que se estabeleça o caso legítimo de Habeas Corpus? Ilegalidade ou abuso de poder. Se de um lado existe a coação ou a violência e de outro a ilegalidade ou o abuso de poder, qualquer que seja a violência, qualquer que seja a coação, desde que resulte do abuso do poder, seja ele qual for, ou de ilegalidade, qualquer que ela seja, é inegável o recurso do Habeas Corpus".

(RUI BARBOSA - parte do discurso proferido pelo grande Mestre em 22.01.1915, numa Sessão do Senado Federal, lembrado pelo eminente jurista RUBEM NOGUEIRA (3).

E se a doença (constrangimento, violência, coação etc.) está presente e pondo em risco a "saúde" do grupo social é necessário que se combata com eficácia ministrando-se o remédio certo que é o Habeas Corpus.

NOTAS

(1)VALLER, Wladimir Responsabilidade Civil e Criminal Tomo II, 3º E.V. Editora, 1993, pág. 624

(2)MIRABETE, Julio Fabbrini Execução Penal - Comentários Editora Atlas, 1987 - pág. 6

(3)NOGUEIRA, Rubem Revista de Informação Legislativa a. 21, nº 84, out/dez. 1984 - pág. 136

LXIX - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;



Comentário

O Mandado de Segurança é o remédio específico contra violação pelo Poder Público de direito líquido e certo, que não seja violação ao direito de locomoção ou, ao de se obter ou se retificar informação sobre a própria pessoa. O conceituado jurista Hely Lopes Meirelles em sua obra "Mandado de

Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, "Habeas Data", 14ª Edição, atualizada por Arnaldo Wald, Malheiros Editores, 1990, conceitua o Mandado de Segurança como "o meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou univrsalidade reconhecida por lei, para a proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

- **sujeito passivo:** autoridades públicas e agentes de pessoas jurídicas privadas com atribuição de Poder Público. É proposto contra a autoridade coatora e não contra a pessoa jurídica.

- **Autoridade coatora:** será sempre aquela que concretiza a lesão a direito individual como decorrência de sua vontade (aquela que tem poder de desfazer o ato).

No ato colegiado (formado por varias vontades) deve ser impetrado contra o presidente, no ato complexo (se forma pela vontade da autoridade, mas dependendo de referendo de autoridade superior) é impetrado contra a autoridade inferior que elaborou o ato, já que a autoridade superior fez mera conferência. Não cabe MS contra ato de particular.

- **sujeito ativo:** só o próprio titular do direito violado, qualquer pessoa natural ou jurídica.

- **litisconsórcio** - admite-se no polo ativo e passivo.

- **direito líquido e certo:** é a certeza quanto à situação de fato. É o direito certo quanto a sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercido no momento da sua impetração. Pode ser provado documentalente.

- **prazo para interposição:** 120 dias.

- **procedimento:** recebida a petição, notifica a autoridade para, em 10 dias prestar informações; em seguida os autos vão ao MP para parecer, em 5 dias, seguindo-se, imediatamente, a sentença. Não há dilação para provas. As informações não tem natureza de contestação e sua falta não gera confissão.

- **liminar:** é possível.

- **sentença:** só faz coisa julgada material quanto enfrentar o mérito, ou seja, quando declarar a legalidade ou ilegalidade do ato.

LXX - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

legitimidade ativa:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses dos membros ou associados;



Comentário

O impetrante atua como substituto processual dos associados, ou seja, age em nome próprio na defesa de interesse de terceiro (deve ser autorizada - estatuto).

legitimidade passiva:

- se os associados estiverem sob a área de atuação de autoridades diferentes, a impetrada será a que estiver sobre todos, ainda que não tenha praticado o ato (não há litisconsórcio)

- objeto: as relações jurídicas precisam ser determinadas, mas não precisam ser todas demonstradas na inicial.

LXXI - Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;



Comentário

finalidade: em tese, é viabilizar o exercício de um direito constitucionalmente previsto e que depende de regulamentação por estar previsto em uma norma constitucional de eficácia jurídica limitada.

legitimidade ativa: qualquer pessoa, natural ou jurídica

legitimidade passiva: órgão ou poder incumbido de elaborar a norma
procedimento: se não houver necessidade de produção de provas segue o rito do MS, havendo dilação probatória segue o rito ordinário.

LXXII - Conceder-se-á habeas data:

- para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Comentário

conceito: é um remédio constitucional, que tem por finalidade proteger a esfera íntima dos indivíduos, possibilitando-lhes a obtenção e retificação de dados e informações constantes de entidades governamentais ou de caráter público.

objeto: assegurar o direito de acesso e conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante e o direito à retificação desses dados.

características:

- é uma ação, pois invoca a tutela jurisdicional, devendo preencher as condições da ação;
- de natureza mandamental;
- seu conteúdo é de natureza constitutiva quando visa a retificação;
- é ação personalíssima, não se admite pedido de terceiros, nem sucessão no direito de pedir.

não depende de prévio pedido administrativo

procedimento:

- enquanto não houver disciplina legal, deve ser aplicado o MS, desde que desnecessária a produção de prova, se contrário o rito será o ordinário.

Sigilo: - art. 5º, XXXIII - dispõe que o direito de receber dos órgãos públicos informações não inclui aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

LXXIII - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Comentário

conceito: é o meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio federal, estadual ou municipal, ou ao patrimônio de autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiro público.

Popular - deriva da natureza impessoal do interesse defendido, da coisa do povo.

requisitos:

- só poder ser proposta por cidadão brasileiro;
- ilegalidade na formação ou no objeto do ato;
- lesividade ao patrimônio público (erário, moralidade, meio ambiente, etc)

fins da ação: preventivo, repressivo e supletivo.

objeto da ação: é o ato ilegal e lesivo ao patrimônio público.

sujeito passivo: litisconsórcio entre entidade lesada, os autores e responsáveis pelo ato e os beneficiários do mesmo.

MP é parte sempre - é parte autônoma, só não pode defender o ato.

competência: é determinada pela origem do ato impugnado

procedimento: segue o rito ordinário com algumas adaptações

liminar: é possível. Se concedida cabe agravo de instrumento, correição parcial e mandado de segurança. Se negada cabe agravo de instrumento.

sentença: se procedente o pedido, o juiz deverá decretar a invalidade do ato, a condenação ao ressarcimento de perdas e danos por parte dos responsáveis, pelos atos praticados com dolo ou culpa. O autor vencido é isento de custas

recursos: recurso de ofício, se julgada procedente ou decretada a carência da ação. Cabe também apelação voluntária, com efeito suspensivo

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da Lei:

- o registro civil de nascimento
- a certidão de óbito.

LXXVII - São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data e, na forma da Lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(Inciso acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004

Comentário

Sempre foi corrente na doutrina que uma emenda constitucional poderia ampliar o rol de direitos individuais do artigo 5º e, após mais dezesseis anos de promulgação da Carta, a Emenda nº 45/04 finalmente alterou este dispositivo constitucional acrescentando este novo inciso.

Eis que surge o Princípio da Duração Razoável do Processo que, se inobservado, constituirá verdadeira negativa de acesso à jurisdição, implicando em ofensa ao inciso XXXV do mesmo artigo.

O direito à denominada ordem jurídica justa, aí incluída a celeridade do processo, é a tônica da processualística moderna.

O devido processo legal deve ser o justo processo legal, sendo imperativo que a tutela jurisdicional se não imediata, pelo menos seja rápida. Diante de ameaça ou vilipêndio a direito a resposta do Estado - que se pretende democrático - deve ser pronta e eficaz. Ressalte-se que, aqui, a eficácia se relaciona intimamente com a presteza. Caso contrário qualquer solução se torna injusta, porque tardia.

Torna-se evidente que inúmeras providências nas leis processuais devem ser tomadas para que este princípio se institucionalize de fato e de direito em nosso ordenamento jurídico. Assim, por exemplo, deve ser ampliado o sistema de fungibilidade dos recursos, bem como evitar a extinção do processo, favorecendo-se a conversão do mandado de segurança em ação de rito sumário, desde que não traga nenhum prejuízo para defesa, evitando-se, assim, a extinção do feito sem análise de mérito, o que implicaria em novo ajuizamento, com o natural recolhimento de novas custas e taxa judiciária, entre outras providências.

Percebe-se a intenção do legislador constituinte em economizar o jurisdicionado. Não apenas na economia processual, através da simplificação dos ritos e rituais, dando relevância à oralidade, mas, também, à economia financeira otimizando gastos e realocando recursos. Isso sem falar na economia de tempo, visto que parece improvável que diante de tanta tecnologia os processos e as audiências ainda apresentem atos e práticas do século XIX. Abre-se espaço para o processo virtual, mais barato e rápido para todos, inclusive para o Estado. Audiências através de videoconferências, petições entregues via internet, interrogatórios de réus presos sem necessidade de deslocamento, economia de dezenas de milhares de folhas de papel etc.

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(Parágrafo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004)

§ 4º - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

(Parágrafo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004)



Comentário

A internacionalização da jurisdição penal antes de ser uma realidade é uma necessidade imperativa para o combate à criminalidade internacional que desconhece fronteiras.

Com o advento do Pacto de Roma de 1998, surge o Tribunal Penal Internacional (TPI), instalado em 2004, com composição paritária: treze juizes e treze juizas de diversas nacionalidades.

O TPI é um Tribunal permanente com competência para investigar, processar e julgar indivíduos acusados das mais graves violações do direito internacional humanitário.

Desde os chamados crimes de guerra, passando pelos crimes contra a humanidade e o genocídio. Diferente da Corte Internacional de Justiça, cuja jurisdição é restrita a alguns Estados, e dos Tribunais da Iugoslávia e Ruanda, que foram criados para situações específicas, o TPI é permanente e preexistente ao fato que originou a investigação e o processo.

DIREITOS SOCIAIS

São direitos fundamentais do homem, assegurados pela Constituição Federal de 1988, e que possibilitam aos indivíduos o acesso a bens que satisfaçam suas necessidades básicas, proporcionando-lhes condições, para desfrutarem de uma vida digna e produtiva

ARTIGO 6º

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Comentário

Este artigo prevê educação gratuita e extensiva a todos, desde o nível primário ao universitário. Assim, o povo tem à sua disposição escolas de primeiro e segundo graus, e universidades como por exemplo a USP - Universidade de São Paulo. Os deficientes possuem direito de receberem educação específica em entidades especiais.

O direito a saúde também é gratuito, inclusive para aqueles que não contribuem para a Previdência Social oficial (INSS), havendo postos de atendimento médico e hospitais mantidos pelo governo.

Segurança é outra preocupação constitucional, pois implica na proteção a vida do homem, assim como ao seu patrimônio. A segurança é proporcionada pelas Polícias Cíveis e Militares do Estado, pela Polícia Federal e pelo Poder Judiciário.

O trabalho, também é uma garantia constitucional, pois a ele todos têm direito. Dessa forma, deve o país desenvolver política que incentive o trabalho e possibilite ainda, uma remuneração justa.

Há em toda sociedade, inclusive na brasileira, pessoas necessitadas de maior atenção.

São as mães, crianças, adolescentes e desamparados que devem ter direito a uma atenção especial por parte do Estado, em conformidade com normas expressas da Constituição.

A Previdência Social é um conjunto de direitos relativos à Seguridade Social.

A Constituição delineou de maneira mais precisa os direitos de Previdência Social.

Seu princípio fundamenta-se no princípio do Seguro Social, de sorte que os benefícios e serviços se destinam a cobrir eventos de doença, invalidez, morte, velhice e reclusão.

A moradia, também é uma garantia constitucional, pois a ela todos têm direito. Dessa forma deve o país desenvolver políticas habitacionais que a todos atendam, especialmente as camadas mais pobres da população.

O lazer é a entrega à ociosidade repousante. Sua finalidade é refazer as forças depois do trabalho diário e semanal. O lazer está bastante associado aos direitos dos trabalhadores relativos ao repouso.

ARTIGO 7º

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros aqueles que visem à melhoria de sua condição social:

I - Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de Lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

Comentário

O direito à segurança do emprego é assegurado pela Constituição Federal. Consiste na proteção da relação de emprego, contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, prevendo a indenização compensatória, em casos de dispensa injustificada, sem motivos relevantes.

- A despedida por justa causa não é arbitrária, pois é decorrente de falta grave cometida pelo empregado, afetando o empregador, inviabilizando assim, a relação de emprego: embriaguez, deslealdade para com a empresa, abandono de emprego, etc.

- A despedida arbitrária ou sem justa causa, é aquela que se caracteriza pelo rompimento do vínculo empregatício, quando o trabalhador vem exercendo suas atividades de forma correta, na empresa. Este rompimento pode ser devido a vários motivos, tais como encerramento das atividades da empresa por dificuldades financeiras, supressão de um departamento, mudança para outra localidade e muitos outros.

II - Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

Comentário

A finalidade do seguro desemprego é proporcionar assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em casos de dispensa sem justa causa.

III - Fundo de garantia por tempo de serviço;

IV - Salário mínimo, fixado em Lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Comentário

Piso salarial é o valor mínimo que pode ser pago a uma categoria profissional ou a determinadas profissões dentro de uma determinada categoria profissional. É fixado normalmente para todos os empregados de qualquer profissão.

Exemplo: Piso salarial da telefonista, da secretária, do engenheiro, etc.

O piso salarial expressa-se como um acréscimo sobre o salário mínimo. Distingue-se deste que é geral para todas as categorias. Deve ser proporcional a jornada diária de trabalho ou a complexidade das tarefas. Assim, por exemplo, o piso salarial de um químico deve ser maior que o de uma copeira, pelo fato de suas atividades profissionais serem mais complexas que as daquela.

VI - Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

Comentário

A princípio os salários são irredutíveis. O empregador não pode diminuir o salário deste ou daquele empregado.

Com a Constituição de 1988, a irredutibilidade é a regra geral. A redução porém não é proibida. É condicionada. Depende de negociação coletiva com o Sindicato.

A medida pode ser colocada em prática, por ocasião de crises de produção ou dificuldades econômicas da empresa, para evitar a dispensa de funcionários.

VII - Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que recebem remuneração variável;

Comentário

Há trabalhadores que recebem remuneração variável, como é o caso dos garçons e barbeiros, por exemplo, que tem sua remuneração composta de salário pago pelo empregador, mais as gorjetas; aquele (salário) não poderá ser inferior ao mínimo.

É freqüente nos empregos do comércio, a retribuição com bases e percentuais sobre os negócios que o vendedor realiza, ou seja, o salário por comissão.

Também nesses casos a Constituição assegura aos profissionais o salário mínimo, mesmo que não consigam vender o suficiente para receber comissões equivalentes ao salário mínimo.

VIII - Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

Comentário

Décimo Terceiro Salário:

Este, é uma gratificação compulsória por força da lei, tem natureza salarial e é também denominada gratificação natalina. Foi criado no Brasil, pela Lei nr. 4.090, de 1962, como um pagamento a ser efetuado no mês de dezembro e no valor de uma remuneração. Para o empregado que não trabalhou todo o ano, o seu valor é proporcional aos meses de serviço, na ordem de 1/12 por mês, considerando-se a fração igual ou superior a 15 dias como mês inteiro, desprezando-se a fração menor. Em 1965, a Lei nr. 4.749 desdobrou em dois os pagamentos. A primeira metade é paga entre os meses de fevereiro ou novembro ou, se o empregado quiser, por ocasião de suas férias. A segunda metade é paga até 20 de dezembro.

IX - Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

Comentário

Segundo o artigo 73 da CLT, a remuneração do trabalho noturno terá um acréscimo de 20% sobre a hora diurna.

O parágrafo 2º do mesmo artigo, considera trabalho noturno aquele executado entre as 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.

Entre nós a Lei considera noturno o trabalho agrícola realizado entre 21 e 5 horas e o pecuário entre 20 e 4 horas.

O acréscimo rural sobre a hora diurna é de 25% .

A fixação legal leva em conta o período habitual do repouso da comunidade e demais usos.

X - Proteção do salário na forma da Lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

Comentário

O inciso em estudo já define como crime, a retenção dolosa do salário, o que nos termos da legislação penal vigente caracteriza apropriação indébita. Portanto, ninguém poderá reter intencionalmente o salário do trabalhador, nem mesmo seu empregador qualquer que seja o motivo alegado.

XI - Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em Lei;

Comentário

O artigo 7º em seu inciso XI manteve o direito de participação nos lucros das empresas assegurado desde a Constituição de 1946.

O texto Constitucional reconhece que os trabalhadores são elementos exteriores à empresa, como força adquirida por salário.

A participação nos lucros é desvinculada do salário, pois constitui-se "num acréscimo de rendimentos" do trabalhador, decorrente da relação de emprego, e, portanto, inconfundível com o salário.

Por outro lado, não sendo salário, a participação nos lucros não será considerada para efeito de incidência de ônus trabalhistas, fiscais e previdenciários.

A participação nos lucros não será computada para fins de recolhimento do fundo de garantia, do cálculo de indenizações, do 13º salário, de remuneração de férias e do repouso semanal, prêmios, abonos, etc.

O dispositivo ainda se refere à participação na gestão (direção, gerência) da empresa, mas, apenas excepcionalmente, por meio de uma Lei a ser criada.

A participação na gestão da empresa, só se tornará efetiva, quando a coletividade trabalhadora da empresa, por si ou por uma comissão ou um conselho ou delegado ou representante, fazendo parte ou não dos órgãos diretivos dela dispuser de algum poder de co-decisão ou pelo menos de controle.

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;"

XIII - Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Comentário

A compensação foi inicialmente prevista para o sábado e é a mais comum.

A compensação inicialmente semanal, foi estendida a quaisquer períodos. É o chamado "Banco de Horas", onde as horas extras trabalhadas em um dia poderão ser compensadas com a correspondente diminuição em outro dia.

O "Banco de Horas" tem como finalidade permitir às empresas maior possibilidade de adequar a atividade dos trabalhadores às necessidades de produção, evitando-se assim a dispensa de funcionários.

XIV - Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

Comentário

Turnos Ininterruptos - São aqueles que compreendem jornadas rotativas de seis horas cada uma, de maneira que o empregado trabalhará sempre em períodos diferentes (manhã - tarde ou noite)

XV - Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

Comentário

O repouso do trabalhador é outro elemento que se inclui nas condições dignas de trabalho.

O sistema de submeter o trabalhador a atividades contínuas em todos os dias da semana e do ano seria desumano. Por esse motivo, a Constituição assegura, seguindo a evolução das Constituições anteriores, o repouso semanal remunerado, de preferência aos domingos, muito embora alguns profissionais,

como os médicos, motoristas de ônibus, etc, nem sempre podem gozar do repouso semanal aos domingos, por força de suas atividades, devendo, porém, fazê-lo num outro dia da semana.

XVI - Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

Comentário

Remuneração do serviço extraordinário, nada mais é que o pagamento das horas trabalhadas, após a jornada de trabalho de 8 horas diárias ou 6 horas (se for o caso de turno ininterrupto) limitadas pela Constituição.

Após esses limites, as horas serão consideradas extraordinárias (horas extras), devendo ser pagas com acréscimo de 50%.

XVII - Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - Licença-paternidade, nos termos fixados em Lei;

Comentário

Licença Paternidade - Para servidores celetistas, autárquicos e docentes será concedido cinco dias consecutivos, contados a partir da data do nascimento da criança, mediante cópia da certidão de nascimento. A licença paternidade também deverá ser concedida quando se tratar de adoção de menor de até sete anos de idade.

Jurisdição - aplica-se aos servidores que notificarem o nascimento de seu filho.

Objetivo - estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de licença-paternidade.

Competência:

1 por parte do interessado

- entregar cópia da Certidão de Nascimento ao superior imediato.

2 por parte do superior imediato

- receber a cópia da Certidão de Nascimento;

- anexar a cópia da Certidão de Nascimento ao Boletim de Frequência do interessado;

- encaminhar o Boletim de Frequência à área de pessoal da Unidade/Órgão.

3 por parte da área de pessoal da Unidade/Órgão

- receber o Boletim de Frequência juntamente com a Certidão de Nascimento;

- verificar se atende as normas vigentes;

- cadastrar a licença-paternidade, através do SIAP, utilizando a transação LIC AFAST;

- arquivar.

CRITÉRIOS

1- a licença-paternidade também deverá ser concedida quando se tratar de adoção de menor de até 7 (sete) anos de idade.

2- a licença-paternidade prevista na Constituição Federal é de 5 (cinco) dias, conforme §1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

XX - Proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da Lei;

XXI - Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da Lei;

XXII - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

Comentário

Toda empresa com mais de cinquenta empregados, deve instalar uma CIPA (comissão interna de prevenção de acidentes), cuja finalidade é fiscalizar junto a outros órgãos públicos, o cumprimento fiel das normas relativas a saúde, higiene e segurança do trabalhador.

XXIII - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei;

Comentário

Atividades Penosas - São aquelas exercidas em zonas de fronteiras ou em localidades cujas condições de vida sejam precárias e de difícil acesso por insuficiência absoluta de meios de transportes e equipamentos urbanos.

Atividades Insalubres - São todas aquelas que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde. **Ex:** Trabalhador que manipula produtos tóxicos ou alergênicos.

Atividades Perigosas - São todas aquelas que envolvem operações perigosas, que por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Exemplo: Trabalhador que exerce suas atividades no depósito de combustíveis.

O trabalho envolvendo atividades. Penosa, perigosas ou insalubres assegura um adicional à remuneração do trabalhador, conforme expõe o texto do inciso.

XXIV - Aposentadoria;

XXV - Assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas;

XXVI - Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - Proteção em face de automação, na forma da Lei;

XXVIII. Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

Comentário

Há dolo do empregador quando não existe equipamento de segurança adequado para os trabalhadores, ou existe em número insuficiente ou de péssima qualidade.

O dolo existe porque o empregador sabe que a falta de equipamentos ou sua inadequação, bem como a baixa qualidade dos equipamentos, pode levar a ocorrência de acidentes.

Há culpa do empregador, quando apesar da disponibilidade de equipamento de segurança, este não obriga os trabalhadores a usá-los, ou não fiscaliza a utilização correta e contínua dos referidos equipamentos, pecando, portanto, por negligência.

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;"

Comentário

Prescrição: É a perda do direito de exercer uma ação, por ter vencido prazo para exercê-lo. No inciso em estudo, é perda por parte do trabalhador do direito de pleitear na justiça verbas trabalhistas sobre as quais tem ou acredita ter direito.

Tanto o trabalhador urbano como o trabalhador rural, gozam do prazo máximo de até dois anos para recorrer à justiça após a extinção do contrato de trabalho. Há uma diferença, porém, pois, o trabalhador urbano poderá pleitear direitos trabalhistas referentes aos últimos cinco anos, contados da data em que entrou com ação na justiça. Já o trabalhador rural poderá pleitear todo o período trabalhado. Importante esclarecer que esta diferença foi estabelecida objetivando compensar os trabalhadores rurais de todo o período decorrido

antes da atual Constituição começar a vigorar, período esse em que os trabalhadores rurais ficaram sem direitos assegurados.

Exemplos:

1) Paulo, trabalhador urbano, trabalha em uma empresa como vendedor. Além do salário fixo, recebe um percentual sobre as vendas realizadas (comissões). No ano de 1992, não recebeu as comissões referentes ao mês de dezembro. Segundo o inciso, Paulo poderá mover uma ação dentro do prazo prescricional de cinco anos, ou seja, até o fim de 1997.

2) Paulo, trabalhador urbano, trabalhou durante 10 anos numa empresa e é dispensado (mandado embora). Paulo espera 1 ano e 8 meses para ingressar com ação trabalhista. Nessa ação, poderá pleitear somente os últimos 5 anos. Caso vença a causa, receberá somente o correspondente a 3 anos e 4 meses, porque durante os 5 anos (prazo prescricional), esteve desvinculado da empresa por 1 ano e 8 meses.

3) Cidônio, trabalhador rural (lavrador); trabalhou durante 12 anos numa grande propriedade rural e é mandado embora. Espera 1 ano e 8 meses para entrar com uma ação trabalhista. Nessa ação, poderá pleitear tudo o que acha que tem direito a receber referente aos 12 anos que lá trabalhou.

● **XXX - Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou Estado civil;**

Comentário

Princípio da Igualdade de Salário - Encontra-se definido na quinquagenária CLT, artigo 5º "A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo." É mais completa no artigo 461: "Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade." E no parágrafo 2º exclui da hipótese de equiparação o empregado, quando houver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento.

"Para os fins previstos no parágrafo 2º do artigo 461 CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira, quando homologado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social." - Enunciado nº 6 do TST.

O parágrafo 3º exige que, havendo quadro de carreira organizado seja assegurada promoção alternada por antiguidade e por merecimento, dentro de cada categoria profissional, e o parágrafo 4º exclui da condição de paradigma o trabalhador readaptado por motivo de doença física ou mental atestada por órgão da Previdência Social.

Como demonstramos acima, o princípio da igualdade salarial opera sob várias condições, as quais resumimos:

- identidade de função - de fato e não meramente nominal;
- igualdade de valor do trabalho - igual produtividade e mesma perfeição técnica;
- diferença de tempo de serviço entre o equiparado e o paradigma não superior a dois anos - na mesma empresa de ambos;
- trabalho na mesma localidade - mesmo domicílio;
- inexistência na empresa de pessoal organizado em quadro de carreira, que garanta acesso por antiguidade ou merecimento.

Essas condições operam em conjunto, de maneira que a ausência de qualquer uma delas descaracteriza o direito a isonomia salarial.

Dá-se a equiparação salarial quando um empregado alega em juízo realizar trabalho igual ao de outro colega de empresa (paradigma), entretanto mediante remuneração inferior, caracterizando-se com isso, a odiosa discriminação. Esse fato ocorre principalmente em empresas estatais, onde a ingerência política põe os laços partidários acima do profissionalismo.

Princípio da Isonomia - É importante esclarecer que a igualdade determinada pelo artigo 5º da Constituição Federal refere-se à igualdade de todos perante a lei, pois, as igualdades física, econômica e cultural são inexistentes. Entretanto, certas vezes, em virtude da necessidade, é permitido ao Estado a prática de certas discriminações, dando origem ao binômio finalidade / discriminação. Um exemplo claro, já conhecido de todos é o concurso de

ingresso para a polícia feminina, que só admite inscrições para as mulheres. Esse concurso, contudo, não contraria o princípio da isonomia, pois sua finalidade é o preenchimento de vagas na polícia feminina e, nesse caso a discriminação quanto ao sexo é condição essencial para concorrer ao certame.

● **XXXI - Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critério de admissão do trabalhador portador de deficiência;**

● **XXXII - Proibição de distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;**

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"

● **XXXIV - Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;**

Comentário

O trabalhador avulso é definido pela portaria 3.107, de 7 de abril de 1971, do Ministério do Trabalho nos seguintes termos: "Entende-se como trabalhador avulso, no âmbito geral da Previdência Social, todo trabalhador sem vínculo empregatício que, sindicalizado ou não, tenha a concessão de direitos de natureza trabalhista executada por intermédio da respectiva entidade de classe".

Um exemplo de trabalhadores avulsos, são os estivadores, que trabalham nos portos, executando serviços de carregamento e descarregamento de navios, conferência de mercadorias e outros serviços semelhantes.

Esses trabalhadores são contratados pelas empresas de navegação por intermédio dos sindicatos, que recrutam o pessoal, neles agrupados.

Após o término das tarefas, as empresas contratantes, colocam à disposição dos sindicatos o valor total correspondente aos serviços executados. O sindicato efetua então, o pagamento dos trabalhadores.

Os estivadores, não são considerados empregados das empresas de navegação, porque os serviços prestados são eventuais e esporádicos e porque nada recebem delas diretamente. Por outro lado, não são empregados do sindicato de classe, porque esta entidade não exerce atividade lucrativa e não paga salário, funcionando como simples posto de recrutamento e seleção de pessoal.

Um outro exemplo de trabalhadores avulsos são os garçons. Muitos, trabalham no mesmo sistema, contratando serviços por meio do sindicato.

§ único - São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV bem como a sua integração à previdência social.

Comentário

A Constituição conforme o parágrafo único do inciso XXXIV, assegura aos trabalhadores domésticos:

IV - Salário Mínimo

VI - Irredutibilidade de Salário

VIII - 13º Salário

XV - Repouso Semanal Remunerado

XVII - Férias + 1/3,

XVIII - Licença Maternidade de 120 dias

XIX - Licença Paternidade se for doméstico.

XXI - Aviso Prévio

XXIV - Aposentadoria, além de se filiarem ao Sistema de Previdência Social.

ARTIGO 8º

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

ARTIGO 9º

É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

ARTIGO 10º

É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

ARTIGO 11º

Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

DA NACIONALIDADE Introdução - Conceitos Básicos

● **Nação** - Agrupamento humano, em geral numeroso, cujos membros fixados num território, são ligados por laços históricos, culturais, econômicos e lingüísticos.

● **Território Nacional** - Abrange o espaço aéreo, terrestre e marítimo. O espaço terrestre é delimitado pelas fronteiras terrestres demarcadas por rios, lagos, baías, golfos, ilhas, etc., formando o território propriamente dito. O mar territorial e o espaço aéreo brasileiro tem como limite 200 (duzentos) milhas a partir do continente.

O conceito de território é amplo, pois dele fazem parte os aviões civis e militares, bem como navios de guerra ou mercantes, em qualquer lugar que se encontrem, ou em território estrangeiro (aéreo ou marítimo).

● **Nacionalidade** - É a qualidade de nacional, isto é, do indivíduo que por nascimento ou naturalização pertence a uma nação. A nacionalidade implica na subordinação das pessoas às Leis internas de determinado país. A nacionalidade pode ser classificada em *primária* ou *originária* e *secundária*.

Primária - É aquela que o indivíduo adquire ao nascer.

Secundária - É aquela obtida voluntariamente.

Exemplo:

Espanhol naturalizou-se brasileiro porque assim o quis.

A atribuição da nacionalidade obedece a dois critérios básicos: o "*jus sanguinis*" e o "*jus solis*".

"*Jus sanguinis*" - (origem sanguínea, filiação). Segundo este critério, será nacional, todo aquele que descende de nacionais, não importando o local do nascimento.

Por exemplo: Filhos de pais ingleses, são ingleses.

"*Jus solis*" (origem territorial, local do nascimento) conforme este critério, todo aquele nascido no território de um país, independente da nacionalidade dos pais, será nacional.

Por exemplo: Filhos de pais italianos nascidos no Brasil, são brasileiros.

Observação - A Constituição brasileira adotou o "*jus solis*" como regra, mas também admite o "*jus sanguinis*".

● **População:** É o conjunto de habitantes de um país, cidade ou região. Este conceito engloba os nacionais e os estrangeiros.

Exemplo: População de Brasília.

● **Cidadão** - É o nacional (brasileiro nato ou naturalizado) no gozo de seus direitos políticos e participante da vida do país.

Brasileiro Naturalizado - É aquele que adquire a nacionalidade brasileira voluntariamente, desde que satisfaça os requisitos constitucionais legais.

ARTIGO 12º

São brasileiros

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.



A exceção a regra do artigo 12º refere-se ao item a pois não serão considerados brasileiros aqueles que nascem no Brasil e cujos pais são ambos estrangeiros. E que pelo menos um deles, esteja no território brasileiro a serviço de seu país.

Com relação ao item b podemos observar que a Constituição adotou o "*jus sanguinis*" com o critério funcional, ou seja, a necessidade de pai ou de mãe brasileiros, natos ou naturalizados, estarem a serviço do Brasil. Tais serviços abrangem o serviço diplomático, consular, serviços públicos prestados a autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas no exterior.

Observação: Houve extensão do critério "*jus sanguinis*", pois se um dos pais for brasileiro e o filho vier a residir no Brasil, mesmo tendo nascido no estrangeiro, será considerado brasileiro. Exige-se apenas o registro em

repartição competente (embaixada, consulado) ou a residência no Brasil antes da maioria.

II - naturalizados:


- a) os que, na forma da Lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º *Aos portugueses com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo nos casos previstos nesta Constituição;*

§ 2º *A Lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos pela Constituição;*

§ 3º *São privativos de brasileiro nato os cargos:*

- de Presidente e Vice-Presidente da República;
- de Presidente da Câmara dos Deputados;
- de Presidente do Senado Federal;
- de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- da carreira diplomática;
- de oficial das Forças Armadas.
- de Ministro de Estado da Defesa


 Alguns cargos a Constituição considerou privativo de brasileiros natos, pela importância de suas funções características, que se fossem desempenhadas por alguém naturalizado, poderiam colocar em risco os interesses do país.

Por esta razão, a Constituição Brasileira fixou dois sistemas com a finalidade de definir os cargos privativos de brasileiros natos: a linha sucessória (Presidente, Vice-Presidente da República) e a segurança nacional, pois as funções exercidas pelas forças armadas e pela diplomacia, são estratégicas para os negócios e a defesa do Estado.

§ 4º *Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:*

- I - Tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- II - Adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

- a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela Lei estrangeira;
- b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

 Atualmente já se admite a dupla nacionalidade. Assim, o brasileiro que venha adquirir outra por sua vontade não perderá a nacionalidade brasileira.


ARTIGO 13º

A Língua Portuguesa é o Idioma Oficial da República Federativa do Brasil;

§ 1º *São símbolos da República Federativa do Brasil a Bandeira, o Hino, as Armas e o Selo nacionais.*

§ 2º *Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.*

DIREITOS POLÍTICOS

 São direitos que disciplinam as formas de atuação da soberania popular, permitindo aos cidadãos o exercício completo da liberdade de participação nos negócios políticos do país, assegurando-lhes o direito de eleger seus governantes ou ocupar cargos políticos, como também manifestar suas opiniões sobre o governo.


ARTIGO 14º

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da Lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

 **Sufrágio** - É um direito que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e das atividades políticas, sociais, econômicas e administrativas do país.

O direito de sufrágio, é que permite que as pessoas elejam Vereadores, Prefeitos, Deputados, Senadores, Governadores e o Presidente da República. É o aspecto principal dos direitos políticos. Consiste na capacidade de eleger alguém para um cargo público (elegibilidade) e o direito de votar (alistabilidade). O sufrágio é universal porque é extensivo a todos os cidadãos

Atenção - As palavras sufrágio, voto e escrutínio, são muitas vezes utilizadas como sinônimo, entretanto possuem sentidos diferentes, conforme esclarece o professor José Afonso da Silva.

Voto - É o direito de exercer o sufrágio. É a maneira de expressar a vontade ou opinião num processo decisório. É um dever sócio político, pois todo cidadão tem o dever de expressar sua vontade para a escolha de seus governantes. O voto tem valor igual para todos, pois todos tem o mesmo valor no processo eleitoral, independentemente de sexo, cor, religião, idade, posição profissional ou sócio econômica.

Escrutínio - É a maneira como é realizada a votação (voto secreto, por aclamação, etc).

Plebiscito - É uma votação prévia, submetendo uma resolução de grande interesse nacional à apreciação dos eleitores, para que o resultado desta, seja submetido à votação pelo congresso nacional. Esta manifestação normalmente é de caráter nacional, onde o povo de posse de seus direitos políticos optam pelo sim ou pelo não.

Exemplo: Realização de plebiscito para consultar a população sobre mudanças de limites de Municípios, Estados ou criação de novos.

O plebiscito visa consultar o povo antes que haja um ato já praticado pelo governo.

Referendo - Consiste em uma consulta posterior a determinado ato praticado pelo governo. O referendo é realizado para aprovar ou reafirmar uma Lei, uma Constituição, povo concorda ou não com uma decisão ou proposta do país, representada pelo seu governo.

Iniciativa Popular - É um ato por intermédio do qual os cidadãos (povo) propõem uma Lei ou modificação de uma já existente.

Alistamento eleitoral é o procedimento que concede ao cidadão o direito de votar.


§ 1º *O alistamento eleitoral e o voto são:*

- 1 - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- 2 - facultativos para:

- a) os analfabetos;

- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

 Os militares conscritos (convocados para o serviço militar obrigatório) não podem votar. Já os militares profissionais podem votar e serem votados sem qualquer restrição.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da Lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de :

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses anteriores ao pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10º O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11º A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da Lei, se temerária ou de manifesta má-fé.



cancelamento de naturalização, declaração de incapacidade absoluta e desonestidade quando atuando na administração.

ARTIGO 15º

É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- incapacidade civil absoluta;
- condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- improbidade administrativa, nos termos do art. 37º, § 4º.

ARTIGO 16º

A Lei que altera o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação;

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

ARTIGO 17º

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

- I - caráter nacional;
- II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º - É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

PARTIDOS POLÍTICOS

Noção de partido político: é uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo.

Sistemas partidários: sistema de partido, consiste no modo de organização partidária de um país; os diferentes modos de organização possibilitam o surgimento de 3 tipos de sistema: a) o de partido único, ou unipartidário; b) o de dois partidos, ou bipartidarismo; c) o de 3, 4, ou mais partidos, denominado sistema pluripartidário, ou multipartidário; neste último se inclui o sistema brasileiro nos termos do art. 17.

Institucionalização jurídico-constitucional dos partidos

Controle: a ordenação constitucional e legal dos partidos traduz-se num condicionamento de sua estrutura, seu programa e suas atividades, que deu lugar a um sistema de controle, consoante se adote uma regulamentação maximalista (maior intervenção estatal) ou minimalista (menor); a Constituição vigente liberou a criação, organização e funcionamento de agremiações partidárias, numa concepção minimalista, sem controle quantitativo (embora o possibilite por lei ordinária), mas com previsão de mecanismos de controle qualitativo (ideológico), mantido o controle financeiro; o *controle financeiro* impõe limites à apropriação dos recursos financeiros dos partidos, que só podem buscá-los em fontes estritamente indicadas, sujeitando-se à fiscalização do Poder Público.

Função dos partidos e partido de oposição: a doutrina, em geral, admite que os partidos têm por função fundamental, organizar a vontade popular e exprimi-la na busca do poder, visando a aplicação de seu programa de governo; o pluripartidarismo pressupõe maioria governante e minoria discordante; o direito da maioria pressupõe a existência do direito da minoria e da proteção desta, que é função essencial a existência dos direitos fundamentais do homem; decorrem, pois, do texto constitucional (17), a necessidade e os fundamentos de partidos de oposição.

Natureza jurídica dos partidos: se segundo o § 2º, do art. 17, adquirem personalidade na forma da lei civil é porque são pessoas jurídicas de direito privado.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Liberdade partidária: afirma-se no art. 17, nos termos seguintes: é livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, condicionados, no entanto, a serem de caráter nacional, a não receberem recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro ou a subordinação a estes, a prestarem contas à Justiça Eleitoral e a terem funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Condicionamentos à liberdade partidária: ela é condicionada à vários princípios que confluem, em essência, para seu compromisso com o regime democrático.

Autonomia e democracia partidária: a idéia que sai do texto constitucional (art. 17, § 1º) é a de que os partidos têm que se organizar e funcionar em harmonia com o regime democrático e que sua estrutura interna também fica sujeita ao mesmo princípio; a autonomia é conferida na suposição de que cada partido busque, de acordo com suas concepções, realizar uma estrutura interna democrática.

Disciplina e fidelidade partidária: pela CF, não são uma determinante da lei, mas uma determinante estatutária; os estatutos dos partidos estão autorizados a prever sanções para os atos de indisciplina e de infidelidade, que poderão ir de simples advertência até a exclusão; mas a Constituição não permite a perda de mandato por infidelidade partidária, até o veda.

PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Partidos e elegibilidade: os partidos destinam-se a assegurar a autenticidade do sistema representativo, sendo assim, canais por onde se realiza a representação política do povo, não se admitindo candidaturas avulsas, pois ninguém pode concorrer a eleições se não for registrado num partido (14, § 3º, V).

Partidos e exercício do mandato: uma das conseqüências da função representativa dos partidos é que o exercício do mandato político, que o povo outorga a seus representantes, faz-se por intermédio deles, que, desse modo, estão de permeio entre o povo e o governo, mas não no sentido de simples

intermediários entre 2 pólos opostos ou alheios entre si, mas como um instrumento por meio do qual o povo governa.

Sistema partidário e sistema eleitoral: ambos formam os dois mecanismos de expressão da vontade popular na escolha dos governantes; a circunstância de ambos se voltarem para um mesmo objetivo imediato (a organização da vontade popular) revela a influência mútua entre eles, a ponto de a doutrina definir condicionamentos específicos do sistema eleitoral sobre o de partidos.



PMDB -	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PTB -	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PDT -	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PT -	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PFL -	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PL -	PARTIDO LIBERAL
PC do B -	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PSB -	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB -	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PTC -	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PSC -	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PMN -	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PRONA -	PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL
PRP -	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PPS -	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PV -	PARTIDO VERDE
PT do B -	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PP -	PARTIDO PROGRESSISTA
PSTU -	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES
PCB -	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PRTB -	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PHS -	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PSDC -	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PCO -	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
PTN -	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PAN -	PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO
PSL -	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PMR -	PARTIDO MUNICIPALISTA RENOVADOR
PSOL -	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

3. Da organização do Estado

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º - Brasília é a Capital Federal.

§ 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e

publicados na forma da lei. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996)**

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

3.1 União

Repartição de Competências


TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO II DA UNIÃO

Art.20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

 Terras devolutas são aquelas que pertencem ao domínio público e não se encontram afetadas a nenhuma destinação pública, ou seja, estão sem utilização. Na definição de Diógenes Gasparini, terra devoluta é a que não está destinada a qualquer uso público nem legitimamente integrada ao patrimônio particular. Dessas, são federais as "indispensáveis" aos fins identificados no inciso. As demais são bens dos Estados, conforme o art. 26, IV.

UNIÃO. NATUREZA JURÍDICA

A União é pessoa jurídica de direito público com capacidade política, que ora se manifesta em nome próprio, ora se manifesta em nome da Federação.

Uma das características do Estado federal é ele possuir uma dupla face: em certos aspectos ele se apresenta como um Estado unitário e, em outros, aparece como um agrupamento de coletividades descentralizadas.

De fato, quando a União mantém relações com Estados estrangeiros, participa de organizações internacionais, declara guerra e faz a paz, está representando a totalidade do Estado brasileiro. Está agindo como se o Brasil fosse um Estado unitário.


Diante do Estado estrangeiro, a União exerce a soberania do Estado brasileiro, fazendo valer os seus direitos e assumindo todas as suas obrigações.

Em consequência, os países estrangeiros não reconhecem nos Estados-Membros e Municípios personalidades de direito internacional. São, tão somente, pessoas jurídicas de direito público do Brasil.

Internamente, a União atua como uma das pessoas jurídicas de direito público que compõem a Federação. Vale dizer: exerce em nome do próprio a parcela de competência que lhe é atribuída pela Constituição. Por isso mesmo, no âmbito interno, a União é apenas autônoma, como são autônomos os Estados-Membros e os Municípios, cada qual, dentro de sua área de competência.

Em síntese: a União pode ser definida como pessoa jurídica de direito público com capacidade política que exerce autonomamente em função das competências que lhe são deferidas pelos arts. 21, V a XXV, e 22 da Constituição.

Art.21 Compete à União:

 Este artigo enumera as competências administrativas, ou materiais, da União, ou seja, ações a serem realizadas exclusivamente pela União. Essa relação é chamada de "poderes enumerados" pela doutrina especializada.

Note-se, nitidamente, a dupla posição da União: como pessoa de direito internacional (incisos I e II) e como pessoa de direito interno (III e seguintes). O Ministro Carlos Velloso anota que a Constituição de 1988, ao estabelecer a repartição de competência entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, fundou-se na técnica clássica de enumerar poderes à União e deixar os remanescentes aos Estados, além de definir, explicitamente, os poderes do Município, pois, no caso brasileiro, são componentes do Estado federal. A Constituição, contudo, indo além da técnica clássica e inspirada no constitucionalismo alemão, trouxe também a possibilidade de delegação (art. 22, parágrafo único), a definição de áreas comuns, que prevêm atuação paralela da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art.23) e setores de legislação concorrente (art. 24).

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

 Nessas ações internacionais deverá ser observado o art. 4º desta Constituição.

II - declarar a guerra e celebrar a paz;

III - assegurar a defesa nacional;

 Na forma do art. 142.

IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

 Matérias previstas nos arts. 137, 136 e 34 respectivamente.

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII - emitir moeda;

 Na forma do art.164.

VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 16/8/95)*.

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 16/8/95)*.

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre os portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 5/6/98*)



A primeira providência vem em benefício da estrutura da Constituição. Com a supressão, nesse inciso, da competência da União para organizar e manter a polícia federal e as polícias rodoviária e ferroviária federais - deslocadas para o art. 144, que trata especificamente do assunto segurança pública - elimina-se o problema de existência do mesmo assunto tratado em duas partes diferentes da Constituição. Prosseguindo, a Emenda Constitucional nº 19 manteve, neste dispositivo, a competência para organizar e manter as polícias civil e militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal. A novidade foi a inclusão da obrigação da União de "prestar assistência financeira ao Distrito Federal" para a execução de serviços públicos, prevendo, para captar as verbas federais com essa destinação, um "fundo próprio". Esse fundo deverá ser criado por lei específica, a teor do art. 167, IX.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
II - desapropriação;
III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
V - serviço postal;
VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
VIII - comércio exterior e interestadual;
IX - diretrizes da política nacional de transportes;
X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
XI - trânsito e transporte;
XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;
XIV - populações indígenas;
XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;
XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;
XX - sistemas de consórcios e sorteios;
XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;
XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;
XXIII - seguridade social;
XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;
XXV - registros públicos;
XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;
XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998*)
XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
II - orçamento;
III - juntas comerciais;
IV - custas dos serviços forenses;
V - produção e consumo;
VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
IX - educação, cultura, ensino e desporto;
X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
XI - procedimentos em matéria processual;
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
XV - proteção à infância e à juventude;
XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

3.2 Estados

CAPÍTULO III DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§ 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995)*

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

§ 2º - O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

§ 3º - Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º - A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)*

§ 1º - Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V. *(Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

§ 2º - Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

3.3 Municípios

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)*

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; *(Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)*

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; *(Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; *(Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; *(Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; *(Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; *(Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; *(Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. *(Renumerado do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)*

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita

tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

I - oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

II - sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

III - seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

IV - cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo; *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)*

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

3.4 Distrito Federal e Territórios

CAPÍTULO V DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS Seção I DO DISTRITO FEDERAL

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

§ 2º - A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º - Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

§ 4º - Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

Seção II DOS TERRITÓRIOS

Art. 33. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios.

§ 1º - Os Territórios poderão ser divididos em Municípios, aos quais se aplicará, no que couber, o disposto no Capítulo IV deste Título.

§ 2º - As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

§ 3º - Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais; a lei disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



A palavra administração significa gerenciar (negócios públicos e particulares, dirigir, reger com autoridade, governar). A administração pública pode ser definida como a atividade que o Estado desenvolve para atender os interesses coletivos. É constituída por um conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da administração do Estado. A administração pública compreende a **administração direta e indireta**.

Administração Direta - É aquela que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios. São os

órgãos propriamente ditos como por exemplo o Ministério da Saúde e a Secretaria da Receita Federal.

Administração Indireta - É aquela em que órgãos públicos se valem de órgãos intermediários, criados por Leis específicas, para a realização dos serviços estatais. Compreendem as seguintes categorias dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Pessoa física - É o sujeito considerado regularmente como o sujeito de direitos.

Pessoa Jurídica - Entidade jurídica resultante de um agrupamento humano, organizado, estável e que tem por finalidade a utilidade pública ou privada, e é completamente distinta dos indivíduos que a compõe, sendo capaz de exercer direitos e contrair obrigações. As pessoas jurídicas podem ser de direito público ou de direito privado.

Pessoa Jurídica de Direito Público - A União, os Estados e os Municípios.

Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sociedades civis, mercantis, fundações, etc. Exemplos: Indústrias, estabelecimentos comerciais, fundações beneficentes particulares, etc.



Autarquia

A palavra autarquia vem do grego auto que significa "por si só" e arche "governo".

Autarquia - É uma entidade com personalidade jurídica e finalidade pública, autônoma e desmembrada da administração, sujeita a fiscalização e tutela do Estado, com patrimônio e receita própria cujo fim é executar serviços administrativos do Estado ou necessários a coletividade. As autarquias se auto-administram mediante dirigentes nomeados pelo próprio Estado, e só podem ser criadas por Lei, jamais por decreto ou resolução.

Exemplos de Autarquias: INSS, Caixa Econômica Federal e Banco Central.

Fundação (entidade fundacional) - É uma entidade autônoma, dotada de personalidade jurídica, constituída por um complexo de bens, e destinada a fins de utilidade pública ou de beneficência. O caráter da fundação é eminentemente patrimonial.

Patrimônio - É um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse. E tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa.

Existem Fundações de **Direito Público** e de **Direito Privado**.

As **Fundações de Direito Público** são aquelas criadas pelo Estado por Lei. As de **Direito Privado** são criadas através de escritura pública ou por testamento.

Exemplo de **Fundações Públicas**: FUNAI (Fundação Nacional do Índio) - FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor).



Empresa Pública

A administração pública é responsável somente por aquelas atividades fundamentais para a vida em sociedade, que os particulares isoladamente não conseguem levar a efeito.

A iniciativa particular nem sempre consegue reunir meios suficientes para realizar certos empreendimentos ou por outro lado, pode não existir interesse de sua parte em realizá-los

Além disso, existem determinadas atividades que fazem parte de objetivos que envolvem a própria segurança do país.

Nestes casos, o Estado intervém criando empresas públicas destinadas a tais funções.

A empresa pública é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, criado por Lei para exploração de atividade econômica, que o governo seja obrigado a exercer por força de contingência ou interesse administrativo, possuindo patrimônio próprio e capital exclusivo da União.

Há empresas públicas, em que a União participa com a maioria do capital, mas admite no capital da empresa outras pessoas jurídicas de direito público interno e Estados, Distrito Federal e Municípios.

A instituição de empresas públicas e disciplinada no artigo 37º incisos XIX, XX da Constituição Federal.



Sociedade de Economia Mista

São empresas onde existe colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade sempre de ordem econômica.

A razão de ser das sociedades de economia mista, é que nem sempre o Estado dispõe de recursos suficientes para investir em determinado empreendimento, que de maneira direta ou indireta, visa o interesse da sociedade.

O Estado então, associa a particulares objetivando a atender essas necessidades sociais, e os particulares visando alcançar os objetivos pretendidos motivados pelo lucro.

A Sociedade de Economia Mista será sempre uma Sociedade Anônima (S.A.), sendo portanto pessoa jurídica de direito privado.

Exemplo de Sociedade de Economia Mista: Banco do Brasil.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 37º

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: "(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



Princípio da Eficiência - A Emenda Constitucional de nº19/98 denominada de "Reforma Administrativa" tornou expresso mais um princípio a ser observado pela administração pública que é o "princípio da eficiência", o qual pode ser entendido como o dever de boa administração.

A introdução do princípio da eficiência na Emenda Constitucional 19/98 (Reforma Administrativa), tem por objetivo tornar a administração pública mais eficaz proporcionando agilizar um melhor atendimento ao cidadão, com uma escalada cada vez maior, no processo de desburocratização

Princípio da Legalidade - Este princípio, já apresentado no artigo 5º, inciso II, "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da Lei", aplica-se a administração pública de forma rigorosa e especial para o administrador, pois tudo deve ser realizado de acordo com Lei, sob pena de praticar um ato que viole a norma jurídica. Portanto na administração pública só se pode fazer o que a Lei determina ou autoriza.

Princípio da Impessoalidade - É um desdobramento do princípio da isonomia (artigo 5º - caput)

O princípio da impessoalidade visa a garantir a neutralidade da administração, proporcionando aos administradores, tratamento que afaste qualquer espécie de discriminação ou favorecimento, pois qualquer ato deve ser de interesse

público e nos estritos termos da Lei, caso contrário estará sujeito a invalidação por desvio de finalidade, por meio da ação popular.

O concurso para ingresso no serviço público, é um exemplo da aplicação prática deste princípio, pois a administração é neutra, não havendo qualquer tipo de discriminação ou favorecimento em benefício de alguém.

Princípio da Moralidade ou da Probidade Administrativa- Não se refere a moral comum como a concebemos, mas a um conjunto de regras éticas que norteiam a Administração Pública.

Este princípio exige que haja validade entre os meios empregados e os fins a atingir.

Por exemplo: O Estado deseja melhorar a segurança pública e os serviços de saúde.

Para alcançar seus objetivos, eleva os impostos para conseguir verbas com o objetivo de comprar viaturas para a polícia e aumentar o número de investigadores e policiais militares, bem como contratar médicos, e abrir novos postos de saúde.

Se a população receber tais benefícios com o aumento de impostos, a administração estará satisfazendo o princípio da moralidade.

Princípio da Publicidade - É a divulgação de atos (Leis, Decretos, contratos administrativos, etc.), para o conhecimento público em geral e início da produção de seus efeitos.

A publicidade se faz nos diários oficiais da União, do Estado e do Município conforme a competência ou por meio de editais afixados em lugares próprios para a divulgação dos referidos atos, para que a coletividade em geral, deles tome conhecimento.

Estes atos exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é perante as partes, terceiros e ao povo em geral, proporcionando ainda aos administradores o conhecimento dos atos praticados pela administração.

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;" [Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#)



A reforma administrativa tornou possível a um estrangeiro tornar-se funcionário público, com o objetivo de atrair pesquisadores, técnicos especializados e professores, que possam contribuir para com o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Cargos como contínuo, coletores de lixo, datilógrafos, também poderão ser ocupados por estrangeiros, pois o texto constitucional não impõe limitações quanto a especificidade dos cargos.

A Lei que disciplinará o ingresso de estrangeiros na administração pública, ainda não foi promulgada.

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;" [Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#)



Este inciso extinguiu as formas de provimento derivado vertical, como a ascensão, o acesso e a promoção, mantendo apenas os provimentos derivados horizontais (transferência, readaptação e remoção) por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução).

Veja que, por ele, qualquer troca de cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.

A Emenda à Constituição 19/98 abriu as portas, perigosamente, a realização de concursos públicos simplificados, variáveis com a "natureza e a complexidade do cargo ou emprego".

No caso das paraestatais, o concurso público tem o significado de processo seletivo, na forma dos respectivos regulamentos internos, sendo necessário que haja, porém, e necessariamente, competição e igualdade.

Ainda sobre esse inciso, na parte final, o STF julgou que criação de cargos em comissão em moldes artificiais e não condizentes com a praxe configura inaceitável esvaziamento da exigência constitucional do concurso público.

Por este inciso, estão inconstitucionais:

as transposições, sob qualquer fundamento;

as diferenciações com base em idade e sexo, por ferir o art. 7º, XXX.

A não ser que o órgão que esteja realizando o concurso público demonstre que as funções do cargo excluem determinadas faixas de idade.

Os concursos internos são constitucionais, desde que apenas se prestem a elevação de servidor na carreira, por promoção ou acesso, conforme a lei.

III o prazo de validade do Concurso Público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;



A Administração pode fixar qualquer prazo inicial para o concurso público, até dois anos, contados, da abertura do certame, segundo Diógenes Gasparini.

Se o Edital nada disser sobre o prazo, presume-se que é fixado pelo teto.

A renovação única deverá ser no máximo pelo prazo inicialmente determinado:

Se um ano, por outro;

Se dois meses, por outros dois meses.

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em Concurso Público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo ou emprego, na carreira.



O Concurso Público é o único meio para alguém ingressar no serviço público. A nova Constituição impõe a necessidade do Concurso Público para todos aqueles que desejam ingressar nos quadros públicos de pessoal, excetuada a nomeação para cargos declarados em Lei, de provimento em comissão, que pela sua natureza, inviabilizariam a realização do certame

O concurso deve ser público, extensivo a todos aqueles que preencham os requisitos dispostos na Lei e no correspondente edital, ao qual se impõe ampla publicidade, sendo vedado, pois, o denominado concurso interno restritos aos que já são servidores públicos.

Diz-nos, ainda, o texto constitucional que o concurso deve ser de provas ou de provas e títulos. A pontuação atribuída aos títulos não deve superar a conferida as provas, a fim de que a aprovação seja decidida pela competição das provas e os títulos computados apenas para classificação.

Nesta modalidade, os candidatos deverão apresentar seus títulos (doutor, mestre, especialista), livros publicados, teses defendidas, aprovação em outros Concursos Públicos, etc.

Nomeação - É o ato formal pelo qual o poder público atribui um cargo a pessoa estranha a seus quadros de pessoal.

Exoneração - É a dispensa de um funcionário público não estável (nomeado), deliberado a juízo exclusivo da autoridade competente.

Comissão - Preenchimento de cargo ou função em caráter temporário, através de nomeação, por um funcionário pertencente a administração pública, com a finalidade de prestigiar os quadros públicos de pessoal.

Observação: Tanto a nomeação quanto a exoneração dos ocupantes dos cargos são livres, não havendo portanto estabilidade.

Não é proibida a abertura de novos concursos dentro do prazo de validade de outros, mesmo que ainda haja candidato aprovado. A constituição apenas

proíbe que os aprovados no novo certame sejam convocados antes dos habilitados pelo anterior, durante o prazo de validade daquele.

O inciso IV assegura o direito de convocação (direito de não ser preterido) aos aprovados no Concurso Público, durante o prazo estabelecido no edital de convocação, que é improrrogável, podendo ser dilatado apenas uma única vez. Tais prazos são distintos, sendo que no primeiro período de validade não pode ser realizado outro concurso. No segundo período de validade (prorrogação) e daí para a frente, a administração poderá realizar novo concurso, mas estará obrigada a respeitar a prioridade dos concursados aprovados no concurso anterior, para somente depois admitir os aprovados no novo concurso.

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;"

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A redação da EC-19/98 veio eliminar o aconselhamento contido na redação original da Constituição, onde se dizia que os cargos em comissão e as funções de confiança seriam exercidos, "preferencialmente", por servidores de carreira, previsão essa que reconhecemos inócua nas edições anteriores a este material. A nova redação dada pela Emenda citada, tecnicamente superior à anterior, estabelece que as funções de confiança são exclusivas de servidores de carreira; em outra passagem, separando os tipos que não deveriam estar juntos, prevê que os cargos de provimento em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, no que anda bem, já que o Supremo Tribunal Federal vem decidindo, e a partir dele outros Tribunais, que não é qualquer cargo que pode ser provido em comissão, mesmo que assim esteja previsto em lei, sendo que somente se admite essa forma de provimento para cargos com determinadas atribuições, as quais são, em síntese, as contidas na nova redação deste dispositivo. Ainda, é determinado que os cargos em comissão serão ocupados por um mínimo de servidores de carreira, percentual esse que deverá ser fixado em lei. As vagas restantes são de provimento livre.

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

Mas não ao servidor público militar, segundo o art. 42, § 5º.

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;" *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

Tem-se aqui norma de eficácia limitada, segundo resultou do julgamento, pelo STF, do mandato de injunção nº 20. Segundo o entendimento do STF, somente após o advento dessa lei complementar será lícito ao servidor fazer greve, mas o STJ, julgando o MS 2.677, afirmou o contrário, reconhecendo o direito à greve sem que se exija a lei complementar referida, cuja ausência será suprida pelos princípios jurídicos e pela legislação que disciplinar a matéria.

Com o advento da Emenda à Constituição 19, esse assunto deixa de ser objeto de lei complementar, passando a poder ser cuidado por lei ordinária específica. A sua condição de eficácia, contudo, permanece a mesma. Desse choque de orientações jurisprudências prevalece a do Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição que é, nos termos do art. 102, caput.

VIII - a Lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

São poucas as funções de confiança e cargos em comissão exercidas exclusivamente por servidores públicos efetivados no cargo. Tais funções destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento.

O inciso VI e o VII representam importantes inovações no plano constitucional.

O inciso VI confere a todo servidor público, o direito a sindicalização, do qual não gozava anteriormente.

O inciso VII por sua vez, estende ao servidor público o direito de greve, desde que, na forma da Lei, fiquem preservados as atividades essenciais.

O inciso VIII trata de outra novidade constitucional, que visa a assegurar o ingresso do deficiente físico no funcionalismo público, reservando para estes cargos compatíveis as suas deficiências e aptidões profissionais.

A necessidade de Lei para assegurar ao deficiente acesso ao serviço público, parece a primeira vista dispensável. Isto porque, recusar a admissão de deficientes em cargos, funções ou empregos públicos, desde que reúnem condições para exercê-los, seria incorrer em discriminação afrontosa a própria Lei Magna (artigo 5º "caput") dos direitos e garantias fundamentais, já mencionados diversas vezes em nosso estudo.

O estatuto do servidor público civil, Lei 8112/90 determina que sejam reservadas 20% das vagas aos deficientes.

IX - a Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado por necessidade temporária de excepcional interesse público.

Deverão ser atendidos, nesses casos, os princípios da razoabilidade e da moralidade. O contratado sob este fundamento não é beneficiado nem pode reivindicar qualquer direito à permanência no serviço público, sendo impositivo, para isso, a submissão ao concurso público de provas ou provas e títulos.

Há períodos no serviço público que o volume de tarefas a serem realizadas, torna-se desproporcional em relação ao número de funcionários públicos. É quando a administração adota como solução temporária, a contratação de profissionais objetivando a atender o interesse público;

Estes funcionários contratados obedecerão ao regime da C.L.T. (Consolidação das Leis Trabalhistas), e portanto sem direito a estabilidade.

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;" *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 (consultar), somente poderão ser alteradas ou fixadas mediante Lei específica, levando-se em consideração as remunerações respectivas devidas aos Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais. Sendo ainda assegurada revisão geral sempre na mesma data e sem diferenças de índices.

Subsídio - É uma ajuda financeira concedida pelos governos Federal, Estadual e Municipal, destinada a remunerar o Presidente, Vice-Presidente da República, Ministros e os membros que integram o Poder Legislativo: Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

O subsídio é dividido em duas partes: uma fixa que se paga mensalmente no decurso do ano e outra variável correspondente ao comparecimento nas sessões.

Esta remuneração por sessão é designada como cédula, mais conhecida como "jeton". É uma bonificação de presença não recebendo-a os deputados e senadores que não comparecem as chamadas.

O subsídio difere da ajuda de custo e das contribuições devida pela presença nas sessões. A ajuda de custo visa o ressarcimento dos gastos com transporte e instalação.

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*



Comentário

Cumpra-se ressaltar que o direito adquirido será preservado, mesmo porque se constitui em cláusula pétrea da Constituição Federal, não podendo portanto ser alterada por emendas constitucionais.

Consequentemente, quem tiver vencimentos superiores aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal continuará a recebê-los, pois a Lei não tem efeito retroativo, especialmente no que se refere a esse direito. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a norma do artigo 29 da emenda constitucional nº 19/1998 não é auto-aplicável, declarando que esta regra será amplamente discutida, depois que for editada Lei pelo Congresso Nacional, que deverá resultar de projeto de iniciativa conjunta do Presidente da República, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente do Senado e do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Vencimentos - Este termo é utilizado na prática como sinônimo de remuneração.

Provento - *Rendimento.*

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.



Comentário

Através desse inciso verificamos que a atual Constituição garante que os funcionários públicos de todos os poderes (executivo, Legislativo, Judiciário) que exercerem atividades semelhantes terão vencimentos equiparados. Esses vencimentos não poderão ser superiores aos pagos pelo poder executivo.

Exemplo:

Um faxineiro do poder legislativo, não poderá ganhar mais que o faxineiro do poder executivo

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;" *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*



A Constituição atual proíbe a vinculação de vencimentos (remuneração) entre categorias de funcionários, o que era permitido pela Constituição anterior. Por exemplo: Estabelecia-se que os fiscais ganhariam

50% do que recebiam os Secretários de Estado. Então, quando estes últimos recebiam aumento, os primeiros automaticamente eram aumentados. Atualmente a Constituição proíbe este tipo de vinculação relativa aos vencimentos, bem como a equiparação.

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;"

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



Os acréscimos pecuniários ao padrão de vencimentos dos servidores públicos são admitidos pela Constituição, que proíbe porém, seu cômputo ou acumulação para fins de acréscimos ulteriores. É a proibição do chamado "repique" que consiste na incidência de adicionais sobre adicionais.

Vale dizer que só podem ser recebidos singelamente sem acumulações de qualquer natureza, isto é, não se somam ao vencimento para constituição da base sobre a qual eles mesmos incidiram.

Como era

Um servidor público cujo vencimento fosse de R\$ 500,00 e recebesse três quinquênios, sendo cada um dos adicionais equivalente a 5% do salário, receberia;

1º quinquênio

$R\$ 500,00 + 25,00$ (5% sobre o salário base que é R\$ 500,00) = R\$ 525,00

2º quinquênio

$R\$ 525,00 + 26,25$ (5% sobre a nova base que agora é R\$ 525,00) = R\$ 551,25

3º quinquênio

$R\$ 551,25 + 27,56$ (5% sobre a nova base que agora é R\$ 551,25) = R\$ 578,81

Como é agora

1º quinquênio

$R\$ 500,00 + 25,00$ (5% sobre o salário base de R\$ 500,00) = R\$ 525,00

2º quinquênio

$R\$ 525,00 + 25,00$ (5% sobre o salário base de R\$ 500,00) = R\$ 550,00

3º quinquênio

$R\$ 550,00 + 25,00$ (5% sobre o salário base de R\$ 500,00) = R\$ 575,00

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;"

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



A expressão observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, quer dizer que, a soma do "salário" dos dois cargos públicos não poderá exceder "o subsídio mensal em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal".

"XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;"



Conforme o dispositivo, um professor pode lecionar em duas escolas públicas. Assim, se foi aprovado em dois concursos públicos, um da rede municipal de ensino e outro da rede estadual, poderá acumular dois cargos, lecionando numa escola municipal e também numa escola estadual. Poderá

também lecionar em duas escolas municipais ou em duas escolas estaduais ou federais.

Um técnico ou cientista pode acumular dois cargos públicos remunerados, desde que o outro seja o de professor. É o caso, por exemplo, de um pesquisador da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que leciona numa Universidade Estadual ou Federal.

O médico poderá ocupar também dois cargos privativos de médico. Isto significa que ele poderá exercer, por exemplo, suas atividades em dois hospitais públicos; um estadual e outro municipal ou federal. O que a Constituição não permite é que ele ocupe dois cargos públicos, sendo um deles diferente do cargo de médico, como por exemplo, ser médico de um hospital estadual e chefe de serviço de contas a pagar da prefeitura de sua cidade.

OBS: Cargos Privativos - São cargos que só podem ser ocupados por pessoas que tenham diploma e habilitação para o exercício de determinada profissão. Portanto, o cargo privativo de médico é aquele que só pode ser ocupado por alguém que seja diplomado e habilitado para o exercício da medicina.

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*



Inciso que alarga a expressivamente a regra da inacumulabilidade, para abranger também a administração indireta.

A nova redação deste dispositivo, imposta pela Emenda à Constituição nº 19/98, veio alargar ainda mais o âmbito da inacumulabilidade, para incluir nas regras também cargos nas subsidiárias de entidades da administração indireta e as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

XVIII - a administração fazendária e seus serviços fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da Lei; a Constituição assegura à Fazenda Pública e seus fiscais, prioridade sobre qualquer outro setor da administração, significando que poderão ter acesso a todo tipo de informação, mesmo aquela que deveria ser comunicada a outra repartição pública. Assim, os servidores públicos responsáveis pela fiscalização, devem ter acesso a tudo que se refere ao dinheiro público, para verificar se os tributos estão sendo pagos ou não ou adotar medidas judiciais para cobrança de tributos não recolhidos.



Inciso que assegura privilégio interno, administrativo, aos servidores da Fazenda e aos demais que exerçam atividades a ela ligadas.

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;"

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



Somente por Lei específica poderá ser criada Autarquia e autorizada a instituição de Empresa Pública, de Sociedade de Economia Mista e de Fundação, cabendo à Lei Complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação. A reforma administrativa estabeleceu que as autarquias somente poderão ser criadas por meio de Lei específica, isto é, especial.

Para a criação de Empresa Pública, de Sociedade de Economia Mista e de Fundação, há necessidade também de Lei específica, autorizando o governo a criá-las, o que se dará naturalmente por Decreto.

Finalmente, a área de atuação de uma Fundação Pública deverá ser definida em Lei Complementar.

Lei Complementar - Lei elaborada pelo Presidente da República, por comissão do Congresso Nacional, ou de qualquer de suas casas.

Decreto - determinação escrita, emanada do chefe do Estado, ou de outra autoridade superior.

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;



A primeira conclusão que se impõe é a de que, para criar subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, não se poderá usar lei. Se isso fosse possível, a redação seria tão clara quanto é a do inciso anterior, onde se fala de "lei". Mas não. Aqui, o que se exige, é uma autorização legislativa, que, por ser autorização, pressupõe um pedido, e que será uma manifestação do Legislativo diferente de lei, assumindo a forma de decreto legislativo.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



A contratação de empresas pela administração pública para a construção de obras, serviços, compras e alienações é realizada mediante processo de licitação pública (concorrência pública).

O processo de licitação é democrático, pois assegura a todos os concorrentes igualdades de condições para obtenção do contrato. Por outro lado, esta forma de seleção possibilita a administração pública contratar a empresa que oferecer o melhor serviço pelo menor preço.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.



Expressão da impessoalidade administrativa. Qualquer sinal indicativo, frase, palavra ou o que quer que seja, que leve à identificação da pessoa que exerça atividade pública é inconstitucional. Note que nada se fala quanto à possibilidade de identificação de entidade, como partido político, por exemplo, que, por isso, poderá ser feita, a princípio.

§ 2º - A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição de autoridade responsável, nos termos da Lei.



O que se pune aqui é a inobservância dos princípios referentes ao concurso público. A nulidade do ato não está condicionada a um determinado tempo, pelo que poderá ser reconhecida e declarada a qualquer momento.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública."



Usuário é cada um daqueles que usam ou desfrutam alguma coisa coletiva, ligada a um serviço público ou particular, exercendo seu direito de uso.

A participação do cidadão na administração pública, será prevista na Lei que regulamentará seu acesso aos registros administrativos, bem como as informações sobre atos do governo, observado o disposto no artigo 5º, inciso X e XXXIII, incluindo a representação contra o servidor que abusar do cargo que ocupa ou for negligente para com seus deveres.

A Lei, preverá também o encaminhamento de reclamações relativos a prestação de serviços públicos em geral.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em Lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A Lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.



Improbidade significa mau caráter, desonestidade, maldade. No que concerne ao assunto em pauta, improbidade administrativa é a desonestidade praticada na administração, por qualquer agente servidor público ou não, que será punida com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em Lei, e ainda sofrendo o agente a ação penal cabível.

O parágrafo 5º assegura que a Lei estabelecerá os prazos de prescrição para os ilícitos praticados, ressalvando-se as respectivas ações de ressarcimento. Ora, todo direito deve ser exercido dentro de um determinado espaço de tempo, caso contrário ocorrerá a prescrição, isto é, este direito não poderá mais ser exercitado.

Portanto, se o poder público não processar e punir o agente da infração dentro de um prazo pré-fixado em Lei, não mais poderá fazê-lo.

Por determinação constitucional será criada uma Lei que fixará os prazos constitucionais.

A Lei 8424/92 de junho de 1992 disciplinou a responsabilidade civil daqueles servidores públicos que cometerem atos de improbidade administrativa. Para tais atos os prazos prescricionais estão definidos no art. 23 que dispõe que "as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nesta Lei podem ser propostas":

I - Até cinco (5) anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

II - Dentro do prazo prescricional previsto em Lei específica, para faltas disciplinares puníveis a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.



Os serviços públicos são prestados tanto pelas pessoas jurídicas de direito público (União, Estado, Município), como pelas pessoas jurídicas de direito privado (indústrias, estabelecimentos comerciais, enfim, particulares em geral).

Se na execução desses serviços, for constatado algum prejuízo a qualquer pessoa, esta deverá ser indenizada

Essa indenização será paga pelo prestador de serviço seja ele administração pública ou o particular. Caso esse último não possuir condições financeiras para ressarcir o prejuízo pelo qual é responsável, a administração pública arcará com a indenização.

Entretanto, é importante ressaltar que o causador do dano, seja ele um funcionário público ou funcionário de uma empresa particular, poderão ser obrigados a pagar o prejuízo que causaram caso fique provado dolo ou culpa

Nestas circunstâncias o dispositivo assegura o direito de regresso do valor correspondente ao dano que foi causa de indenização contra os responsáveis nos casos de dolo ou culpa, pois os valores pagos pela administração pública ou particulares a título de indenização, deverão ser cobrados do funcionário público ou particular para reembolsar o valor da indenização que foi paga

A única hipótese para que a administração não indenize ou indenize com valor menor que o prejuízo, somente ocorrerá caso ela provar a culpa ou dolo da empresa particular.

§ 7º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas."Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:



É óbvio que a administração pública constitui-se num núcleo de informações extremamente importantes e, que se forem conhecidas por indivíduos inescrupulosos, poderão trazer prejuízos as pessoas, ao país, bem como poderá beneficiar de forma criminosa àqueles que conseguirem a posse dessas informações.

O conteúdo do parágrafo é claro, pois determina que Lei Ordinária estabelecerá condições especiais para a ocupação do cargo onde seu titular tenha acesso a informações privilegiadas. Um dos objetivos ao que parece se refere aos cargos de direção ou chefia superior.

Exemplo: Um funcionário do Banco Central que tomando ciência com antecipação que o dólar seria valorizado em relação ao real dentro de poucos dias, comprasse, baseado nessa informação, alguns milhares de dólares conseguindo assim um lucro significativo com esta operação.

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal."



A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada, permitindo assim, que as metas fixadas de desempenho sejam atingidas, gerando maior eficiência na prestação dos serviços públicos típicos e atípicos.


O parágrafo em pauta refere-se a APO (Administração por Objetivos), corrente administrativa cuja ideologia é transferir a atenção e os esforços dos dirigentes, das atividades para os objetivos.

O dispositivo, refere-se também a duração do contrato, fator significativo e indicador de que haverá prazo estabelecido para o cumprimento das metas, bem como mecanismos pré-estabelecidos de fiscalização e controle.

Quanto a remuneração da pessoa, esta poderá ter um tratamento diferenciado em relação as regras gerais, sugerindo este parágrafo que esta remuneração seja relacionada as entidades da administração indireta, como as Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, que poderão remunerar seus funcionários com valores superiores à aqueles fixados pela própria Constituição, alegando que precisam captar no mercado, profissionais de alto nível cuja remuneração nas empresas privadas de destaque, são geralmente mais elevados que o teto pago pelos serviços públicos.


§ 9º - O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

 De notável nesse parágrafo é o fato de ele isentar as entidades paraestatais dos tetos de remuneração previsto pela Constituição Federal que corresponde ao salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal .

§ 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98:

 Antes desse parágrafo ser acrescentado pela Emenda Constitucional nº 20 /98 (Reforma da Previdência), era ato comum, que funcionários se aposentassem com tempo especial de aposentadoria.

Caso conquistassem um novo cargo público através de concurso, além de gozar dos benefícios da aposentadoria passavam a receber também os vencimentos do novo cargo. Portanto, recebiam duas remunerações distintas, uma referente a aposentadoria e a outra do novo cargo ocupado.

Atualmente, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, foi proibida a acumulação de proventos de aposentadoria e de vencimentos, ressalvados apenas os cargos acumuláveis na forma da Constituição atual, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

Neste parágrafo três fatos podem ser evidenciados:

A Emenda Constitucional 20 / 98 assegurou expressamente, o direito adquirido aos membros do poder e aos inativos, servidores e militares.

O artigo 11 da Emenda 20 / 98 dispõe que "a vedação prevista no art. 37 § 10, da Constituição, não se aplica aos membros do poder e aos inativos, servidores e militares, que até a publicação desta Emenda tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público em provas ou de provas de títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência ao que se refere o art. 40 da Constituição, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o parágrafo 11 desse mesmo artigo.

Ora, o Inciso 11 do art. 37 refere-se ao teto salarial previsto pela Constituição e que corresponde ao do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Portanto é evidente que a soma dos proventos da aposentadoria mais os vencimentos oriundos do novo cargo, jamais poderão superar ao salário do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o servidor aposentado e que foi nomeado após ser aprovado em um novo Concurso Público, não poderá se aposentar no novo cargo, pois de acordo com o regime de previdência do servidor público (art. 40 / CF ficou proibida o recebimento de mais de uma aposentadoria).

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005:

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores." (NR)

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005:

ARTIGO 38º


Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:"
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;


II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato do Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

 Quando o servidor público tiver que se afastar da administração para exercer um cargo eletivo, seu tempo de serviço será contado para fins de aposentadoria, acréscimos salariais e promoção por antiguidade. Entretanto, o tempo em que o servidor exercer o cargo eletivo não será contado para efeito de promoção por merecimento, porque não haveria o que avaliar, pois durante esse tempo o servidor esteve afastado do cargo.

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

 Reza este artigo, que o servidor que for eleito para qualquer cargo de mandato eletivo, ficará afastado de seu cargo, retomando-o após o término do mandato.

Quanto a remuneração, se for eleito prefeito, poderá optar entre a remuneração correspondente ao seu cargo de funcionário público e a de prefeito.

Se for eleito vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá continuar exercendo suas funções como servidor público, percebendo as vantagens de seu cargo, mais as do cargo eletivo.


Caso os horários sejam incompatíveis, será aplicada a norma do inciso II (anterior).

Em casos de afastamento do cargo eletivo, qualquer que seja o motivo, os benefícios serão pagos com base no salário do cargo de servidor e não com base no salário referente ao cargo de mandato eletivo.

A remuneração durante o mandato, não será considerada para fins previdenciários, tanto é que se o servidor for eleito deputado e morrer durante sua gestão, seus dependentes não receberão a pensão com base no valor do salário de deputado, mas sim sobre a quantia com a qual venha contribuindo como servidor público.

ARTIGO 39º

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes."
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

 Este conselho de política de administração, é um órgão criado com a incumbência de opinar sobre a política de recursos humanos da administração pública, incluindo planos de carreira, direitos e deveres, critérios de promoção, disciplina e remuneração.

A legitimidade de representação deste conselho é traduzida pelo fato de que o mesmo é integrado por servidores públicos.


§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;


II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos."

 Neste parágrafo, pode-se perceber a preocupação da reforma administrativa para com a profissionalização do funcionário público, proporcionando-lhe remuneração condizente com a complexidade, natureza, grau de responsabilidade e características do cargo.


§ 2º - *A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados."*

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

 Esta é uma iniciativa importante para a melhoria dos serviços públicos, pois estimula o servidor a enriquecer seus conhecimentos e conseqüentemente melhorar seu desempenho profissional.

§ 3º - *Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir."*

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:


 No que se refere aos direitos do servidor público, foram excluídos o direito a irredutibilidade do salário e os adicionais de insalubridade e periculosidade, subsistindo porém alguns direitos sociais em favor do funcionário público e que foram também previstos para o trabalhador comum.

Estes direitos estão abaixo elencados:

- salário mínimo
- garantia de salário mínimo
- décimo terceiro salário
- adicional noturno
- salário-família para seus dependentes
- jornada diária de trabalho de no máximo 8 horas e 44 horas semanais
- repouso semanal remunerado
- horas extras
- férias
- licença à gestante
- licença-paternidade
- proteção ao trabalho da mulher
- segurança de trabalho
- igualdade legal.

§ 4º - *O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI."*


Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

 Remuneração por subsídio fixado em parcela única, significa remuneração fixa, pré-estabelecida, sem acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação, etc.

O objetivo de se ter estabelecido a remuneração "por subsídio fixado em parcela única" está ligado ao fato de que haviam pessoas que trabalhavam na administração pública, recebendo salários de pequena monta, que, acrescidos de adicionais, abonos, verbas de representação, etc, acabavam por receber salários muito mais elevados. A adoção desse tipo de remuneração representa um movimento moralizador na administração.

§ 5º - *Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI."*

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

 Curiosamente, a redação facultada as entidades estatais estabelecer, ou não, por lei ordinária, um padrão de diferença entre a menor e a maior remuneração dos servidores públicos, que seria condicionante dos trabalhos dos conselhos de política de administração e remuneração de pessoal.

§ 6º - *Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos."*


Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

 O parágrafo em epígrafe aborda dois aspectos:

- expor à população como o funcionário é remunerado;
- tornar efetivo o princípio da publicidade.


§ 7º - *Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

 O texto demonstra mais uma vez, a preocupação do Estado com a melhoria de seus serviços, pois prevê que os recursos orçamentários provenientes da economia corrente de cada órgão, autarquia, fundação, etc., sejam empregados para o treinamento e desenvolvimento dos servidores, programas de qualidade e produtividade, e para o reaparelhamento e racionalização do serviço público. Parte desses recursos deve ser destinada para adicionais (acréscimos salariais) ou para prêmios de produtividade.

§ 8º - *A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.*

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:


 A EC-19 abre aqui, a possibilidade de instituição de política remuneratória que suprima absolutamente o pagamento de quaisquer gratificações ou adicionais aos servidores e empregados públicos. Isso é especialmente importante quando se constata que, hoje, praticamente todas as carreiras têm vencimentos básicos fixados em valores modestos, os quais são expressivamente inflados pela soma de um sem-número de gratificações, diferenças, adicionais, verbas e funções.

ARTIGO 40º

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e

inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

 O objetivo deste novo texto constitucional, é assegurar condições para que o dinheiro arrecadado por meios de contribuições previdenciárias, sejam utilizados de maneira criteriosa, de modo a preservar o equilíbrio financeiro, e proporcionar os meios suficientes para custear os pagamentos das aposentadorias e pensões dos servidores, procurando-se assim evitar a importação de recursos obtidos com o recolhimento de tributos (impostos, taxas contribuições). De maneira idêntica as empresas de iniciativa privada,

onde as pensões e aposentadorias são custeadas pelos empregados e empregadores, o servidor público e seu empregador (União), também passam a contribuir em conjunto para pagar suas pensões e aposentadorias. Entretanto existe preocupação com a falta de dinheiro que a União, alguns estados, o Distrito Federal e os municípios, eventualmente venham a sofrer para o pagamento dos proventos de aposentadorias e pensões de seus servidores e, por esta razão autorizou que qualquer um deles (União, Estado, Distrito Federal e Municípios), possam constituir algumas fontes de recursos adicionais, o que se fará mediante Lei, uma vez que se trata de gerenciamento de dinheiro público estabelecido pela Constituição.

O artigo 249º é claro neste sentido, pois reza que:


O Artigo 249 diz:

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)*

§ 1º do ARTIGO 40º

Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)


I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

 Neste item vale comentar que se o servidor sofreu um acidente grave não relacionado ao seu serviço, portanto não caracterizado como acidente de trabalho, mas que lhe ocasionou invalidez permanente, seus proventos serão proporcionais ao tempo que contribuiu no exercício de seu cargo.

É o caso por exemplo, de um servidor público que no final de semana, sofresse um acidente, causando-lhe sérias lesões neurológicas, obrigando-o a se aposentar por invalidez. Ora, se este servidor contribuiu durante 18 anos, e sendo 35 anos a regra para se aposentar integralmente, receberá seus proventos de aposentadoria fracionada, isto é, apenas 18/35.

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)


 Esta inovação pôs fim à aposentadoria integral por tempo de serviço, preservando a aposentadoria proporcional à idade, porém a vinculou ao tempo de contribuição e não mais ao tempo de serviço, como fazia anteriormente. Esta é outra oportunidade do servidor público se aposentar, mesmo que não tenha completado o tempo de serviço/contribuição. Esta opção de aposentadoria, só acontecerá depois que os servidores de ambos os sexos, alcançarem as idades respectivas de 65 e 60 anos.

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 2º do ARTIGO 40º.


Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

 Antigamente havia casos de aposentados que passavam a ganhar mais que aqueles que estavam na ativa, pois existiam casos de servidores que eram promovidos com aposentadoria. Atualmente, conforme o parágrafo 2º do art. 40, o servidor que se aposentar não poderá receber mais do que recebia quando estava na ativa, o mesmo ocorrendo com a viúva, que não poderá receber pensão maior do que o marido recebia quando ocupava seu cargo.

§ 3º do ARTIGO 40º

observa que:

Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que trata este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

 Esta Lei determina como serão efetuados os cálculos dos proventos da aposentadoria, mas o valor deste nunca será superior ao valor total que o servidor recebia na ativa.

§ 4º do ARTIGO 40º

É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I - portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II - que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)



A análise do parágrafo 4º nos permite verificar que não haverá mais requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos abrangidos pelo regime de que trata o art. 40 da E.C. nº 20/98. Entretanto haverá exceções para aqueles servidores cujas atividades são exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde e integridade física, como as atividades insalubres e perigosas. Importante ressaltarmos que para estes servidores, o tempo especial de contribuição só será concedido quando trabalharem exclusivamente sob condições especiais de adversidade. Este dispositivo contudo, depende de Lei Complementar a ser editada, que irá definir quais são as atividades prejudiciais à saúde e à integridade física do servidor público e quais os trabalhos em que será possível obter a aposentadoria com menos de 35 anos (homem) e 30 (mulher) de contribuição previdenciária.

§ 5º do ARTIGO 40º

Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)



A aposentadoria integral para os professores que exercem suas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, gozam de direito especial, ou seja 30 anos de contribuição e 55 anos de idade para o homem e 25 anos de contribuição e 50 anos de idade para a mulher;

O privilégio desta aposentadoria especial, refere-se apenas a aposentadoria por idade, pois enquanto os demais trabalhadores podem se aposentar voluntariamente aos 60 anos de idade e 35 anos de contribuição se homem e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição se mulher, o professor se aposentará voluntariamente aos 60 anos de idade e 30 anos de contribuição e a professora aos 50 anos de idade e 25 anos de contribuição.

Ao professor que já é contribuinte, deverá ser aplicada a mesma regra para professor da rede privada, com exigência de 48 anos para a mulher e 53 anos para o homem.

Quanto ao professor universitário, este foi excluído do privilégio da aposentadoria especial, devendo cumprir 35 anos de contribuição e ter 60 anos de idade para obter a aposentadoria voluntária. Para a professora universitária a idade mínima será de 55 anos e 30 anos de contribuição.

A aposentadoria proporcional do professor universitário do ensino superior público obedece ao seguinte critério:

O professor passa a ter direito a este benefício se, com a bonificação, o tempo de trabalho até o dia 15 de Dezembro de 1.998 for igual ou superior a 25 anos.

Para obter a aposentadoria proporcional vale a regra de transição estabelecida para os servidores públicos.

§ 6º do ARTIGO 40º

Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)



O parágrafo em análise assegura mais de uma aposentadoria, se os cargos forem cumuláveis ou seja aqueles estabelecidos no art. 37 - inciso XVI da emenda 19/98 (reforma administrativa), ou seja:

De dois cargos de professor

Um cargo de professor com outro técnico ou científico

De dois cargos privativos de médico: desde que haja compatibilidade de horários.

§ 7º do ARTIGO 40º

Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)



O § 7º do art. 40 (redação dada pela EC) limita a pensão por morte ao valor dos proventos do servidor falecido, até o máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, tudo nos termos da lei.

Veja o exemplo: Vencimento = R\$ 10.000,00. Parcela excedente a R\$ 2.400,00 = R\$ 7.600,00. 70% da parcela excedente = R\$ 5.320,00. R\$ 2.400,00 + R\$ 5.320,00 = R\$ 7.720,00, que é o total da pensão.

Interpretando o § 7º, do art. 40 na sistemática da EC 41, chega-se à conclusão de que referida lei regulamentadora deverá ser editada por cada ente federado. Portanto, não haverá lei complementar federal, mas sim lei ordinária em cada unidade da Federação, inclusive nos Municípios.

Insta salientar, que o § 7º do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela EC, tem aplicação, inclusive, aos dependentes dos servidores que vierem a ingressar no serviço público depois de promulgada a Emenda Constitucional. Haverá uma situação curiosa: os proventos de aposentaria estarão limitados inexoravelmente a R\$ 2.400,00, enquanto as pensões terão um acréscimo de 70% da parcela excedente a este limite. Ressalvando melhor estudo do dispositivo sob enfoque, as pensões não estarão limitadas ao teto do RGPS, mesmo que o servidor falecido tenha entrado no serviço público após a promulgação da Emenda.

Curiosamente, em que pese a clareza da redação do § 7º do art. 40, parece haver conflito com § 14 do mesmo art. 40 da Constituição da República. Este manda limitar a pensão dos futuros pensionistas (que ingressaram no serviço público depois da EC nº 20/98), ao máximo pago pelo Regime Geral de Previdência Social. Dever-se-á utilizar as técnicas de hermenêutica para superar essa aparente antinomia.

Atuais Pensionistas

Os atuais pensionistas, ou aqueles que obtenham o benefício em decorrência da morte do servidor até a data da promulgação da EC, têm seus direitos assegurados nos termos da legislação vigente (art. 7º da EC).

Não sofrem nenhum prejuízo, exceto:

a) contribuição prevista no art. 4º da EC, que é de 11% sobre a parcela da pensão que superar cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, isto é, sobre o que exceder R\$ 1.200,00;

b) redução para o subteto, se a maior, o que ocorrerá imediatamente (art. 9º da EC).

§ 8º do ARTIGO 40º

É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)



O § 8º do art. 40 (com redação dada pela EC), quebra a paridade entre vencimentos e proventos de aposentadoria. A partir da promulgação da Emenda poderá haver reajustes diferenciados para vencimentos e aposentadorias, o que certamente ocorrerá em relação aos servidores que vierem a ingressar no serviço público após a promulgação da Emenda Constitucional. Alterou-se completamente o então § 8º do art. 40 da Constituição, que previa a paridade.

Mantém-se o direito adquirido à paridade em relação aos servidores aposentados e pensionistas, ou que implementaram os requisitos necessários até a data da promulgação da EC (art. 7º).

§ 9º do ARTIGO 40º

O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)*



A troca aqui é reciprocidade por tempo de serviço por reciprocidade por tempo de contribuição nos parâmetros da administração pública. Assim, se uma mulher trabalhou como telefonista durante 14 anos na prefeitura de uma cidade e vier mediante aprovação em concurso a ocupar o cargo de Oficiala de Justiça, o tempo que contribuiu como telefonista, será contabilizado para sua futura aposentadoria. Por outro lado, para obter a sua aposentadoria por tempo de contribuição, deverá trabalhar e contribuir mais 16 anos para atingir 30 anos de tempo de contribuição, além, é claro, de atender os requisitos exigidos no que se refere a idade mínima (55 anos).

§ 10 do ARTIGO 40º

A Lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)*

Atenção: Por razões didáticas este parágrafo já foi comentado no capítulo que trata dos direitos adquiridos.

§ 11 do ARTIGO 40º

Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)



Este parágrafo é uma confirmação do art. 37, inciso XI da Emenda Constitucional 19/98 (reforma administrativa), estabelecendo clara e taxativamente que nenhum servidor público receberá salário superior aos subsídios do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Este texto é válido para todos, inclusive para o servidor público aposentado, que esteja ocupando um cargo na empresa privada, portanto sujeito a

contribuir para o regime geral da previdência. Se um agrônomo aposentado vier a ocupar um cargo na secretaria da agricultura, ou um servidor público aposentado vier a ser um vereador, deverão informar à fonte pagadora o que estão recebendo no exercício da outra atividade para que seja descontado o valor que superar o teto salarial que, para o servidor aposentado corresponde ao valor dos vencimentos do cargo que ocupava e os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 12º ARTIGO 40º

Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)*



É uma sugestão proposta pela E.C. nº 20/98 para que seja adotado ao regime de previdência dos servidores públicos, titulares de cargos efetivos, requisitos e critérios fixados para o regime geral de Previdência Social.

§ 13º ARTIGO 40º

Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)*



O inciso IX do art. 37 da C.F dispõe que a Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado por necessidade temporária de excepcional interesse público. Estes funcionários contratados obedecerão o regime da C.L.T.

Há cargos ou funções que são preenchidos sob o regime de comissão, isto é através de nomeação, por um funcionário da administração pública. Caso estes funcionários cumprirem o tempo de contribuição ocupando um cargo temporário ou em comissão, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20/98, somente poderão pleitear sua aposentadoria sob o regime geral da previdência social; que atualmente é gerenciado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

§ 14 do ARTIGO 40º

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de Previdência Social de que trata o artigo 201;

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)



O § 14 do art. 40, desde a EC nº 20/98, limita o valor da aposentadoria ao máximo estabelecido para o regime geral da Previdência Social. A EC nº 41, no art. 5º, fixa esse valor em R\$ 2.400,00, devendo ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Até o montante de R\$ 2.400,00 o servidor receberá sua aposentadoria, levando-se em conta as remunerações que serviram de base para o cálculo das contribuições (art. 40, § 3º, com redação dada pela EC). Acima desse patamar, somente se contribuir para fundo de previdência complementar.

Importante salientar, essa regra apenas valerá para aqueles que ingressarem no serviço público após a promulgação da Emenda Constitucional. Quanto aos atuais, fica assegurada a integralidade da aposentadoria, nos termos das condições estabelecidas no art. 7º da EC.

§ do 15 ARTIGO 40º

O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)



O dispositivo impõe a necessidade de editar uma Lei Complementar para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituem o regime de previdência complementar para seu servidores.

O objetivo desta Lei é implantar normas gerais para este regime de caráter complementar ou como já vimos no parágrafo 14º art.40, visa melhorar os proventos da aposentadoria que o servidor receberá segundo o regime contributivo da Previdência Social.

Este regime complementar será facultativo, só participando dele os servidores que assim o desejarem, pois conforme o art. 202 da E.C nº 20/98 "o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime de previdência social. Será facultativo baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por Lei Complementar.

Observação: O regime de previdência complementar de que trata o art. 40 parágrafos 14, 15 e 16, da constituição federal somente poderá ser instituído após a publicação da Lei Complementar prevista no parágrafo 15 do mesmo artigo.

§ 16 do ARTIGO 40º

Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos parágrafos 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data de publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)



O parágrafo deixa claro que a adesão dos antigos servidores públicos ao regime da previdência complementar é facultativo. Por facultativo podemos entender que, quem quiser não participa, não paga e consequentemente não terá os benefícios respectivos.

Todavia é interessante levar em conta que para o servidor antigo o regime da previdência complementar será facultativo. Para os neo-servidores (novatos), o regime da previdência complementar será obrigatório se assim determinar a Lei, que irá disciplinar tal regime.

§ 17 do ARTIGO 40º

Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 18 do ARTIGO 40º

Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 19 do ARTIGO 40º

O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 20 do ARTIGO 40º

Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 21 do ARTIGO 40º

A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

ARTIGO 41º

São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Observação: Redação dada pela Emenda Constitucional 19/98 (Reforma Administrativa), que institui a estabilidade para o servidor público após 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo. Esta estabilidade refere-se apenas aos funcionários concursados.

No sistema constitucional brasileiro, da efetividade não resulta obrigatoriamente a estabilidade, nem a estabilidade pressupõe necessariamente a efetividade.

Segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

a efetividade dá direito a um cargo.

a estabilidade mantém o servidor no quadro da administração.



A redação imposta a este dispositivo pela EC-19 ampliou de dois para três anos o período do estágio probatório. Foi, também, melhorada a técnica da redação, com a previsão de estabilidade aos servidores nomeados "para cargo de provimento efetivo" em virtude de concurso público.

§1º do ARTIGO 41º

O servidor público estável só perderá o cargo :

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.




Diferença fundamental em relação ao servidor vitalício, como juiz, membro do Ministério Público ou Ministro de Tribunal Superior, cuja perda do cargo depende sempre de processo judicial.

Talvez uma das mais discutidas medidas da EC-19, a perda por insuficiência de desempenho, a rigor, já era possível sob a disciplina anterior, se aplicados

os dispositivos legais relativos aos deveres e as proibições dos servidores. Não é, então, a rigor, uma novidade, mas, agora constitucionalizada, a perda do cargo por esse fundamento certamente está mais visível e será lida com mais atenção.


§2º do ARTIGO 41º

Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

 A EC-19 perdeu uma excelente oportunidade de corrigir equívoco técnico que vem desde a redação original da Constituição, em 1988. A demissão do servidor pode ser invalidada, também, administrativamente, já que, segundo o próprio STF, a administração pública está obrigada a rever os seus atos, quando eivados de vício ou erro. Revendo uma demissão, assim, poderia concluir que essa é ilegal, e determinar a sua anulação. É importante observar que não há um limite de tempo para isso, uma vez que o STF deixou julgado poder ocorrer essa revisão administrativa "a qualquer tempo". A Segunda previsão importante da alteração imposta pela Emenda é a remuneração da disponibilidade, que passa a ser proporcional ao tempo de serviço, e não mais integral.


§3º do ARTIGO 41º

Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

 A EC-19, coerentemente com a previsão do parágrafo anterior, também aqui impõe a disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 4º do ARTIGO 41º

Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

 Este parágrafo deve ser comentado pois foi acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98 (reforma administrativa) que dispõe como condição para a aquisição da estabilidade, ser obrigatória a avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. A avaliação de desempenho é um processo utilizado nas empresas privadas que visa avaliar a qualidade do trabalho do funcionário; interesse, iniciativa, busca do aperfeiçoamento profissional, capacidade de liderança, dentre muitos outros aspectos relacionados ao desempenho profissional. Então, se antes conseguia estabilidade apenas com o "tempo de casa", agora dependerá de sua competência profissional avaliada por uma comissão.

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes



Poder Legislativo



Poder Executivo Federal



Poder Judiciário



PODER LEGISLATIVO



O Poder Legislativo, no âmbito federal, é exercido pelos deputados federais e pelos senadores, que compõem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (sistema bicameral). Atualmente, o Congresso Nacional é constituído por 513 deputados e 81 senadores, que têm como principal função fazer as leis. Podemos dizer que o processo legislativo compreende a elaboração, discussão, redação, alteração e consolidação das leis que, em algumas situações, são também submetidas ao Presidente da República, quando este toma a iniciativa de elaborar leis e quando edita medidas provisórias. A legitimidade desse Poder é constitucional, prevista na Constituição Federal de 1988, mas também definida pelos Regimentos de suas Casas Legislativas e pela Lei Complementar 95/1998, sobre elaboração das leis. A partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o Congresso Nacional tornou-se o grande símbolo da democracia brasileira.

O Poder Legislativo teve a sua origem na Inglaterra. Formou-se durante a Idade Média quando representantes da nobreza, do clero e do povo procuraram limitar a autoridade absoluta dos reis, tomando como base o ensinamento doutrinário de Montesquieu, um dos pioneiros em dividir a função estatal, criando a teoria da separação dos poderes e propondo: "um sistema em que cada órgão desempenhasse função distinta e, ao mesmo tempo, que a atividade de cada qual caracterizasse forma de contenção da atividade de outro órgão do poder".

Tal poder consiste em fazer, emendar, alterar e revogar as leis. Ele é exercido pelo Congresso ou Parlamento.

Há países em que o Poder Legislativo se constitui num único órgão ou câmara legislativa, esse sistema é conhecido como sistema unicameral. Porém, existe

outro sistema, segundo o qual o Poder Legislativo se compõe de dois órgãos ou câmaras legislativas.

Este sistema que foi o adotado no Brasil no âmbito federal, conhecido como bicameral, pois nos Estados e Municípios o sistema legislativo é unicameral. Este sistema já era previsto em nossa primeira Constituição Republicana (1891) no artigo 16, § 1º, que adotou a denominação de Congresso Nacional, termo empregado, tradicionalmente, pelos países que adotam o regime presidencialista, composto por duas casas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Esta denominação tornou-se tradicional em nossa sistemática constitucional, com exceção da Constituição de 1937, que usou o termo "Parlamento Nacional".

A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional para um mandato de quatro anos. A Constituição ao fixar um mínimo de oito e um máximo de setenta deputados ditorce o princípio do voto com valor igual para todos.

O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal eleitos pelo princípio majoritário para um mandato de oito anos, renovando-se a representação de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. O número de senadores é sempre de três por Estado e pelo Distrito Federal.

O Congresso Nacional e cada uma de suas Casas adotará organização interna na forma dos respectivos regimentos. Assim, elas possuem órgãos internos destinados a ordenar seus funcionamentos, tratar de suas polícias, dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva renumeração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. A rigor, não há interferência de uma Casa na outra, nem de qualquer outro órgão governamental.

No âmbito do Poder Legislativo da União existem três mesas diretoras:

a do Congresso Nacional,

a do Senado Federal e

da Câmara dos Deputados.

A primeira será formada a partir das duas últimas. As mesas, com mandato de dois anos e algumas atribuições já previstas na Constituição, devem resguardar a proporcionalidade da representação dos partidos e blocos partidários.

Boa parte dos trabalhos parlamentares se desenvolvem nas Comissões. Estas podem ser:

(a) permanentes;

(b) temporárias;

(c) mistas e

(d) de inquérito.

As **comissões permanentes** são organizadas por áreas ou temas. Entre as suas atribuições estão as de discutir e votar os projetos (até mesmo de forma conclusiva, ressalvado o recurso ao Plenário), de realizar audiências e de convocar Ministros e autoridades.

As **comissões mistas** envolvem deputados e senadores. Existe uma importantíssima comissão mista para tratar de assuntos relacionados com as finanças públicas.

As **comissões parlamentares de inquérito** são instrumentos importantíssimos para o exercício das atividades de fiscalização e controle instaladas por requerimento de um terço dos parlamentos para apuração de fato determinado e com prazo para conclusão dos trabalhos. São dotadas de poderes de investigação próprios de autoridades judiciárias.

A Constituição prevê a existência de uma Comissão representativa com a função de representar o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar. O Congresso Nacional desenvolve suas atividades em legislaturas, sessões legislativas ordinárias ou extraordinárias e sessões ordinárias e extraordinárias. A legislatura tem a duração de quatro anos. A sessão legislativa ordinária com duração de um ano divide-se em dois períodos legislativos. Na sessão legislativa extraordinária somente serão apreciados os assuntos presentes na pauta de convocação e as Medidas Provisórias pendentes. Em casos específicos serão realizadas reuniões conjuntas das duas Casas do Congresso Nacional.

As deliberações de cada Casa ou do Congresso Nacional serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo os casos de quórum especial por maioria absoluta (arts. 55, § 2º, 66, § 4º e 69), por três quintos (art. 60, § 2º) e dois terços (arts. 51, I, 52, par. único e 86).

O Congresso Nacional possui atribuições legislativas (arts. 48, 61 a 69), meramente deliberativas (art. 49), de fiscalização e controle (arts. 50, § 2º, 58, § 3º, 71 e 72, 166, § 1º, 49, IX e X, 51, II e 84, XXIV), de julgamento de crime de responsabilidade (arts. 51, I, 52, I e II, 86) e constituintes (art. 60). Existem atribuições privativas de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

ESFERAS DO LEGISLATIVO.

Existem em três níveis (**federal, estadual e municipal**) e estão representadas pelo Congresso Nacional, **assembléias legislativas e câmaras municipais.**

Competências:

PODER LEGISLATIVO:

• controla o Judiciário:

- 1. participando da escolha dos membros dos tribunais superiores (CF, art. 101, pará. único art. 104, pará. único)**
- 2. julgando os ministros do STF nos crimes de responsabilidade (CF, art. 52, II)**
- 3. fiscalizando a forma como é gerenciado o dinheiro público pelo Poder Judiciário, no exercício da atividade administrativa (CF, art. 71, II)**

• controla o Executivo:

- 1. julgando o Presidente da República, o Vice-Presidente, os ministros de Estado, nos crimes de responsabilidade (CF, art. 52, I)**
- 2. apreciando as contas do Presidente da República (CF, art. 51, II) e dos demais órgãos da Administração Pública (CF, art. 71, I e II)**
- 3. fiscalizando e controlando os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (CF, art. 49, X), podendo convocar ministros de Estado para prestar informações (art. 58, III), criar comissões parlamentares de inquérito para apuração de fatos relevantes (art. 58, § 3º).**



Preceitua, a Constituição Brasileira

DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de **quatro anos**.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;
- VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII - concessão de anistia;
- IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;
- X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- XII - telecomunicações e radiodifusão;
- XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º - Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

Seção III
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e

a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Seção IV

DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99\)](#)

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do Banco Central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

[\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Seção V

DOS DEPUTADOS E DOS SENADORES

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001\)](#)

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";
- d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º. *(Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994)*

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

Seção VI DAS REUNIÕES

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º - Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º - A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º - A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente- Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

Seção VII DAS COMISSÕES

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º - Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO

Subseção I

Disposição Geral

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Subseção II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. [\(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

I - relativa a: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

b) direito penal, processual penal e processual civil; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

III - reservada a lei complementar; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 3º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento,

e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º - O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

Seção IX

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das

concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 72. A Comissão mista permanente a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º - O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.



Poder Executivo Federal



É aquele que, segundo a organização constitucional do Estado, tem a seu cargo a execução das leis, bem como o governo e a administração dos negócios públicos.

O Poder Executivo Federal é exercido, no sistema presidencialista, pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. O Presidente da República, juntamente com o Vice-Presidente, são eleitos pelo voto direto e secreto para um período de quatro anos, sendo permitida a reeleição para um único mandato subsequente.

Em democracias constitucionais, o Poder Executivo é geralmente limitado de três formas:

por um sistema de controle que separa os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no governo nacional;

Competências:

pelos federalismo, que divide o poder entre o governo federal e os governos estaduais/locais; e por garantias constitucionais dos direitos fundamentais. Em nível nacional, o Executivo é limitado pela autoridade constitucional conferida ao poder Legislativo e por um Poder Judiciário independente.

O Poder Executivo nas democracias modernas é geralmente organizado de uma ou duas maneiras: como um **sistema parlamentarista** ou **presidencialista**.

- *Em um sistema parlamentarista, o partido da maioria nessa legislatura constitui o Poder Executivo do governo, chefiado por um primeiro-ministro.*

- *Em um sistema parlamentarista, os Poderes Legislativo e Executivo não estão totalmente separados um do outro, uma vez que o primeiro-ministro e os membros do governo provêm do Parlamento. Nestes sistemas, a oposição política é o meio principal de limitar ou controlar o Poder Executivo.*

- *Em um sistema presidencialista, o presidente é eleito separadamente dos membros do Legislativo.*

- *Em um sistema presidencialista, tanto o presidente como o Poder Legislativo têm as suas próprias bases de poder e eleitorado político, que servem para controlar e se auto-equilibrar.*

As democracias não exigem que os seus governos sejam fracos, mas que tenham limites. Por consequência, as democracias podem levar algum tempo para chegar a um acordo sobre assuntos de interesse nacional; contudo, quando o fazem, os seus líderes podem agir com grande autoridade e confiança.

Os líderes de uma democracia constitucional agem sempre de acordo com a lei que define e limita a sua autoridade.

Compete ao Presidente da República entre outros:

chegar ao governo;

administrar a coisa pública;

aplicar as leis;

iniciar o processo legislativo;

vetar, total ou parcialmente projetos de lei;

declarar guerra;

prover e extinguir cargos públicos federais; e

editar medidas provisórias com força de lei.

O exercício das funções relativas ao Poder Executivo é feito através da Administração Direta, que compreende a estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e Indireta, que é o conjunto dos entes personalizados (Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) que, vinculados a um ministério, prestam serviços públicos ou de interesse público.

Estados e Municípios

A estrutura político-administrativa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é semelhante à federal, variando apenas em detalhes de adaptação às particularidades regionais.

Dessa forma, no âmbito Estadual, o chefe do Poder Executivo é o **Governador de Estado** auxiliado pelos Secretários Estaduais e no âmbito Municipal o representante do Poder Executivo é o **Prefeito** auxiliado pelos Secretários Municipais. Os Estados e municípios também tem seus poderes legislativos, nas Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais.

PODER EXECUTIVO:

• controla o Judiciário:

1. nomeando os ministros do STF e dos demais tribunais superiores (CF, art. 101, parágrafos único art. 104, parágrafo único art. 84, XIV)

• controla o Legislativo:

1. participando da elaboração das leis, através da sanção ou veto aos projetos de lei aprovados (CF, art. 84, IV e V)

2. participando da escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União.

Composição do Executivo brasileiro

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil desde 1º de janeiro de 2003. Candidato da aliança PT, PL, PCdoB, PCB e PMN, foi eleito no segundo turno em 27 de outubro de 2002 com 61,2% dos votos válidos, 52,79 milhões de votos.

José Alencar Gomes da Silva: Vice-Presidente da República



Preceitua, a Constituição Federal
DO PODER EXECUTIVO

Seção I

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)*

§ 1º - A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º - Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)*

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor, mediante decreto, sobre: *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; *(Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; *(Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)*

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)*

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.



PODER JUDICIÁRIO



O Poder Judiciário Brasileiro tem como característica fundamental a sua unidade e o fato de exercer o monopólio do poder de dizer o direito aplicável no caso concreto, a chamada coisa julgada, que é decisão contra a qual não cabe mais nenhum recurso.

A Constituição Federal assegura ao Poder Judiciário autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de garantir-lhe a independência necessária para o exercício pleno de sua missão institucional.

O Poder Judiciário no Brasil se organiza no âmbito da União Federal e de cada Estado membro da Federação.

A Justiça da União compreende:

a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar.

Os estados devem organizar seus Poderes Judiciários, no exercício de sua autonomia política, observados, no entanto, os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Estrutura do Poder Judiciário

STF

O Supremo Tribunal Federal é o tribunal de cúpula do Poder Judiciário brasileiro e compõe-se de onze ministros. A nomeação é feita pelo presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal. A principal atribuição do STF é a guarda da Constituição, mas não se trata de uma Corte Constitucional nos moldes existentes na Europa, pois exerce também outras atribuições, como, por exemplo, processar e julgar autoridades federais nas infrações penais comuns. A competência do Supremo Tribunal Federal está definida no art. 102º da Constituição Federal.

STJ

O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de 33 ministros, também nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Os cargos do STJ seguem a seguinte composição:

- 1/3 dos cargos preenchidos por juízes dos Tribunais Regionais Federais
- 1/3 por desembargadores dos Tribunais de Justiça
- 1/3 por advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, de forma alternada.

A principal atribuição do STJ é garantir a inteireza do direito federal e a uniformidade de sua interpretação. A competência do Superior Tribunal de Justiça está definida no art. 105º da Constituição Federal.

TRF

Os Tribunais Regionais Federais têm composição variável, com o número de juízes definido em lei, sendo 1/5 escolhido entre os advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de 10 anos de carreira.

Os demais são escolhidos mediante promoção de juízes federais com mais de 5 anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

Os TRFs representam a 2ª Instância da Justiça Federal, sendo responsáveis pelo processo e julgamentos dos recursos contra as decisões da 1ª Instância. A competência dos Tribunais Regionais Federais está definida no art. 108 da Constituição Federal.

Juízes Federais

Os juízes federais representam a Justiça Federal de 1ª Instância e estão organizados em Seções Judiciárias (uma no Distrito Federal e uma em cada estado, com sede na respectiva capital).

As Seções Judiciárias são divididas em Varas, localizadas nas capitais e no interior dos estados.

Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que entidades autárquicas ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, com exceção das ações de falência e de acidentes de trabalho e as de competência da Justiça Eleitoral e do Trabalho. Também faz parte da competência dos juízes federais o processo e julgamento de causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no país as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.

Atualmente, está em exame no Congresso Nacional a inclusão na competência da Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos. A competência da Justiça Federal está definida no art. 109º da Constituição Federal.

Tribunais de Alçada

Também são órgãos da 2ª Instância da Justiça Estadual, assim como os TJ. A competência dos Tribunais de Alçada é definida nas leis de organização judiciária dos estados. Muitos defendem a sua extinção. Funcionam atualmente somente em três estados.

Tribunal de Justiça

Órgão de segundo grau, de criação obrigatória em todos os Estados, com competência para julgar recursos das decisões dos juízes de primeiro grau.

Juizes Estaduais

Os juizes estaduais representam a 1ª Instância da Justiça Estadual e é responsável pelo julgamento de processos envolvendo matérias cíveis, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e concordatas, da infância e juventude, além das matérias criminais.

TSE

O Tribunal Superior Eleitoral é instância máxima da Justiça Eleitoral e é composto por 7 membros escolhidos da seguinte forma:

- mediante eleição, pelo voto secreto, de três juizes dentre os ministros do STF e
 - dois juizes dentre os ministros do STJ por nomeação do presidente da República,
 - dois juizes dentre os advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo STF.
- O presidente e o vice-presidente do TSE são eleitos dentre os ministros do STF e o corregedor eleitoral dentre os ministros do STJ.

TRE

Há um Tribunal Regional Eleitoral em cada estado e no Distrito Federal e eles são compostos da seguinte forma:

- mediante eleição, pelo voto secreto, de dois juizes dentre os desembargadores do TJ e
- dois juizes dentre os juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça um juiz do TRF com sede na capital do Estado ou no DF, ou, não havendo

Competências:

juiz federal, escolhido pelo TRF respectivo por nomeação, pelo presidente da República,

- dois juizes dentre os seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

TST

O Tribunal Superior do Trabalho é órgão superior da Justiça do Trabalho e é formado por 17 ministros, nomeados pelo presidente da República, após aprovados pelo Senado Federal.

À Justiça do Trabalho compete conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores.

TRT

Existem Tribunais Regionais do Trabalho em todos os estados e no Distrito Federal. Os TRTs representam a 2ª Instância da Justiça do Trabalho, sendo responsáveis pelo processo e julgamentos dos recursos contra as decisões da 1ª Instância. São compostos por juizes nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida na Constituição.

Juizes do Trabalho

Os juizes do trabalho representam a 1ª Instância da Justiça do Trabalho e estão organizados nas Varas do Trabalho.

À Justiça do Trabalho compete conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas.

Superior Tribunal Militar

À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei. O STM é a instância máxima da Justiça Militar, e é composto por quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três oficiais-generais da Marinha, quatro do Exército e três da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre os civis. Os civis devem ser selecionados entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo três dentre os advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e dois, por escolha paritária, dentre juizes-audidores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

PODER JUDICIÁRIO:

• controla o Legislativo:

- 1. exercendo controle da constitucionalidade das leis e atos administrativos**
- 2. julgando os membros do Congresso Nacional nos crimes comuns, e os membros do Tribunal de Contas da União nos crimes comuns e de responsabilidade.**

• controla o Executivo:


- 1. exercendo o controle da constitucionalidade das leis e atos administrativos**
- 2. julgando o Presidente da República, o Vice-Presidente, os ministros de Estado, nos crimes comuns**
- 3. julgando os ministros de Estado nos crimes de responsabilidade, quando esses não forem conexos com crimes atribuídos ao Presidente ou ao Vice-Presidente.**

ÓRGÃOS


CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:


I - o Supremo Tribunal Federal;

 É o tribunal de cúpula do Poder Judiciário brasileiro e compõe-se de **onze ministros**. A nomeação é feita pelo presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal. A principal atribuição do STF é a guarda da Constituição, mas não se trata de uma Corte Constitucional nos moldes existentes na Europa, pois exerce também outras atribuições, como, por exemplo, processar e julgar autoridades federais nas infrações penais comuns. A competência do Supremo Tribunal Federal está definida no art. 102º da Constituição Federal.

I-A o Conselho Nacional de Justiça; *Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*

 O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela reforma do Judiciário com a finalidade de exercer o controle do Poder Judiciário e fiscalizar - e até punir - as atividades dos magistrados, foi instalado no dia 4 de junho. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado pela Emenda Constitucional nº 45 e terá 15 membros, dos quais nove juízes, dois procuradores indicados pelo procurador-geral da República, dois advogados escolhidos pela OAB, um cidadão indicado pela Câmara e um pelo Senado.

II - o Superior Tribunal de Justiça;


 Compõe-se de 33 ministros, também nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Os cargos do STJ seguem a seguinte composição:

- 1/3 dos cargos preenchidos por juízes dos Tribunais Regionais Federais
- 1/3 por desembargadores dos Tribunais de Justiça
- 1/3 por advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, de forma alternada.

A principal atribuição do STJ é garantir a inteireza do direito federal e a uniformidade de sua interpretação. A competência do Superior Tribunal de Justiça está definida no art. 105º da Constituição Federal.

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

 Os **Tribunais Regionais Federais** têm composição variável, com o número de juízes definido em lei, sendo 1/5 escolhido entre os advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de 10 anos de carreira. Os demais são escolhidos mediante promoção de juízes federais com mais de 5 anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente. Os TRFs representam a 2ª Instância da Justiça Federal, sendo responsáveis pelo processo e julgamentos dos recursos contra as decisões da 1ª Instância. A competência dos Tribunais Regionais Federais está definida no art. 108 da Constituição Federal.


Os **juízes federais** representam a Justiça Federal de 1ª Instância e estão organizados em Seções Judiciárias (uma no Distrito Federal e uma em cada estado, com sede na respectiva capital). As Seções Judiciárias são divididas em Varas, localizadas nas capitais e no interior dos estados. Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que entidades autárquicas ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, com exceção das ações de falência e

de acidentes de trabalho e as de competência da Justiça Eleitoral e do Trabalho.

Também faz parte da competência dos juízes federais o processo e julgamento de causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no país as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.

Atualmente, está em exame no Congresso Nacional a inclusão na competência da Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos. A competência da Justiça Federal está definida no art. 109º da Constituição Federal.

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

 Existem **Tribunais Regionais do Trabalho** em todos os estados e no Distrito Federal. Os TRTs representam a 2ª Instância da Justiça do Trabalho, sendo responsáveis pelo processo e julgamentos dos recursos contra as decisões da 1ª Instância.


São compostos por juízes nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida na Constituição.

Juízes do Trabalho

Os juízes do trabalho representam a 1ª Instância da Justiça do Trabalho e estão organizados nas Varas do Trabalho.

A Justiça do Trabalho compete conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas.


V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

 O **Tribunal Superior Eleitoral** é instância máxima da Justiça Eleitoral e é composto por 7 membros escolhidos da seguinte forma: mediante eleição, pelo voto secreto, de três juízes dentre os ministros do STF e

dois juízes dentre os ministros do STJ por nomeação do presidente da República, dois juízes dentre os advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo STF.

O presidente e o vice-presidente do TSE são eleitos dentre os ministros do STF e o corregedor eleitoral dentre os ministros do STJ.

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

 A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

O STM é a instância máxima da Justiça Militar, e é composto por quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três oficiais-generais da Marinha, quatro do Exército e três da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre os civis.

Os civis devem ser selecionados entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo três dentre os advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e dois, por escolha paritária, dentre juízes-audidores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal. *Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. *Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; [\(Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

III o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)](#)

VII o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

VIII A remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a, b, c e e do inciso II; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

X as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XI nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XII a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XIII o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

XV a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Seção II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes

poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º - É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: [\(Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - exoneração dos servidores não estáveis. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO



Os gabaritos encontram-se no final dos exercícios

Direito Constitucional

1. A prescrição para o trabalhador urbano que, involuntariamente, tenha rescindido o contrato

de trabalho ocorrerá após:

- a) 2 anos
- b) 1 ano
- c) 3 anos
- d) 5 anos
- e) não ocorre prescrição

2. Ao empregado doméstico é assegurado, conforme a CF.:

- a) seguro desemprego

b) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos

c) licença-paternidade

d) adicional de atividade penosa

e) todas as acima não são direitos do empregado doméstico

3. A administração pública detém princípios dentro da CF.; com exceção de uma das definições:

a) o princípio da legalidade é o que vincula o ato administrativo a uma norma ou Lei.

b) o princípio da moralidade, valer-se-á da probidade administrativa, ou seja o ato administrativo será resguardado pela veracidade na Administração Pública.

c) o princípio da publicidade exige a notoriedade de seus atos.

d) o princípio da impessoalidade, afirma que o administrador pode praticar o ato administrativo visando beneficiar terceiros.

e) N.R.A.

4. No tocante ao Concurso Público, qual a afirmativa correta:

a) o prazo de validade do concurso é de 2 anos

b) a estabilidade ocorrerá após 24 meses da data da posse

c) não existe o acúmulo do cargo público

d) o prazo do estágio probatório é de 2 anos

e) a prorrogação do concurso ocorrerá uma única vez

5. Quanto à Associação Sindical, observa-se:

a) os trabalhadores são obrigados por lei a se filiarem

b) o aposentado só poderá votar nas organizações sindicais, não podendo ser votado

c) ao sindicato cabe restrição a defesa dos interesses coletivos do trabalhador

d) os empregados sindicalizados, não poderão ser demitidos por justa causa

e) é obrigatório a participação sindical nas negociações coletivas de trabalho

6. Quanto às regras da Administração Pública para o trabalhador:

a) o direito de greve será exercido nos termos definidos em Lei complementar

b) lei complementar definirá quais serviços ou atividades serão essenciais para a comunidade

c) aos responsáveis por abuso do direito de greve, serão essenciais para a comunidade

d) aos órgãos públicos colegiados que tratem de interesses profissionais ou previdenciários do

trabalhador, não é assegurado a participação dos empregadores

e) todas estão incorretas

7. Quanto à acumulação dos Cargos Públicos, previsto na CF., é correto afirmar:

a) dois cargos de professor, sendo um público e outro particular

b) dois cargos de médicos

c) um cargo de técnico com outro científico, havendo compatibilidade de cargos

d) um cargo de técnico e outro de professor, havendo compatibilidade de horários

e) um cargo de médico com um de professor, havendo compatibilidade de horários

8. Uma Autarquia só poderá ser criada através de;

a) lei delegada

b) lei complementar

c) lei específica

d) lei ordinária

e) deliberação do Congresso Nacional

9. Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em grau de recurso,

A) as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício de competência federal da área de sua jurisdição.

B) as revisões criminais e ações rescisórias de julgados seus ou de juízes federais da região.

C) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.

D) os mandados de segurança e habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal.

E) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

10. Relativamente à garantia de vitaliciedade assegurada aos magistrados de primeira instância pela Constituição,

A) será adquirida após três anos de exercício efetivo da função, podendo a perda do cargo dar-se mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

- B) o magistrado não poderá ser removido ou promovido, senão com o seu assentimento, manifestado na forma da lei.
C) será adquirida após dois anos de exercício da função, sendo que, nesse período, a perda do cargo dependerá de deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado.
D) não poderão os magistrados ser postos em disponibilidade, nem aposentados compulsoriamente.
E) será adquirida quando de seu provimento no cargo, em que ingressam mediante concurso público de provas e títulos.

11. É INCORRETO afirmar sobre o Distrito Federal que:

- A) exerce as mesmas competências atribuídas pela Constituição a Estados e Municípios.
B) será regido por lei orgânica, aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.
C) a eleição de seu Governador coincidirá com a dos Governadores Estaduais.
D) aos Deputados distritais aplicam-se as disposições constitucionais relativas aos Deputados Estaduais.
E) fica autorizada sua divisão em Municípios, a serem criados mediante aprovação da União.

12. Relativamente às matérias que estão no âmbito das competências legislativas privativas da União,

- A) a competência da União restringe-se ao estabelecimento de normas gerais, assegurado o exercício de competência suplementar pelos Estados.
B) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas que lhes sejam pertinentes.
C) a inexistência de lei federal autoriza os Estados a exercer competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
D) lei complementar fixará normas para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
E) a superveniência de lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei federal, no que lhe for contrária.

13. De acordo com a Constituição, o Senado Federal compõe-se de representantes

- A) do povo brasileiro, eleitos segundo o princípio proporcional, para um mandato de quatro anos.
B) do povo dos Estados, Distrito Federal e Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário, em dois turnos.
C) da União e dos Estados, cada qual elegendo três Senadores, para um mandato de quatro anos.
D) dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio majoritário, para um mandato de oito anos.
E) do povo, renovando-se sua representação de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

14. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente

- A) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
B) do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.
C) da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Tribunal de Contas da União.
D) do Senado Federal, o do Congresso Nacional e o da Câmara dos Deputados.
E) do Supremo Tribunal Federal, o do Superior Tribunal de Justiça e o do Tribunal de Contas da União.

15. Considere as seguintes afirmações sobre os direitos dos trabalhadores na Constituição.

- I. Proíbe a Constituição a realização de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.
II. A Constituição assegura aos trabalhadores domésticos direito a décimo terceiro salário e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
III. Aos trabalhadores urbanos e rurais, é garantida a irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
Está correto SOMENTE o que se afirma em

- A) I.
B) II.
C) I e II.

- D) I e III.
E) II e III.

16. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular,

- A) mediante justa e prévia indenização, em dinheiro.
B) desde que a propriedade não esteja cumprindo sua função social.
C) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
D) mediante indenização prévia, em títulos da dívida pública.
E) não tendo o proprietário direito a indenização, diante da urgência do interesse público.

17. Somente poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público:

- A) por decisão unânime de seus membros ou do respectivo órgão especial.
B) pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou do respectivo órgão especial.
C) se provocados pelos juízes de primeira instância que estiverem vinculados ao Tribunal.
D) em sede de ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade.
E) nas hipóteses em que couber ao Senado Federal suspender a eficácia da lei ou ato normativo impugnado.

18. A ratificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, poderá ser requerida por intermédio de:

- A) mandado de injunção.
B) habeas corpus.
C) mandado de segurança.
D) habeas data.
E) ação civil pública.

19. A remuneração dos servidores públicos do Poder Judiciária será fixada:

- a) por resolução do Congresso Nacional.
b) por decreto-legislativo do Congresso Nacional.
c) por lei de iniciativa privativa do Presidente da República.
d) por lei complementar de livre iniciativa.
e) por lei de iniciativa do próprio Judiciário.

20. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, as conclusões do Plenário, das Seções e das Turmas, em suas decisões, constarão de acórdão. Entretanto, estão dispensadas de acórdão as decisões proferidas por aqueles órgãos, entre outros casos, quando:

- A) determinarem a conversão do julgamento em diligência.
B) julgarem agravo de instrumento.
C) julgarem mandado de segurança.
D) julgarem "habeas corpus".
E) tenham sido conduzidas por Desembargador Relator que esteja impossibilitado de lavrar o acórdão.

21. A Corte Especial, do Tribunal Regional Federal, é constituída:

- A) por dezoito juízes, é presidida pelo Presidente do Tribunal.
B) pela totalidade dos juízes, é presidida pelo Presidente do Tribunal.
C) pelo vice-presidente e pelos quinze juízes mais antigos do Tribunal, é presidida pelo decano.
D) pelos vice-presidente e corregedor geral, é presidida pelo juiz mais antigo do Tribunal, que também a integra.
E) pela totalidade dos juízes, é presidida pelo vice-presidente do Tribunal.

22. Às Primeira, Segunda e Terceira Seções do Tribunal Regional Federal, cabe, respectivamente, o processo e julgamento, entre outros casos, dos feitos relativos.

- A) à matéria penal em geral, direito das coisas e registros públicos.
B) aos benefícios previdenciários, concursos públicos e responsabilidade civil.
C) às contribuições sociais e outras de natureza tributária, propriedade industrial e ensino.
D) ao direito ambiental, nacionalidade e nulidade ou anulabilidade de atos administrativos.

E) à improbidade administrativa, desapropriação direta e indireta, e licitação e contratos administrativos.

23. A indicação pelo Tribunal Regional Federal de juízes federais a serem nomeados pelo Presidente da República para o cargo de juiz, por antiguidade e merecimento, observados outros requisitos legais e regimentais, far-se-á

- A) alternadamente, entre aqueles com mais de trinta anos de idade e cinco de exercício.
- B) sucessivamente, entre aqueles com mais de trinta anos de idade e dez de exercício.
- C) alternadamente, entre aqueles com mais de vinte e cinco anos de idade e dois de exercício.
- D) sucessivamente, entre aqueles com mais de trinta anos e cinco de exercício.
- E) entre aqueles com mais de vinte e cinco anos de idade e cinco de exercício, tenham ou não manifestado interesse.

24. Considere as proposições abaixo sobre a competência dos membros do Tribunal Regional Federal.

- I. É vedado ao relator delegar atribuições a autoridades judiciárias de instância inferior.
 - II. Ao corregedor-geral compete impor as penas de censura e advertência aos juízes inferiores; e estas penas e as de suspensão até trinta dias aos servidores da Justiça Federal.
 - III. Ao vice-presidente do Tribunal incumbe decidir sobre a admissibilidade dos recursos ordinário, especial e extraordinário.
 - IV. Cabe ao presidente do Tribunal decidir, antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- A) I
 - B) III
 - C) IV
 - D) I e III
 - E) II e IV

25. Com relação aos processos originários no Tribunal Regional Federal, é correto afirmar que,

- A) se a inicial do mandado de segurança indicar litisconsorte, a intimação deste far-se-á, sempre, por oficial de justiça.
- B) apenas antes da colocação do habeas corpus em mesa para julgamento é admissível a oposição do paciente.
- C) sempre que entender conveniente, poderá o relator do mandado de segurança, ao seu elevado critério, suspender o ato que deu motivo ao pedido.
- D) colocado o habeas corpus em mesa para julgamento com prioridade, opondo-se o paciente, não se conhecerá do pedido.
- E) na ação rescisória o relator poderá delegar competência a juiz de primeiro grau para a prática de atos processuais, expedindo, para tanto, carta precatória.

26. A Constituição Federal reconhece a instituição do júri, mas NÃO assegura:

- A) a soberania dos veredictos.
- B) a plenitude de defesa.
- C) o sigilo das votações.
- D) o número exato de jurados.
- E) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

27. Dentre os direitos sociais, é INCORRETO afirmar que a Constituição Federal assegura:

- A) gozo de férias anuais remuneradas com trinta por cento a mais do que o salário normal.
- B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- C) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
- D) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- E) proteção em face da automação, na forma da lei.

28. A Câmara Municipal tem um limite constitucional para seus gastos com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. Seu desrespeito constitui crime de responsabilidade de seu Presidente. Esse limite máximo, calculado sobre sua: receita, é de

- A) 60%
- B) 65%
- C) 70%
- D) 75%
- E) 80%

29. Quanto à competência dos Municípios é INCORRETO afirmar que a eles compete:

- A) criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual.
- B) legislar sobre assuntos de interesse local, vedada a suplementação da legislação federal.
- C) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- D) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- E) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

Gabarito

01 - A	02 - C	03 - D	04 - E	05 - E
06 - A	07 - D	08 - C	09 - A	10 - C
11 - E	12 - B	13 - D	14 - A	15 - E
16 - C	17 - B	18 - D	19 - A	20 - A
21 - A	22 - E	23 - A	25 - C	25 - D
26 - D	27 - A	28 - C	29 - B	***



Olha aqui! Mais uma bateria de exercícios pra você.

01) Tendo em vista as disposições constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- b) Ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- c) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

02) Sobre o regime constitucional imposto à propriedade, é incorreto dizer que:

- a) é garantido o direito de propriedade.
- b) a propriedade atenderá a sua função social.
- c) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- d) a desapropriação será realizada mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado sempre ao proprietário indenização ulterior.

03) No Capítulo referente à Administração Pública, preceitua a Constituição Federal que:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- b) os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar definir as áreas de suas atuações.
- e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.

04) Assinale a alternativa correta:

- a) São estáveis, após três anos de suas posses, os servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Se adquirida a estabilidade pelo servidor público, somente poderá ele perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Como condição para a aquisição de estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de conhecimento e eficiência a ser realizada por comissão instituída para essa finalidade por meio de lei.
- d) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- e) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, se o ato de demissão ilegal praticado pela administração pública causou-lhe prejuízo.

05) Assinale a alternativa correta:

- a) Pode haver prisão civil por dívida, como, por exemplo, a do depositário infiel.
- b) A prisão ilegal será relaxada pela autoridade judiciária, imediatamente após ter ouvido o Ministério Público.
- c) Se um comerciante tranca seu empregado no estabelecimento comercial, tolhendo-lhe a liberdade de locomoção, cabe contra ele "habeas corpus", a fim de libertar o empregado.
- d) É garantia do réu que a lei penal jamais retroaja.
- e) Diante de um acontecimento socialmente relevante, como por exemplo uma onda de saques no país, podem ser criados tribunais especificamente para o fim de julgar esses casos, até porque as decisões seriam mais céleres.

06) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cargos públicos podem ser ocupados por estrangeiros.
- b) Decretos podem declarar de livre nomeação e exoneração cargos em comissão.
- c) Só os servidores ocupantes de cargo efetivo podem exercer função de confiança.
- d) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

07) Pedro, oficial de justiça, encontra-se no exercício de mandato eletivo. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o mandato for estadual, ficará afastado do seu cargo.
- b) Se o mandato for de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- c) Seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Se o mandato for de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

08) Américo comprou uma casa de Pedro. No contrato de compra e venda, Pedro fez inserir uma cláusula que não permitia à Américo ingressar em juízo, caso surgisse no negócio algum problema. Realizado o negócio, pago o preço, Américo mudou-se para sua nova casa. A casa, entretanto, ruiu. À luz da Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) Américo não pode recorrer ao Poder Judiciário, porque se trata de ato jurídico perfeito.
- b) Américo pode recorrer ao Poder Judiciário, porque a Constituição assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, daí, logicamente, contrato algum poderá fazê-lo.
- c) Américo poderá ingressar em juízo independentemente do pagamento de taxas, pois a Constituição assegura o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

- d) Américo poderá ingressar em juízo com Mandado de Segurança, para desfazer o negócio.
- e) Se Américo poderá ou não ingressar em juízo não é questão que possa ser analisada sob a ótica das prescrições constitucionais, pois estas só tratam da relação do cidadão com o Estado.

09) Adquire-se a estabilidade no serviço público:

- a) após 4 anos de efetivo exercício.
- b) após 5 anos de efetivo exercício.
- c) após 10 anos de efetivo exercício.
- d) após 3 anos de efetivo exercício.
- e) Após 3 anos da posse.

10) Os princípios previstos no "caput" do art. 37 da Constituição Federal:

- a) serão obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios.
- b) não serão obedecidos pela administração pública direta dos Estados e Municípios.
- c) serão obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União.
- d) não serão obedecidos pela administração pública indireta dos Estados e Municípios.
- e) serão obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Municípios.

11) Assinale a alternativa correta:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, a qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela se podendo penetrar sem consentimento do morador, apenas em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial ou policial.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela se podendo penetrar sem consentimento do morador, apenas em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial ou policial.

12) Assinale a alternativa incorreta:

- a) No caso de conveniência e oportunidade administrativa, a autoridade competente não poderá usar compulsoriamente de propriedade particular, ainda que fique assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) É ampla a liberdade de todos reunirem-se pacificamente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não pode ser dada em penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) Sempre que houver sucessão de bens de estrangeiros situados no País, será ela regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhe seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- e) A propriedade atenderá a sua função social.

13) Julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- II - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- III - A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- IV - A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- V - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está correta.
- c) Apenas duas assertivas estão corretas.

- d) Apenas três assertivas estão corretas
- e) Apenas quatro assertivas estão corretas.

14) São direitos sociais, exceto:

- a) a saúde.
- b) o lazer.
- c) a segurança.
- d) a propriedade.
- e) a previdência social.

15) São brasileiros:

- a) natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, em qualquer hipótese.
- b) naturalizados, os nascidos no estrangeiro, em qualquer hipótese, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- c) natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, desde que optem pela nacionalidade brasileira.
- d) naturalizados, os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- e) naturalizados, os estrangeiros originários de países de língua portuguesa, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dois anos ininterruptos e sem condenação penal, independentemente de requerimento de nacionalidade brasileira.

16) Com relação aos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa cuja afirmação não pode ser considerada correta:

- a) O princípio da legalidade significa que a Administração só pode agir conforme lhe obrigue ou lhe permita a lei.
- b) O princípio da impessoalidade significa que a Administração, não sendo uma pessoa comum, deve agir objetivamente, para obter os seus interesses.
- c) O princípio da moralidade significa que a Administração Pública deve agir de forma clara, sincera e ética.
- d) O princípio da publicidade significa que a Administração tem o dever de agir de forma plenamente transparente, sendo-lhe vedado, em regra, impedir que os cidadãos tenham conhecimento de seus atos.
- e) O princípio da eficiência significa que a Administração deve procurar sempre melhores resultados com mais economia de material e de esforço.

17) É vedada a acumulação de cargos públicos de:

- a) um cargo técnico de empresa pública com um de professor.
- b) um cargo científico não remunerado de fundação com um cargo técnico.
- c) dois cargos privativos de médico.
- d) um cargo técnico de empresa controlada indiretamente pelo poder público com um cargo científico de empresa subsidiária de sociedade de economia mista.
- e) um cargo técnico com dois empregos de professor em instituições privadas.

18) Sobre o processo de licitação pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tem por finalidade a contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- b) Deve necessariamente assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes.
- c) Há casos em que pode ser dispensado.
- d) Pode exigir dos concorrentes qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- e) Pode estabelecer cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento diferentes das condições efetivas da proposta.

19) Assinale a alternativa incorreta:

- a) São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

20) Os atos de improbidade administrativa:

- a) importarão o ressarcimento ao erário, caso em que ficará afastada a ação penal.
- b) importarão a suspensão da função pública.
- c) importarão a perda dos direitos políticos.
- d) importarão a suspensão dos direitos individuais.
- e) importarão a indisponibilidade dos bens.

21) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Alguém somente é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei.
- b) É assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- c) As penas de morte, de trabalhos forçados, de caráter perpétuo, de banimento e as cruéis não são admitidas em nosso ordenamento jurídico em hipótese alguma.
- d) A prática de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático são todos, sem exceção, crimes inafiançáveis.
- e) acesso à informação é assegurado a todos, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

22) Assinale a alternativa correta:

- a) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, garantindo-se ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante a noite, por determinação judicial.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer hipótese, por ordem judicial, na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependendo de autorização do Poder Público e desde que não frustem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida prévia comunicação e autorizada a reunião pela autoridade competente.

23) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal.
- b) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- c) preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- d) A lei regulará a individualização das penas.
- e) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

24) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
 - II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
 - III - O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal em nenhuma hipótese.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas o item II está correto.
 - e) Apenas o item III está correto.

25) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II - O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

III - É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

26) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O direito de greve é privativo dos trabalhadores.

II - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

III - O direito de greve será exercido independentemente de lei.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Apenas o item II está correto.

27) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O servidor público da administração direta investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela remuneração.

II - O servidor público da administração indireta investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, em prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

III - O servidor público da administração direta, em caso de afastamento, terá os valores de benefício previdenciário contados como se não tivesse no exercício de cargo, emprego ou função pública.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

28) A estabilidade é direito do servidor público que somente será adquirido, em regra:

- a) após 4 anos de efetivo exercício.
- b) após 3 anos de efetivo exercício.
- c) após 5 anos de efetivo exercício.
- d) após 10 anos de efetivo exercício.
- e) após 2 anos de efetivo exercício, sem exceções.

29) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista depende, em cada caso, de autorização da assembléia geral.

II - Os servidores públicos têm direito ao fundo de garantia por tempo de serviço.

III - Os subsídios hoje pagos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal são o teto remuneratório apenas da Administração direta.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

30) Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo.

II - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União apenas, incluídas suas autarquias e fundações é assegurado regime de previdência de caráter contributivo.

III - A concessão do benefício da pensão por morte é matéria sobre a qual ato administrativo do Ministro de Estado da Previdência Social disporá a respeito

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

31) Segundo o disposto na Constituição Federal, o direito de resposta, proporcional ao agravo:

- a) exclui apenas a indenização por dano material.
- b) não exclui a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) exclui a indenização por dano material ou moral.
- d) exclui apenas a indenização por dano moral.
- e) acarretará a indenização por dano moral somente se for manifestado o agravo por meio da imprensa.

32) A autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, no caso de:

- a) interesse social relevante.
- b) necessidade ou utilidade pública.
- c) iminente perigo público.
- d) necessidade urgente em investigação criminal.
- e) prisão em flagrante.

33) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada:

- a) sempre pela lei pessoal dos herdeiros.
- b) sempre pela lei pessoal do cônjuge do "de cujus".
- c) sempre pela lei pessoal do "de cujus".
- d) sempre pela lei mais favorável ao cônjuge ou aos filhos brasileiros.
- e) sempre pela lei brasileira.

34) A Constituição reconhece a instituição do júri, ao qual compete julgar:

- a) somente os crimes dolosos contra a vida.
- b) os crimes dolosos contra a honra.
- c) todos os crimes contra a vida.
- d) os crimes de homicídio doloso e culposo.
- e) somente o crime de homicídio doloso.

35) Se não intentada no prazo legal a ação penal pública, admitir-se-á:

- a) a ação civil pública.
- b) a ação penal popular.
- c) o mandado de injunção.
- d) a ação penal privada.
- e) o mandado de segurança.

36) Não é direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) Salário-família para os seus dependentes.
- b) Repouso semanal remunerado.
- c) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- d) Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- e) Proteção em face da automação, na forma da lei.

37) Assinale a alternativa correta:

São condições de elegibilidade:

- I - o alistamento eleitoral.
- II - o domicílio eleitoral na circunscrição.
- III - a filiação partidária.
- IV - ser alfabetizado.
- a) Somente uma está correta.
- b) Somente duas estão corretas.
- c) Somente três estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- e) Todas estão erradas.

38) São princípios que regem a Administração Pública, exceto:

- a) Disponibilidade do serviço público.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Impessoalidade.
- e) Publicidade.

39) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
d) A autoridade administrativa editará normas que autorizem a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
e) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

40) Assinale a alternativa incorreta:

- a) O servidor público estável perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
b) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
c) O servidor público estável perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
d) O servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo, em nenhuma hipótese, entretanto, se não lhe foi assegurada a ampla defesa.
e) A Emenda Constitucional nº 20 extinguiu a estabilidade dos servidores públicos.

41) - Segundo a Constituição Brasileira o voto é obrigatório para:

- a) Os maiores de 18 anos.
b) Para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
c) Obrigatório para os analfabetos.
d) Todas as alternativas estão corretas.
e) Nenhuma das alternativas está correta.

42) - O princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio não prevalece:

- a) Quando o imóvel for locado a terceiro e o proprietário pretende vistoriá-lo.
b) Quando o fiscal da prefeitura municipal for atuar o uso irregular do imóvel.
c) Quando o policial tiver certeza de que no domicílio esconde-se um suspeito de atos criminosos.
d) Em nenhuma das hipóteses.
e) Em todas essas hipóteses.

43) - Conforme prevê o artigo 5º. da Constituição Federal, qualquer pessoa só poderá ser presa:

- a) Por ordem judicial escrita
b) Em flagrante delito
c) Por ato exclusivo de delegado de polícia
d) Por ordem judicial escrita ou em flagrante delito
e) N. d. a.

44) - Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, a Constituição Federal prevê o:

- a) Habeas Data
b) Direito de petição
c) Direito de representação
d) Mandado de injunção
e) Mandado de segurança

45) - Foi criado, na nova Constituição, o "habeas data" para:

- a) Proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus
b) Para o exercício das liberdades cívicas
c) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante
d) Tornar viável o exercício dos direitos constitucionais em que há falta de norma regulamentadora

46) - O povo exerce soberania pelo sufrágio universal, mediante:

- a) Voto, plebiscito e iniciativa popular
b) Iniciativa popular, referendo e voto
c) Referendo, proposta popular e voto
d) Plebiscito, referendo e voto
e) N. d. a.

47) - A atual constituição manteve a instituição do tribunal popular do júri, o qual tem competência "ratione materiae" para julgamento dos crimes:

- a) culposos contra a vida

- b) de homicídios culposos
c) dolosos contra a vida
d) de infanticídio culposo
e) n. d. a.

48) - Em que caso a autoridade competente poderá fazer uso da propriedade particular, garantindo ao proprietário indenização ulterior por dano?

- a) Desapropriação por necessidade pública
b) Desapropriação por calamidade pública
c) Desapropriação por utilidade pública
d) Desapropriação por iminente perigo público.
e) N. d. a.

49) - A liberdade de locomoção pelo território nacional é assegurada pela Constituição Federal em que termos?

- a) Qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair em qualquer tempo
b) Somente as pessoas originárias dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas
c) A qualquer pessoa, desde que não seja procurada pela justiça, independentemente da nacionalidade, e em tempo de paz
d) A qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair e em tempo de paz

50) - Dentre as alternativas abaixo, referentes as garantias constitucionais, assinale aquela que estiver errada.

- a) Homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos da constituição.
b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
c) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou a imagem.
e) Ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado.

51) - Estabelece a Constituição Federal, em seu Artigo 5º., inciso XXXI, que a sucessão de bens estrangeiros situados no País:

- a) Será regulada por Lei estrangeira a que pertencia o falecido.
b) Será regulada por Lei brasileira.
c) Será regulada pela Lei do país onde houver sido feito o testamento.
d) Será regulada pela Lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, a não ser que lhes seja mais favorável a Lei pessoal do de "cujus"
e) Será regulada por determinação de organização das Nações Unidas.

52) - A garantia constitucional da presunção da inocência significa que:

- a) Ninguém será processado sem o contraditório
b) Todo cidadão tem direito a ampla defesa
c) Ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal
d) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente
e) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

53) - Superior hierárquico que baixa norma impedindo funcionário público subordinado de exercer o direito de impetrar "habeas corpus" em favor de outro servidor irregularmente preso. Comete ilegalidade e abuso de poder passíveis de reparação por:

- a) ação popular
b) mandado de injunção
c) "habeas data"
d) mandado de segurança
e) "habeas corpus"

54) - O patrão que concorrer com dolo ou culpa para acidente de trabalho de empregado regularmente registrado fica:

- a) Exonerado de qualquer obrigação, que é exclusiva do INSS.
b) Excluído da indenização até o limite do seguro obrigatório contratado
c) Obrigada a indenizar independentemente do seguro.
d) Sujeito ao pagamento da indenização somente se não tiver seguro pago
e) Impedindo de dispensar o empregado acidentado e de contratar outro para execução do mesmo serviço

55) - O alistamento Eleitoral e o voto são facultativos para:

- a) Os maiores de dezoito anos

- b) Os maiores de 70 anos
- c) Os maiores de 80 anos
- d) Os maiores de 90 anos
- e) N. d. a.

56) - Havendo ordem judicial autorizando o ingresso em domicílio alheio, deverá ser cumprido:

- a) Em qualquer horário, com a maior brevidade possível
- b) Com urgência, a qualquer horário da noite
- c) Durante o dia
- d) N. d. a.

57) - Cabe ação popular:

- a) Contra ato lesivo ao patrimônio público
- b) Contra ato lesivo a moralidade administrativa
- c) Nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia
- d) As respostas "a" e "b" estão corretas.

58) - Os atos processuais são públicos, exceto:

- a) Não há exceção
- b) Nos casos expressamente previstos em Lei
- c) Nos casos que o interesse social exigir
- d) N. d. a.

59) - Para proteger direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridade, o cidadão pode valer-se:

- a) da ação popular
- b) do direito de representação
- c) do mandado de segurança
- d) do habeas corpus

60) - Parte legítima para propor ação popular é:

- a) Cidadão no exercício do cargo público
- b) Entidade pública
- c) Qualquer cidadão
- d) Pessoa jurídica de direito público interno

61) - O "habeas corpus" pode ser impetrado:

- a) só por advogado
- b) só pelo promotor de justiça
- c) só pelo paciente
- d) por qualquer pessoa

62) - Assinale dentre as penas abaixo, qual a não admitida pela Constituição Brasileira:

- a) Privação ou restrição de liberdade
- b) Banimento
- c) Perda de bens
- d) Suspensão ou interdição de direitos

63) - O direito de ação trabalhista, após a extinção do contrato de trabalho, prescreve em:

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 5 anos
- d) 7 anos

64) - A prática do racismo constitui:

- a) Contravenção penal
- b) Crime afiançável
- c) Crime inafiançável apenas
- d) Crime inafiançável e imprescritível

65) Marque a alternativa correta:

- a) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a Federal; o Sistema de Governo é o Republicano e a Forma de Governo é a Presidencialista
- b) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a Federal; o Sistema de Governo é o Presidencialista e a Forma de Governo é a República
- c) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a República; o Sistema de Governo é o Presidencialista e a Forma de Governo é a Federal

d) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a República; o Sistema de Governo é o Republicano e a Forma de Governo é a Presidencialista

66) Conceder-se-á mandado de segurança para:

- a) proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, somente quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública
- b) proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público
- c) na falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direito líquido e certo
- d) para proteger direito líquido, certo, não amparado por habeas corpus, habeas data ou ação popular, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública

67) São princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios expressos no caput do art. 37:

- a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Efetividade
- b) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência
- c) Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência
- d) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Probidade

68) No que diz respeito aos direitos sociais consagrados pela Constituição vigente, é correto afirmar:

- a) Os direitos dos trabalhadores não podem ser alterados em seu prejuízo.
- b) A vedação de jornada não superior a 8 (oito) horas aplica-se a trabalhadores urbanos, rurais e domésticos.
- c) É proibido o trabalho insalubre ou perigoso a mulheres.
- d) O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis está submetido a termos e limites a serem definidos em lei complementar.

69) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Pode a União nos Estados para prover a execução de decisão judicial, desde que haja requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) O Estado intervirá em seus Municípios ou a União nos Municípios localizados em Terrenos Federal sempre que houver indícios de malversação dos recursos públicos oriundos da repartição de receitas tributárias estaduais.
- c) A intervenção federal para o fim de assegurar a observância de princípios constitucionais sensíveis depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- d) n.r.a

70) Quanto aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar:

- a) Foram erigidos à condição de cláusulas pétreas, passíveis de modificação apenas através de emenda à Constituição, que exige quorum de 3/5 dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação.
- b) São cláusulas pétreas os direitos e garantias individuais que, por sua vez, encontram-se concentrados apenas no artigo 5º da Constituição Federal.
- c) Os direitos e garantias individuais, que se encontram pulverizados ao longo de todo o texto constitucional, não podem ser objeto de proposta de emenda tendente a aboli-los.
- d) Os direitos e garantias individuais encontram-se ao longo de todo o texto constitucional, podendo ser objeto de proposta de emenda que apenas atinja-os reflexamente.

71) Assinale a resposta correta:

- Dentre as expressões abaixo, UMA É NORMA, as demais representam princípios constitucionais. Qual é a norma ?
- a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
 - b) a prevalência dos direitos humanos rege as relações internacionais da República;
 - c) moralidade e eficiência regerão as atividades da Administração Pública direta e indireta;
 - d) a eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

72) Assinale a resposta correta: A criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos no Brasil deve resguardar:

- a) o caráter nacional da instituição;
- b) o regime democrático;
- c) o funcionamento parlamentar;
- d) a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

73) Assinale a resposta correta: Qual o princípio que representa um dos objetivos fundamentais da República brasileira ?

- a) a dignidade da pessoa humana;
- b) a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- c) a prevalência dos direitos humanos;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

74) A acumulação constitucional é permitida nos casos de:

- a) Dois Cargos Técnicos;
- b) Um Cargo de Médico e Professor;
- c) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- d) Dois cargos de avaliador judicial.

75) Tribunal do Júri é parte:

- a) da Sociedade Civil e Judiciário;
- b) do Poder Judiciário;
- c) do Ministério Público;
- d) da Advocacia.

76) Habeas Corpus é um dos remédios constitucionais previstos na nossa Carta Magna, utilizando-se para garantir ao indivíduo o direito de locomoção. Prevê o art. 5º, LXVIII, da Lex Magna de 1988, que "conceder-se-á Habeas Corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder."

O processo e julgamento do Habeas Corpus contra ato da Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais Estaduais ou Federais, previstos no art. 98, I, e parágrafo da CF, e na Lei 9.099/95, é de competência:

- a) da Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Criminais.
- b) do Tribunal de Justiça
- c) do STJ
- d) do STF

77) São direitos sociais: (art. 6º)

- a) a educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância
- b) a educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e a proteção à maternidade e à infância
- c) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade
- d) a igualdade de direitos entre homens e mulheres
- e) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição

78) Os que percebem remuneração variável não deverão receber menos do que: (art. 7º, VII)

- a) o salário mínimo regional
- b) o salário mínimo nacional
- c) o salário mínimo estadual
- d) a terça parte do salário mínimo regional
- e) a terça parte do salário mínimo nacional

79) A relação de emprego será protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de: (art. 7º, I)

- a) lei complementar
- b) lei ordinária
- c) medida provisória
- d) emenda à constituição
- e) n.r.a.

80) A irredutibilidade do salário é garantida ao trabalhador rural e urbano, salvo o disposto: (art. 7º, VI)

- a) em lei
- b) em convenção ou acordo coletivo
- c) em convenção coletiva, apenas
- d) acordo coletivo, apenas
- e) em lei complementar

81) O décimo terceiro salário terá como base: (art. 7º, VIII)

- a) a remuneração integral, apenas
- b) a gratificação natalina
- c) a gratificação de férias
- d) a remuneração integral ou o valor da aposentadoria
- e) o salário parcial

82) Constitui crime: (art. 7º, X)

- a) a retenção dolosa do salário
- b) a retenção culposa do salário
- c) a retenção culposa ou dolosa do salário
- d) o não pagamento do décimo quarto salário
- e) n.r.a.

83) A licença à gestante terá duração de: (art. 7º, XVIII)

- a) 90 dias
- b) 100 dias
- c) 120 dias
- d) 6 meses
- e) 60 dias

84) A duração do trabalho normal não pode ser superior a: (art. 7º, XIII)

- a) 8 horas diárias e 40 semanais
- b) 8 horas diárias e 44 semanais
- c) 8 horas diárias e 48 semanais
- d) 6 horas diárias e 40 semanais
- e) 6 horas diárias e 48 semanais

85) É proibido o trabalho noturno aos menores de: (art. 7º, XXXIII)

- a) 12 anos (trabalho noturno, perigoso ou insalubre)
- b) 14 anos
- c) 16 anos
- d) 18 anos
- e) 21 anos

86) É garantido adicional de remuneração para as atividades: (art. 7º, XXIII)

- a) penosas, insalubres ou perigosas
- b) penosas, danosas ou perigosas
- c) penosas, danosas ou insalubres
- d) insalubres, somente
- e) perigosas, somente

87) O filho de pais brasileiros, nascidos no estrangeiro, não estando nenhum dos dois a serviço do país:

- a) é considerado brasileiro pelo princípio do "jus sanguinis", registrado ou não na Embaixada brasileira
- b) só poderá optar pela nacionalidade brasileira se vier a residir no Brasil depois dos 21 anos
- c) é brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente e venha a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançado esta, opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- d) nunca poderá ser brasileiro nato, visto que o Brasil só adota o critério "jus solis".
- e) é brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente

88) Aos portugueses que optem pela naturalização brasileira, é exigido:

- a) residência por 2 anos ininterruptos e idoneidade moral
- b) residência por 1 ano ininterrupto e idoneidade moral
- c) residência por 4 anos ininterrupto e idoneidade moral
- d) residência por 30 anos e sem condenação penal
- e) residência permanente no país e reciprocidade em favor dos brasileiros

89) Os italianos que optarem pela naturalização brasileira deverão comprovar:

- a) residência no país por um ano ininterrupto e idoneidade moral
- b) residência no país há mais de 30 anos ininterruptos e sem condenação penal
- c) residência na República Federativa do Brasil antes da maioridade
- d) residência no país há mais de 30 anos ininterruptos e idoneidade moral
- e) residência no país por um ano ininterrupto e sem condenação moral

90) A lei não poderá distinguir brasileiros natos dos naturalizados: assim sendo, ambos podem ser:

- a) Pres. da República
- b) oficial das forças armadas
- c) presidente da Câmara dos Deputados
- d) senador
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal

91) Pelo critério do "jus solis", a nacionalidade brasileira é conferida:

- a) ao descendente de nacional, embora o lugar do nascimento fique em território de outro estado
- b) aos que nascerem fora do território do estado
- c) aos que nascerem em território nacional ou estrangeiro
- d) aos que nascerem no território do estado
- e) todas as anteriores

92) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- a) por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica se recusar a cumprir obrigação a todos imposta
- b) adquirir, por ato involuntário, outra nacionalidade
- c) praticar crime hediondo
- d) tiver cancelado sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional
- e) as letras "b" e "d" estão corretas

93) Os brasileiros naturalizados podem exercer cargo de:

- a) vice-presidente da república
- b) presidente do senado federal
- c) procurador-geral da república
- d) oficial do exército
- e) Ministro do supremo tribunal federal

94) Filho de pais alemães, nascido na República Federativa do Brasil, desde que os ascendentes não estejam a serviço da Alemanha:

- a) é brasileiro nato
- b) é brasileiro naturalizado
- c) é estrangeiro
- d) é brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira após os 21 anos
- e) apátrida

95) Os brasileiros, nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República federativa do Brasil, são considerados:

- a) brasileiros natos
- b) brasileiros natos, desde que residam no Brasil antes da maioridade e alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- c) brasileiros natos, se registrados em repartição brasileira competente
- d) estrangeiros
- e) apátridas

96) Os símbolos do Brasil são:

- a) a língua, a bandeira, o hino e as armas nacionais
- b) a língua, a bandeira, o hino, o selo e as armas nacionais
- c) a bandeira, o hino, o selo e as armas nacionais
- d) o exército, a Marinha, a Aeronáutica, o selo, a bandeira, o hino e as armas nacionais
- e) o exército, a Marinha, a Aeronáutica, o selo, a bandeira, o hino, as armas nacionais e a língua portuguesa

97) Uma pessoa nascida no rio Gde do Sul, filha de um casal de turistas japoneses, pode ser considerada como:

- a) estrangeira
- b) brasileira nata

c) brasileira naturalizada

d) n.r.a.

98) São considerados brasileiros natos:

- a) todos os nascidos no exterior, filhos de pais brasileiros
- b) todos os nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros
- c) os portugueses residentes no Brasil, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros
- d) os nascidos no exterior, registrados na Embaixada do Brasil, desde que, necessariamente, pai e mãe sejam brasileiros natos
- e) todos os nascidos no Brasil, filhos de pais brasileiros

99) Os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial das Forças armadas são:

- a) privativos de brasileiros
- b) privativos de brasileiros natos
- c) privativos de brasileiros naturalizados
- d) ocupados tanto por brasileiros como por estrangeiros
- e) n.r.a.

100) O brasileiro nato pode perder a nacionalidade:

- a) em consequência de sanção acessória a condenação à pena de reclusão
- b) se adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária
- c) se banido do território nacional
- d) se cancelada a sua nacionalidade por naturalização voluntária
- e) se privado dos seus direitos políticos por invocar crença religiosa ou convicção política para não prestar o serviço militar

101) A nacionalidade mista resulta:

- a) do casamento e da anexação de território
- b) da combinação da filiação (jus sanguinis) com o local de nascimento(jus solis)
- c) da nacionalidade adquirida e da vontade do indivíduo
- d) da naturalização e do parentesco
- e) do jus solis e da vontade do indivíduo

102) A Lei orgânica do mun. de Sinop estabelece que o idioma oficial do referido município será a língua portuguesa e, também, a italiana. Pergunta-se: é constitucional a lei municipal de Sinop?

- a) sim, visto que o Município tem autonomia para autolegislar
- b) não, pois só os estados poderiam legislar sobre tal tema
- c) sim, já que os Municípios podem ter símbolos próprios
- d) não, pois a constituição da república federativa do Brasil estabelece apenas a língua portuguesa como idioma oficial
- e) n.r.a.

103) Pelo critério do "jus sanguinis", a nacionalidade é concedida:

- a) a todos os que nascerem no território nacional
- b) ao descendente de nacional, embora o lugar do nascimento fique em território de outro estado
- c) a todos os que nascerem em território estrangeiro
- d) a todos os que nascerem em território nacional ou no estrangeiro, independente da nacionalidade dos ascendentes
- e) n.r.a.

104) Conforme a Constituição Federal de 1988, o crime político é:

- a) processado e julgado pela Justiça Federal de primeira instância, com a possibilidade de recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- b) processado e julgado pela Justiça Federal de primeira instância, com a possibilidade de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- c) processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) processado e julgado pela Justiça Federal de primeira instância, com a possibilidade de recurso ordinário para o Tribunal Regional Federal;

105) Assinale a assertiva correta:

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para cargo em comissão.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que a lei considere de livre provimento.

- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, sendo legítima também aquela decorrente de aprovação em concursos de ascensão funcional.
- d) A investidura em cargo ou emprego público pode-se dar por livre decisão do Presidente da República, na esfera federal, ou do Governador, no âmbito estadual.

106) O Ministério Público da União abrange, nos termos da Constituição:

- a) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- d) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

107) Assinale a assertiva que **não** contém um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito fundado pela Constituição de 1988.

- a) a fidelidade partidária
- b) a cidadania
- c) a dignidade da pessoa humana
- d) a soberania
- e) o pluralismo político

108) Assinale a assertiva correta.

- a) A interceptação de comunicação telefônica pode-se realizar mediante autorização da autoridade judicial, policial ou fazendária.
- b) As leis de caráter restritivo devem observar o princípio da proporcionalidade ou do devido processo legal na aceção substantiva.
- c) O lançamento do nome do réu no rol dos culpados previsto no Código de Processo Penal é compatível com o princípio constitucional da presunção de inocência.
- d) O depoimento do indiciado perante autoridade policial sem a presença de advogado é nulo de pleno direito.
- e) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente obtida.

109) Assinale a assertiva correta.

- a) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- b) Os portugueses submetidos ao estatuto de igualdade se equiparam aos brasileiros natos.
- c) Nos termos da Constituição, os filhos de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil nascidos no exterior poderão fazer opção pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.
- d) Os filhos de brasileiro que esteja a serviço do Brasil nascidos no exterior terão de fazer opção pela nacionalidade brasileira quatro anos após completarem a maioridade.
- e) A Constituição proíbe a extradição do brasileiro nato ou naturalizado.

110) A Constituição dispõe que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Assinale a opção que expressa como é conhecido o princípio que corresponde a esse preceito.

- a) princípio do devido processo legal
- b) princípio do acesso à Justiça
- c) princípio da legalidade
- d) princípio do contraditório
- e) princípio da segurança jurídica

111) A respeito dos direitos fundamentais relacionados com a prisão, assinale a opção correta.

- a) Somente se admite a prisão por dívida no direito brasileiro, em se tratando de inadimplemento de obrigação alimentícia.
- b) Ao descobrir que um depoente cometeu crime no passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode decretar a sua prisão imediatamente.
- c) É cabível o instrumento do *habeas data* para impugnar prisão tida como ilegal.
- d) Ninguém pode ser preso até ser considerado culpado em sentença transitada em julgado.
- e) O preso não está obrigado a responder perguntas feitas pela autoridade policial e pela autoridade judiciária.

112) Os crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado, conexos com os do presidente da República, devem ser processados perante:

- a) - o Supremo Tribunal Federal;
- b) - o Superior Tribunal de Justiça;
- c) - o Senado Federal.

113) Caso venha um Juiz do Trabalho a praticar um crime de responsabilidade, qual o Tribunal competente para julgá-lo:

- a) - o Tribunal Regional do Trabalho ao qual ele está subordinado;
- b) - o Tribunal Regional Federal;
- c) - o Superior Tribunal de Justiça.

114) Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor assinale a opção CORRETA:

- a) É permitida a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrate outra anteriormente convocada para o mesmo local, independente de prévio aviso à autoridade;
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual penal;
- d) As associações poderão ser dissolvidas compulsoriamente ou ter suas atividades suspensas quando detectada alguma irregularidade em seu funcionamento.

115) Quanto à organização dos Poderes é INCORRETO afirmar que:

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, por ele nomeados, que somente poderão ser exonerados com prévia aprovação, por voto secreto, de dois terços dos membros do Senado Federal;
- b) Ocorrendo vacância nos dois últimos anos do período presidencial, a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República será feita pelo Congresso Nacional;
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário;
- d) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre brasileiros dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

116) (MP/DF-88) Sendo a prisão civil por dívida um instituto de direito constitucional, poderá ser decretada contra:

- a) Fiador insolvente.
- b) Depositário infiel ou responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar.
- c) Segurador que não pagou o prejuízo resultante do risco assumido ou o valor da apólice.
- d) Comodatário constituído em mora.
- e) Inadimplente involuntário de obrigação alimentícia.

117) Uma organização sindical pode impetrar mandado de segurança coletivo desde que:

- a) esteja constituída ou em funcionamento há mais de três anos;
- b) haja qualquer motivo de interesse dos seus membros ou associados;
- c) o trabalhador se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade;
- d) esteja legalmente constituída em funcionamento há pelo menos um ano, e em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- e) haja qualquer interesse da sociedade.

118) A Constituição de 1988, no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece regras diversas sobre tema criminal. Assinale a hipótese que não configura uma dessas regras:

- a) garantia de sigilo das votações nos processos da competência do júri;
- b) proibição absoluta de retroatividade da lei penal;
- c) proibição da pena de caráter perpétuo;
- d) identificação ao preso dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

e) comunicação ao juiz competente sobre a prisão de qualquer pessoa.

119) Marque a opção correta:

- a) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento dos bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;
- b) a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a de banimento, no caso de crimes de ação armada de grupos, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático;
- c) contraditório e a ampla defesa, nos crimes por prática de racismo, poderão ser restringidos nos casos culposos e suspensos nos casos dolosos;
- d) a lei poderá, em caso de dolo, admitir a pena de trabalhos forçados para os crimes hediondos;
- e) nenhum brasileiro será extraditado, salvo em caso de envolvimento comprovado em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

120) A diferença entre Mandado de Segurança *habeas corpus* se caracteriza:

- a) o primeiro resulta de abuso de autoridade o segundo, não;
- b) o primeiro tem decisão imediata do juiz, enquanto o segundo depende de processo regular;
- c) o primeiro é contra desmandos federais, enquanto o segundo previne abusos estaduais e municipais;
- d) o segundo diz respeito a coação estatal referente à liberdade de locomoção, enquanto o Mandado de Segurança trata de outras formas de abuso de poder estatal;
- e) o primeiro somente é usado para prevenir abusos, enquanto o segundo se destina a reprimi-los.

121) A desapropriação, segundo a Constituição de 1988, terá seu procedimento estabelecido em lei e, será por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social:

- a) a indenização deve ser justa, em dinheiro, e antecipada, sempre;
- b) a indenização deve ser justa, em dinheiro, e *a posteriori*;
- c) a indenização deve ser justa, prévia, e em dinheiro, ressalvados os casos previstos na própria Constituição;
- d) a indenização deve ser justa, prévia, e em Papéis do Tesouro Nacional;
- e) n. d. a.

122) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado:

- a) por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos;
- b) somente por sindicato ou entidade de classe legalmente constituída e reconhecida, que esteja em funcionamento pelo menos há seis meses;
- c) por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída em funcionamento há pelo menos um ano;
- d) por qualquer das pessoas jurídicas acima mencionadas, independentemente de prazo de funcionamento, desde que a impetração tenha fundamento no interesse de seus membros ou associados;
- e) por qualquer das pessoas jurídicas mencionadas na alínea c, desde que se trate de direito líquido e certo não amparável por *habeas corpus* ou mandado de injunção e os impetrantes tenham pelo menos dois meses de funcionamento.

123) A retificação de dados informativos sobre uma pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, é feita:

- a) por meio de *habeas data*, apenas;
- b) por procedimentos administrativo, sem prejuízo de seu caráter publicístico obrigatórios;
- c) por processo administrativo, com ou sem caráter sigiloso, judicial ou administrativo, apenas;
- d) pela via do *habeas data* ou processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- e) por processo administrativo, com ou sem caráter publicístico.

124) O Estado que se sujeita ao império da lei, que realiza o princípio da igualdade e da justiça, não pela generalidade, mas pela busca da igualização dos socialmente desiguais, denomina-se:

- a) Estado de exceção.
- b) Estado de direito.
- c) Estado social de direito.
- d) Estado democrático de direito.

125) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, inseridas na Constituição Federal:

- a) dependem de lei complementar;
- b) têm aplicação imediata no que diz com as garantias, apenas;
- c) têm aplicação imediata apenas os direitos, mas as garantias dependem de lei complementar;
- d) tem aplicação imediata, tanto para os direitos quanto para as garantias;
- e) tem aplicação imediata os direitos individuais, mas não quanto aos sociais e às garantias, que dependem de lei complementar.

126) Assinale a assertiva correta.

- a) A lei pode estabelecer hipóteses de exclusão de sua apreciação pelo Poder Judiciário, ainda que presentes a lesão ou a ameaça a direito.
- b) É pública a votação dos jurados no processo do júri.
- c) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- d) A lei penal não retroagirá, salvo nos casos de anistia fiscal.
- e) A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção nos termos de lei.

127) O art. 5º LXXIV, da Constituição Federal estabelece: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Para atender a tal preceito, a Constituição Federal criou a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Responda:

- a) assertiva e razão são falsas;
- b) assertiva e razão são verdadeiras;
- c) a assertiva é falsa e a razão verdadeira;

128) Marque a opção correta.

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, ainda que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante indenização prévia a título de remuneração pelo uso.
- d) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, mesmo que não trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar da pequena propriedade rural, assim definida em lei, assegurada ao proprietário indenização prévia.

129) A Constituição autoriza as seguintes formas de prisão:

- a) em flagrante delito, por mandado de prisão assinado por autoridade judiciária, e por ordem escrita da autoridade policial;
- b) em flagrante delito, por mandado de prisão assinado por autoridade judiciária competente, e por ordem oral de qualquer policial;
- c) em flagrante delito e por mandado de prisão assinada por autoridade judiciária competente devidamente fundamentada;
- d) em flagrante delito e em virtude de mandado de prisão policial;
- e) por determinação escrita e fundamentada de qualquer pessoa.

130) O Delegado de Polícia poderá:

- a) entrar na casa de alguém, à noite, no caso de desastre;
- b) entrar na casa de alguém, a qualquer hora, desde que autorizado pelo Secretário;
- c) entrar na casa de alguém, em qualquer caso, durante o dia;
- d) entrar na casa de alguém, a qualquer hora, para averiguações;
- e) por ordem judicial não pode durante o dia.

131) Uma prisão ilegal só será:

- a) relaxada pela autoridade policial;
- b) relaxada em 48 horas, pela autoridade judiciária;
- c) relaxada só depois do inquérito policial;
- d) relaxada pela autoridade judiciária;
- e) n. d. a.

132) "A casa é asilo inviolável do indivíduo..." (art. 5º, inc. XI), 1ª parte, da CF):
a) a disposição constitucional consagra um direito fundamental do indivíduo;
b) a disposição constitucional consagra garantia fundamental do indivíduo;
c) a disposição constitucional é meramente declaratória e imprime a existência legal de garantia fundamental do indivíduo;
d) a disposição constitucional é assecuratória da existência do direito do indivíduo.

133) Ao Tribunal do Júri compete julgar:
a) os crimes dolosos contra a vida;
b) somente os homicídios;
c) os crimes cometidos por motivos torpes;
d) o aborto voluntário e o homicídio;
e) os crimes de roubo seguido de morte (latrocínio).

134) Sobre a ação popular, é correto afirmar que:
a) se presta para processar criminosos, nos crimes que são levados a júri;
b) pode ser proposta por pessoas jurídicas;
c) dispensa a propositura por advogado e não comporta custas nem sucumbência;
d) protege direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública;
e) pode ser utilizada para anular ato lesivo à moralidade administrativa.

135) Sobre *habeas corpus* é incorreto afirmar:
a) não pode ser impetrado por pessoa que tenha apenas 17 anos;
b) é gratuito;
c) não é necessário advogado;
d) não pode ser impetrado perante o juízo trabalhista;
e) é o meio hábil para proteger uma espécie de direito líquido e certo.

136) Dentre os direitos e garantias fundamentais, insitos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, inclusive:
a) Homens e mulheres são desiguais em direitos e obrigações.
b) Homens e mulheres são iguais em direitos e desiguais em obrigações.
c) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de ordem.
d) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou condição filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
e) n. d. a.

137) A Constituição, no capítulo dos Direitos e Garantias Constitucionais, assegura certas prerrogativas aos sujeitos a condenação penal. Assinale a opção que figura hipótese de direito ou garantia não previstos pelo constituinte.
a) Proibição de que a obrigação de reparar danos ultrapasse a pessoa do delinqüente.
b) Garantia de cumprimento de pena em estabelecimentos distintos, conforme a idade e o sexo dos apenados.
c) Garantia às presidiárias de condições para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de lactação.
d) Proibição de pena consistente em trabalhos forçados.
e) Presunção de inocência até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

138) Exerce(m) o Poder Executivo:
a) Presidente da República;
b) Presidente da República e o Vice-Presidente da República;
c) Presidente da República, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
d) Presidente da República, o Vice-Presidente da República e órgãos consultivos;
e) Presidente da República, o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

139) Nomear os Ministros dos Tribunais Superiores é atribuição do:
a) Presidente da República;
b) Presidente do Senado;
c) Presidente da República e do Presidente do STF;
d) Presidente da República e do Presidente do Senado;
e) Presidente da República, Presidente do STF e Presidente do Senado.

140) O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para:

a) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;
b) celebrar tratados internacionais;
c) conceder indulto;
d) convocar o Conselho da República;
e) executar a intervenção federal.

141) Constitui fundamento da ordem social:
a) o primado do trabalho;
b) o bem-estar social;
c) o emprego;
d) o bem-estar e a justiça sociais;
e) soberania popular.

142) O objetivo dos direitos dos trabalhadores expresso no art. 7º da "Lei Maior" é:
a) a redução das desigualdades;
b) a livre iniciativa;
c) a melhoria da condição social;
d) a redução dos riscos inerentes à saúde, higiene e segurança no trabalho;
e) a garantia das liberdades de associação profissional e organização sindical.

Gabarito

01) A	02) E	03) C	04) D	05) A
06) B	07) D	08) B	09) D	10) E
11) B	12) A	13) A	14) D	15) D
16) B	17) D	18) E	19) C	20) E
21) C	22) B	23) B	24) C	25) C
26) B	27) B	28) B	29) B	30) B
31) B	32) C	33) D	34) A	35) D
36) C	37) D	38) A	39) D	40) E
41) A	42) D	43) D	44) E	45) C
46) E	47) C	48) E	49) D	50) C
51) D	52) E	53) D	54) C	55) B
56) C	57) D	58) B	59) C	60) C
61) D	62) B	63) A	64) D	65) B
66) B	67) B	68) D	69) B	70) C
71) D	72) B	73) B	74) C	75) B
76) D	77) E	78) B	79) A	80) B
81) D	82) A	83) C	84) B	85) D
86) A	87) C	88) E	89) B	90) D
91) D	92) D	93) C	94) A	95) A
96) C	97) B	98) E	99) B	100) B
101) B	102) D	103) B	104) A	105) B
106) A	107) A	108) B	109) C	110) B
111) E	112) C	113) B	114) C	115) A
116) B	117) B	118) B	119) A	120) D
121) C	122) C	123) D	124) D	125) D
126) C	127) B	128) A	129) C	130) A
131) D	132) A	133) A	134) D	135) A
136) D	137) A	138) A	139) A	140) C
141) A	142) C	xxxxx	xxxxxxx	xxxxx

Olha aqui! Mais uma bateria de exercícios pra você.

1 - Segundo a Constituição Brasileira o voto é obrigatório para:
a) Os maiores de 18 anos.
b) Para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
c) Obrigatório para os analfabetos.
d) Todas as alternativas estão corretas.
e) Nenhuma das alternativas está correta.

2 - O princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio não prevalece:
a) Quando o imóvel for locado a terceiro e o proprietário pretende vistoriá-lo.

- b) Quando o fiscal da prefeitura municipal for atuar o uso irregular do imóvel.
- c) Quando o policial tiver certeza de que no domicílio esconde-se um suspeito de atos criminosos.
- d) Em nenhuma das hipóteses.
- e) Em todas essas hipóteses.

3 - Conforme prevê o artigo 5º. da Constituição Federal, qualquer pessoa só poderá ser presa:

- a) Por ordem judicial escrita
- b) Em flagrante delito
- c) Por ato exclusivo de delegado de polícia
- d) Por ordem judicial escrita ou em flagrante delito
- e) N. d. a.

4 - Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, a Constituição Federal prevê o:

- a) Habeas Data
- b) Direito de petição
- c) Direito de representação
- d) Mandado de injunção
- e) Mandado de segurança

5 - Foi criado, na nova Constituição, o "habeas data" para:

- a) Proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus
- b) Para o exercício das liberdades cívicas
- c) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante
- d) Tornar viável o exercício dos direitos constitucionais em que há falta de norma regulamentadora

6 - O povo exerce soberania pelo sufrágio universal, mediante:

- a) Voto, plebiscito e iniciativa popular
- b) Iniciativa popular, referendo e voto
- c) Referendo, proposta popular e voto
- d) Plebiscito, referendo e voto
- e) N. d. a.

7 - A atual constituição manteve a instituição do tribunal popular do júri, o qual tem competência "ratione materiae" para julgamento dos crimes:

- a) culposos contra a vida
- b) de homicídios culposos
- c) dolosos contra a vida
- d) de infanticídio culposo
- e) n. d. a.

8 - Em que caso a autoridade competente poderá fazer uso da propriedade particular, garantindo ao proprietário indenização ulterior por dano?

- a) Desapropriação por necessidade pública
- b) Desapropriação por calamidade pública
- c) Desapropriação por utilidade pública
- d) Desapropriação por iminente perigo público.
- e) N. d. a.

9 - A liberdade de locomoção pelo território nacional é assegurada pela Constituição Federal em que termos?

- a) Qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair em qualquer tempo
- b) Somente as pessoas originárias dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas
- c) A qualquer pessoa, desde que não seja procurada pela justiça, independentemente da nacionalidade, e em tempo de paz
- d) A qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair e em tempo de paz

10 - Dentre as alternativas abaixo, referentes as garantias constitucionais, assinale aquela que estiver errada.

- a) Homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos da constituição.
- b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou a imagem.

e) Ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado.

11 - Estabelece a Constituição Federal, em seu Artigo 5º., inciso XXXI, que a sucessão de bens estrangeiros situados no País:

- a) Será regulada por Lei estrangeira a que pertencia o falecido.
- b) Será regulada por Lei brasileira.
- c) Será regulada pela Lei do país onde houver sido feito o testamento.
- d) Será regulada pela Lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, a não ser que lhes seja mais favorável a Lei pessoal do de "cujus"
- e) Será regulada por determinação de organização das Nações Unidas.

12 - A garantia constitucional da presunção da inocência significa que:

- a) Ninguém será processado sem o contraditório
- b) Todo cidadão tem direito a ampla defesa
- c) Ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal
- d) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente
- e) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

13 - Superior hierárquico que baixa norma impedindo funcionário público subordinado de exercer o direito de impetrar "habeas corpus" em favor de outro servidor irregularmente preso. Comete ilegalidade e abuso de poder passíveis de reparação por:

- a) ação popular
- b) mandado de injunção
- c) "habeas data"
- d) mandado de segurança
- e) "habeas corpus"

14 - O patrão que concorrer com dolo ou culpa para acidente de trabalho de empregado regularmente registrado fica:

- a) Exonerado de qualquer obrigação, que é exclusiva do INSS.
- b) Excluído da indenização até o limite do seguro obrigatório contratado
- c) Obrigado a indenizar independentemente do seguro.
- d) Sujeito ao pagamento da indenização somente se não tiver seguro pago
- e) Impedindo de dispensar o empregado acidentado e de contratar outro para execução do mesmo serviço

15 - O alistamento Eleitoral e o voto são facultativos para:

- a) Os maiores de dezoito anos
- b) Os maiores de 70 anos
- c) Os maiores de 80 anos
- d) Os maiores de 90 anos
- e) N. d. a.

16 - Havendo ordem judicial autorizando o ingresso em domicílio alheio, deverá ser cumprido:

- a) Em qualquer horário, com a maior brevidade possível
- b) Com urgência, a qualquer horário da noite
- c) Durante o dia
- d) N. d. a.

17 - Cabe ação popular:

- a) Contra ato lesivo ao patrimônio público
- b) Contra ato lesivo a moralidade administrativa
- c) Nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia
- d) As respostas "a" e "b" estão corretas.

18 - Os atos processuais são públicos, exceto:

- a) Não há exceção
- b) Nos casos expressamente previstos em Lei
- c) Nos casos que o interesse social exigir
- d) N. d. a.

19 - Para proteger direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridade, o cidadão pode valer-se:

- a) da ação popular
- b) do direito de representação
- c) do mandado de segurança
- d) do habeas corpus

20 - Parte legítima para propor ação popular é:

- a) Cidadão no exercício do cargo público
- b) Entidade pública
- c) Qualquer cidadão
- d) Pessoa jurídica de direito público interno

21 - O "habeas corpus" pode ser impetrado:

- a) só por advogado
- b) só pelo promotor de justiça
- c) só pelo paciente
- d) por qualquer pessoa

22 - Assinale dentre as penas abaixo, qual a não admitida pela Constituição Brasileira:

- a) Privação ou restrição de liberdade
- b) Banimento
- c) Perda de bens
- d) Suspensão ou interdição de direitos

23 - O direito de ação trabalhista, após a extinção do contrato de trabalho, prescreve em:

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 5 anos
- d) 7 anos

24 - A prática do racismo constitui:

- a) Contravenção penal
- b) Crime afiançável
- c) Crime inafiançável apenas
- d) Crime inafiançável e imprescritível

25 - O princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio não prevalece:

- a) Quando o imóvel for locado a terceiro e o proprietário pretende vistoriá-lo.
- b) Quando o fiscal da prefeitura municipal for atuar o uso irregular do imóvel.
- c) Quando o policial tiver certeza de que no domicílio esconde-se um suspeito de atos criminosos.
- d) Em nenhuma das hipóteses.
- e) Em todas essas hipóteses.

26 - Conforme prevê o artigo 5º. da Constituição Federal, qualquer pessoa só poderá ser presa:

- a) Por ordem judicial escrita
- b) Em flagrante delito
- c) Por ato exclusivo de delegado de polícia
- d) Por ordem judicial escrita ou em flagrante delito
- e) N. d. a.

27 - Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, a Constituição Federal prevê o:

- a) Habeas Data
- b) Direito de petição
- c) Direito de representação
- d) Mandado de injeção
- e) Mandado de segurança

28 - Foi criado, na nova Constituição, o "habeas data" para:

- a) Proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus
- b) Para o exercício das liberdades cívicas
- c) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante
- d) Tornar viável o exercício dos direitos constitucionais em que há falta de norma regulamentadora

29- A atual constituição manteve a instituição do tribunal popular do júri, o qual tem competência "ratione materiae" para julgamento dos crimes:

- a) culposos contra a vida
- b) de homicídios culposos
- c) dolosos contra a vida

d) de infanticídio culposo

e) n. d. a.

30 - Em que caso a autoridade competente poderá fazer uso da propriedade particular, garantindo ao proprietário indenização ulterior por dano?

- a) Desapropriação por necessidade pública
- b) Desapropriação por calamidade pública
- c) Desapropriação por utilidade pública
- d) Desapropriação por iminente perigo público.
- e) N. d. a.

31- A liberdade de locomoção pelo território nacional é assegurada pela Constituição Federal em que termos?

- a) Qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair em qualquer tempo
- b) Somente as pessoas originárias dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas
- c) A qualquer pessoa, desde que não seja procurada pela justiça, independentemente da nacionalidade, e em tempo de paz
- d) A qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair e em tempo de paz

32 - Dentre as alternativas abaixo, referentes as garantias constitucionais, assinale aquela que estiver errada.

- a) Homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos da constituição.
- b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou a imagem.
- e) Ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado.

33- Estabelece a Constituição Federal, em seu Artigo 5º., inciso XXXI, que a sucessão de bens estrangeiros situados no País:

- a) Será regulada por Lei estrangeira a que pertencia o falecido.
- b) Será regulada por Lei brasileira.
- c) Será regulada pela Lei do país onde houver sido feito o testamento.
- d) Será regulada pela Lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, a não ser que lhes seja mais favorável a Lei pessoal do de "cujus"
- e) Será regulada por determinação de organização das Nações Unidas.

34 - A garantia constitucional da presunção da inocência significa que:

- a) Ninguém será processado sem o contraditório
- b) Todo cidadão tem direito a ampla defesa
- c) Ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal
- d) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente
- e) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

35 - Superior hierárquico que baixa norma impedindo funcionário público subordinado de exercer o direito de impetrar "habeas corpus" em favor de outro servidor irregularmente preso. Comete ilegalidade e abuso de poder passíveis de reparação por:

- a) ação popular
- b) mandado de injeção
- c) "habeas data"
- d) mandado de segurança
- e) "habeas corpus"

36 - O patrão que concorrer com dolo ou culpa para acidente de trabalho de empregado regularmente registrado fica:

- a) Exonerado de qualquer obrigação, que é exclusiva do INSS.
- b) Excluído da indenização até o limite do seguro obrigatório contratado
- c) Obrigada a indenizar independentemente do seguro.
- d) Sujeito ao pagamento da indenização somente se não tiver seguro pago
- e) Impedindo de dispensar o empregado acidentado e de contratar outro para execução do mesmo serviço

37 - Havendo ordem judicial autorizando o ingresso em domicílio alheio, deverá ser cumprido:

- a) Em qualquer horário, com a maior brevidade possível
- b) Com urgência, a qualquer horário da noite

- c) Durante o dia
- d) N. d. a.

38 - Cabe ação popular:

- a) Contra ato lesivo ao patrimônio público
- b) Contra ato lesivo a moralidade administrativa
- c) Nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia
- d) As respostas "a" e "b" estão corretas.

39 - Os atos processuais são públicos, exceto:

- a) Não há exceção
- b) Nos casos expressamente previstos em Lei
- c) Nos casos que o interesse social exigir
- d) N. d. a.

40 - Para proteger direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridade, o cidadão pode valer-se:

- a) da ação popular
- b) do direito de representação
- c) do mandado de segurança
- d) do habeas corpus

41 - Parte legítima para propor ação popular é:

- a) Cidadão no exercício do cargo público
- b) Entidade pública
- c) Qualquer cidadão
- d) Pessoa jurídica de direito público interno

42 - O "habeas corpus" pode ser impetrado:

- a) só por advogado
- b) só pelo promotor de justiça
- c) só pelo paciente
- d) por qualquer pessoa

43 - Assinale dentre as penas abaixo, qual a não admitida pela Constituição Brasileira:

- a) Privação ou restrição de liberdade
- b) Banimento
- c) Perda de bens
- d) Suspensão ou interdição de direitos

44 - A prática do racismo constitui:

- a) Contravenção penal
- b) Crime afiançável
- c) Crime inafiançável apenas
- d) Crime inafiançável e imprescritível

45 - Dentre as hipóteses abaixo, qual aquela que admite prisão civil por dívida:

- a) Fraude a credores
- b) Detentor de título, injustamente retido
- c) Depositário infiel
- d) Devedor inadimplente

46 - Conforme a Constituição Federal, é inviolável e depende de ordem judicial, em algumas hipóteses, para a sua quebra, o sigilo:

- a) da correspondência.
- b) da comunicação de dados.
- c) da comunicação telegráfica.
- d) da comunicação telefônica.
- e) da comunicação radiofônica

47 - A desapropriação, consoante o art. 5º da Carta Magna, pode se realizar por:

- I - necessidade regional.
- II - utilidade pública.
- III - interesse governamental.
- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

48 - Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

II - Qualquer partido político tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes de tratados internacionais em que o Estado brasileiro seja parte.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos

49 - Assinale a alternativa correta:

a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização da autoridade pública competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização e de se frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido apenas prévio aviso à autoridade competente.

c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido apenas prévio aviso à autoridade competente.

d) Todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido apenas prévio alvará da autoridade competente.

e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não haja outra reunião anteriormente convocada para o mesmo fim, sendo exigido apenas prévio aviso à autoridade competente.

50 - Nos termos da Constituição Federal, são formas de exercer a soberania popular, exceto:

- a) referendo.
- b) greve.
- c) plebiscito.
- d) sufrágio universal.
- e) voto direto e secreto.

51 - Ante o impedimento do Presidente da República e do Vice- Presidente da República, será chamado em primeiro lugar para exercer a Presidência o:

- a) Presidente do Congresso Nacional.
- b) Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro da Casa Civil.

52 - A Intervenção Federal é decretada:

- a) Pelo Presidente da República, sendo sempre controlada pelo Poder Legislativo.
- b) Pelo Presidente da República podendo ser, em casos determinados pela Constituição Federal, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional.
- c) Pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas sempre depois de ouvido o Congresso Nacional.
- d) Pelo Congresso Nacional, que dependerá da decisão do Congresso Nacional.

53 - O Presidente da República é julgado:

- a) Pelo Senado Federal em crime de responsabilidade e pelo Tribunal Regional Federal de Brasília por crime comum.
- b) Sempre pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Pelo Supremo Tribunal Federal em qualquer crime, mas no caso de crime de responsabilidade o STF deve ser presidido pelo Presidente do Senado Federal.
- d) Pelo Supremo Tribunal Federal e crime comum e pelo Senado Federal em crime de responsabilidade.

54 - Ocorrendo impedimento concomitante do Presidente e do Vice ou no caso de vacância de ambos os cargos, convocar-se-á eleição direta para noventa dias depois

da última vaga, se esta ocorrer antes de iniciar os dois últimos anos de mandato presidencial. Contudo, se a última vaga se der nos últimos dois anos:

- a) O Presidente da Câmara dos Deputados cumpre o tempo do mandato.
- b) O Presidente do Senado Federal cumpre o tempo do mandato.
- c) O Presidente do Supremo Tribunal Federal cumpre o tempo do mandato.
- d) O Congresso Nacional elege o Presidente para cumprir o tempo do mandato.

55 - O Poder Legislativo dos Estados é constituído sob o regime:

- a) Bicameral.
- b) Unicameral.
- c) Pluricameral.
- d) Multicameral.

56 - Em relação às garantias da magistratura, é correto afirmar que:

- a) A vitaliciedade é sempre adquirida pelos magistrados após dois anos de exercício no cargo.
- b) A inamovibilidade pode ser afastada por motivos de interesse público.
- c) A irredutibilidade de subsídio torna os juizes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- d) A vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo pelos juizes.

57) O Estado brasileiro é uma República Federativa, isto é adotada como forma de Estado a:

- a) Federação;
- b) República;
- c) Democracia;
- d) Representação.

58) Maria, empregada doméstica há 03 (três) anos em uma residência, de acordo com a Constituição atual terá assegurados os seguintes direitos:

- a) Irredutibilidade do salário;
- b) Licença-gestante;
- c) Aviso-Prévio;
- d) Férias;
- e) Todas as respostas acima.

59) Um cidadão sofrendo violação de seus direitos, embora estes não sejam assegurados pela Constituição, mas sim pela legislação positiva:

- a) Poderá acionar o judiciário, optando por um dos vários instrumentos que a lei lhe coloca à disposição;
- b) Ingressará em juízo, desde que, se exaure previamente as vias administrativas;
- c) Terá restrito acesso aos órgãos judicantes por se tratar de preceito não resguardado pela Constituição Federal.
- d) N.R.A.

60) A prisão por dívida é proibida pela Constituição Federal, exceto no(s) caso(s)

- a) De devedor inadimplente para com o Fisco;
- b) De devedor de alimentos e depositário infiel;
- c) De dívida fiscal para com a União, os Estados e os Municípios;
- d) N.R.A.

61) "Assistência jurídica não é outra coisa senão a assistência judiciária, daí afirmar-se:

- I) Aos pobres são gratuitos o registro de nascimento e a certidão de óbito;
 - II) Aos pobres e ricos são gratuitas as ações de "habeas corpus" e "habeas-data";
 - III) A todos são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania;
 - IV) Os direitos e deveres individuais e coletivos tem aplicação imediata com ou sem a norma que os regulamente.
- a) A I e a II estão corretas.
 - b) A III e a IV estão erradas.
 - c) Apenas a I está correta.
 - d) Apenas a III e a II estão corretas.
 - e) Todas estão corretas.

62) São considerados sujeitos passivos do MANDADO DE SEGURANÇA: os exercentes de Serviços Públicos:

- a) Das Autarquias;
- b) Das Empresas Públicas;
- c) Da Sociedade de Economia Mista;
- d) Das Fundações Públicas.

e) Todas as respostas acima.

63) Foram enquadrados pelos constituintes como crimes inafiançáveis:

- a) A tortura e o terrorismo;
- b) O racismo e o abuso de poder;
- c) Os crimes políticos e o tráfico de entorpecentes;
- d) A tortura e a inviolabilidade do domicílio;
- e) A inviolabilidade da correspondência e do domicílio.

64) Conforme a Constituição Federal, o salário-mínimo deveria ser fixado pelo:

- a) Presidente da República;
- b) Congresso Nacional;
- c) Supremo Tribunal Federal;
- d) Senado Federal;
- e) Câmara dos Deputados.

65) Dentre os avanços alcançados no campo dos Direitos Sociais pela atual Constituição Federal, não se inclui:

- a) A duração do trabalho, antes de 48 (quarenta e oito) horas, passando a 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- b) Os turnos que eram de 03 (três) com 08 (oito) horas cada, agora 04 (quatro) com 06 (seis) horas;
- c) O salário nas férias, antes integral, atualmente acrescido de 1/3 (um terço);
- d) A Licença - gestante anteriormente de 90 (noventa) dias, agora, 100 (cem) dias;
- e) A remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) a do normal.

66) O empregado de uma indústria metalúrgica tem um direito trabalhista lesado pelo seu empregador. Para fazer, valer na justiça este seu direito:

- a) Deverá no prazo de 05 (cinco) anos, ajuizar sua causa, a fim de que não prescreva o direito;
- b) Extinto seu contrato de trabalho, o trabalhador teia mais 03 (três) anos para, na justiça, exigir o direito lesado;
- c) Terá o prazo de 02 (dois) anos para reclamar tudo que lhe foi lesado no tempo em que trabalhou;
- d) Deverá deixar fluir o prazo de 05 (cinco) anos, para mover a ação trabalhista apropriada.
- e) N.R.A.

67) Assinale a única hipótese que não constitui um direito social do trabalhador rural:

- a) Seguro desemprego;
- b) 13º salário;
- c) Gozo de férias anuais;
- d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) Duração do trabalho normal não superior a 10 (dez) horas diárias.

68) Ser capaz politicamente é, em síntese, ter:

- a) Capacidade legislativa;
- b) Capacidade Civil;
- c) Capacidade administrativa;
- d) Capacidade física.

69) Detém a iniciativa de leis que criam cargos, funções ou empregos públicos ou aumentam a remuneração dos servidores públicos:

- a) apenas o Presidente da República;
- b) o Congresso Nacional;
- c) o Presidente do Senado Federal;
- d) o Presidente da Câmara de Deputados.

70) Pode-se penetrar na casa sem o consentimento do morador a qualquer hora do dia da noite, no caso de:

- a) flagrante delito;
- b) desastre;
- c) socorro;
- d) todas as resposta anteriores;

71) Todos os itens abaixo referem-se a algumas condições a liberdade de reunião, exceto:

- a) deve ser pacífica;

- b) sem armas;
- c) não na necessidade de prévio aviso a autoridade;
- d) sem frustrar outra reunião já marcada.

72) A propriedade só é legítima quando cumpre um função:

- a) privada;
- b) social;
- c) pública;
- d) coletiva;

73) Lei nova não perturba, por exemplo, um casamento realizado no regime de comunhão universal de bens, embora a Lei nova obrigue o regime de separação de bens; É o princípio da:

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade das Leis;
- d) Irretroatividade das Leis;

74) O salário-mínimo e garantido ao:

- a) tarifário;
- b) diarista;
- c) empregado doméstico;
- d) todas as resposta anteriores;

75) A remuneração do trabalho noturno será:

- a) igual a do diurno;
- b) superior a do diurno;
- c) inferior a do diurno;
- d) o dobro da remuneração do trabalho diurno;

76) Quanto ao direito à propriedade, podemos dizer que entre nós encontra seu limite:

- a) Na necessidade pública;
- b) Na utilidade pública;
- c) No interesse social;
- d) Nos dispositivos Constitucionais que tratam do assunto;
- e) Todas as respostas estão corretas.

77) Para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, será computado:

- a) parcialmente;
- b) em dobro;
- c) integralmente;
- d) em triplo,

78) Só se pode pleitear, por HABEAS DATA, informações:

- a) sociais;
- b) relativas ao impetrante;
- c) criminais;
- d) de caráter coletivo.

79) O segundo objetivo do HABEAS DATA é:

- a) a ratificação dos dados constantes na entidade governamental;
- b) a retificação dos dados constantes na entidade governamental ou de caráter público;
- c) a prisão da autoridade responsável pelas informações registradas;
- d) a reparação financeira por danos morais causadas pelas informações arquivadas.

80) A falta de norma regulamentadora que torna viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, à soberania e à cidadania, denomina-se:

- a) Mandado de Segurança;
- b) Mandado de Injunção;
- c) Habeas Corpus;
- d) Mandado de Segurança Coletivo.

81) O remédio jurídico que visa a defender direito ou notificar ilegalidade ou abuso de autoridade, denomina-se:

- a) Direito Líquido e Certo;
- c) Habeas Corpus;

- b) Mandado de Injunção;
- d) Direito de Petição.

82) É legitimado para propor a AÇÃO POPULAR:

- a) os estrangeiros;
- b) o titular da cidadania
- c) Os apátridas;
- d) as pessoas jurídicas.

83) O sujeito passivo do HABEAS CORPUS é:

- a) qualquer indivíduo;
- b) apenas os brasileiros natos;
- c) apenas os brasileiros naturalizados;
- d) o indivíduo titular da cidadania.

84) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:

- a) HABEAS DATA;
- b) MANDADO DE SEÇURANÇA;
- c) HABEAS CORPUS;
- d) MANDADO DE INJUNÇÃO.

85) São privativos de brasileiro nato os cargos de:

- a) Secretário de Governo;
- b) Ministro de Estado;
- c) Oficial das Forças Armadas;
- d) Delegado de Polícia,

86) Quanto ao Direito a Informação podemos afirmar:

- I) É garantia constitucional incondicionalmente;
- II) É garantia constitucional, salvo o acesso a fatos cujo sigilo é necessário a segurança da sociedade e do Estado;
- III) Independe do pagamento de Taxas.
- IV) Tem seu acesso restrito.

- a) A I e a IV estão erradas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Apenas a I está errada;
- d) A III e a IV estão erradas;
- e) A II e a III estão erradas.

87) São direitos dos trabalhadores urbanos, rurais e servidores públicos:

- a) igualdade de direitos com o trabalhador avulso;
- b) aviso prévio;
- c) 13º salário;
- d) seguro-desemprego;

88) Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, a soberania e a cidadania, conceder-se-á:

- a) Mandado Popular;
- b) HABEAS DATA;
- c) Mandado de Injunção;
- d) Mandado de Segurança;

89) São gratuitas:

- a) as ações de habeas corpus;
- b) as ações de habeas data;
- c) os atos necessários ao exercício da cidadania;
- d) todas as respostas anteriores;

90) Não haverá penas:

- a) de detenção;
- b) de reclusão;
- c) de banimento;
- d) de multa,

91) Todos os itens abaixo referem-se as liberdades inerentes aos brasileiros e aos estrangeiros, exceto:

- a) a violação das comunicações telegráficas de dados;

- b) a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- c) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- d) o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão;

92) O preceito constitucional "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" expressa o Princípio da:

- a) Legalidade;
- b) Isonomia;
- c) Igualdade de todos perante a Lei;
- d) Responsabilidade;
- e) Liberdade Social.

93) Um grupo de policiais, necessitando penetrar durante a noite em uma oficina mecânica a fim de capturar um indivíduo em flagrante delito, invade este estabelecimento sem o consentimento de seu dono. Podemos dizer que:

- a) Os policiais agiram ilegalmente;
- b) Os policiais agiram conforme o preceito constitucional lhes permite;
- c) O estabelecimento comercial não se equipara a casa;
- d) Os policiais só poderiam invadir o estabelecimento com autorização do Juiz;
- e) N.R.A.

94) A Liberdade de Reunião de que trata a Constituição Federal está condicionada:

- a) autorização da autoridade competente;
- b) A ser pacífica, sem armas, sem prévio aviso à autoridade e desde que não frustre outra reunião já marcada;
- c) A situação política da entidade que a promoverá;
- d) Ao local e a hora em que será realizada;
- e) À autorização do Prefeito do Município em que esta ocorrerá.

Gabarito

01) a	02) d	03) d	04) e	05) c
06) e	07) c	08) e	09) d	10) c
11) d	12) e	13) d	14) c	15) b
16) c	17) d	18) b	19) c	20) c
21) d	22) b	23) a	24) d	25) d
26) d	27) e	28) c	29) c	30) e
31) d	32) c	33) d	34) e	35) d
36) c	37) c	38) d	39) b	40) c
41) c	42) d	43) b	44) d	45) c
46) d	47) b	48) e	49) c	50) b
51) d	52) b	53) d	54) d	55) b
56) b	57) a	58) e	59) a	60) b
61) e	62) e	63) a	64) b	65) d
66) a	67) e	68) a	69) a	70) d
71) C	72) B	73) C	74) D	75) B
76) E	77) C	78) B	79) B	80) B
81) D	82) B	83) A	84) C	85) C
86) C	87) C	88) C	89) D	90) C
91) A	92) A	93) B	94) B	xxxxxxx

Olha aqui! Mais uma bateria de exercícios pra você.

01. Tendo em vista as disposições constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- b) Ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- c) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

02. Sobre o regime constitucional imposto à propriedade, é incorreto dizer que:

- a) é garantido o direito de propriedade.
- b) a propriedade atenderá a sua função social.
- c) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- d) a desapropriação será realizada mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado sempre ao proprietário indenização ulterior.

03. No Capítulo referente à Administração Pública, preceitua a Constituição Federal que:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- b) os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar definir as áreas de suas atuações.
- e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

04. Assinale a alternativa correta:

- a) São estáveis, após três anos de suas posses, os servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Se adquirida a estabilidade pelo servidor público, somente poderá ele perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Como condição para a aquisição de estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de conhecimento e eficiência a ser realizada por comissão instituída para essa finalidade por meio de lei.
- d) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- e) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, se o ato de demissão ilegal praticado pela administração pública causou-lhe prejuízo.

05. Assinale a alternativa correta:

- a) Pode haver prisão civil por dívida, como, por exemplo, a do depositário infiel.
- b) A prisão ilegal será relaxada pela autoridade judiciária, imediatamente após ter ouvido o Ministério Público.
- c) Se um comerciante tranca seu empregado no estabelecimento comercial, tolhendo-lhe a liberdade de locomoção, cabe contra ele "habeas corpus", a fim de libertar o empregado.
- d) É garantia do réu que a lei penal jamais retroaja.
- e) Diante de um acontecimento socialmente relevante, como por exemplo uma onda de saques no país, podem ser criados tribunais especificamente para o fim de julgar esses casos, até porque as decisões seriam mais céleres.

06. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cargos públicos podem ser ocupados por estrangeiros.
- b) Decretos podem declarar de livre nomeação e exoneração cargos em comissão.
- c) Só os servidores ocupantes de cargo efetivo podem exercer função de confiança.
- d) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

07. Pedro, oficial de justiça, encontra-se no exercício de mandato eletivo. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o mandato for estadual, ficará afastado do seu cargo.
- b) Se o mandato for de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- c) Seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Se o mandato for de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

08. Américo comprou uma casa de Pedro. No contrato de compra e venda, Pedro fez inserir uma cláusula que não permitia à Américo ingressar em juízo, caso surgisse no negócio algum problema. Realizado o negócio, pago o preço, Américo mudou-se para sua nova casa. A casa, entretanto, ruiu. À luz da Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) Américo não pode recorrer ao Poder Judiciário, porque se trata de ato jurídico perfeito.
- b) Américo pode recorrer ao Poder Judiciário, porque a Constituição assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, daí, logicamente, contrato algum poderá fazê-lo.
- c) Américo poderá ingressar em juízo independentemente do pagamento de taxas, pois a Constituição assegura o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) Américo poderá ingressar em juízo com Mandado de Segurança, para desfazer o negócio.
- e) Se Américo poderá ou não ingressar em juízo não é questão que possa ser analisada sob a ótica das prescrições constitucionais, pois estas só tratam da relação do cidadão com o Estado.

09. Adquire-se a estabilidade no serviço público:

- a) após 4 anos de efetivo exercício.
- b) após 5 anos de efetivo exercício.
- c) após 10 anos de efetivo exercício.
- d) após 3 anos de efetivo exercício.
- e) Após 3 anos da posse.

10. Os princípios previstos no "caput" do art. 37 da Constituição Federal:

- a) serão obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios.
- b) não serão obedecidos pela administração pública direta dos Estados e Municípios.
- c) serão obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União.
- d) não serão obedecidos pela administração pública indireta dos Estados e Municípios.
- e) serão obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Municípios.

11. Assinale a alternativa correta:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, a qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela se podendo penetrar sem consentimento do morador, apenas em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial ou policial.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela se podendo penetrar sem consentimento do morador, apenas em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial ou policial.

12. Assinale a alternativa incorreta:

- a) No caso de conveniência e oportunidade administrativa, a autoridade competente não poderá usar compulsoriamente de propriedade particular, ainda que fique assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) É ampla a liberdade de todos reunirem-se pacificamente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não pode ser dada em penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) Sempre que houver sucessão de bens de estrangeiros situados no País, será ela regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhe seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- e) A propriedade atenderá a sua função social.

13. Julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- II - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- III - A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- IV - A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- V - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está correta.
- c) Apenas duas assertivas estão corretas.
- d) Apenas três assertivas estão corretas.
- e) Apenas quatro assertivas estão corretas.

14. São direitos sociais, exceto:

- a) a saúde.
- b) o lazer.
- c) a segurança.
- d) a propriedade.
- e) a previdência social.

15. São brasileiros:

- a) natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, em qualquer hipótese.
- b) naturalizados, os nascidos no estrangeiro, em qualquer hipótese, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- c) natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, desde que optem pela nacionalidade brasileira.
- d) naturalizados, os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- e) naturalizados, os estrangeiros originários de países de língua portuguesa, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dois anos ininterruptos e sem condenação penal, independentemente de requerimento de nacionalidade brasileira.

16. Com relação aos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa cuja afirmação não pode ser considerada correta:

- a) O princípio da legalidade significa que a Administração só pode agir conforme lhe obrigue ou lhe permita a lei.
- b) O princípio da impessoalidade significa que a Administração, não sendo uma pessoa comum, deve agir objetivamente, para obter os seus interesses.
- c) O princípio da moralidade significa que a Administração Pública deve agir de forma clara, sincera e ética.
- d) O princípio da publicidade significa que a Administração tem o dever de agir de forma plenamente transparente, sendo-lhe vedado, em regra, impedir que os cidadãos tenham conhecimento de seus atos.
- e) O princípio da eficiência significa que a Administração deve procurar sempre melhores resultados com mais economia de material e de esforço.

17. É vedada a acumulação de cargos públicos de:

- a) um cargo técnico de empresa pública com um de professor.
- b) um cargo científico não remunerado de fundação com um cargo técnico.
- c) dois cargos privativos de médico.

- d) um cargo técnico de empresa controlada indiretamente pelo poder público com um cargo científico de empresa subsidiária de sociedade de economia mista.
- e) um cargo técnico com dois empregos de professor em instituições privadas.

18. Sobre o processo de licitação pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tem por finalidade a contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- b) Deve necessariamente assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes.
- c) Há casos em que pode ser dispensado.
- d) Pode exigir dos concorrentes qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- e) Pode estabelecer cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento diferentes das condições efetivas da proposta.

19. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

20. Os atos de improbidade administrativa:

- a) importarão o ressarcimento ao erário, caso em que ficará afastada a ação penal.
- b) importarão a suspensão da função pública.
- c) importarão a perda dos direitos políticos.
- d) importarão a suspensão dos direitos individuais.
- e) importarão a indisponibilidade dos bens.

21. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Alguém somente é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei.
- b) É assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- c) As penas de morte, de trabalhos forçados, de caráter perpétuo, de banimento e as cruéis não são admitidas em nosso ordenamento jurídico em hipótese alguma.
- d) A prática de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático são todos, sem exceção, crimes inafiançáveis.
- e) acesso à informação é assegurado a todos, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

22. Assinale a alternativa correta:

- a) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, garantindo-se ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante a noite, por determinação judicial.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer hipótese, por ordem judicial, na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependendo de autorização do Poder Público e desde que não frustem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida prévia comunicação e autorizada a reunião pela autoridade competente.

23. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal.

- b) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- c) preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- d) A lei regulará a individualização das penas.
- e) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

24. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
 - II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
 - III - O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal em nenhuma hipótese.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas o item II está correto.
 - e) Apenas o item III está correto.

25. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - II - O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
 - III - É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas o item II está correto.
 - e) Apenas o item III está correto.

26. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - O direito de greve é privativo dos trabalhadores.
 - II - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
 - III - O direito de greve será exercido independentemente de lei.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas o item III está correto.
 - e) Apenas o item II está correto.

27. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - O servidor público da administração direta investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela remuneração.
 - II - O servidor público da administração indireta investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, em prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - III - O servidor público da administração direta, em caso de afastamento, terá os valores de benefício previdenciário contados como se não tivesse no exercício de cargo, emprego ou função pública.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens estão incorretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão incorretos.
 - d) Apenas o item II está correto.
 - e) Apenas o item III está correto.

28. A estabilidade é direito do servidor público que somente será adquirido, em regra:

- a) após 4 anos de efetivo exercício.
- b) após 3 anos de efetivo exercício.
- c) após 5 anos de efetivo exercício.
- d) após 10 anos de efetivo exercício.
- e) após 2 anos de efetivo exercício, sem exceções.

29. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - A criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista depende, em cada caso, de autorização da assembléia geral.
 II - Os servidores públicos têm direito ao fundo de garantia por tempo de serviço.
 III - Os subsídios hoje pagos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal são o teto remuneratório apenas da Administração direta.
- Todos os itens estão corretos.
 - Todos os itens estão incorretos.
 - Apenas os itens I e II estão corretos.
 - Apenas o item II está correto.
 - Apenas o item III está correto

30. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo.
 II - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União apenas, incluídas suas autarquias e fundações é assegurado regime de previdência de caráter contributivo.
 III - A concessão do benefício da pensão por morte é matéria sobre a qual ato administrativo do Ministro de Estado da Previdência Social disporá a respeito
- Todos os itens estão corretos.
 - Todos os itens estão incorretos.
 - Apenas os itens I e II estão corretos.
 - Apenas o item II está correto.
 - Apenas o item III está correto

31. Segundo o disposto na Constituição Federal, o direito de resposta, proporcional ao agravo:

- exclui apenas a indenização por dano material.
- não exclui a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- exclui a indenização por dano material ou moral.
- exclui apenas a indenização por dano moral.
- acarretará a indenização por dano moral somente se for manifestado o agravo por meio da imprensa.

32. A autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, no caso de:

- interesse social relevante.
- necessidade ou utilidade pública.
- iminente perigo público.
- necessidade urgente em investigação criminal.
- prisão em flagrante.

33. A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada:

- sempre pela lei pessoal dos herdeiros.
- sempre pela lei pessoal do cônjuge do "de cujus".
- sempre pela lei pessoal do "de cujus".
- sempre pela lei mais favorável ao cônjuge ou aos filhos brasileiros.
- sempre pela lei brasileira.

34. A Constituição reconhece a instituição do júri, ao qual compete julgar:

- somente os crimes dolosos contra a vida.
- os crimes dolosos contra a honra.
- todos os crimes contra a vida.
- os crimes de homicídio doloso e culposo.
- somente o crime de homicídio doloso.

35. Se não intentada no prazo legal a ação penal pública, admitir-se-á:

- a ação civil pública.
- a ação penal popular.
- o mandado de injunção.
- a ação penal privada.
- o mandado de segurança.

36. Não é direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- Salário-família para os seus dependentes.
- Repouso semanal remunerado.
- Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- Proteção em face da automação, na forma da lei.

37. Assinale a alternativa correta:

- São condições de elegibilidade:
 I - o alistamento eleitoral.
 II - o domicílio eleitoral na circunscrição.
 III - a filiação partidária.
 IV - ser alfabetizado.
- Somente uma está correta.
 - Somente duas estão corretas.
 - Somente três estão corretas
 - Todas estão corretas.
 - Todas estão erradas.

38. São princípios que regem a Administração Pública, exceto:

- Disponibilidade do serviço público.
- Moralidade.
- Eficiência.
- Impessoalidade.
- Publicidade.

39. Assinale a alternativa incorreta:

- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- A autoridade administrativa editará normas que autorizem a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

40. Assinale a alternativa incorreta:

- O servidor público estável perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- O servidor público estável perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- O servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo, em nenhuma hipótese, entretanto, se não lhe foi assegurada a ampla defesa.
- A Emenda Constitucional nº 20 extinguiu a estabilidade dos servidores públicos.

GABARITO

01- A	02- E	03- C	04- D	05- A
06- B	07- D	08- B	09- D	10- E
11- B	12- A	13- A	14- D	15- D
16- B	17- D	18- E	19- C	20- E
21- C	22- B	23- B	24- C	25- C
26- B	27- B	28- B	29- B	30- B
31- B	32- C	33- D	34- A	35- D
36- C	37- D	38- A	39- D	40- E



Olha aqui! Mais uma bateria de exercícios pra você.

01 - A irredutibilidade do salário é garantida ao trabalhador rural e urbano, salvo o disposto: (art. 7º, VI)

- em lei
- em convenção ou acordo coletivo

- c) em convenção coletiva, apenas
- d) acordo coletivo, apenas
- e) em lei complementar

02 - O décimo terceiro salário terá como base: (art. 7º, VIII)

- a) a remuneração integral, apenas
- b) a gratificação natalina
- c) a gratificação de férias
- d) a remuneração integral ou o valor da aposentadoria
- e) o salário parcial

03 - Constitui crime: (art. 7º, X)

- a) a retenção dolosa do salário
- b) a retenção culposa do salário
- c) a retenção culposa ou dolosa do salário
- d) o não pagamento do décimo quarto salário
- e) n.r.a.

04 - A licença à gestante terá duração de : (art. 7º, XVIII)

- a) 90 dias
- b) 100 dias
- c) 120 dias
- d) 6 meses
- e) 60 dias

05 - A duração do trabalho normal não pode ser superior a: (art. 7º, XIII)

- a) 8 horas diárias e 40 semanais
- b) 8 horas diárias e 44 semanais
- c) 8 horas diárias e 48 semanais
- d) 6 horas diárias e 40 semanais
- e) 6 horas diárias e 48 semanais

06 - É proibido o trabalho noturno aos menores de: (art. 7º, XXXIII)

- a) 12 anos
- b) 14 anos
- c) 16 anos
- d) 18 anos
- e) 21 anos

07 - É proibida a realização de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, aos menores de:

- a) 12 anos
- b) 14 anos
- c) 16 anos
- d) 18 anos
- e) 21 anos

08 - Marque a alternativa falsa: (art. 7º, XXXIV, p.ú.)

São assegurados a categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos:

- a) aposentadoria
- b) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas
- c) salário-mínimo
- d) irredutibilidade do salário
- e) décimo terceiro salário

09 - O gozo de férias anuais remuneradas: (art. 7º, XVII)

- a) com pelo menos, um quinto do que o salário normal
- b) com pelo menos, um terço do que o salário normal
- c) com pelo menos, metade do que o salário normal
- d) com pelo menos, dois quintos do que o salário normal
- e) com pelo menos, dois terços do que o salário normal

10 - Marque a alternativa correta: (art. 8º, II)

- a) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, a não ser se tratar de organização sindical de empregadores
- b) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, salvo se o Município tiver mais de 500 mil habitantes
- c) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial(não podendo ser inferior...)

- d) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, podendo ser inferior à área de um Município
- e) todas as anteriores

11 - É vedada a dispensa do empregado sindicalizado:(art. 8º, VIII)

- a) a partir da eleição a cargo de direção ou representação sindical
- b) a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical
- c) a partir do dia da divulgação do resultado final de eleição a cargo de direção ou representação sindical
- d) o aposentado filiado a um sindicato tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais
- e) todas as anteriores

12 - Ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de: (7º, XXIX)

- a) dois anos para o trabalhador urbano
- b) até quatro anos após a extinção do contrato, para o trabalhador urbano
- c) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de um ano após a extinção do contrato
- d) até três anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural
- e) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural

13 - É garantido adicional de remuneração para as atividades: (art. 7º, XXIII)

- a) penosas, insalubres ou perigosas
- b) penosas, danosas ou perigosas
- c) penosas, danosas ou insalubres
- d) insalubres, somente
- e) perigosas, somente

14 - Analise a veracidade das frases:

I - é assegurado o direito de greve aos trabalhadores, cabendo à lei complementar a regulamentação

II - Ninguém será obrigado a manter-se filiado

III - é livre a associação profissional

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I e II
- e) todas

15 - O filho do embaixador da Itália e de mãe, também italiana, nascido no Brasil, é considerado:

- a) brasileiro nato
- b) brasileiro naturalizado
- c) estrangeiro
- d) apátrida
- e) brasileiro nato, desde que resida no Brasil até completar 21 anos e, após esta data, opte pela nacionalidade brasileira

16 - O filho de pais brasileiros, nascidos no estrangeiro, não estando nenhum dos dois a serviço do país:

- a) é considerado brasileiro pelo princípio do "jus sanguinis", registrado ou não na Embaixada brasileira
- b) só poderá optar pela nacionalidade brasileira se vier a residir no Brasil depois dos 21 anos
- c) é brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente e venha a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançado esta, opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- d) nunca poderá ser brasileiro nato, visto que o Brasil só adota o critério "jus solis".
- e) é brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente

17 - Aos portugueses que optem pela naturalização brasileira, é exigido:

- a) residência por 2 anos ininterruptos e idoneidade moral
- b) residência por 1 ano ininterrupto e idoneidade moral
- c) residência por 4 anos ininterrupto e idoneidade moral
- d) residência por 30 anos e sem condenação penal
- e) residência permanente no país e reciprocidade em favor dos brasileiros

18 - Os italianos que optarem pela naturalização brasileira deverão comprovar:

- a) residência no país por um ano ininterrupto e idoneidade moral
- b) residência no país há mais de 30 anos ininterruptos e sem condenação penal
- c) residência na República Federativa do Brasil antes da maioridade
- d) residência no país há mais de 30 anos ininterruptos e idoneidade moral
- e) residência no país por um ano ininterrupto e sem condenação moral

19 - A lei não poderá distinguir brasileiros natos dos naturalizados: assim sendo, ambos podem ser:

- a) Pres. da República
- b) Oficial das forças armadas
- c) Presidente da Câmara dos Deputados
- d) Senador
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal

20 - Pelo critério do "jus solis", a nacionalidade brasileira é conferida:

- a) ao descendente de nacional, embora o lugar do nascimento fique em território de outro estado
- b) aos que nascerem fora do território do estado
- c) aos que nascerem em território nacional ou estrangeiro
- d) aos que nascerem no território do estado
- e) todas as anteriores

21 - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- a) por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica se recusar a cumprir obrigação a todos imposta
- b) adquirir, por ato involuntário, outra nacionalidade
- c) praticar crime hediondo
- d) tiver cancelado sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional
- e) as letras "b" e "d" estão corretas

22 - Os brasileiros naturalizados podem exercer cargo de:

- a) Vice-presidente da república
- b) Presidente do senado federal
- c) Procurador-geral da república
- d) Oficial do exército
- e) Ministro do supremo tribunal federal

23 - Filho de pais alemães, nascido na República Federativa do Brasil, desde que os ascendentes não estejam a serviço da Alemanha:

- a) é brasileiro nato
- b) é brasileiro naturalizado
- c) é estrangeiro
- d) é brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira após os 21 anos
- e) apátrida

24 - Os brasileiros, nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República federativa do Brasil, são considerados:

- a) brasileiros natos
- b) brasileiros natos, desde que residam no Brasil antes da maioridade e alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- c) brasileiros natos, se registrados em repartição brasileira competente
- d) estrangeiros
- e) apátridas

25 - Pelo critério do "jus sanguinis", a nacionalidade é concedida:

- a) a todos os que nascerem no território nacional
- b) ao descendente de nacional, embora o lugar do nascimento fique em território de outro estado
- c) a todos os que nascerem em território estrangeiro
- d) a todos os que nascerem em território nacional ou no estrangeiro, independente da nacionalidade dos ascendentes
- e) n.r.a.

26 - Assinale a assertiva correta:

- a) O Princípio da função social da propriedade permite que o Estado estimule a coletivização de propriedades.

b) O Estado pode fixar, por via legislativa, uma política de preços, tendo em vista a necessária conciliação entre os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência, da defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais.

c) A política de preços não é matéria de competência do Poder Legislativo, mas do âmbito de atribuições do Poder Executivo.

d) O princípio da livre iniciativa e o postulado da livre concorrência consagrados constitucionalmente obstam a que o Estado atue até mesmo como agente regulador da atividade econômica.

27 - Assinale a assertiva correta:

a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para cargo em comissão.

b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que a lei considere de livre provimento.

c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, sendo legítima também aquela decorrente de aprovação em concursos de ascensão funcional.

A investidura em cargo ou emprego público pode-se dar por livre decisão do Presidente da República, na esfera federal, ou do Governador, no âmbito estadual.

28 - São remédios constitucionais no direito brasileiro:

a) O mandado de injunção, em caso de não observância da aplicabilidade imediata das normas constitucionais definidoras de direitos e garantias fundamentais.

b) O *habeas data*, para assegurar o conhecimento e a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

c) O mandado de segurança coletivo, ajuizado por qualquer partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.

use a seguinte correspondência:

A. I e II estão corretas.

B. I e III estão corretas.

II e III estão corretas.

Somente II está correta.

Somente III está correta.

29 - São brasileiros natos:

a) os nascidos na República federativa do Brasil, com exceção dos filhos de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país

b) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil

c) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros desde que sejam registrados na repartição competente

d) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro desde que residam no Brasil antes da maioridade e alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira

e) todas as anteriores

30 - Analise a veracidade das frases:

I - aos portugueses, com residência permanente no Brasil serão atribuídos os mesmos direitos inerentes ao brasileiro nato, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, salvo os casos previstos na Constituição.

II - Os princípios que regem a nacionalidade são "jus solis" e "jus sanguinis".

III - a nacionalidade é o vínculo jurídico que designa quais as pessoas que fazem parte da sociedade política estatal

estão corretas:

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) todas

31 - São privativos de brasileiro nato, os cargos de: (art. 12, § 3º)

a) Pres. da República e vice-pres. da república

b) Presidente do senado federal

c) Ministro do superior tribunal de justiça

d) Ministro do tribunal superior do trabalho

e) os itens a e b estão corretos e incorretos os demais

32 - São símbolos da República Federativa do Brasil: (art. 13, § 1º)

- a) apenas a bandeira e o hino nacionais
- b) apenas a bandeira e as armas nacionais
- c) apenas o selo e a bandeira nacionais
- d) apenas o selo, a bandeira e o hino nacionais
- e) apenas o selo, a bandeira, o hino e as armas nacionais

33 - São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro:

- a) de pai ou mãe brasileiros, desde que ambos estejam a serviço da Rep.Federativa do Brasil
- b) de pai ou mãe brasileiros, desde que sejam registrados na repartição brasileira competente
- c) e residentes no Brasil há mais de 30 anos ininterruptos
- d) e residentes no Brasil há mais de um ano ininterrupto
- e) n.r.a.

34- Considera-se estrangeiro:

- a) a pessoa natural do estado
- b) aquela pessoa que não é domiciliada no país
- c) aquela pessoa que não nasceu no Brasil
- d) aquela pessoa que o direito do estado não atribui a qualidade de nacional
- e) todas as anteriores

35 - Mônica, filha de pai argentino e mãe brasileira, nasceu quando seus pais viajavam pela Austrália. Sua mãe deseja que a filha seja brasileira nata, ainda quando criança: para isto é necessário que:

- a) a criança seja registrada em repartição brasileira e resida imediatamente no Brasil
- b) a criança seja registrada em repartição brasileira e resida no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, opte definitivamente pela nacionalidade brasileira.
- c) tal criança nunca poderá ser brasileira nata, pois o Brasil adota o critério do "jus solis"
- d) a criança seja registrada em repartição brasileira
- e) n.r.a.

36 - O parágrafo segundo do art. 12 da CF estabelece que não pode haver distinção entre brasileiro nato e naturalizado, a não ser que tal distinção esteja prevista:

- a) na própria constituição
- b) em lei complementar
- c) em lei ordinária
- d) na constituição estadual
- e) na lei orgânica do município

37 - O idioma oficial do Brasil é a(o):

- a) língua portuguesa
- b) língua brasileira
- c) latim
- d) língua tupi-guarani
- e) todas as anteriores

38 - Uma criança, filha de pai alemão e mãe australiana, nascida em Belo Horizonte no período em que seu pai encontrava-se a serviço de uma multinacional alemã, é considerada:

- a) apátrida
- b) estrangeira
- c) brasileira naturalizada
- d) brasileira nata
- e) semi-brasileira

39 - Julian Lopes nasceu em território espanhol, filho de pai brasileiro e de mãe naturalizada argentina. Apesar de não ter sido registrado em repartição brasileira no exterior, deseja Julian ser diplomata brasileiro. Poderá Julian ter seu desejo satisfeito?

- a) não, porém poderá naturalizar-se brasileiro e, então, ser candidato a Pres. da República
- b) sim, visto que filho de pai brasileiro é brasileiro, independentemente do local de nascimento
- c) não, porque o Brasil só adota o critério do "jus solis"

d) sim, entretanto, é necessário que resida no Brasil antes de completar a maioridade e, alcançada esta, opte em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira

e) não, pois não foi registrado em repartição brasileira competente

40 - Analise a veracidade das frases:

- I - um brasileiro nato não pode ter dupla nacionalidade
 - II - um brasileiro naturalizado pode se tornar apátrida
 - III - um português equiparado a brasileiro pode ser presidente do Senado Federal
- Estas estão corretas:

- a) I e II
- b) II
- c) II e III
- d) I e III
- e) todas

41 - Qualquer brasileiro perderá a nacionalidade se:

- a) praticar improbidade administrativa
- b) praticar tráfico ilícito de entorpecentes
- c) praticar atividade nociva ao interesse nacional
- d) adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária
- e) casar com estrangeira

42 - Jorge Beltrão, filho de pais brasileiros, nasceu a bordo de navio de guerra de bandeira brasileira. É considerado:

- a) estrangeiro
- b) brasileiro nato
- c) apátrida
- d) brasileiro naturalizado
- e) semi-brasileiro

43 - Havendo reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos aos portugueses os mesmos direitos inerentes ao brasileiro; para tanto, é necessário que os portugueses tenham:

- a) 1 ano de residência fixa no Brasil
- b) 2 anos de residência fixa no Brasil
- c) 3 anos de residência fixa no Brasil
- d) 4 anos de residência fixa no Brasil
- e) residência permanente no Brasil

44 - Analise a veracidade das frases:

I - Peter Wright, filho de uma gaúcha, nasceu em Miami. Aos 17 anos veio residir no Brasil e aos 35 anos optou pela nacionalidade brasileira, sendo, portanto, brasileiro nato.

II - Pedro, português, veio residir no Brasil, tendo, portanto, a condição de brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros

III - estrangeiro é todo aquele que não nasceu em território brasileiro

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) todas
- e) nenhuma

45 - O(s) princípio(s) que rege(m) a nacionalidade é(são):

- a) jus solis
- b) jus sanguinis
- c) ambos
- d) n.r.a.

46 - Uma pessoa nasceu no Brasil, filha de pai chileno e mãe italiana, é considerada:

- a) brasileira naturalizada
- b) brasileira nata, em qualquer hipótese
- c) apátrida
- d) estrangeira, pois o Brasil só adota o critério do "jus sanguinis"
- e) brasileira nata, desde que os pais não estejam a serviço de seu país

47 - Havendo reciprocidade em favor dos brasileiros, aos portugueses com residência permanente no país serão atribuídos os direitos inerentes ao:

- a) brasileiro naturalizado, salvo em relação aos direitos políticos
- b) brasileiro nato, salvo os casos em relação aos direitos políticos
- c) brasileiro nato, sem exceção
- d) brasileiro naturalizado
- e) estrangeiro

48 - Francisco, espanhol de nascimento, reside desde 1958, ininterruptamente, no Brasil. Em razão do tempo de residência, ele:

- a) excedeu o prazo em que é permitida a naturalização, não podendo mais fazê-la
- b) adquiriu a nacionalidade brasileira, para todos os efeitos, embora não tenha perdido a nacionalidade de origem
- c) é brasileiro naturalizado, independente de qualquer providência
- d) tornou-se brasileiro, com direitos equiparados ao nato
- e) será brasileiro naturalizado, se o requerer

49 - Assinale a alternativa correta:

- a) a língua brasileira é o idioma oficial do Brasil
- b) são brasileiros naturalizados os nascidos no Brasil, de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país
- c) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil
- d) o brasileiro terá declarada a perda de sua nacionalidade se praticar crime inafiançável
- e) os estados, os municípios e o DF não poderão ter símbolos próprios

50 - Uma pessoa nascida no rio Gde do Sul, filha de um casal de turistas japoneses, pode ser considerada como:

- a) estrangeira
- b) brasileira nata
- c) brasileira naturalizada
- d) n.r.a.

Gabarito

01 - B	02 - D	03 - A	04 - C	05 - B
06 - D	07 - C	08 - B	09 - B	10 - C
11 - B	12 - E	13 - A	14 - C	15 - C
16 - C	17 - E	18 - B	19 - D	20 - D
21 - D	22 - C	23 - A	24 - A	25 - B
26 - B	27 - B	28 - D	29 - E	30 - D
31 - E	32 - E	33 - B	34 - D	35 - D
36 - A	37 - A	38 - D	39 - D	40 - B
41 - D	42 - B	43 - E	44 - A	45 - C
46 - E	47 - B	48 - E	49 - C	50 - B

Olha aqui! Mais uma bateria de exercícios pra você.

1. "A casa é asilo inviolável do indivíduo..." (art. 5º, inc. XI), 1ª parte, da CF):

- a) a disposição constitucional consagra um direito fundamental do indivíduo;
- b) a disposição constitucional consagra garantia fundamental do indivíduo;
- c) a disposição constitucional é meramente declaratória e imprime a existência legal de garantia fundamental do indivíduo;
- d) a disposição constitucional é assecuratória da existência do direito do indivíduo.

2. "Assistência jurídica não é outra coisa senão a assistência judiciária, daí afirmar-se: I) Aos pobres são gratuitos o registro de nascimento e a certidão de óbito; II) Aos pobres e ricos são gratuitas as ações de "habeas corpus" e "habeas-data"; III) A todos são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania; IV) Os direitos a deveres individuais e coletivos tem aplicação imediata com ou sem a norma que os regulamente.

- a) A I e a II estão corretas.
- b) A III e a IV estão erradas.
- c) Apenas a I está correta.
- d) Apenas a III e a II estão corretas.

e) Todas estão corretas.

3. "Assistência jurídica não é outra coisa senão a assistência judiciária, daí afirmar-se:

- I) Aos pobres são gratuitos o registro de nascimento e a certidão de óbito;
 - II) Aos pobres e ricos são gratuitas as ações de "habeas corpus" e "habeas-data";
 - III) A todos são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania;
 - IV) Os direitos a deveres individuais e coletivos tem aplicação imediata com ou sem a norma que os regulamente.
- a) A I e a II estão corretas.
 - b) A III e a IV estão erradas.
 - c) Apenas a I está correta.
 - d) Apenas a III e a II estão corretas.
 - e) Todas estão corretas.

4. *Ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de: (7º, XXIX)

- a) dois anos para o trabalhador urbano
- b) até quatro anos após a extinção do contrato, para o trabalhador urbano
- c) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de um ano após a extinção do contrato
- d) até três anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural
- e) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural

5. A ação popular não tem por objetivo:

- a) anular ato lesivo ao meio ambiente.
- b) anular ato lesivo aos direitos do consumidor.
- c) anular ato lesivo ao patrimônio público.
- d) anular ato lesivo à moralidade administrativa.
- e) anular ato lesivo ao patrimônio de entidade de que o Estado participe.

6. A acumulação constitucional é permitida nos casos de:

- a) Dois Cargos Técnicos;
- b) Um Cargo de Médico e Professor;
- c) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- d) Dois cargos de avaliador judicial.

7. A acumulação remunerada de cargos públicos só é permitida, havendo compatibilidade de horários, quando se trata:

- a) de dois cargos relacionados com informática;
- b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) de, no máximo, três cargos privativos de médico;
- d) de, no máximo, três cargos privativos de professor;
- e) de dois cargos de agente administrativo.

8. A aposentadoria por invalidez permanente garante proventos integrais:

- a) em qualquer caso
- b) apenas quando decorrente de acidente de trabalho
- c) quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei
- d) n.d.a.

9. A aposentadoria voluntária por idade ocorre:

- a) aos sessenta e cinco anos se homem, ou sessenta para as mulheres, com vencimentos integrais
- b) aos sessenta e cinco anos se homem ou sessenta, se mulher com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço
- c) aos setenta anos de idade, com vencimentos integrais
- d) n.d.a.

10. A atual constituição manteve a instituição do tribunal popular do juri, o qual tem competência "ratione materiae" para julgamento dos crimes:

- a) culposos contra a vida
- b) de homicídios culposos
- c) dolores contra a vida
- d) de infanticídio culposo
- e) n. d. a.

11. A autarquia é: I.pessoa jurídica de direito público; II.criada para realizar atividades típicas da Administração; III.criada por lei, gozando de imunidade tributária; IV.submetida a um regime de responsabilidade civil subjetiva.

Responda:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente a assertiva IV está incorreta.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) As assertivas I e III estão corretas e as assertivas II e IV estão incorretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

12. A autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, no caso de:

- a) interesse social relevante.
- b) necessidade ou utilidade pública.
- c) iminente perigo público.
- d) necessidade urgente em investigação criminal.
- e) prisão em flagrante.

13. A competência exclusiva do Congresso Nacional para convocar plebiscito deverá ser processada por

- a) resoluções do Congresso.
- b) decretos legislativos.
- c) regimentos internos.
- d) leis complementares.

14. A Constituição assegura ao trabalhador doméstico

- a) repouso semanal remunerado e férias anuais remuneradas.
- b) fundo de garantia do tempo de serviço e décimo terceiro salário.
- c) licença-maternidade e seguro-desemprego.
- d) irredutibilidade de salário e adicional para atividades perigosas.
- e) jornada não superior a oito horas diárias e salário mínimo.

15. A Constituição autoriza as seguintes formas de prisão:

- a) em flagrante delito, por mandado de prisão assinado por autoridade judiciária, e por ordem escrita da autoridade policial;
- b) em flagrante delito, por mandado de prisão assinado por autoridade judiciária competente, e por ordem oral de qualquer policial;
- c) em flagrante delito e por mandado de prisão assinada por autoridade judiciária competente devidamente fundamentada;
- d) em flagrante delito e em virtude de mandado de prisão policial;
- e) por determinação escrita e fundamentada de qualquer pessoa.

16. A Constituição de 1988 permite:

- a) o Recurso ao contraditório e à ampla defesa no processo administrativo
- b) A suspensão temporária da garantia do habeas corpus em caso de estado de defesa
- c) A quebra do sigilo das comunicações telefônicas para fins de investigação criminal ou civil
- d) O ingresso à noite no domicílio, sem consentimento do morador, para cumprir ordem judicial
- e) A liberdade de expressão intelectual, artística científica e de comunicação, dependente de licença no último caso

17. A Constituição de 1988, no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece regras diversas sobre tema criminal. Assinale a hipótese que não configura uma dessas regras:

- a) garantia de sigilo das votações nos processos da competência do júri;
- b) proibição absoluta de retroatividade da lei penal;
- c) proibição da pena de caráter perpétuo;
- d) identificação ao preso dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;
- e) comunicação ao juiz competente sobre a prisão de qualquer pessoa.

18. A Constituição dispõe que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Assinale a opção que expressa como é conhecido o princípio que corresponde a esse preceito.

- a) princípio do devido processo legal
- b) princípio do acesso à Justiça
- c) princípio da legalidade
- d) princípio do contraditório

e) princípio da segurança jurídica

19. A Constituição Federal assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas e da condição financeira do requerente,

- a) o registro civil de nascimento.
- b) a certidão de óbito.
- c) o acesso ao Poder Judiciário.
- d) o direito de petição aos Poderes Públicos.
- e) o direito de resposta, proporcional ao agravo.

20. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a competência legislativa concorrente entre os diversos entes federativos,

- a) reservou aos Municípios as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.
- b) permitiu que leis federais posteriores suspendam a eficácia de leis estaduais anteriores, ainda que respeitantes a normas específicas.
- c) permitiu que os Estados-membros exerçam a competência legislativa plena, inexistindo lei federal sobre normas gerais.
- d) limitou a competência dos Estados-membros a normas gerais.

21. A Constituição Federal não define como direito social o:

- a) direito à educação.
- b) direito à saúde.
- c) direito à informação.
- d) direito à previdência social.
- e) direito ao trabalho.

22. A Constituição Federal prevê como crime inafiançável e imprescritível

- a) O tráfico ilícito de entorpecentes.
- b) A discriminação por motivos ideológicos.
- c) A prática de tortura.
- d) A objeção de consciência.
- e) A prática de racismo.

23. A Constituição Federal prevê como crime inafiançável e imprescritível

- a) O tráfico ilícito de entorpecentes.
- b) A discriminação por motivos ideológicos.
- c) A prática de tortura.
- d) A objeção de consciência.
- e) A prática de racismo.

24. A Constituição Federal sofreu sérias e profundas alterações com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 19. Acerca dos princípios que norteiam a atuação da administração pública, considerando as inovações já mencionadas, assinale a opção correta.

- a) O princípio da eficiência foi expressamente inserido entre aqueles que devem nortear a atuação da administração
- b) De acordo com o princípio da legalidade, a administração pública somente poderá agir quando não tiver sido proibida por lei a sua atuação.
- c) Não tendo o art. 37 da Constituição Federal expressamente mencionado o princípio da finalidade, conclui-se ser ele inaplicável à administração pública.
- d) O princípio da publicidade impõe a publicação de todos os atos administrativos em órgão de divulgação oficial, sob pena de nulidade.
- e) Somente atentam contra o princípio da moralidade administrativa os atos expressamente mencionados na legislação pertinente à improbidade administrativa.

25. A Constituição Federal sofreu sérias e profundas alterações com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 19. Acerca dos princípios que norteiam a atuação da administração pública, considerando as inovações já mencionadas, assinale a opção correta.

- a) O princípio da eficiência foi expressamente inserido entre aqueles que devem nortear a atuação da administração
- b) De acordo com o princípio da legalidade, a administração pública somente poderá agir quando não tiver sido proibida por lei a sua atuação.
- c) Não tendo o art. 37 da Constituição Federal expressamente mencionado o princípio da finalidade, conclui-se ser ele inaplicável à administração pública.
- d) O princípio da publicidade impõe a publicação de todos os atos administrativos em órgão de divulgação oficial, sob pena de nulidade.
- e) Somente atentam contra o princípio da moralidade administrativa os atos expressamente mencionados na legislação pertinente à improbidade administrativa.

26. A Constituição Federal trouxe significativas mudanças no que diz respeito a matéria de NACIONALIDADE. Tendo em vista o texto atual podemos afirmar que :

- a) São brasileiros, naturalizados os residentes em território nacional por mais de quinze anos ininterruptos, ainda que não requeiram a nacionalidade brasileira
- b) O Brasil adota o sistema do jus sanguinis, ou seja, só serão brasileiros os nascidos de pai ou mãe brasileira
- c) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil ainda que de pais estrangeiros, mesmo que a serviço de seu país
- d) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil ainda que de pais estrangeiros, mesmo que a serviço de seu país

27. A Constituição Federal vigente foi promulgada em:

- a) 05.10.88
- b) 05.11.88
- c) 06.10.88
- d) 10.05.88

28. A Constituição Federal vigente NÃO assegura ao Município:

- a) capacidade normativa própria.
- b) capacidade de autogoverno.
- c) autonomia financeira.
- d) representação no Senado Federal.

29. A Constituição Federal, em seu art. 5.º, dispõe acerca dos direitos e das garantias individuais. Considerando as regras e os princípios insertos no mencionado dispositivo constitucional, julgue os itens abaixo.

- I - O Ministério Público Federal possui competência para autorizar a violação do sigilo de comunicações telefônicas.
 - II - Apenas as comunicações telefônicas e telegráficas encontram-se amparadas pelo direito à privacidade, não recebendo essa proteção os sigilos bancário e fiscal
 - III - O indivíduo não poderá, em caso de flagrante delito, alegar o direito à inviolabilidade da sua casa, ainda que esta violação ocorra durante a noite.
 - IV - Em decorrência de determinação judicial, somente poderá ser invadida a casa do indivíduo durante o dia. Estão certos apenas os itens
- a) I e II.
 - b) I e III.
 - c) II e III.
 - d) II e IV.
 - e) II e IV.

30. A Constituição reconhece a instituição do júri, ao qual compete julgar:

- a) somente os crimes dolosos contra a vida.
- b) os crimes dolosos contra a honra.
- c) todos os crimes contra a vida.
- d) os crimes de homicídio doloso e culposo.
- e) somente o crime de homicídio doloso

31. A Constituição, no capítulo dos Direitos e Garantias Constitucionais, assegura certas prerrogativas aos sujeitos a condenação penal. Assinale a opção que figura hipótese de direito ou garantia não previstos pelo constituinte.

- a) Proibição de que a obrigação de reparar danos ultrapasse a pessoa do delinqüente.
- b) Garantia de cumprimento de pena em estabelecimentos distintos, conforme a idade e o sexo dos apenados.
- c) Garantia às presidiárias de condições para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de lactação.
- d) Proibição de pena consistente em trabalhos forçados.
- e) Presunção de inocência até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

32. A desapropriação, consoante o art. 5º da Carta Magna, pode se realizar por:

- I - necessidade regional.
 - II - utilidade pública.
 - III - interesse governamental.
- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas o item II está correto.
 - c) Apenas o item III está correto.
 - d) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - e) Apenas os itens I e III estão corretos.

33. A diferença entre Mandado de Segurança habeas corpus se caracteriza:

- a) o primeiro resulta de abuso de autoridade o segundo, não;
- b) o primeiro tem decisão imediata do juiz, enquanto o segundo depende de processo regular;
- c) o primeiro é contra desmandos federais, enquanto o segundo previne abusos estaduais e municipais;
- d) o segundo diz respeito a coação estatal referente à liberdade de locomoção, enquanto o Mandado de Segurança trata de outras formas de abuso de poder estatal;
- e) o primeiro somente é usado para prevenir abusos, enquanto o segundo se destina e reprimi-los.

34. A duração do trabalho normal não pode ser superior a: (art. 7º,XIII)

- a) 8 horas diárias e 40 semanais
- b) 8 horas diárias e 44 semanais
- c) 8 horas diárias e 48 semanais
- d) 6 horas diárias e 40 semanais
- e) 6 horas diárias e 48 semanais

35. A duração do trabalho normal não pode ser superior a: (art. 7º,XIII)

- a) 8 horas diárias e 40 semanais
- b) 8 horas diárias e 44 semanais
- c) 8 horas diárias e 48 semanais
- d) 6 horas diárias e 40 semanais
- e) horas diárias e 48 semanais

36. A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a assistência aos desamparados, são

- a) garantias individuais do cidadão.
- b) princípios constitucionais fundamentais.
- c) direitos sociais.
- d) direitos individuais.
- e) garantias fundamentais.

37. A Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000, deu nova redação ao Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, passando a incluir entre os direitos sociais a:

- a) proteção à maternidade;
- b) educação;
- c) segurança;
- d) assistência aos desamparados;
- e) moradia.

38. A Emenda Constitucional nº 19/98 acrescentou qual princípio à Administração Pública ?

- a) o princípio da racionalidade;
- b) o princípio da eficiência;
- c) o princípio da produtividade;
- d) o princípio da universalidade;
- e) n.d.r.

39. A estabilidade é direito do servidor público que somente será adquirido, em regra:

- a) após 4 anos de efetivo exercício.
- b) após 3 anos de efetivo exercício.
- c) após 5 anos de efetivo exercício.
- d) após 10 anos de efetivo exercício.
- e) após 2 anos de efetivo exercício, sem exceções.

40. A falta de norma regulamentadora que torna viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, à soberania e à cidadania, denomina-se:

- a) Mandado de Segurança;
- b) Mandado de Injunção;
- c) Habeas Corpus;
- d) Mandado de Segurança Coletivo.

41. A garantia constitucional da presunção da inocência significa que:

- a) Ninguém será processado sem o contraditório

- b) Todo cidadão tem direito a ampla defesa
- c) Ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal
- d) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente
- e) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

42. A garantia constitucional da presunção da inocência significa que:

- a) Ninguém será processado sem o contraditório
- b) Todo cidadão tem direito a ampla defesa
- c) Ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal
- d) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente
- e) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

43. A investidura em cargo ou emprego público depende:

- a) de simples contratação
- b) de comparação de títulos
- c) de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, salvo os cargos em comissão declarados em lei e de livre nomeação e exoneração
- d) n.d.a.

44. A irredutibilidade do salário é garantida ao trabalhador rural e urbano, salvo o disposto: (art. 7º, VI)

- a) em lei
- b) em convenção ou acordo coletivo
- c) em convenção coletiva, apenas
- d) acordo coletivo, apenas
- e) em lei complementar

45. A irredutibilidade, prevista no inciso XV do artigo 37, da Constituição Federal, se aplica:

- a) ao vencimento
- b) ao vencimento e às vantagens pecuniárias fixas
- c) à remuneração
- d) aos acréscimos
- e) às gratificações

46. A lei não poderá distinguir brasileiros natos dos naturalizados: assim sendo, ambos podem ser:

- a) Pres. da República
- b) oficial das forças armadas
- c) presidente da Câmara dos Deputados
- d) senador
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal

47. A Lei orgânica do mun. de Sinop estabelece que o idioma oficial do referido município será a língua portuguesa e, também, a italiana. Pergunta-se: é constitucional a lei municipal de Sinop?

- a) sim, visto que o Município tem autonomia para autolegislar
- b) não, pois só os estados poderiam legislar sobre tal tema
- c) sim, já que os Municípios podem ter símbolos próprios
- d) não, pois a constituição da república federativa do Brasil estabelece apenas a língua portuguesa como idioma oficial
- e) n.r.a.

48. A lei que alterar o processo eleitoral:

- a) entrará em vigor seis meses após a sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- b) entrará em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.
- c) entrará em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- d) só entrará em vigor um ano após sua promulgação.
- e) só entrará em vigor um ano após sua publicação.

49. A liberdade de locomoção pelo território nacional é assegurada pela Constituição Federal em que termos?

- a) Qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair em qualquer tempo
- b) Somente as pessoas originárias dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas

- c) A qualquer pessoa, desde que não seja procurada pela justiça, independentemente da nacionalidade, e em tempo de paz
- d) A qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair e em tempo de paz

50. A liberdade de locomoção pelo território nacional é assegurada pela Constituição Federal em que termos?

- a) Qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair em qualquer tempo
- b) Somente as pessoas originárias dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas
- c) A qualquer pessoa, desde que não seja procurada pela justiça, independentemente da nacionalidade, e em tempo de paz
- d) A qualquer pessoa que nele queira entrar ou sair e em tempo de paz

51. A Liberdade de Reunião de que trata a Constituição Federal está condicionada:

- a) autorização da autoridade competente;
- b) A ser pacífica, sem armas, sem prévio aviso à autoridade e desde que não frustrar outra reunião já marcada;
- c) A situação política da entidade que a promoverá;
- d) Ao local e a hora em que será realizada;
- e) À autorização do Prefeito do Município em que esta ocorrerá.

52. A liberdade de trabalho, ofício ou profissão é garantida aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil,

- a) independentemente da idade ou do sexo.
- b) sendo vedado o estabelecimento, por lei, de qualificações profissionais.
- c) independentemente de filiação do trabalhador ao sindicato da respectiva categoria.
- d) dependendo de autorização do Ministério do Trabalho o exercício de atividade laboral por menores de 14 anos.
- e) dependendo de autorização do Ministério do Trabalho o exercício de atividade laboral por maiores de 60 anos.

53. A licença à gestante terá duração de : (art. 7º, XVIII)

- a) 90 dias
- b) 100 dias
- c) 120 dias
- d) 6 meses
- e) 60 dias

54. A nacionalidade mista resulta:

- a) do casamento e da anexação de território
- b) da combinação da filiação (jus sanguinis) com o local de nascimento(jus solis)
- c) da nacionalidade adquirida e da vontade do indivíduo
- d) da naturalização e do parentesco
- e) do jus solis e da vontade do indivíduo

55. A opção CORRETA relativamente aos PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS é:

- a) A igualdade entre os Estados e a defesa da paz são fundamentos da República na ordem interna;
- b) O pluralismo político é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais;
- c) A Constituição de 1988 adotou como forma de Estado a federação, como forma de governo o presidencialismo e como sistema de governo a república;
- d) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal;
- e) Constitui objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

56. A prática do racismo constitui:

- a) Contravenção penal
- b) Crime afiançável
- c) Crime inafiançável apenas
- d) Crime inafiançável e imprescritível

57. A prisão por dívida é proibida pela Constituição Federal, exceto no(s) caso(s)

- a) De devedor inadimplente para com o Fisco;
- b) De devedor de alimentos e depositário infiel;
- c) De dívida fiscal para com a União, os Estados e os Municípios;
- d) N.R.A.

58. A proibição constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos abrange:

- a) as autarquias, fundações e empresas públicas, mas não alcança as sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) as autarquias e fundações mas não alcança as empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- c) as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, mas não alcança as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- d) as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- e) as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, mas não alcança as autarquias e fundações.

59. A proibição de acumular cargos, conforme previsto na Constituição:

- a) Não abrange empregos regidos pelo regime da CLT (legislação trabalhista).
- b) Restringe-se a órgãos da Administração Direta, autarquias e fundações públicas.
- c) Restringe-se a órgãos da Administração Direta e autarquias.
- d) Estende-se a cargos, empregos e funções da Administração pública.
- e) É limitada aos servidores sujeitos ao regime jurídico único.

60. A proibição de acumular remuneradamente cargos, empregos e funções no setor público:

- a) Não admite exceções.
- b) Não obriga aos Estados e Municípios.
- c) Aplica-se também às empresas concessionárias de serviço público.
- d) Não se estende às fundações públicas.
- e) Abrange as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

61. A propriedade só é legítima quando cumpre uma função:

- a) privada;
- b) social;
- c) pública;
- d) coletiva;

62. A relação de emprego será protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de: (art. 7º, I)

- a) lei complementar
- b) lei ordinária
- c) medida provisória
- d) emenda à constituição
- e) n.r.a.

63. A remuneração do trabalho noturno será:

- a) igual a do diurno;
- b) superior a do diurno;
- c) inferior a do diurno;
- d) o dobro da remuneração do trabalho diurno;

64. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder:

- a) o subsídio mensal, em espécie, do Presidente da República.
- b) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) o subsídio mensal, em espécie, do Presidente do Congresso Nacional.
- d) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- e) o subsídio mensal, em espécie, dos membros do Congresso Nacional.

65. A respeito do estado de sítio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é uma situação jurídica excepcional, durante a qual são suspensos determinados direitos e garantias constitucionais;
- b) é decretado pelo Presidente da República, que deverá designar o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas;

c) pode perdurar por, no máximo, trinta dias, sendo prorrogável uma única vez e por igual período; sua decretação obriga o Congresso Nacional a permanecer em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

66. A respeito dos direitos fundamentais relacionados com a prisão, assinale a opção correta.

- a) Somente se admite a prisão por dívida no direito brasileiro, em se tratando de inadimplemento de obrigação alimentícia.
- b) Ao descobrir que um depoente cometeu crime no passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode decretar a sua prisão imediatamente.
- c) É cabível o instrumento do habeas data para impugnar prisão tida como ilegal.
- d) Ninguém pode ser preso até ser considerado culpado em sentença transitada em julgado.
- e) O preso não está obrigado a responder perguntas feitas pela autoridade policial e pela autoridade judiciária.

67. A retificação de dados informativos sobre uma pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, é feita:

- a) por meio de habeas data, apenas;
- b) por procedimentos administrativo, sem prejuízo de seu caráter publicístico obrigatórios;
- c) por processo administrativo, com ou sem caráter sigiloso, judicial ou administrativo, apenas;
- d) pela via do habeas data ou processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- e) por processo administrativo, com ou sem caráter publicístico.

68. A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada:

- a) sempre pela lei pessoal dos herdeiros.
- b) sempre pela lei pessoal do cônjuge do "de cuius".
- c) sempre pela lei pessoal do "de cuius".
- d) sempre pela lei mais favorável ao cônjuge ou aos filhos brasileiros.
- e) sempre pela lei brasileira.

69. Ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de: (7º, XXIX)

- a) dois anos para o trabalhador urbano
- b) até quatro anos após a extinção do contrato, para o trabalhador urbano
- c) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de um ano após a extinção do contrato
- d) até três anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural
- e) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural

70. Adquire-se a estabilidade no serviço público:

- a) após 4 anos de efetivo exercício.
- b) após 5 anos de efetivo exercício.
- c) após 10 anos de efetivo exercício.
- d) após 3 anos de efetivo exercício.
- e) Após 3 anos da posse

71. Afirma-se que o Poder Legislativo brasileiro é do tipo bicameral-federativo, pois:

- a) é integrado exclusivamente por representantes dos Estados e do Distrito Federal, que são entes federativos.
- b) é integrado por duas Casas Legislativas, uma delas composta por representantes do povo brasileiro e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- c) é integrado pela Câmara dos Deputados, composta por representantes do povo brasileiro, e pelo Senado Federal, composto por representantes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- d) a União e os Estados têm Poderes Legislativos próprios.

72. Américo comprou uma casa de Pedro. No contrato de compra e venda, Pedro fez inserir uma cláusula que não permitia à Américo ingressar em juízo, caso surgisse no negócio algum problema. Realizado o negócio, pago o preço, Américo mudou-se para sua nova casa. A casa, entretanto, ruiu. À luz da Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) Américo não pode recorrer ao Poder Judiciário, porque se trata de ato jurídico perfeito
- b) Américo pode recorrer ao Poder Judiciário, porque a Constituição assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, daí, logicamente, contrato algum poderá fazê-lo.

- c) Américo poderá ingressar em juízo independentemente do pagamento de taxas, pois a Constituição assegura o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) Américo poderá ingressar em juízo com Mandado de Segurança, para desfazer o negócio.
- e) Se Américo poderá ou não ingressar em juízo não é questão que possa ser analisada sob a ótica das prescrições constitucionais, pois estas só tratam da relação do cidadão com o Estado.

73. Analise a veracidade das frases: I - aos portugueses, com residência permanente no Brasil serão atribuídos os mesmos direitos inerentes ao brasileiro nato, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, salvo os casos previstos na Constituição. II - Os princípios que regem a nacionalidade são "jus solis" e "jus sanguinis". III - a nacionalidade é o vínculo jurídico que designa quais as pessoas que fazem parte da sociedade política estatal. Estão corretas:

- a) I e II
b) I e III
c) II e III
d) todas

74. Analise a veracidade das frases: I - Peter Wright, filho de uma gaúcha, nasceu em Miami. Aos 17 anos veio residir no Brasil e aos 35 anos optou pela nacionalidade brasileira, sendo, portanto, brasileiro nato. II - Pedro, português, veio residir no Brasil, tendo, portanto, a condição de brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros III - estrangeiro é todo aquele que não nasceu em território brasileiro. Estão corretas:

- a) I e II
b) II e III
c) I e III
d) todas
e) nenhuma

75. Analise a veracidade das frases:

- I - um brasileiro nato não pode ter dupla nacionalidade
II - um brasileiro naturalizado pode se tornar apátrida
III - um português equiparado a brasileiro pode ser presidente do senado federal. Estão corretas:

- a) I e II
b) II
c) II e III
d) I e III
e) todas

76. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I - A estabilidade após três anos de efetivo exercício no serviço público é garantida aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
II - A única condição imposta pela Constituição Federal para a aquisição da estabilidade pelo servidor é a de natureza temporal, ou seja, é necessário que ele tenha três anos de efetivo exercício.
III - Para que o servidor público estável perca o cargo em virtude de decisão judicial é necessário que esta tenha transitado em julgado.

- a) Apenas o item I está correto.
b) Apenas o item II está correto.
c) Apenas o item III está correto.
d) Apenas os itens I e II estão corretos.
e) Apenas os itens I e III estão corretos.

77. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração direta e indireta, regulando especialmente, entre outros, o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.
II - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
III - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
IV - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

- a) Todos os itens estão corretos.
b) Todos os itens estão incorretos.
c) Apenas um item está correto.
d) Apenas dois itens estão corretos.
e) Apenas três itens estão corretos.

78. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I - As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
II - Qualquer partido político tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.
III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes de tratados internacionais em que o Estado brasileiro seja parte.
- a) Apenas o item I está correto.
b) Apenas o item II está correto.
c) Apenas o item III está correto.
d) Apenas os itens I e II estão corretos.
e) Apenas os itens I e III estão corretos.

79. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I - É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de dezoito anos para Vereador.
II - É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de vinte e cinco anos para Deputado Federal.
III - É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Distrital.
- a) Todos os itens estão corretos.
b) Todos os itens estão incorretos.
c) Está correto apenas o item II.
d) Estão corretos apenas os itens I e III.
e) Estão corretos apenas os itens I e II.

80. Ao Tribunal do Júri compete julgar:

- a) os crimes dolosos contra a vida;
b) somente os homicídios;
c) os crimes cometidos por motivos torpes;
d) o aborto voluntário e o homicídio;
e) os crimes de roubo seguido de morte (latrocínio).

81. Aos portugueses que optem pela naturalização brasileira, é exigido:

- a) residência por 2 anos ininterruptos e idoneidade moral
b) residência por 1 ano ininterrupto e idoneidade moral
c) residência por 4 anos ininterrupto e idoneidade moral
d) residência por 30 anos e sem condenação penal
e) residência permanente no país e reciprocidade em favor dos brasileiros

82. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, insertas na Constituição Federal:

- a) dependem de lei complementar;
b) têm aplicação imediata a que diz com as garantias, apenas;
c) têm aplicação imediata apenas os direitos, mas as garantias dependem de lei complementar;
d) tem aplicação imediata, tanto para os direitos quanto para as garantias;
e) tem aplicação imediata os direitos individuais, mas não quanto aos sociais e às garantias, que dependem de lei complementar.

83. Assinale a alternativa correta:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, a qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.
b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela se podendo penetrar sem consentimento do morador, apenas em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial ou policial.

e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, nela se podendo penetrar sem consentimento do morador, apenas em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial ou policial.

84. Assinale a alternativa correta:

- a) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, garantindo-se ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante a noite, por determinação judicial.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer hipótese, por ordem judicial, na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependendo de autorização do Poder Público e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida prévia comunicação e autorizada a reunião pela autoridade competente.

85. Assinale a alternativa correta: São condições de elegibilidade:

I - o alistamento eleitoral.

II - o domicílio eleitoral na circunscrição.

III - a filiação partidária.

IV - ser alfabetizado.

- a) Somente uma está correta.
- b) Somente duas estão corretas.
- c) Somente três estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- e) Todas estão erradas.

86. Assinale a alternativa correta:

- a) São estáveis, após três anos de suas posses, os servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Se adquirida a estabilidade pelo servidor público, somente poderá ele perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Como condição para a aquisição de estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de conhecimento e eficiência a ser realizada por comissão instituída para essa finalidade por meio de lei.
- d) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- e) Invalida por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, se o ato de demissão ilegal praticado pela administração pública causou-lhe prejuízo.

87. Assinale a alternativa correta:

- a) Pode haver prisão civil por dívida, como, por exemplo, a do depositário infiel.
- b) A prisão ilegal será relaxada pela autoridade judiciária, imediatamente após ter ouvido o Ministério Público.
- c) Se um comerciante tranca seu empregado no estabelecimento comercial, tolhendo-lhe a liberdade de locomoção, cabe contra ele "habeas corpus", a fim de libertar o empregado.
- d) É garantia do réu que a lei penal jamais retroaja.
- e) Diante de um acontecimento socialmente relevante, como por exemplo uma onda de saques no país, podem ser criados tribunais especificamente para o fim de julgar esses casos, até porque as decisões seriam mais céleres.

88. Assinale a alternativa incorreta:

- a) No caso de conveniência e oportunidade administrativa, a autoridade competente não poderá usar compulsoriamente de propriedade particular, ainda que fique assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) É ampla a liberdade de todos reunirem-se pacificamente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não pode ser dada em penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

d) Sempre que houver sucessão de bens de estrangeiros situados no País, será ela regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhe seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

e) A propriedade atenderá a sua função social.

89. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Invalida por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

90. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Alguém somente é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei.
- b) É assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- c) As penas de morte, de trabalhos forçados, de caráter perpétuo, de banimento e as cruéis não são admitidas em nosso ordenamento jurídico em hipótese alguma.
- d) A prática de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático são todos, sem exceção, crimes inafiançáveis.
- e) acesso à informação é assegurado a todos, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

91. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal.
- b) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- c) preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- d) A lei regulará a individualização das penas.
- e) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

92. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) A autoridade administrativa editará normas que autorizem a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

93. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O servidor público estável perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- c) O servidor público estável perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) O servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo, em nenhuma hipótese, entretanto, se não lhe foi assegurada a ampla defesa.
- e) A Emenda Constitucional nº 20 extinguiu a estabilidade dos servidores públicos.

94. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Pode a União nos Estados para prover a execução de decisão judicial, desde que haja requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) O Estado intervirá em seus Municípios ou a União no Municípios localizados em Terrenos Federal sempre que houver indícios de malversação dos recursos públicos oriundos da repartição de receitas tributárias estaduais.
- c) A intervenção federal para o fim de assegurar a observância de princípios constitucionais sensíveis depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- d) n.r.a

95. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cargos públicos podem ser ocupados por estrangeiros.
- b) Decretos podem declarar de livre nomeação e exoneração cargos em comissão.
- c) Só os servidores ocupantes de cargo efetivo podem exercer função de confiança.
- d) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

96. Assinale a assertiva correta.

- a) A interceptação de comunicação telefônica pode-se realizar mediante autorização da autoridade judicial, policial ou fazendária.
- b) As leis de caráter restritivo devem observar o princípio da proporcionalidade ou do devido processo legal na aceção substantiva.
- c) O lançamento do nome do réu no rol dos culpados previsto no Código de Processo Penal é compatível com o princípio constitucional da presunção de inocência.
- d) O depoimento do indiciado perante autoridade policial sem a presença de advogado é nulo de pleno direito.
- e) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente obtida.

97. Assinale a assertiva correta.

- a) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- b) Os portugueses submetidos ao estatuto de igualdade se equiparam aos brasileiros natos.
- c) Nos termos da Constituição, os filhos de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil nascidos no exterior poderão fazer opção pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.
- d) Os filhos de brasileiro que esteja a serviço do Brasil nascidos no exterior terão de fazer opção pela nacionalidade brasileira quatro anos após completarem a maioridade.
- e) A Constituição proíbe a extradição do brasileiro nato ou naturalizado.

98. Assinale a assertiva correta.

- a) A lei pode estabelecer hipóteses de exclusão de sua apreciação pelo Poder Judiciário, ainda que presentes a lesão ou a ameaça a direito.
- b) É pública a votação dos jurados no processo do júri.
- c) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- d) A lei penal não retroagirá, salvo nos casos de anistia fiscal.
- e) A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção nos termos de lei.

99. Assinale a assertiva correta:

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para cargo em comissão.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que a lei considere de livre provimento.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, sendo legítima também aquela decorrente de aprovação em concursos de ascensão funcional.
- d) A investidura em cargo ou emprego público pode-se dar por livre decisão do Presidente da República, na esfera federal, ou do Governador, no âmbito estadual.

100. Assinale a assertiva que não contém um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito fundado pela Constituição de 1988.

- a) a fidelidade partidária
- b) a cidadania
- c) a dignidade da pessoa humana
- d) a soberania
- e) o pluralismo político

101. Assinale a resposta correta: A criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos no Brasil deve resguardar:

- a) o caráter nacional da instituição;
- b) o regime democrático;
- c) o funcionamento parlamentar;
- d) a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

102. Assinale a resposta correta: Qual o princípio que representa um dos objetivos fundamentais da República brasileira ?

- a) a dignidade da pessoa humana;
- b) a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- c) a prevalência dos direitos humanos;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

103. Assinale a resposta correta: Dentre as expressões abaixo, UMA É NORMA, as demais representam princípios constitucionais. Qual é a norma ?

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- b) a prevalência dos direitos humanos rege as relações internacionais da República;
- c) moralidade e eficiência regerão as atividades da Administração Pública direta e indireta;
- d) a eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

104. Assinale a única hipótese que não constitui um direito social do trabalhador rural:

- a) Seguro desemprego;
- b) 13º salário;
- c) Gozo de férias anuais;
- d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) Duração do trabalho normal não superior a 10 (dez) horas diárias.

105. Assinale dentre as penas abaixo, qual a não admitida pela Constituição Brasileira:

- a) Privação ou restrição de liberdade
- b) Banimento
- c) Perda de bens
- d) Suspensão ou interdição de direitos

106. Cabe ação popular:

- a) Contra ato lesivo ao patrimônio público
- b) Contra ato lesivo a moralidade administrativa
- c) Nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia
- d) As respostas "a" e "b" estão corretas.

107. Caso venha um Juiz do Trabalho a praticar um crime de responsabilidade, qual o Tribunal competente para julgá-lo:

- a) o Tribunal Regional do Trabalho ao qual ele está subordinado;
- b) o Tribunal Regional Federal;
- c) o Superior Tribunal de Justiça.
- d) n.d.a

108. Com pertinência à Constituição da República Federativa do Brasil em vigor assinale a opção CORRETA:

- a) É permitida a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não fruste outra anteriormente convocada para o mesmo local, independente de prévio aviso à autoridade;
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;

- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual penal;
- d) As associações poderão ser dissolvidas compulsoriamente ou ter suas atividades suspensas quando detectada alguma irregularidade em seu funcionamento.

109. Com relação aos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa cuja afirmação não pode ser considerada correta:

- a) O princípio da legalidade significa que a Administração só pode agir conforme lhe obrigue ou lhe permita a lei.
- b) O princípio da impessoalidade significa que a Administração, não sendo uma pessoa comum, deve agir objetivamente, para obter os seus interesses.
- c) O princípio da moralidade significa que a Administração Pública deve agir de forma clara, sincera e ética.
- d) O princípio da publicidade significa que a Administração tem o dever de agir de forma plenamente transparente, sendo-lhe vedado, em regra, impedir que os cidadãos tenham conhecimento de seus atos.
- e) O princípio da eficiência significa que a Administração deve procurar sempre melhores resultados com mais economia de material e de esforço.

110. Com respeito à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, julgue os itens abaixo.

I - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, compreende os Poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário, todos independentes e harmônicos entre si.

II - Brasília é a Capital da República Federativa do Brasil.

III - É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios incorporarem-se entre si, subdividirem-se ou desmembrarem-se ou formarem novos Estados ou Territórios Federais.

IV - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

V - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

Destes itens, são afirmativas corretas

- a) os itens I, II e V
- b) os itens II e IV
- c) os itens III e IV
- d) os itens I, III e V
- e) os itens II e V

111. Compete privativamente à Câmara Legislativa, exceto:

- a) Fazer aquisição, a administração, alienação, arrendamento e cessão de bens imóveis do Distrito Federal.
- b) Fixar a remuneração dos Deputados Distritais em cada legislatura para a subsequente.
- c) Declarar a perda do mandato do Governador e do Vice-Governador.
- d) Autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do Distrito Federal por mais de 15 dias.

112. Conceder-se-á Habeas Data:

- a) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- b) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- d) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou a sua retificação, se não corresponderem à verdade;
- e) e que autoridade pública cometa ato atentatório à expectativa de direito pessoal ou coletivo.

113. Conceder-se-á mandado de segurança para:

- a) proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, somente quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública
- b) proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público
- c) na falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direito líquido e certo
- d) para proteger direito líquido, certo, não amparado por habeas corpus, habeas data ou ação popular, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública

114. Conforme a Constituição Federal de 1988, o crime político é:

- a) processado e julgado pela Justiça Federal de primeira instância, com a possibilidade de recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- b) processado e julgado pela Justiça Federal de primeira instância, com a possibilidade de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- c) processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) processado e julgado pela Justiça Federal de primeira instância, com a possibilidade de recurso ordinário para o Tribunal Regional Federal;

115. Conforme a Constituição Federal, é inviolável e depende de ordem judicial, em algumas hipóteses, para a sua quebra, o sigilo:

- a) da correspondência.
- b) da comunicação de dados.
- c) da comunicação telegráfica.
- d) da comunicação telefônica.
- e) da comunicação radiofônica.

116. Conforme a Constituição Federal, o salário-mínimo deveria ser fixado pelo:

- a) Presidente da República;
- b) Congresso Nacional;
- c) Supremo Tribunal Federal;
- d) Senado Federal;
- e) Câmara dos Deputados.

117. Conforme prevê o artigo 5º. da Constituição Federal, qualquer pessoa só poderá ser presa:

- a) Por ordem judicial escrita
- b) Em flagrante delito
- c) Por ato exclusivo de delegado de polícia
- d) Por ordem judicial escrita ou em flagrante delito
- e) N. d. a.

118. Considerando que o direito de propriedade é garantido pelo texto constitucional, devendo, no entanto, a propriedade atingir seus fins sociais, é correto afirmar que:

- a) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- b) a lei estabelecerá o procedimento para expropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, garantida prévia indenização em dinheiro;
- c) a lei estabelecerá o procedimento para expropriação por relevante interesse coletivo, garantida prévia indenização em títulos da dívida agrária;
- d) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, para garantir possível dano;
- e) é livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa entrar ou sair com seus bens, nos termos da lei.

119. Considera-se estrangeiro:

- a) a pessoa natural do estado
- b) aquela pessoa que não é domiciliada no país
- c) aquela pessoa que não nasceu no Brasil
- d) aquela pessoa que o direito do estado não atribui a qualidade de nacional
- e) todas as anteriores

120. Constitui crime inafiançável e imprescritível, segundo a Constituição:

- a) a prática da tortura.
- b) a prática do racismo.

- c) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) o terrorismo.
- e) o definido em lei como hediondo.

121. Constitui crime: (art. 7º, X)

- a) a retenção dolosa do salário
- b) a retenção culposa do salário
- c) a retenção culposa ou dolosa do salário
- d) o não pagamento do décimo quarto salário
- e) n.r.a.

122. Constitui fundamento da ordem social:

- a) o primado do trabalho;
- b) o bem-estar social;
- c) o emprego;
- d) o bem-estar e a justiça sociais;
- e) soberania popular

123. De acordo com a Constituição, o habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua

- a) intimidade e vida privada.
- b) liberdade de locomoção.
- c) propriedade.
- d) liberdade de expressão.
- e) liberdade de religião.

124. De acordo com o que prescreve o texto constitucional, quando trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que:

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato
- b) é livre a expressão de atividade intelectual, artística ou científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- c) é assegurado a todos o acesso à informação, sendo garantido o anonimato pelo sigilo do segredo profissional;
- d) é plena a liberdade de associação, desde que de lei complementar
- e) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades militares, pois a religião católica é a religião oficial do País.

125. De posse do mandado judicial de busca e apreensão de um bem em poder de Sebastião, invade-lhe a casa à noite, para realizar a diligência. Sua atitude é legal?

- a) não, porquanto deveria estar junto com o oficial companheiro
- b) sim, afinal ele cumpria um mandado judicial
- c) não, porquanto a Constituição só permite ingresso na moradia, por ordem judicial, durante o dia.
- d) n.d.a.

126. Dentre as alternativas abaixo, referentes as garantias constitucionais, assinale aquela que estiver errada.

- a) Homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos da constituição.
- b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- d) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou a imagem.
- e) Ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado.

127. Dentre as competências materiais privativas da União NÃO se inclui a de

- a) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de radiodifusão sonora.
- b) organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal.
- c) exercer a classificação, para efeito indicativo, das diversões públicas.
- d) organizar e executar a inspeção do trabalho.
- e) instituir regiões metropolitanas

128. Dentre as garantias constitucionais relativas a jurisdição penal encontra-se a

- a) segurança das comunicações pessoais.
- b) anterioridade da lei penal.
- c) inexistência de tribunal de exceção.
- d) proibição de determinadas penas.
- e) irretroatividade da lei penal.

129. Dentre as hipóteses abaixo, qual aquela que admite prisão civil por dívida:

- a) Fraude a credores
- b) Detentor de título, injustamente retido
- c) Depositário infiel
- d) Devedor inadimplente

130. Dentre as hipóteses de perda de direitos políticos previstas na Constituição Federal, encontra-se

- a) A transferência de domicílio civil para país estrangeiro em caráter definitivo.
- b) A incapacidade civil absoluta.
- c) O indiciamento em inquérito policial por crime contra a Administração Pública.
- d) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- e) O afastamento de servidor público ante a instauração de processo administrativo disciplinar.

131. Dentre os avanços alcançados no campo dos Direitos Sociais pela atual Constituição Federal, não se inclui:

- a) A duração do trabalho, antes de 48 (quarenta e oito) horas, passando a 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- b) Os turnos que eram de 03 (três) com 08 (oito) horas cada, agora 04 (quatro) com 06 (seis) horas;
- c) O salário nas férias, antes integral, atualmente acrescido de 1/3 (um terço);
- d) A Licença - gestante anteriormente de 90 (noventa) dias, agora, 100 (cem) dias;
- e) A remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) a do normal.

132. Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais acolhidos pela Constituição Federal, encontra-

- a) O seguro desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário que perdure por mais de seis meses.
- b) A remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- c) A remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- d) A participação nos lucros ou resultados da empresa como parte da remuneração fixada no contrato de trabalho.
- e) O repouso semanal remunerado necessariamente aos domingos.

133. Dentre os direitos e deveres individuais e coletivos, estão:

- a) o direito de igualdade entre homens e mulheres/ a responsabilidade dos sucessores às penas de multa/ o direito de petição, desde que em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder
- b) a proibição de penas cruéis/ a punição de quaisquer discriminações/ o direito de optar por um julgamento popular
- c) o princípio do devido processo legal/ a gratuidade processual para o "Habeas Corpus"/ o direito ao julgamento popular em determinados casos/ a irretroatividade da lei penal mais gravosa para os criminosos
- d) a inviolabilidade dos Deputados e Senadores por suas opiniões, palavras e votos

134. Dentre os direitos e garantias fundamentais, insitos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, inclusive:

- a) Homens e mulheres são desiguais em direitos e obrigações.
- b) Homens e mulheres são iguais em direitos e desiguais em obrigações.
- c) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de ordem.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou condição filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- e) n. d. a.

135. Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, indique o que não é estendido aos servidores públicos.

- a) Fundo de garantia por tempo de serviço.
- b) Garantia do salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- c) Décimo terceiro salário.
- d) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.
- e) Férias anuais remuneradas, com acréscimo de 1/3 sobre o salário normal.

136. Detém a iniciativa de leis que criam cargos, funções ou empregos públicos ou aumentam a remuneração dos servidores públicos:

- a) apenas o Presidente da República;
- b) o Congresso Nacional;
- c) o Presidente do Senado Federal;
- d) o Presidente da Câmara de Deputados.

137. Direito de Petição:

- a) é assegurado a todos, perante os Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder
- b) é assegurado apenas a advogados na representação de seus clientes
- c) é assegurado a todo eleitor
- d) é assegurado a todos, mas os analfabetos não têm meios de exercê-lo

138. Diz-se que a CPI do Judiciário, ainda que sob o fundamento do interesse público, não poderá colocar juizes em disponibilidade, porque

- a) o magistrado tem a garantia de vitaliciedade.
- b) a CPI não tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- c) o magistrado tem garantia de inamovibilidade, não podendo nunca ser removido.
- d) o ato de disponibilidade de magistrado depende de decisão do respectivo tribunal.

139. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado:(art. 8º, VIII)

- a) a partir da eleição a cargo de direção ou representação sindical
- b) a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical
- c) a partir do dia da divulgação do resultado final de eleição a cargo de direção ou representação sindical
- d) o aposentado filiado a um sindicato tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais
- e) todas as anteriores

140. É a todos assegurada, independentemente de pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e particular.

- a) A afirmativa é falsa, porque as repartições públicas pode cobrar pelas certidões fornecidas
- b) a afirmativa é verdadeira, mas a dispensa de taxas depende de elevado critério do chefe da repartição, conforme a situação econômica do requerente
- c) a afirmativa é falsa, porque todas as repartições podem cobrar taxas relativas à certidões, menos o cartório de Registro Civil
- d) a afirmativa é verdadeira, constando do texto da Constituição Federal

141. É cargo privativo de brasileiro nato:

- a) Delegado da Polícia Federal.
- b) Senador da República.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Oficial da Aeronáutica.
- e) Ministro de Estado.

142. É certo que a propriedade particular

- a) poderá ser usada pela autoridade a seu prudente critério, desde que fundamentada a decisão.
- b) não poderá ser utilizada pela autoridade competente em qualquer circunstância.
- c) poderá ser usada pela autoridade competente no caso de iminente perigo público.
- d) não poderá ser usada pela autoridade se houver possibilidade de dano.
- e) poderá ser usada pela autoridade, sempre, mediante indenização.

143. É competência privativa do Presidente da República, sem possibilidade de delegação:

- a) nomear os diretores do Banco Central.
- b) prover cargos públicos federais.
- c) conceder indulto.
- d) dispor sobre moeda e seus limites de emissão.

144. É condição de elegibilidade para o cargo de Governador de Estado e do Distrito Federal, a idade mínima de:

- a) vinte e um anos.
- b) trinta anos.
- c) trinta e cinco anos.
- d) vinte e cinco anos.
- e) quarenta anos.

145. É correto afirmar que:

- a) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que produtiva, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo o Poder Executivo sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- b) a pequena propriedade, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de hipoteca para pagamento de débitos decorrentes de financiamentos agrícolas, dispondo a lei específica sobre os meios de incentivar o seu desenvolvimento.
- c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- d) a pequena propriedade rural, assim definida em lei complementar, desde que produtiva, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de financiamentos agrícolas, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- e) a pequena propriedade, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de hipoteca para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo o Poder Executivo sobre os meios de incentivar o seu desenvolvimento.

146. É garantido adicional de remuneração para as atividades: (art. 7º, XXIII)

- a) penosas, insalubres ou perigosas
- b) penosas, danosas ou perigosas
- c) penosas, danosas ou insalubres
- d) insalubres, somente
- e) perigosas, somente

147. É INCORRETO afirmar que, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil,

- a) formar uma sociedade justa.
- b) construir uma sociedade solidária.
- c) erradicar a marginalização.
- d) reduzir as desigualdades regionais.
- e) garantir o desenvolvimento local

148. É legitimado para propor a AÇÃO POPULAR:

- a) os estrangeiros;
- b) o titular da cidadania
- c) Os apátridas;
- d) as pessoas jurídicas.

149. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) Ao sindicato cabe a defesa de todos os direitos e interesses dos sindicalizados, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- b) O filiado, se aposentado, não tem direito a ser votado nas organizações sindicais.
- c) Os sindicatos, querendo, podem participar das negociações coletivas de trabalho.
- d) A filiação ao sindicato é uma faculdade que tem o profissional.
- e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo para o qual foi eleito.

150. É proibida a realização de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, aos menores de:

- a) 12 anos
- b) 14 anos
- c) 16 anos
- d) 18 anos
- e) 21 anos

151. É proibido o trabalho noturno aos menores de: (art. 7º, XXXIII)

- a) 12 anos
- b) 14 anos
- c) 16 anos
- d) 18 anos
- e) 21 anos

152. É proibido o trabalho noturno aos menores de: (art. 7º, XXXIII) (trabalho noturno, perigoso ou insalubre)

- a) 12 anos
- b) 14 anos
- c) 16 anos
- d) 18 anos
- e) 21 anos

153. É vedada a acumulação de cargos públicos de:

- a) um cargo técnico de empresa pública com um de professor.
- b) um cargo científico não remunerado de fundação com um cargo técnico.
- c) dois cargos privativos de médico.
- d) um cargo técnico de empresa controlada indiretamente pelo poder público com um cargo científico de empresa subsidiária de sociedade de economia mista.
- e) um cargo técnico com dois empregos de professor em instituições privadas.

154. É vedada a seguinte hipótese de acumulação de cargos públicos:

- a) um cargo técnico com um cargo científico
- b) dois cargos privativos de dentista
- c) um cargo de professor com um cargo técnico
- d) dois cargos de professor

155. Em face da Reforma Administrativa recém promulgada, pode-se dizer que:

- a) não pode o pensionista receber subsídios ou vencimentos.
- b) não pode o servidor acumular vencimentos com proventos.
- c) as hipóteses de acumulação de cargos continuam as mesmas.
- d) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

156. Em que caso a autoridade competente poderá fazer uso da propriedade particular, garantindo ao proprietário indenização ulterior por dano?

- a) Desapropriação por necessidade pública
- b) Desapropriação por calamidade pública
- c) Desapropriação por utilidade pública
- d) Desapropriação por iminente perigo público.
- e) N. d. a.

157. Emenda Constitucional deve ser promulgada

- a) pela Casa na qual tenha sido concluída a votação do projeto de emenda.
- b) pelo Presidente da República.
- c) pelo Presidente do Congresso Nacional.
- d) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

158. Entre as garantias constitucionais do cidadão está

- a) a liberdade de manifestação do pensamento.
- b) a liberdade de expressão da atividade intelectual.
- c) a liberdade de locomoção.
- d) a liberdade de exercício profissional.
- e) o mandado de segurança individual.

159. Entre os Direitos Fundamentais reconhecidos pela Constituição de 1988 temos:

- a) O Seguro Desemprego e o Salário Mínimo regionalizado.
- b) Os decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados
- c) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço dos trabalhadores domésticos
- d) A proibição de penas de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.
- e) O mandado de Segurança Coletivo impetrado por sindicato em defesa do interesse público.

160. Estabelece a Constituição Federal, em seu Artigo 5º, inciso XXXI, que a sucessão de bens estrangeiros situados no País:

- a) Será regulada por Lei estrangeira a que pertencia o falecido.
- b) Será regulada por Lei brasileira.
- c) Será regulada pela Lei do país onde houver sido feito o testamento.
- d) Será regulada pela Lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, a não ser que lhes seja mais favorável a Lei pessoal do de "cujus"
- e) Será regulada por determinação de organização das Nações Unidas.

161. Examine as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta: I - A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se

aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. II - O mandato eletivo poderá ser impugnado perante a Justiça Eleitoral por meio da ação de impugnação de mandato, cujo prazo para ser proposta é de quinze dias a contar da diplomação. III - Os analfabetos podem votar, desde que estejam alistados, não podendo, entretanto, participar das eleições como candidato, porquanto são eles inelegíveis.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

162. Examine as assertivas abaixo: I.O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho urbano prescreve em cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato. II.Contra os menores de dezoito anos não corre nenhum prazo de prescrição quanto ao direito de ação para cobrança de créditos resultantes das relações de trabalho. III.O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho rural prescreve em dois anos após a extinção do contrato de trabalho. IV.Nas ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social, não se aplica a prescrição bienal ou quinquenal de que trata o artigo 11 da CLT. Responda:

- a) Todas as opções acima estão corretas.
- b) Somente a opção IV está incorreta.
- c) Somente a opção III está correta.
- d) As opções II e III estão corretas, enquanto que as opções I e IV estão incorretas.
- e) Nenhuma das opções está correta.

163. Exerce(m) o Poder Executivo:

- a) Presidente da República;
- b) Presidente da República e o Vice-Presidente da República;
- c) Presidente da República, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- d) Presidente da República, o Vice-Presidente da República e órgãos consultivos;
- e) Presidente da República, o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional

164. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade o servidor estável:

- a) será exonerado
- b) será remanejado para outro cargo em prazo máximo de 90 dias
- c) ficará em disponibilidade remunerada até ser aproveitado em outro cargo
- d) será aposentado compulsoriamente

165. Faça a relação. I - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (competência comum). II - Dispor sobre a apreensão, depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação do Distrito Federal (competência privada). III - Manutenção da ordem e segurança internas (competência concorrente).

- a) Somente a I e II estão corretas
- b) somente a III está correta
- c) Todas estão corretas
- d) Todas estão erradas

166. Filho de pais alemães, nascido na República Federativa do Brasil, desde que os ascendentes não estejam a serviço da Alemanha:

- a) é brasileiro nato
- b) é brasileiro naturalizado
- c) é estrangeiro
- d) é brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira após os 21 anos
- e) apátrida

167. Filho de pais alemães, nascido na República Federativa do Brasil, desde que os ascendentes não estejam a serviço da Alemanha:

- a) é brasileiro nato
- b) é brasileiro naturalizado
- c) é estrangeiro
- d) é brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira após os 21 anos
- e) apátrida

168. Foi criado, na nova Constituição, o "habeas data" para:

- a) Proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus

- b) Para o exercício das liberdades cívicas
- c) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante
- d) Tornar viável o exercício dos direitos constitucionais em que há falta de norma regulamentadora

169. Foram elaboradas por assembléia constituinte as Constituições Federais brasileiras de:

- a) 1.891, 1.934 e 1.946.
- b) 1.891, 1.937 e 1.946.
- c) 1.934, 1.937 e 1.988.
- d) 1.824, 1.934 e 1.988.

170. Foram enquadrados pelos constituintes como crimes inafiançáveis:

- a) A tortura e o terrorismo;
- b) O racismo e o abuso de poder;
- c) Os crimes políticos e o tráfico de entorpecentes;
- d) A tortura e a inviolabilidade do domicílio;
- e) A inviolabilidade da correspondência e do domicílio.

171. Francisco, espanhol de nascimento, reside desde 1958, ininterruptamente, no Brasil. Em razão do tempo de residência, ele:

- a) excedeu o prazo em que é permitida a naturalização, não podendo mais fazê-la
- b) adquiriu a nacionalidade brasileira, para todos os efeitos, embora não tenha perdido a nacionalidade de origem
- c) é brasileiro naturalizado, independente de qualquer providência
- d) tornou-se brasileiro, com direitos equiparados ao nato
- e) será brasileiro naturalizado, se o requerer

172. Garantida Constitucionalmente a inviolabilidade do domicílio (Const. Federal, art.5º, XI), isto faz com que:

- a) ante a recusa do morador, não possa o oficial de Justiça, em nenhuma hipótese, entrar na residência
- b) mesmo diante da recusa expressa do morador, possa o oficial de justiça, seja à noite, seja durante o dia, entrar em casa, desde que, porém, esteja acompanhado do Delegado de Polícia
- c) mesmo com o consentimento do morador, o oficial de justiça, sem ordem judicial, não possa entrar na residência
- d) o oficial de justiça possa, ainda que o morador não consinta, entrar na casa durante o dia, se tiver ordem judicial

173. Governo estrangeiro solicita ao Governo brasileiro a extradição de um brasileiro nato, de um brasileiro naturalizado e de um nacional do país solicitante, todos residentes no Brasil e comprovadamente envolvidos em tráfico de entorpecentes. Nos termos da Constituição Federal,

- a) Não poderá ser concedida a extradição de nenhum dos três traficantes.
- b) Somente poderá ser concedida a extradição do traficante estrangeiro.
- c) Somente poderá ser concedida a extradição do brasileiro naturalizado e do estrangeiro.
- d) A extradição do brasileiro naturalizado somente poderá ser concedida se for cancelada sua naturalização.
- e) A extradição do brasileiro nato somente poderá ser concedida se ele for declarado culpado em processo realizado no Brasil.

174. Habeas Corpus é um dos remédios constitucionais previstos na nossa Carta Magna, utilizando-se para garantir ao indivíduo o direito de locomoção. Prevê o art. 5º, LXVIII, da Lex Magna de 1988, que "conceder-se-á Habeas Corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder." O processo e julgamento do Habeas Corpus contra ato da Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais Estaduais ou Federais, previstos no art. 98, I, e parágrafo da CF, e na Lei 9.099/95, é de competência:

- a) da Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Criminais.
- b) do Tribunal de Justiça
- c) do STJ
- d) do STF

175. Havendo ordem judicial autorizando o ingresso em domicílio alheio, deverá ser cumprido:

- a) Em qualquer horário, com a maior brevidade possível
- b) Com urgência, a qualquer horário da noite

- c) Durante o dia
- d) N. d. a.

176. Havendo reciprocidade em favor dos brasileiros, aos portugueses com residência permanente no país serão atribuídos os direitos inerentes ao:

- a) brasileiro naturalizado, salvo em relação aos direitos políticos
- b) brasileiro nato, salvo os casos em relação aos direitos políticos
- c) brasileiro nato, sem exceção
- d) brasileiro naturalizado
- e) estrangeiro

177. Havendo reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos aos portugueses os mesmos direitos inerentes ao brasileiro; para tanto, é necessário que os portugueses tenham:

- a) 1 ano de residência fixa no Brasil
- b) 2 anos de residência fixa no Brasil
- c) 3 anos de residência fixa no Brasil
- d) 4 anos de residência fixa no Brasil
- e) residência permanente no Brasil

178. Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele:

- a) posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se a vaga antes ocupada estiver preenchida por servidor estável.
- b) posto em disponibilidade, com remuneração integral, se a vaga antes ocupada estiver preenchida por servidor estável.
- c) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
- e) reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

179. Julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta: I - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. II - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. III - A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. IV - A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu. V - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está correta.
- c) Apenas duas assertivas estão corretas.
- d) Apenas três assertivas estão corretas
- e) Apenas quatro assertivas estão corretas.

180. Julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta: I - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. II - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. III - A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. IV - A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu. V - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está correta.
- c) Apenas duas assertivas estão corretas.
- d) Apenas três assertivas estão corretas
- e) Apenas quatro assertivas estão corretas

181. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta: I _ O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais. II _ Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato. III _ É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.

e) Todos os itens estão incorretos.

182. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta: I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. II - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. III - Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

183. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - A criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista depende, em cada caso, de autorização da assembléia geral. II - Os servidores públicos têm direito ao fundo de garantia por tempo de serviço. III - Os subsídios hoje pagos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal são o teto remuneratório apenas da Administração direta.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto

184. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical. II - O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais. III - É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

185. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - A lei poderá estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo público o exigir. II - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante regular processo, em que lhe seja assegurada ampla defesa. III - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

186. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado. II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente. III - A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos

187. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente. III -

O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal em nenhuma hipótese.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

188. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato. II - Será declarada a perda da nacionalidade ao brasileiro que adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária. III - Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

189. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo. II - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União apenas, incluídas suas autarquias e fundações é assegurado regime de previdência de caráter contributivo. III - A concessão do benefício da pensão por morte é matéria sobre a qual ato administrativo do Ministro de Estado da Previdência Social disporá a respeito

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto

190. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, na forma da lei. II - É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas pelo sindicato ou órgão de classe de cada categoria profissional ou econômica. III - as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, desde que expressamente autorizadas.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

191. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, permitida, entretanto, a pena de morte somente em caso de guerra declarada. II - A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa do interesse particular e privado o exigir. III - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado após a naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item I está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

192. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O direito de greve é privativo dos trabalhadores. II - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. III - O direito de greve será exercido independentemente de lei.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Apenas o item II está correto.

193. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão. II - O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado. III - A Constituição Federal admite a prisão civil por dívidas.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

194. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O servidor público da administração direta investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela remuneração. II - O servidor público da administração indireta investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, em prejuízo da remuneração do cargo eletivo. III - O servidor público da administração direta, em caso de afastamento, terá os valores de benefício previdenciário contados como se não tivesse no exercício de cargo, emprego ou função pública.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto

195. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a prática de tortura, o terrorismo e os crimes hediondos são crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. II - A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei. III - O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal em nenhuma hipótese.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

196. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - São estáveis após três anos da data da posse os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. II - O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. III - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens II e III.
- d) Somente está correto o item I.
- e) Somente está correto o item III.

197. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I _ A lei poderá, em qualquer hipótese, estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, desde que respeitado o princípio da razoabilidade. II _ Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade em qualquer hipótese. III _ O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e menores de setenta anos.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

198. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I _ São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. II _ Os trabalhadores domésticos têm direito à fundo de garantia do tempo de serviço. III _ É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer qualquer falta nos termos da lei.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

199. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - A criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista depende, em cada caso, de autorização da assembléia geral. II - Os servidores públicos têm direito ao fundo de garantia por tempo de serviço. III - Os subsídios hoje pagos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal são o teto remuneratório apenas da Administração direta.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto

200. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente. III - O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal em nenhuma hipótese.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto.

201. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo. II - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União apenas, incluídas suas autarquias e fundações é assegurado regime de previdência de caráter contributivo. III - A concessão do benefício da pensão por morte é matéria sobre a qual ato administrativo do Ministro de Estado da Previdência Social disporá a respeito

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto

202. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - É garantido aos servidores públicos civis e militares o direito à livre associação sindical. II - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar. III - Os órgãos de controle interno e seus auditores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

203. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Helmut foi extraditado, por ter praticado no estrangeiro crime comum, antes de ter sido naturalizado brasileiro. II - Jean, estrangeiro residente no Brasil, não foi extraditado, apesar de ter praticado em seu país crime de opinião. III - André, brasileiro nato, não foi extraditado, apesar de ter praticado no estrangeiro tráfico ilícito de entorpecente.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

204. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, na forma da lei. II - É livre o exercício de

qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas pelo sindicato ou órgão de classe de cada categoria profissional ou econômica. III - as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, desde que expressamente autorizadas.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

205. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado, em caso de crime de opinião, praticado antes da naturalização. II - O brasileiro nato ou naturalizado poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. III - Não será concedida a extradição de estrangeiro, salvo em caso de comprovado envolvimento em crime político.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

206. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O direito de greve é privativo dos trabalhadores. II - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. III - O direito de greve será exercido independentemente de lei.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Apenas o item II está correto.

207. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - O servidor público da administração direta investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela remuneração. II - O servidor público da administração indireta investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, em prejuízo da remuneração do cargo eletivo. III - O servidor público da administração direta, em caso de afastamento, terá os valores de benefício previdenciário contados como se não tivesse no exercício de cargo, emprego ou função pública.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Apenas o item III está correto

208. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. II - O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. III - Os cargos em comissão, a serem preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, exercidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

209. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta: I - São estáveis após três anos da data da posse os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. II - O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. III - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens II e III.

- d) Somente está correto o item I.
- e) Somente está correto o item III.

210. Lei nova não perturba, por exemplo, um casamento realizado no regime de comunhão universal de bens, embora a Lei nova obrigue o regime de separação de bens; É o princípio da:

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade das Leis;
- d) Irretroatividade das Leis;

211. Mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político legalmente constituído, organização sindical de primeiro grau, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros;
- b) partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- c) partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe de âmbito nacional ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses dos seus associados;
- d) partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- e) qualquer um do povo que tome ciência de ofensa contra o patrimônio público

212. Maria, empregada doméstica há 03 (três) anos em uma residência, de acordo com a Constituição atual terá assegurados os seguintes direitos:

- a) Irredutibilidade do salário;
- b) Licença-gestante;
- c) Aviso-Prévio;
- d) Férias;
- e) Todas as respostas acima.

213. Maria, empregada doméstica há 03 (três) anos em uma residência, de acordo com a Constituição atual terá assegurados os seguintes direitos:

- a) Irredutibilidade do salário;
- b) Licença-gestante;
- c) Aviso-Prévio;
- d) Férias;
- e) Todas as respostas acima.

214. Marque a alternativa correta: (art. 8º, II)

- a) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, a não ser se tratar de organização sindical de empregadores
- b) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, salvo se o Município tiver mais de 500 mil habitantes
- c) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial(não podendo ser inferior...)
- d) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, podendo ser inferior à área de um Município
- e) todas as anteriores

215. Marque a alternativa correta:

- a) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a Federal; o Sistema de Governo é o Republicano e a Forma de Governo é a Presidencialista
- b) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a Federal; o Sistema de Governo é o Presidencialista e a Forma de Governo é a República
- c) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a República; o Sistema de Governo é o Presidencialista e a Forma de Governo é a Federal
- d) a Forma de Estado adotada pela Constituição de 1988 é a República; o Sistema de Governo é o Republicano e a Forma de Governo é a Presidencialista

216. Marque a alternativa falsa: (art. 7º, XXXIV, p.ú.) São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos:

- a) aposentadoria

- b) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas
- c) salário-mínimo
- d) irredutibilidade do salário
- e) décimo terceiro salário

217. Marque a opção correta.

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, ainda que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante indenização prévia a título de remuneração pelo uso.
- d) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, mesmo que não trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar da pequena propriedade rural, assim definida em lei, assegurada ao proprietário indenização prévia.

218. Marque a opção correta:

- a) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento dos bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;
- b) a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a de banimento, no caso de crimes de ação armada de grupos, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático;
- c) contraditório e a ampla defesa, nos crimes por prática de racismo, poderão ser restringidos nos casos culposos e suspensos nos casos dolosos;
- d) a lei poderá, em caso de dolo, admitir a pena de trabalhos forçados para os crimes hediondos;
- e) nenhum brasileiro será extraditado, salvo em caso de envolvimento comprovado em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

219. Mônica, filha de pai argentino e mãe brasileira, nasceu quando seus pais viajavam pela Austrália. Sua mãe deseja que a filha seja brasileira nata, ainda quando criança: para isto é necessário que:

- a) a criança seja registrada em repartição brasileira e resida imediatamente no Brasil
- b) a criança seja registrada em repartição brasileira e resida no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, opte definitivamente pela nacionalidade brasileira.
- c) tal criança nunca poderá ser brasileira nata, pois o Brasil adota o critério do "jus solis"
- d) a criança seja registrada em repartição brasileira
- e) n.r.a.

220. Não é direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) Salário-família para os seus dependentes.
- b) Repouso semanal remunerado.
- c) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- d) Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- e) Proteção em face da automação, na forma da lei.

221. Não é garantido a todos os brasileiros o direito:

- a) ao voto.
- b) à segurança.
- c) à propriedade.
- d) à igualdade.
- e) à liberdade.

222. NÃO haverá pena de

- a) interdição de direitos.
- b) caráter transitório.
- c) perda de bens.
- d) banimento.
- e) prestação social alternativa.

223. Não haverá penas:

- a) de detenção;
- b) de reclusão;
- c) de banimento;
- d) de multa;

224. NÃO se encontra no rol dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal:

- a) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
- b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno
- c) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário
- d) salário-família pago em razão do dependente de todo trabalhador

225. No Brasil:

- a) é proibida a nomeação para cargo em comissão, desde a atual Constituição
- b) é permitida a nomeação para cargo em comissão, por período máximo de dois anos renovável por igual período
- c) é permitida a nomeação para cargo em comissão, desde que declarado em lei de livre nomeação e exoneração
- d) é possível a nomeação para cargo em comissão, desde que ao prudente arbítrio do responsável, independentemente de lei específica

226. No Capítulo referente à Administração Pública, preceitua a Constituição Federal que:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- b) os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar definir as áreas de suas atuações.
- e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

227. No Capítulo referente à Administração Pública, preceitua a Constituição Federal que:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- b) os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar definir as áreas de suas atuações.
- e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

228. No exercício da competência legislativa concorrente,

- a) a União edita normas gerais e específicas.
- b) a União, os Estados e os Municípios legislam em sistema de cooperação.
- c) os Estados poderão editar normas gerais e específicas, caso inexistir lei da União fixando normas gerais.
- d) as normas gerais produzidas pelos Estados prevalecem sobre as normas gerais supervenientes da União.

229. No que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, admitida a censura de costumes;

b) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, não sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e nem garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
d) em casos especiais, a lei poderá prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

230. No que diz respeito aos direitos sociais consagrados ela Constituição vigente, é correto afirmar:

- a) Os direitos dos trabalhadores não podem ser alterados em seu prejuízo.
- b) A vedação de jornada não superior a 8 (oito) horas aplica-se a trabalhadores urbanos, rurais e domésticos.
- c) É proibido o trabalho insalubre ou perigoso a mulheres.
- d) O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis está submetido a termos e limites a serem definidos em lei complementar.

231. No que se refere ao tratamento constitucional para a prisão, é correto afirmar que:

- a) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial;
- b) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável no caso de estelionato;
- c) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade policial competente;
- d) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão imediatamente informadas à autoridade policial, para que esta fixe a fiança, quando for o caso;
- e) é legal a prisão nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

232. No que se refere aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar que:

- a) o salário mínimo é fixado por lei, com valores diferenciados para cada Estado da República Federativa do Brasil
- b) o repouso semanal remunerado será sempre aos domingos, no caso de jornada de trabalho ininterrupta;
- c) os trabalhadores domésticos têm igualdade de direitos em relação aos trabalhadores avulsos;
- d) é garantida a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- e) é proibido qualquer trabalho para menores de 16 (dezesseis) anos, inclusive na condição de aprendiz.

233. Nomear os Ministros dos Tribunais Superiores é atribuição do:

- a) Presidente da República;
- b) Presidente do Senado;
- c) Presidente da República e do Presidente do STF;
- d) Presidente da República e do Presidente do Senado;
- e) Presidente da República, Presidente do STF e Presidente do Senado.

234. Nos termos da Constituição brasileira, é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo se determinada sua quebra por

- a) ordem policial, para fins de investigação criminal ou civil.
- b) ordem judicial, para fins de investigação criminal ou civil.
- c) ordem do Ministério Público, para fins de inquérito civil ou ação civil pública.
- d) ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) ordem policial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

235. Nos termos da Constituição Federal, são formas de exercer a soberania popular, exceto:

- a) referendo.
- b) greve.
- c) plebiscito.
- d) sufrágio universal.
- e) voto direto e secreto.

236. Nos termos em que atualmente a Constituição disciplina a matéria, a estabilidade no serviço público

- a) é adquirida após 3 anos de efetivo exercício, pelos servidores concursados nomeados para cargos de provimento efetivo ou em comissão.

b) não poderá ser adquirida pelos estrangeiros que, na forma da lei, possam ter acesso aos cargos públicos.

c) somente poderá ser adquirida pelos integrantes das carreiras consideradas essenciais à administração da Justiça.

d) não impede a perda do cargo do servidor estável, na hipótese de verificar-se excesso de despesa com pessoal ativo em relação aos limites estabelecidos em lei complementar.

e) gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro.

237. O "habeas corpus" pode ser impetrado:

- a) só por advogado
- b) só pelo promotor de justiça
- c) só pelo paciente
- d) por qualquer pessoa

238. O alistamento Eleitoral e o voto são facultativos para:

- a) Os maiores de dezoito anos
- b) Os maiores de 70 anos
- c) Os maiores de 80 anos
- d) Os maiores de 90 anos
- e) N. d. a.

239. O analfabeto pode:

- a) Votar
- b) Votar e ser votado
- c) Votar mas não ser votado
- d) Apenas ser votado
- e) N. d. a.

240. O art. 5o LXXIV, da Constituição Federal estabelece: "o Estado prestará assistência jurídica

integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Para atender a tal preceito, a Constituição Federal criou a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Responda:

- a) assertiva e razão são falsas;
- b) assertiva e razão são verdadeiras;
- c) a assertiva é falsa e a razão verdadeira;
- d) n.d.a

241. O artigo 37; § 6o. Constituição Federal ao dispor sobre a responsabilidade do poder público sobre danos causados por seus funcionários a terceiros, adotou:

- a) Teoria da responsabilidade com culpa
- b) Teoria da responsabilidade objetiva
- c) Teoria da irresponsabilidade
- d) Teoria do risco integral

242. O ato de improbidade administrativa importará:

- a) ressarcimento ao erário.
- b) perda dos direitos políticos.
- c) suspensão da função pública.
- d) disponibilidade dos bens.
- e) prisão civil por dívida.

243. O Beltrano sempre entendeu que, se o Dr. Promotor de Justiça ofereceu denúncia contra alguém, essa pessoa se presume culpada. Ele está certo?

- a) sim, porquanto a ação penal reclama justa causa para ser proposta
- b) não, porquanto a Constituição Federal estabelece presunção de inocência, até o trânsito em julgado da sentença pela condenatória
- c) depende das provas do inquérito
- d) n.d.a.

244. O brasileiro nato pode perder a nacionalidade:

- a) em consequência de sanção acessória a condenação à pena de reclusão
- b) se adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária
- c) se banido do território nacional
- d) se cancelada a sua nacionalidade por naturalização voluntária
- e) se privado dos seus direitos políticos por invocar crença religiosa ou convicção política para não prestar o serviço militar

245. O Corregedor Permanente pode infligir penalidade ao subordinado, em processo administrativo, sem ouvi-lo e assegurar-lhe a defesa?

- a) sim, pela sua qualidade de superior hierárquico
- b) não, porque o Escrivão não permitiria
- c) não, porque a Constituição Federal assegura o contraditório e ampla defesa no processo administrativo
- d) n.d.a.

246. O décimo terceiro salário terá como base: (art. 7º, VIII)

- a) a remuneração integral, apenas
- b) a gratificação natalina
- c) a gratificação de férias
- d) a remuneração integral ou o valor da aposentadoria
- e) o salário parcial

247. O Delegado de Polícia poderá:

- a) entrar na casa de alguém, à noite, no caso de desastre;
- b) entrar na casa de alguém, a qualquer hora, desde que autorizado pelo Secretário;
- c) entrar na casa de alguém, em qualquer caso, durante o dia;
- d) entrar na casa de alguém, a qualquer hora, para averiguações;
- e) por ordem judicial não pode durante o dia.

248. O direito de ação trabalhista, após a extinção do contrato de trabalho, prescreve em:

- a) 2 anos
- b) 3 anos
- c) 5 anos
- d) 7 anos

249. O empregado de uma indústria metalúrgica tem um direito trabalhista lesado pelo seu empregador. Para fazer valer na justiça este seu direito:

- a) Deverá no prazo de 05 (cinco) anos, ajuizar sua causa, a fim de que não prescreva o direito;
- b) Extinto seu contrato de trabalho, o trabalhador teia mais 03 (três) anos para, na justiça, exigir o direito lesado;
- c) Terá o prazo de 02 (dois) anos para reclamar tudo que lhe foi lesado no tempo em que trabalhou;
- d) Deverá deixar fluir o prazo de 05 (cinco) anos, para mover a ação trabalhista apropriada.
- e) N.R.A.

250. O Estado brasileiro é uma República Federativa, isto é adotada como forma de Estado a:

- a) Federação;
- b) República;
- c) Democracia;
- d) Representação.

251. O estado de defesa e o estado de sítio podem ser considerados restrições excepcionais do princípio:

- a) da supremacia do interesse público;
- b) da legalidade;
- c) da motivação;
- d) da moralidade administrativa.

252. O Estado que se sujeita ao império da lei, que realiza o princípio da igualdade e da justiça, não pela generalidade, mas pela busca da igualização dos socialmente desiguais, denomina-se:

- a) Estado de exceção.
- b) Estado de direito.
- c) Estado social de direito.
- d) Estado democrático de direito.

253. O filho de pais brasileiros, nascidos no estrangeiro, não estando nenhum dos dois a serviço do país:

- a) é considerado brasileiro pelo princípio do "jus sanguinis", registrado ou não na Embaixada brasileira
- b) só poderá optar pela nacionalidade brasileira se vier a residir no Brasil depois dos 21 anos

- c) é brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente e venha a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançado esta, opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- d) nunca poderá ser brasileiro nato, visto que o Brasil só adota o critério "jus solis".
- e) é brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente

254. O filho do embaixador da Itália e de mãe, também italiana, nascido no Brasil, é considerado:

- a) brasileiro nato
- b) brasileiro naturalizado
- c) estrangeiro
- d) apátrida
- e) brasileiro nato, desde que resida no Brasil até completar 21 anos e, após esta data, opte pela nacionalidade brasileira

255. O Fuad, vindo do Oriente, naturalizou-se brasileiro. Ele pode prestar concurso para Oficial de Justiça?

- a) não, porque não é brasileiro nato
- b) não, porque fala o idioma nacional com pesado sotaque
- c) sim, pois o cargo em questão não se encarta dentre aqueles para os quais a Constituição exige a condição de brasileiro nato
- d) n.d.a.

256. O funcionário estável só perderá o cargo:

- a) em razão de processo administrativo com ampla defesa, ou sentença judicial, transitada em julgado
- b) em razão de sentença judicial transitada em julgado
- c) pode perder o cargo, ao nulo do chefe imediato
- d) n.d.a.

257. O funcionário estável só será demitido mediante:

- a) inquérito policial
- b) sentença judicial ou processo administrativo
- c) ação penal
- d) sindicância

258. O gôzo de férias anuais remuneradas: (art. 7º, XVII)

- a) com pelo menos, um quinto do que o salário normal
- b) com pelo menos, um terço do que o salário normal
- c) com pelo menos, metade do que o salário normal
- d) com pelo menos, metade do que o salário normal
- e) com pelo menos, dois terços do que o salário normal

259. O idioma oficial do Brasil é a (o):

- a) língua portuguesa
- b) língua brasileira
- c) latim
- d) língua tupi-guarani
- e) todas as anteriores

260. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado:

- a) por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos;
- b) somente por sindicato ou entidade de classe legalmente constituída e reconhecida, que esteja em funcionamento pelo menos há seis meses;
- c) por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída em funcionamento há pelo menos um ano;
- d) por qualquer das pessoas jurídicas acima mencionadas, independentemente de prazo de funcionamento, desde que a impetração tenha fundamento no interesse de seus membros ou associados;
- e) por qualquer das pessoas jurídicas mencionadas na alínea c, desde que se trate de direito líquido e certo não amparável por habeas corpus ou mandado de injunção e os impetrantes tenham pelo menos dois meses de funcionamento.

261. O mandado de segurança:

- a) É o mesmo que o "habeas corpus", mas objeto mais ligado às pessoas jurídicas e interesses públicos
- b) é uma ação constituição que existe para proteger direitos ilíquidos e certos não amparados por "Habeas Corpus", sempre que alguém cometa ilegalidade ou abuso de poder

c) é um remédio para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", quando há ilegalidade ou abuso de poder
d) é um remédio como na alternativa anterior, mas para quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público (como, por exemplo, um diretor de faculdade particular)

262. O Ministério Público da União abrange, nos termos da Constituição:

- a) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- d) O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

263. O objetivo dos direitos dos trabalhadores expresso no art. 7º da "Lei Maior" é:

- a) a redução das desigualdades;
- b) a livre iniciativa;
- c) a melhoria da condição social;
- d) a redução dos riscos inerentes à saúde, higiene e segurança no trabalho;
- e) a garantia das liberdades de associação profissional e organização sindical.

264. O parágrafo segundo do art. 12 da CF estabelece que não pode haver distinção entre brasileiro nato e naturalizado, a não ser que tal distinção esteja prevista:

- a) na própria constituição
- b) em lei complementar
- c) em lei ordinária
- d) na constituição estadual
- e) na lei orgânica do município

265. O patrão que concorrer com dolo ou culpa para acidente de trabalho de empregado regularmente registrado fica:

- a) Exonerado de qualquer obrigação, que é exclusiva do INSS.
- b) Excluído da indenização até o limite do seguro obrigatório contratado
- c) Obrigado a indenizar independentemente do seguro.
- d) Sujeito ao pagamento da indenização somente se não tiver seguro pago
- e) Impedindo de dispensar o empregado acidentado e de contratar outro para execução do mesmo serviço

266. O povo exerce soberania pelo sufrágio universal, mediante:

- a) Voto, plebiscito e iniciativa popular
- b) Iniciativa popular, referendo e voto
- c) Referendo, proposta popular e voto
- d) Plebiscito, referendo e voto
- e) N. d. a.

267. O prazo de validade dos concursos públicos no Brasil:

- a) será de um ano, prorrogável uma vez por mais dois anos
- b) será de um ano, prorrogável uma vez por igual prazo
- c) será de dois anos, prorrogável uma vez por igual período
- d) depende do edital, porque isso não está previsto na Constituição

268. O preceito constitucional "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" expressa o Princípio da:

- a) Legalidade;
- b) Isonomia;
- c) Igualdade de todos perante a Lei;
- d) Responsabilidade;
- e) Liberdade Social.

269. O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado a competência para:

- a) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;
- b) celebrar tratados internacionais;
- c) conceder indulto;
- d) convocar o Conselho da República;
- e) executar a intervenção federal.

270. O princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio não prevalece:

- a) Quando o imóvel for locado a terceiro e o proprietário pretende vistoriá-lo.
- b) Quando o fiscal da prefeitura municipal for autuar o uso irregular do imóvel.
- c) Quando o policial tiver certeza de que no domicílio esconde-se um suspeito de atos criminosos.
- d) Em nenhuma das hipóteses.
- e) Em todas essas hipóteses.

271. O princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio não prevalece:

- a) Quando o imóvel for locado a terceiro e o proprietário pretende vistoriá-lo.
- b) Quando o fiscal da prefeitura municipal for autuar o uso irregular do imóvel.
- c) Quando o policial tiver certeza de que no domicílio esconde-se um suspeito de atos criminosos.
- d) Em nenhuma das hipóteses.
- e) Em todas essas hipóteses.

272. O princípio da supremacia constitucional

- a) decorre da possibilidade de a União intervir nos Estados e Municípios.
- b) requer a conformidade à Constituição apenas dos atos legislativos, visto que os atos administrativos devem ser conformes apenas à lei infra constitucional.
- c) requer a conformidade de todas as situações jurídicas aos princípios e preceitos da Constituição.
- d) não se impõe se houver omissão na prática de ato administrativo.

273. O remédio jurídico que visa a defender direito ou notificar ilegalidade ou abuso de autoridade, denomina-se:

- a) Direito Líquido e Certo;
- b) Habeas Corpus;
- c) Mandado de Injunção;
- d) Direito de Petição.

274. O salário-mínimo e garantido ao:

- a) tarifeiro;
- b) diarista;
- c) empregado doméstico;
- d) todas as resposta anteriores;

275. O segundo objetivo do HABEAS DATA é:

- a) a ratificação dos dados constantes na entidade governamental;
- b) a ratificação dos dados constantes na entidade governamental ou de caráter público;
- c) a prisão da autoridade responsável pelas informações registradas;
- d) a reparação financeira por danos morais causadas pelas informações arquivadas.

276. O sujeito passivo do HABEAS CORPUS é:

- a) qualquer indivíduo;
- b) apenas os brasileiros natos;
- c) apenas os brasileiros naturalizados;
- d) o indivíduo titular da cidadania.

277. O sujeito passivo do HABEAS CORPUS é:

- a) qualquer indivíduo;
- b) apenas os brasileiros natos;
- c) apenas os brasileiros naturalizados;
- d) o indivíduo titular da cidadania.

278. O(s) princípio(s) que rege(m) a nacionalidade é(são):

- a) jus solis
- b) jus sanguinis
- c) ambos
- d) n.r.a.

279. Observe as afirmativas a seguir: I - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato. II - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. III - o aposentado filiado tem direito a votar e a ser votado nas organizações sindicais. IV - ao sindicato cabe a defesa dos direitos ou interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Assinale o item que relaciona todas as afirmativas corretas:

- a) I e II
- b) III e IV

- c) I, II e III
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

280. Oficial de Justiça se aposenta voluntariamente após tempo de serviço correspondente a:

- a) 35 anos
- b) 30 anos
- c) 25 anos
- d) n.d.a.

281. Os atos de improbidade administrativa:

- a) importarão o ressarcimento ao erário, caso em que ficará afastada a ação penal.
- b) importarão a suspensão da função pública.
- c) importarão a perda dos direitos políticos.
- d) importarão a suspensão dos direitos individuais.
- e) importarão a indisponibilidade dos bens

282. Os atos processuais são públicos, exceto:

- a) Não há exceção
- b) Nos casos expressamente previstos em Lei
- c) Nos casos que o interesse social exigir
- d) N. d. a.

283. Os brasileiros naturalizados podem exercer cargo de:

- a) Vice-presidente da república
- b) Presidente do senado federal
- c) Procurador-geral da república
- d) Oficial do exército
- e) Ministro do supremo tribunal federal

284. Os brasileiros, nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República federativa do Brasil, são considerados:

- a) brasileiros natos
- b) brasileiros natos, desde que residam no Brasil antes da maioridade e alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- c) brasileiros natos, se registrados em repartição brasileira competente
- d) estrangeiros
- e) apátridas

285. Os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial das Forças armadas são:

- a) privativos de brasileiros
- b) privativos de brasileiros natos
- c) privativos de brasileiros naturalizados
- d) ocupados tanto por brasileiros como por estrangeiros
- e) n.r.a.

286. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis:

- a) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros, pois se trata de motivo de segurança nacional;
- b) aos brasileiros natos e naturalizados, assim como aos estrangeiros, desde que comprovem residência fixa no Brasil há mais de quinze anos;
- c) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- d) aos brasileiros natos e naturalizados, assim como aos estrangeiros, desde que comprovem ser originários de país de língua portuguesa;
- e) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros, pois se trata de motivo de relevante interesse público.

287. Os crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado, conexos com os do presidente da República, devem ser processados perante:

- a) o Supremo Tribunal Federal;
- b) o Superior Tribunal de Justiça;
- c) o Senado Federal.
- d) n.d.a

288. Os italianos que optarem pela naturalização brasileira deverão comprovar:

- a) residência no país por um ano ininterrupto e idoneidade moral

- b) residência no país há mais de 30 anos ininterruptos e sem condenação penal
- c) residência na República Federativa do Brasil antes da maioridade
- d) residência no país há mais de 30 anos ininterruptos e idoneidade moral
- e) residência no país por um ano ininterrupto e sem condenação moral

289. Os juízes gozam da garantia de vitaliciedade, que, no primeiro grau,

- a) será adquirida após três anos de exercício da função.
- b) depende de deliberação do tribunal a que estiverem vinculados para ser adquirida.
- c) impede que o magistrado se aposente antes dos 70 anos de idade.
- d) poderá ser afastada por sentença judicial definitiva.
- e) assegura ao juiz que não será promovido contra sua vontade.

290. Os princípios previstos no "caput" do art. 37 da Constituição Federal:

- a) serão obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios.
- b) não serão obedecidos pela administração pública direta dos Estados e Municípios.
- c) serão obedecidos apenas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União.
- d) não serão obedecidos pela administração pública indireta dos Estados e Municípios.
- e) serão obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos Municípios.

291. Os que percebem remuneração variável não deverão receber menos do que: (art. 7º, VII)

- a) o salário mínimo regional
- b) o salário mínimo nacional
- c) o salário mínimo estadual
- d) a terça parte do salário mínimo regional
- e) a terça parte do salário mínimo nacional

292. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados e dos Municípios serão aposentados:

- a) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- c) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- d) voluntariamente, aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se mulher.
- e) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

293. Os símbolos do Brasil são:

- a) a língua, a bandeira, o hino e as armas nacionais
- b) a língua, a bandeira, o hino, o selo e as armas nacionais
- c) a bandeira, o hino, o selo e as armas nacionais
- d) o exército, a Marinha, a Aeronáutica, o selo, a bandeira, o hino e as armas nacionais
- e) o exército, a Marinha, a Aeronáutica, o selo, a bandeira, o hino, as armas nacionais e a língua portuguesa

294. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário:

- a) serão necessariamente iguais aos pagos pelo Poder Executivo
- b) não poderão ser inferiores aos pagos pelo Poder Executivo
- c) serão equivalentes entre si
- d) não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo

295. Para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, será computado:

- a) parcialmente;
- b) em dobro;
- c) integralmente;
- d) em triplo,

296. Para proteger direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridade, o cidadão pode valer-se:

- a) da ação popular
- b) do direito de representação
- c) do mandado de segurança
- d) do habeas corpus

297. Para proteger direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridade, o cidadão pode valer-se:

- a) Desapropriação por necessidade pública
- b) Desapropriação por calamidade pública
- c) do mandado de segurança
- d) do habeas corpus

298. Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, a Constituição Federal prevê o:

- a) Habeas Data
- b) Direito de petição
- c) Direito de representação
- d) Mandado de injunção
- e) Mandado de segurança

299. Parte legítima para propor ação popular é:

- a) Cidadão no exercício do cargo público
- b) Entidade pública
- c) Qualquer cidadão
- d) Pessoa jurídica de direito público interno

300. Pedro, oficial de justiça, encontra-se no exercício de mandato eletivo.

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o mandato for estadual, ficará afastado do seu cargo.
- b) Se o mandato for de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- c) Seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Se o mandato for de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

301. Pedro, oficial de justiça, encontra-se no exercício de mandato eletivo.

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o mandato for estadual, ficará afastado do seu cargo.
- b) Se o mandato for de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- c) Seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Se o mandato for de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, poderá optar pela sua remuneração.
- e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

302. Pelo critério do "jus sanguinis", a nacionalidade é concedida:

- a) a todos os que nascerem no território nacional
- b) ao descendente de nacional, embora o lugar do nascimento fique em território de outro estado
- c) a todos os que nascerem em território estrangeiro
- d) a todos os que nascerem em território nacional ou no estrangeiro, independente da nacionalidade dos ascendentes
- e) n.r.a.

303. Pelo critério do "jus solis", a nacionalidade brasileira é conferida:

- a) ao descendente de nacional, embora o lugar do nascimento fique em território de outro estado
- b) aos que nascerem fora do território do estado
- c) aos que nascerem em território nacional ou estrangeiro
- d) aos que nascerem no território do estado

- e) todas as anteriores

304. Pode o brasileiro nato ser extraditado:

- a) por crime comum cometido no exterior, independentemente da existência de tratado de extradição entre o Brasil e o país requisitante.
- b) somente por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, independentemente da existência de tratado de extradição entre o Brasil e o país requisitante.
- c) por crime comum cometido no exterior ou por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, independentemente da existência de tratado de extradição entre o Brasil e o país requisitante.
- d) somente por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, e desde que exista tratado de extradição entre o Brasil e o país requisitante.
- e) em nenhuma hipótese.

305. Pode-se penetrar na casa sem o consentimento do morador a qualquer hora do dia da noite, no caso de:

- a) flagrante delito;
- b) desastre;
- c) socorro;
- d) todas as resposta anteriores;

306. Quando da promulgação de uma nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da constituição antiga, mas continua válida pela teoria:

- a) da repristinação.
- b) da desconstitucionalização.
- c) da recepção.
- d) do poder constituinte subordinado.

307. Quando o Senado brasileiro julga os crimes de responsabilidade do Presidente da República, exerce:

- a) Função administrativa e função legislativa.
- b) Função jurisdicional.
- c) Função administrativa.
- d) Função jurisdicional e função administrativa.
- e) Função legislativa.

308. Quanto à organização dos Poderes é INCORRETO afirmar que:

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, por ele nomeados, que somente poderão ser exonerados com prévia aprovação, por voto secreto, de dois terços dos membros do Senado Federal;
- b) Ocorrendo vacância nos dois últimos anos do período presidencial, a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República será feita pelo Congresso Nacional;
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário;
- d) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre brasileiros dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

309. Quanto ao Direito a Informação podemos afirmar: I) É garantia constitucional incondicionalmente; II) É garantia constitucional, salvo o acesso a fatos cujo sigilo é necessário a segurança da sociedade e do Estado; III) Independe do pagamento de Taxas. IV) Tem seu acesso restrito.

- a) A I e a IV estão erradas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Apenas a I está errada;
- d) A III e a IV estão erradas;
- e) A II e a III estão erradas.

310. Quanto ao direito à propriedade, podemos dizer que entre nós encontra seu limite:

- a) Na necessidade pública;
- b) Na utilidade pública;
- c) No interesse social;
- d) Nos dispositivos Constitucionais que tratam do assunto;
- e) Todas as respostas estão corretas.

311. Quanto aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar:

- a) Foram erigidos à condição de cláusulas pétreas, passíveis de modificação apenas através de emenda à Constituição, que exige quorum de 3/5 dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação.
- b) São cláusulas pétreas os direitos e garantias individuais que, por sua vez, encontram-se concentrados apenas no artigo 5º da Constituição Federal.
- c) Os direitos e garantias individuais, que se encontram pulverizados ao longo de todo o texto constitucional, não podem ser objeto de proposta de emenda tendente a aboli-los.
- d) Os direitos e garantias individuais encontram-se ao longo de todo o texto constitucional, podendo ser objeto de proposta de emenda que apenas atinja-os reflexivamente.

312. Quanto aos limites constitucionais à expedição de medidas provisórias, marque a alternativa CORRETA.

- a) Não é possível a edição de medidas provisórias por parte de Governadores e Prefeitos.
- b) Não há vedação constitucional para a edição de medidas provisórias versando sobre matéria penal, pois se trata de medida excepcional de natureza legislativa.
- c) Uma medida provisória rejeitada pode ser reeditada na mesma sessão legislativa, desde que presentes os requisitos constitucionais de relevância e urgência.
- d) Não pode ser editada uma medida provisória com finalidade de diminuir o número de recursos previstos na legislação civil.

313. São ações expressamente previstas no art. 5º da Constituição Federal, exceto:

- a) Habeas corpus".
- b) Mandado de injunção.
- c) Mandado de segurança.
- d) Ação civil pública.
- e) Ação popular.

314. São bens da União

- a) todos os existentes na faixa de fronteira, assim chamada a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres.
- b) as terras devolutas que forem definidas em lei como indispensáveis à preservação ambiental.
- c) os recursos minerais, inclusive os do subsolo, salvo os situados nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- d) todas as terras situadas em ilhas oceânicas e costeiras.
- e) todas as terras situadas em ilhas fluviais e lacustres.

315. São brasileiros

- a) natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, em qualquer hipótese.
- b) naturalizados, os nascidos no estrangeiro, em qualquer hipótese, desde que requeriram a nacionalidade brasileira.
- c) natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, desde que optem pela nacionalidade brasileira.
- d) naturalizados, os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeriram a nacionalidade brasileira.
- e) naturalizados, os estrangeiros originários de países de língua portuguesa, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dois anos ininterruptos e sem condenação penal, independentemente de requerimento de nacionalidade brasileira.

316. São casos de perda ou suspensão de direitos políticos, exceto:

- a) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) incapacidade profissional absoluta.
- c) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos.
- d) improbidade administrativa, nos termos da Constituição Federal.
- e) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos da Constituição Federal.

317. São considerados brasileiros natos:

- a) todos os nascidos no exterior, filhos de pais brasileiros
- b) todos os nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros
- c) os portugueses residentes no Brasil, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros

- d) os nascidos no exterior, registrados na Embaixada do Brasil, desde que, necessariamente, pai e mãe sejam brasileiros natos
- e) todos os nascidos no Brasil, filhos de pais brasileiros

318. São considerados sujeitos passivos do MANDADO DE SEGURANÇA: os exercentes de Serviços Públicos:

- a) Das Autarquias;
- b) Das Empresas Públicas;
- c) Da Sociedade de Economia Mista;
- d) Das Fundações Públicas.
- e) Todas as respostas acima.

319. São direitos dos trabalhadores urbanos, rurais e servidores públicos:

- a) igualdade de direitos com o trabalhador avulso;
- b) aviso prévio;
- c) 13º salário;
- d) seguro-desemprego;

320. São direitos sociais, exceto:

- a) a saúde.
- b) o lazer.
- c) a segurança.
- d) a propriedade.
- e) a previdência social.

321. São direitos sociais: (art. 6º)

- a) a educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância
- b) a educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e a proteção à maternidade e à infância
- c) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade
- d) a igualdade de direitos entre homens e mulheres
- e) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição

322. São gratuitas:

- a) as ações de habeas corpus;
- b) as ações de habeas data;
- c) os atos necessários ao exercício da cidadania;
- d) todas as respostas anteriores;

323. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- a) Federativo, Legislativo e Executivo.
- b) Judiciário, Executivo e Deliberativo.
- c) Governo, Ministérios e Legislativo.
- d) Executivo, Judiciário e Senado Federal.
- e) Legislativo, Executivo e Judiciário

324. São princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios expressos no caput do art. 37:

- a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Efetividade
- b) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência
- c) Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência
- d) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Probidade

325. São princípios que regem a Administração Pública, exceto:

- a) Disponibilidade do serviço público.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Impessoalidade.
- e) Publicidade.

326. São privativos de brasileiro nato os cargos de:

- a) Secretário de Governo;
- b) Ministro de Estado;
- c) Oficial das Forças Armadas;
- d) Delegado de Polícia,

327. São remédios constitucionais no direito brasileiro: I- O mandado de injunção, em caso de não observância da aplicabilidade imediata das normas constitucionais definidoras de direitos e garantias fundamentais. II- O habeas data, para assegurar o conhecimento e a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. III- O mandado de segurança coletivo, ajuizado por qualquer partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano. Use a seguinte correspondência:

- a) I e II estão corretas.
- b) I e III estão corretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) Somente II está correta.
- e) Somente III está correta.

328. São remédios constitucionais no direito brasileiro: I- O mandado de injunção, em caso de não observância da aplicabilidade imediata das normas constitucionais definidoras de direitos e garantias fundamentais. II- O habeas data, para assegurar o conhecimento e a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. III- O mandado de segurança coletivo, ajuizado por qualquer partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano. Use a seguinte correspondência:

- a) I e II estão corretas.
- b) I e III estão corretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) Somente II está correta.
- e) Somente III está correta.

329. Se não intentada no prazo legal a ação penal pública, admitir-se-á:

- a) a ação civil pública.
- b) a ação penal popular.
- c) o mandado de injunção.
- d) a ação penal privada.
- e) o mandado de segurança.

330. Segundo a CF de 1988, as comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Tais poderes são, contudo, limitados. Assim, considerando o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As comissões parlamentares de inquérito não necessitam de autorização judicial para realizar buscas e apreensões em domicílio, desde que durante o dia. Nesse caso, não se configura a violação domiciliar indevida.
- b) As comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal podem diretamente decretar a quebra do sigilo bancário, dispensando-se, nesse caso, ordem judicial.
- c) As decisões das comissões parlamentares de inquérito são políticas. Assim, não precisam ser motivadas, pois a natureza política dessas decisões termina afastando o controle jurisdicional.
- d) O poder das comissões parlamentares de inquérito federais, estaduais e municipais para convocar autoridades não inclui a convocação de Ministro de Estado, Secretário de Estado e Secretário da Prefeitura.

331. Segundo a Constituição Brasileira o voto é obrigatório para:

- a) Os maiores de 18 anos.
- b) Para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
- c) Obrigatório para os analfabetos.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

332. Segundo a Constituição Federal, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade é garantida:

- a) somente aos brasileiros natos.
- b) somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- c) aos brasileiros e aos estrangeiros em missão oficial no País.
- d) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.
- e) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País há mais de 10 (dez) anos.

333. Segundo a Constituição Federal, a prática de atos de improbidade administrativa importará:

- a) a perda dos direitos políticos.
- b) a suspensão da função pública.
- c) a disponibilidade dos bens.
- d) o ressarcimento ao erário.
- e) o pagamento de multa.

334. Segundo a Constituição Federal, os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, possuem nova denominação na que se refere ao tipo de trabalho executado. Essa nova denominação considera os integrantes deste grupo como sendo:

- a) servidores públicos militares.
- b) trabalhadores especiais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- c) servidores públicos auxiliares do Exército.
- d) força militar comunitária.
- e) militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios.

335. Segundo o disposto na Constituição Federal, o direito de resposta, proporcional ao agravo:

- a) exclui apenas a indenização por dano material.
- b) não exclui a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) exclui a indenização por dano material ou moral.
- d) exclui apenas a indenização por dano moral.
- e) acarretará a indenização por dano moral somente se for manifestado o agravo por meio da imprensa.

336. Segundo o disposto na Constituição Federal, o direito de resposta, proporcional ao agravo:

- a) exclui apenas a indenização por dano material.
- b) não exclui a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) exclui a indenização por dano material ou moral.
- d) exclui apenas a indenização por dano moral.
- e) acarretará a indenização por dano moral somente se for manifestado o agravo por meio da imprensa.

337. Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á:

- a) Mandado Popular;
- b) HABEAS DATA;
- c) Mandado de Injunção;
- d) Mandado de Segurança;

338. Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:

- a) HABEAS DATA;
- b) MANDADO DE SEGURANÇA;
- c) HABEAS CORPUS;
- d) MANDADO DE INJUNÇÃO.

339. Sendo a prisão civil por dívida um instituto de direito constitucional, poderá ser decretada contra:

- a) Fiador insolvente.
- b) Depositário infiel ou responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar.
- c) Segurador que não pagou o prejuízo resultante do risco assumido ou o valor da apólice.
- d) Comodatário constituído em mora.
- e) Inadimplente involuntário de obrigação alimentícia.

340. Ser capaz politicamente é, em síntese, ter:

- a) Capacidade legislativa;
- b) Capacidade Civil;
- c) Capacidade administrativa;
- d) Capacidade física.

341. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- a) por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica se recusar a cumprir obrigação a todos imposta
- b) adquirir, por ato involuntário, outra nacionalidade
- c) praticar crime hediondo
- d) tiver cancelado sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional
- e) as letras "b" e "d" estão corretas

342. Só se pode pleitear, por HABEAS DATA, informações:

- a) sociais;
- b) relativas ao impetrante;
- c) criminais;
- d) de caráter coletivo.

343. Sobre a ação popular, é correto afirmar que:

- a) se presta para processar criminosos, nos crimes que são levados a júri;
- b) pode ser proposta por pessoas jurídicas;
- c) dispensa a propositura por advogado e não comporta custas nem sucumbência;
- d) protege direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública;
- e) pode ser utilizada para anular ato lesivo à moralidade administrativa.

344. Sobre habeas corpus é incorreto afirmar:

- a) não pode ser impetrado por pessoa que tenha apenas 17 anos;
- b) é gratuito;
- c) não é necessário advogado;
- d) não pode ser impetrado perante o juízo trabalhista;
- e) é o meio hábil para proteger uma espécie de direito líquido e certo.

345. Sobre o estado de sítio, indique a alternativa correta:

- a) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio em qualquer das unidades federadas;
- b) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio em qualquer das unidades federadas;
- c) o Presidente da República pode, em casos excepcionais, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio, sem ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- d) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

346. Sobre o processo de licitação pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tem por finalidade a contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- b) Deve necessariamente assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes.
- c) Há casos em que pode ser dispensado.
- d) Pode exigir dos concorrentes qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- e) Pode estabelecer cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento diferentes das condições efetivas da proposta.

347. Sobre o processo legislativo, assinale a correta

- a) É de iniciativa privativa do Governador, projeto de lei que disponha sobre o regime jurídico dos servidores.
- b) A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador, com o respectivo número de ordem.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) A Lei Orgânica poderá ser emendada por proposta da Câmara dos Deputados.
- e) A Lei Orgânica não poderá ser emendada mediante proposta do Governador.

348. Sobre o regime constitucional imposto à propriedade, é incorreto dizer que:

- a) é garantido o direito de propriedade.
- b) a propriedade atenderá a sua função social.
- c) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- d) a desapropriação será realizada mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurado sempre ao proprietário indenização ulterior.

349. Sobre os Ministros, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Ministros de Estado possuem a competência de referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República que sejam afetos à sua pasta.
- b) A Constituição Federal de 1988 exige que os Ministros de Estado sejam brasileiros. Assim, conclui-se que eles podem ser brasileiros natos ou naturalizados, com exceção do Ministro de Estado da Defesa, que deverá ser sempre brasileiro nato.
- c) Enquanto o Presidente é julgado por crime comum no Supremo Tribunal Federal, o Ministro de Estado possui prerrogativa de foro no Superior Tribunal de Justiça.
- d) O Ministro de Estado, se praticar algum crime de responsabilidade conexo com o do Presidente da República, será processado pelo Supremo Tribunal Federal.

350. Superior hierárquico que baixa norma impedindo funcionário público subordinado de exercer o direito de impetrar "habeas corpus" em favor de outro servidor irregularmente preso. Comete ilegalidade e abuso de poder passíveis de reparação por:

- a) ação popular
- b) mandado de injunção
- c) "habeas data"
- d) mandado de segurança
- e) "habeas corpus"

351. Tendo em vista as disposições constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- b) Ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- c) entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

352. Todos os itens abaixo referem-se a algumas condições a liberdade de reunião, exceto:

- a) deve ser pacífica;
- b) sem armas;
- c) não na necessidade de prévio aviso a autoridade;
- d) sem frustrar outra reunião já marcada.

353. Todos os itens abaixo referem-se a algumas condições a liberdade de reunião, exceto:

- a) deve ser pacífica;
- b) sem armas;
- c) não na necessidade de prévio aviso a autoridade;
- d) sem frustrar outra reunião já marcada.

354. Todos os itens abaixo referem-se as liberdades inerentes aos brasileiros e aos estrangeiros, exceto:

- a) a violação das comunicações telegráficas de dados;
- b) a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- c) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- d) o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão;

355. Todos são iguais perante a lei dos termos da Constituição Federal. Assinale a alternativa que caracteriza a garantia deste direito:

- a) Homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, exceto quando à pensão de alimentos.
- b) É livre a manifestação de pensamentos mesmo através do anonimato.
- c) É assegurado a todos à informação, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) A pequena propriedade rural, mesmo que trabalhada pela família poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- e) Todas as respostas estão corretas.

356. Tribunal do Júri é parte:

- a) da Sociedade Civil e Judiciário;
- b) do Poder Judiciário;
- c) do Ministério Público;
- d) da Advocacia.

357. Um cidadão sofrendo violação de seus direitos, embora estes não sejam assegurados pela Constituição, mas sim pela legislação positiva:

- a) Poderá acionar o judiciário, optando por um dos vários instrumentos que a lei lhe coloca á disposição;
- b) Ingressará em juízo, desde que, se exaure previamente as vias administrativas;
- c) Terá restrito acesso aos órgãos judicantes por se tratar de preceito não resguardado pela Constituição Federal.
- d) N.R.A.

358. Um grupo de policiais, necessitando penetrar durante a noite em uma oficina mecânica a fim de capturar um indivíduo em flagrante delito, invade este estabelecimento sem o consentimento de seu dono. Podemos dizer que:

- a) Os policiais agiram ilegalmente;
- b) Os policiais agiram conforme o preceito constitucional lhes permite;
- c) O estabelecimento comercial não se equipara a casa;
- d) Os policiais só poderiam invadir o estabelecimento com autorização do Juiz;
- e) N.R.A.

359. Uma das assertivas abaixo constitui-se em direito individual garantido pela Constituição:

- a) o acusado de um crime pode optar entre ser julgado por um Juiz de Direito ou pelo Tribunal do Júri

- b) a polícia, sem ordem expressa de um Juiz de Direito, não poderá, sem ordem expressa de um Juiz de Direito, não poderá prender qualquer pessoa
- c) a gestante e a pessoa com idade superior a 81 anos não poderão ser detidas
- d) n.d.a.

360. Uma emenda à Constituição só estará aprovada se:

- a) obtiver três quintos dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional;
- b) obtiver dois quintos dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional;
- c) obtiver quatro quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados, apenas;
- d) obtiver quatro quintos dos votos dos membros do Senado da República, apenas.

361. Uma organização sindical pode impetrar mandado de segurança coletivo desde que:

- a) esteja constituída ou em funcionamento há mais de três anos;
- b) haja qualquer motivo de interesse dos seus membros ou associados;
- c) o trabalhador se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade;
- d) esteja legalmente constituída em funcionamento há pelo menos um ano, e em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- e) haja qualquer interesse da sociedade.

362. Uma pessoa nascida no rio Gde do Sul, filha de um casal de turistas japoneses, pode ser considerada como:

- a) estrangeira
- b) brasileira nata
- c) brasileira naturalizada
- d) n.r.a.

GABARITO:

1-A	2-E	3-E	4-E	5-B	6-C	7-B	8-C	09-D	10-C
11-B	12-C	13-B	14-A	15-C	16-A	17-B	18-B	19-D	20-C
21-C	22-E	23-E	24-A	25-A	26-D	27-A	28-B	29-E	30-A
31-A	32-B	33-D	34-B	35-B	36-C	37-E	38-B	39-B	40-B
41-E	42-E	43-C	44-B	45-B	46-D	47-D	48-C	49-D	50-D
51-B	52-C	53-C	54-B	55-B	56-D	57-B	58-D	59-d	60-E
61-B	62-A	63-B	64-B	65-C	66-E	67-D	68-D	69-E	70-D
71-B	72-B	73-D	74-A	75-B	76-E	77-A	78-E	79-D	80-A
81-E	82-D	83-B	84-B	85-D	86-D	87-A	88-A	89-C	90-C
91-B	92-E	93-E	94-B	95-B	96-B	97-C	98-C	99-B	100-A
101-B	102-B	103-D	104-E	105-B	106-D	107-B	108-C	109-B	110-E
111-A	112-D	113-B	114-A	115-D	116-B	117-D	118-A	119-D	120-B
121-A	122-A	123-B	124-B	125-C	126-C	127-A	128-C	129-C	130-D
131-D	132-B	133-C	134-D	135-A	136-A	137-A	138-D	139-B	140-D
141-D	142-C	143-A	144-B	145-C	146-A	147-E	148-B	149-D	150-C
151-D	152-D	153-D	154-A	155-C	156-E	157-D	158-E	159-B	160-D
161-A	162-A	163-A	164-C	165-C	166-A	167-A	168-C	169-A	170-A
171-E	172-D	173-C	174-D	175-C	176-B	177-E	178-C	179-A	180-A
181-D	182-C	183-B	184-C	185-E	186-D	187-C	188-B	189-B	190-D
191-D	192-B	193-D	194-B	195-A	196-E	197-C	198-E	199-B	200-C
201-B	202-B	203-A	204-D	205-B	206-B	207-B	208-E	209-E	210-C
211-B	212-E	213-E	214-C	215-B	216-B	217-A	218-A	219-D	220-C
221-A	222-D	223-C	224-D	225-C	226-C	227-C	228-C	229-C	230-D
231-E	232-D	233-A	234-E	235-B	236-E	237-D	238-B	239-B	240-B
241-B	242-A	243-B	244-B	245-C	246-D	247-A	248-A	249-A	250-A
251-B	252-D	253-C	254-C	255-C	256-A	257-B	258-B	259-A	260-C
261-D	262-A	263-C	264-A	265-C	266-E	267-C	268-A	269-C	270-D
271-D	272-C	273-D	274-D	275-B	276-A	277-A	278-C	279-E	280-A
281-E	282-B	283-C	284-A	285-B	286-C	287-C	288-B	289-D	290-E
291-B	292-A	293-C	294-D	295-C	296-C	297-C	298-E	299-C	300-D
301-D	302-B	303-D	304-E	305-D	306-C	307-B	308-A	309-C	310-E
311-C	312-C	313-D	314-A	315-D	316-B	317-E	318-E	319-C	320-D
321-E	322-D	323-E	324-B	325-A	326-C	327-D	328-D	329-D	330-D

331-A	332-D	333-D	334-E	335-B	336-B	337-C	338-C	339-B	340-A
341-D	342-B	343-D	344-A	345-D	346-E	347-A	348-E	349-D	350-D
351-A	352-C	353-C	354-A	355-C	356-B	357-A	358-B	359-D	360-A
361-B	362-B	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

Olha aqui! Mais uma bateria de exercícios pra você.



Responda "certo" ou "errado"

1) Os princípios relativos à Administração Pública, elencados na Constituição Federal, são impositivos para os Poderes da União e indicativos para os Poderes dos demais entes federativos.

Certo Errado

2) O prazo de validade de concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez por igual período, o que resultará sempre no teto de 4 anos para qualquer concurso público.

Certo Errado

3) Aquele que for aprovado em concurso público adquire o direito de nomeação após a homologação e publicação do resultado final do certame.

Certo Errado

4) Pela interpretação dos princípios constitucionais relativos ao concurso público é possível dizer que um servidor pode trocar de carreira sem se submeter a novo concurso público.

Certo Errado

5) Não há na Constituição Federal, um percentual estabelecido para o número de cargos e empregos públicos destinados a pessoas portadoras de deficiência.

Certo Errado

6) O limite máximo de remuneração para servidores do Poder Executivo é a remuneração percebida, a qualquer título, em espécie, por Ministro de Estado

Certo Errado

7) O servidor público tem direito à livre associação sindical e à greve.

Certo Errado

8) O direito de greve do servidor público civil é auto-aplicável, ou seja, não depende de nenhuma providência legislativa para ser exercido.

Certo Errado

9) Os limites máximos para a remuneração do servidor público federal são, na esfera do judiciário, a remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal; na esfera do Executivo, a remuneração do Presidente da República; e na esfera do Legislativo, a remuneração de deputados e senadores, que é a mesma.

Certo Errado

10) Nos termos da Constituição Federal, as funções de confiança serão exercidas por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Certo Errado

11) Apenas os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis. A remuneração, contudo, poderá ser reduzida para conformar-se com a isonomia entre os Poderes e os limites máximos de remuneração de cada poder.

Certo Errado

12) A acumulação remunerada de dois cargos de professor, ou dois cargos privativos de médico, é sempre possível, nos termos da Constituição Federal.

Certo Errado

13) Um servidor público, médico formado, que ocupe cumulativamente um cargo de médico num hospital público e outro de secretário parlamentar, função de

confiança, no Poder Legislativo não está acumulando ilícitamente, pois a Constituição Federal apenas proíbe a acumulação de dois cargos públicos, e não de cargo e função.

Certo Errado

14) A criação de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa específica.

Certo Errado

15) A criação de empresa pública e de suas subsidiárias depende de lei específica.

Certo Errado

16) A proibição de acumulação remunerada é limitada à Administração Direta, não alcançando as sociedades de economia mista.

Certo Errado

17) A utilização de nomes ou imagens, que caracterizem promoção pessoal de autoridade pública em atos, programas, obras e serviços, é constitucionalmente vedada. A Constituição Federal, contudo, não impede a utilização do símbolo ou logotipo de determinada administração.

Certo Errado

18) Os atos de improbidade administrativa, em relação aos direitos políticos, geram apenas a sua suspensão.

Certo Errado

19) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Essa responsabilidade não alcança, em nenhum caso, pessoa jurídica de direito privado.

Certo Errado

20) A única hipótese de servidor detentor de mandato eletivo acumular vantagens do cargo, emprego ou função com a remuneração do cargo eletivo é restrita ao mandato de vereador, se houver compatibilidade de horário.

Certo Errado

21) O servidor eleito Prefeito Municipal não poderá acumular essas funções com as do serviço público, mas poderá optar pela remuneração de um outro cargo.

Certo Errado

22) Em qualquer dos casos que exija afastamento do servidor de seu serviço para exercício de cargo público, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.

Certo Errado

23) As vantagens relativas à natureza ou ao local de trabalho são computadas para fins de aferição de isonomia.

Certo Errado

24) Determinado servidor público que ingresse no serviço público aos 50 anos de idade, sem nunca antes ter tido a condição de servidor público em qualquer ente estatal, pode vir a se aposentar com proventos integrais.

Certo Errado

25) Um servidor público homem, não sendo professor, pode se aposentar facultativamente aos 35 ou aos 30 anos de serviço, com proventos integrais no primeiro caso e proporcionais ao tempo de serviço no segundo.

() Certo () Errado

26) Os limites de idade para aposentadorias facultativas apresentados pela Constituição Federal não admitem redução ou exceção.

() Certo () Errado

27) Um benefício dado a todos os ocupantes de determinado cargo, em atividade, deverá ser estendido aos servidores aposentados nesse mesmo cargo.

() Certo () Errado

28) O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração do servidor em atividade, ou dos proventos do servidor aposentado.

() Certo () Errado

29) O servidor público perderá o cargo por processo judicial, assegurada ampla defesa.

() Certo () Errado

30) São efetivos, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

() Certo () Errado

31) Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele colocado em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

() Certo () Errado

32) Extinto o cargo que ocupa, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

() Certo () Errado

33) Dentre os servidores militares federais estão os integrantes das Forças Armadas.

() Certo () Errado

34) O militar não pode estar filiado a partido político.

() Certo () Errado

35) O oficial condenado na justiça comum a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será julgado perante a justiça militar, para fins de apreciar se continua digno do oficialato ou com ele compatível.

() Certo () Errado

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

1) **Errado.** Os princípios a que se refere a questão dos impositivos para todos os entes federativos e também para a administração indireta e fundacional nas quatro esferas do poder.

2) **Errado.** O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez por qualquer período, até o máximo de dois anos. Teor do Art. 37, III.

3) **Errado.** O único direito do aprovado em concurso público é o de ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira, durante o prazo de validade do concurso. Há exceções, já firmadas pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, quanto à pretensão e ao não-chamamento por falta de interesse público.

4) **Errado.** A interpretação conjunta dos incisos II e IV, parte final, levam à conclusão de que, para o ingresso em cada cargo inicial de carreira, é necessário e imprescindível o concurso público. Assim já decidiu o próprio Supremo Tribunal Federal.

5) **Certo.** A Constituição Federal limita-se a dizer que "a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos" para deficientes. O percentual de 20%, costumeiramente lembrado, não é constitucional, mas sim da Lei nº 8.112, e vale apenas para os servidores públicos civis da União.

6) **Errado.** Art. 37, XI, pela EC-19.

7) **Errado.** O servidor público civil tem ambos os direitos (art. 37, VI e VII), mas o servidor público militar os tem expressamente vedado pela Constituição (art. 42, § 5º).

8) **Errado.** O direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em lei. O Supremo Tribunal Federal, julgando o Mandado de Injunção nº 20, decidiu que, até que exista a citada lei, a greve de servidor público civil é inconstitucional.

9) **Errado.** Teor do art. 37, XI, pela EC-19.

10) **Errado.** A EC-19 ao alterar o art. 37, V, mudou o trato da matéria.

11) **Errado.** A EC -19 alterou a matéria.

12) **Errado.** A narrativa constitucional é clara: o primeiro requisito para tornar a acumulação lícita é a compatibilidade de horários. Só a partir da verificação da existência dessa compatibilidade é que se poderá conferir constitucionalidade à acumulação. Inteligência do art. 37, XVI.

13) **Errado.** Há dois erros no comando da questão. O primeiro é que a acumulação lícita seria de dois cargos privativos de médico, ou seja, cargos cujo exercício exija, preliminarmente, a condição de médico legalmente habilitado, o que não acontece com a função de secretário parlamentar. Ademais, a Constituição Federal é clara ao dizer que "a proibição de acumular estende-se a cargos e funções". Teor do art. 37, XVI e XVII.

14) **Certo.** Art. 37, XIX, com redação da EC-19.

15) **Errado.** A criação de empresa pública depende de lei específica. A criação de subsidiária depende de autorização legislativa, em cada caso. A diferença é fundamental, pois autorização legislativa pode ser dada por Decreto ou Resolução de efeitos externos. Art. 37, XIX e XX.

16) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público. Teor do inciso XVII do art. 37.

17) **Errado.** Todas as formas de promoção ou identificação acima são proibidas pela Constituição Federal. Art. 37, § 1º.

18) **Certo.** Teor do art. 37, § 4º.

19) **Errado.** As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos também respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Art. 37, § 6º.

20) **Certo.** Teor do art. 38, III.

21) **Certo.** Art. 38, II.

22) **Errado.** O tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento. Art. 38, IV.

23) **Certo.** EC-19

24) **Certo.** Há uma única hipótese possível: no caso de invalidez permanente, causada por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável. Todas as demais hipóteses são barradas pela aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

25) **Certo.** Teor do art. 40, III, *a e c*.

26) **Errado.** Lei complementar poderá estabelecer exceções aos prazos de tempo de serviço para aposentadoria com proventos integrais ou proporcionais, exceto para professores, no caso de exercício de atividades penosas, insalubres ou perigosas. Art. 40, § 1º.

27) **Certo.** Teor do art. 40, § 4º.

28) **Errado**. Primeiro, o benefício da pensão por morte tomará por base os proventos do aposentado ou os vencimentos, e não remuneração, do servidor falecido. Segundo que a própria redação da Constituição Federal cuida de excepcionar o termo "totalidade", ao dizer, na parte final, que essa totalidade será limitada ao teto dado por lei. Art. 40, § 5º. Importante é notar a alteração de denominação trazida pela Lei nº 8.852/94.

29) **Certo**. Observe que há duas possibilidades de o servidor estável perder o cargo: por processo administrativo ou por processo judicial. O comando da questão não restringe à assertiva, mas apenas enumera uma de duas possíveis. Apenas o servidor vitalício exige, para sua demissão, processo judicial, exclusivamente. Art. 41, § 1º.

30) **Errado**. São estáveis tais servidores. A estabilidade é privilégio do servidor; a efetividade é atributo do cargo. Art. 41, *caput*.

31) **Errado**. Em tal caso, o servidor será reintegrado ao cargo que ocupou, e o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade. Art. 41, § 2º.

32) **Certo**. Teor do art. 41, § 3º.

33) **Errado**. Os integrantes das Forças Armadas são os militares federais. Art. 42, *caput*, pela EC-18.

34) **Errado**. O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partidos políticos. Art. 42, § 6º.

35) **Certo**. Art. 42. § § 8º e 7º.